

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

MÁRCIO SOARES SANTOS

**O PROCESSO DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA
NA AZALÉIA NORDESTE À ÉPOCA DA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

**Maceió – AL
2007**

MÁRCIO SOARES SANTOS

**O PROCESSO DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA
NA AZALÉIA NORDESTE À ÉPOCA DA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal
de Alagoas como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre
em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Alice Anabuki Plancherel

**Maceió – AL
2007**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Janaina Xisto de Barros Lima

S237p

Santos, Márcio Soares.

O processo de trabalho e a organização operária na Azaléia Nordeste à época da acumulação flexível do capital / Márcio Soares Santos, 2008.
272f. : il. tabs., grafs.

Orientadora: Alice Anabuki Plancherel.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2008.

Bibliografia: f. 252-259.

Anexos: f. 260-272.

1. Sociologia do trabalho. 2. Sociologia industrial. 3. Movimento operário. 4. Capitalismo. 5. Globalização. I. Título.

CDU: 316.334.22/.23



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

Membros da comissão julgadora da defesa de Dissertação do mestrando MÁRCIO SOARES SANTOS, intitulada “O PROCESSO DE TRABALHO E A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA NA AZALÉIA NORDESTE À ÉPOCA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, em 17 de agosto de 2008, às 09:00horas no miniauditório do Instituto de Ciências Sociais.

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dra. Alice Anabuki Plancherel
ORIENTADORA - PPGS/UFAL



Prof. Dr. Avo Tonet
PPGS/UFAL

Prof. Dra. Vera Lúcia Navarro
PPGP/USP

*Dedico este estudo à classe trabalhadora,
em especial a classe operária de Itapetinga
e região. Trabalhadores de ontem, hoje
e sempre.*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este não se realiza apenas com a vontade daquele que o escreve. Graças ao apoio de outras pessoas ele se torna possível, muito embora apenas ao seu autor cabe a responsabilização pelo que foi (ou não) escrito. Assim, aproveito para fazer alguns agradecimentos.

Devo agradecimentos especiais à minha família. Em particular ao meu pai Cassiano, homem trabalhador, tenaz e de larga visão, pelos constantes estímulos que me deu desde o início dessa minha “aventura do conhecimento”. Em especial a minha companheira Vanessa, que soube suportar o pesado fardo da ausência física, quase sempre inevitável quando decidimos trilhar com empenho os caminhos da atividade intelectual.

Tenho que agradecer também a minha orientadora, a professora Alice Anabuki, pela generosidade, paciência e sensibilidade que empenhou durante a realização dessa pesquisa. Além disso, seu senso apurado me orientou em momentos difíceis.

Sou grato a todos os trabalhadores que entrevistei, homens e mulheres que me permitiram adentrar em seu universo profissional, revelando suas sensações, dores, angústias e esperanças. Minha pesquisa existe porque estas mulheres e estes homens existem. Agradeço ainda a Robervaldo Medrado, Bráulio Ferraz e Emanuel, dirigentes sindicais, pelos esclarecimentos sobre a ação sindical na região. Sou grato a disposição em cooperar com a pesquisa de pessoas como André Gomes, gerente administrativo da Azaléia Nordeste, e Jolúcia, analista de desenvolvimento humano da Azaléia, fornecendo explicações imprescindíveis sobre o funcionamento técnico-administrativo da Azaléia.

Em Itapetinga, aproveito para demonstrar minha gratidão para com pessoas que abriram as portas de suas próprias casas para mim: Amélia, Nelma e Wellington. Todos muitos cordiais.

Por fim, agradeço o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, que viabilizou a concretização deste estudo.

SUMÁRIO

QUADROS.....	08
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	09
RESUMO.....	12
ABSTRACT.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – CRISE E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	26
1. Rumo à crise.....	28
2. A crise do capital e a superação do fordismo.....	40
3. A mundialização do capital.....	52
4. Os agentes da mundialização.....	57
5. Mundialização e crises financeiras.....	64
6. Natureza e dinâmica da crise do capital.....	69
CAPÍTULO II – “PRODUÇÃO FLEXÍVEL”, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO.....	79
1. O processo de trabalho no capitalismo.....	81
2. Aspectos da reestruturação produtiva atual.....	83
3. Nova reestruturação produtiva, flexibilização e acumulação flexível.....	85
4. Impacto sobre a materialidade e a subjetividade da classe operária.....	99
5. A mundialização da acumulação flexível.....	116
CAPÍTULO III – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E INDÚSTRIA CALÇADISTA NO BRASIL E NA BAHIA.....	129
1. Aspectos da reestruturação produtiva no Brasil.....	129
2. Breve histórico da industrialização na Bahia.....	139
3. Indústria calçadista e mundialização do capital.....	159
4. A Azaléia na micro-região de Itapetinga-Ba.....	169
CAPÍTULO IV – A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO NA AZALÉIA NORDESTE.....	181

1. O processo de trabalho na Azaléia.....	182
2. O sindicato dos trabalhadores do calçado em Itapetinga.....	219
3. Os trabalhadores.....	233
CONCLUSÃO.....	246
REFERÊNCIAS.....	252
ANEXOS.....	260

QUADROS

Nº	TÍTULO	PÁG.
01	Nível de Qualificação no Processo de Produção do Calçado (Azaléia)	197

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ALCA – rea de Livre Comércio das Américas.

BAHIAPLAST – Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformao Plástica.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAD / CAM – *Computer Aided Desing / Computer Aided Manufacturing* (projeto e fabricao assistidos por computador).

CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho.

CCQ – Círculo de Controle de Qualidade.

CDL – Câmara de Dirigentes Logistas.

CDM – Centro de Distribuio de Mercadorias.

CESAT – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador.

CIA – Centro Industrial de Aratu-Ba.

CIPA – Comissão Interna para Preveno de Acidentes.

CLT – Consolidao das Leis Trabalhistas.

COPEC – Complexo Petroquímica de Camaçari.

COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste.

CPE – Comissão de Planejamento Estadual (Bahia).

CUT – Central única dos Trabalhadores.

DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia.

UE – União Européia.

EVA – Etileno Vinil Acetato (resina).

FIES – Programa de Financiamento Estudantil.

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FUNDESE – Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia.

G7 – Grupo do Sete (os 7 países mais ricos do mundo).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto sobre Circulao de Mercadorias e Serviços.

IED – Investimento Externo Direto.

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

LER / DORT – Lesões por Esforços Repetitivos / Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho.

Mercosul – Mercado Comum do Cone Sul.

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OLT – Organização no Local de Trabalho.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OPAEP – Organização dos Países Árabes Produtores de Petróleo.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento.

PC – Computador Pessoal.

PCP – Planejamento e Controle de Produção.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PFL – Partido da Frente Liberal.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIC – Pedido Integrado por Computador.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PND – Produto Nacional Bruto

PPP – Parcerias Público Privado.

PROBAHIA – Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia.

PROCOMEX – Programa de Desenvolvimento do Comércio Exterior da Bahia.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PU – Poliuretano (polímero).

RLAM – Refinaria Landulfo Alves de Mataripe-Ba.

RMS – Região Metropolitana de Salvador.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

SENAI – Serviço Nacional da Indústria.

SEPLAN – Secretaria do Planejamento da Bahia.

SEPLANTEC – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia.

SETRAS – Secretaria do Trabalho e Assistência Social da Bahia.

SINTICCAL: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Beneficiamento de Couro, de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Calçados em Geral de Juazeiro-Ba.

SINTRACAL – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Calçados em Geral (diversos municípios baianos).

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

SV – “Sindicato de Verdade” (Itapetinga).

TQC – Controle de Qualidade Total.

UV – Ultravioleta (radiação).

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto analisar o processo de trabalho e a organização sindical dos trabalhadores da indústria de calçados Azaléia Nordeste. A unidade industrial da Azaléia Nordeste está sediada no município baiano de Itapetinga desde 1997, e pertence ao Grupo Calçados Azaléia S/A, este, desde 1958, com sede no município de Parobé, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Sabendo não ser possível compreender de maneira satisfatória a vinda da Azaléia para a Bahia, e em particular para o município de Itapetinga e região circunvizinha, fez-se necessário buscar as determinações mais gerais que engendraram as condições favoráveis aos atuais deslocamentos produtivos. Assim, a pesquisa aborda temas como a crise estrutural do capital desde os anos 1970, a mundialização do capital, a acumulação flexível e a mais recente reestruturação produtiva do capital, todos acontecimentos marcantes entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, mas que perduram até os dias atuais. São abordadas também questões como a crise do Estado, o declínio do fordismo, luta de classe, a precarização das condições de trabalho e a crise do sindicalismo. Para além das determinações macro-estruturais, também foram verificadas particularidades associadas a estes fenômenos, tanto em nível nacional (Brasil), quanto estadual (Bahia) e mesmo municipal (Itapetinga). Assim, a implantação da Azaléia na micro-região de Itapetinga deve ser explicada pela articulação das mudanças estruturais do capitalismo com os fatores e situações específicas, de caráter nacional, regional e local; ou seja, a chegada da Azaléia à micro-região de Itapetinga, com todas as suas conseqüências, somente poderá ser plenamente compreendida a partir da articulação dialética do geral com o particular. Esta articulação é um dos nexos da perspectiva da totalidade. E a mais fecunda formulação da noção de totalidade vale-se do legado de Marx e Engels, posteriormente desenvolvido pelo marxismo. Trata-se do materialismo histórico-dialético. Por esse motivo, buscou-se aplicar nesse estudo esse referencial teórico.

PALAVRAS-CHAVE: Crise estrutural – Mundialização do capital – Acumulação flexível – Reestruturação produtiva – Precarização – Processo de trabalho.

ABSTRACT

This paper has as objective to analyze the work process and the syndical worker's organization from the footwear industry Azaléia Nordeste. The industrial unit of the Azaléia Nordeste is hosted in the bahian city of Itapetinga since 1997, and belongs to the Grupo Calçados Azaléia S/A, the latter, since 1958, with headquarters in the city of Parobé, in the Brazilian state of Rio Grande do Sul. Knowing that it's not possible to understand in a satisfactory way the coming of the Azaléia industry to Bahia, and in particular to the city of Itapetinga and surrounding region, it became necessary to search the most general determination that had produced the favorable conditions to the current productive displacements. Thus, the research deals with subjects such as the structural crisis of the capital since the 70s, the worldwide of the capital, the flexible accumulation and the most recent productive reorganization of the capital, all remarkable events between the end of the years 1970 and beginning of the 1980 decade, but which have lasted until the current days. There are also some issues which are dealt as the State crisis, the decline of the Fordism, fight of classes, the lack of work conditions and the unionism crisis. Beyond the macrostructure determination, particularities had also been verified as being associated to these phenomena, as much in national level (Brazil), as state (Bahia) and even municipal (Itapetinga). Thus, the introducing of the Azaléia in the micron-region of Itapetinga must be explained by the joint of the structural changes of the capitalism with the factors and specific situations, of national regional and local character; or either, the arrival of the Azalea to the micron-region of Itapetinga, with all its consequences, could only be fully understood from the dialectic joint of the general with the particular one. This joint is one of the nexuses of the perspective of the totality. And the most fruitful formularization of the totality notion used the legacy of Marx and Engels, later developed by the Marxism. It's about the historical dialectic materialism. For this reason, one searched to apply in this study this theoretical referential.

KEY WORDS: Structural crisis – The worldwide of the capital – Flexible accumulation – Productive reorganization – Lackness – Work process.

... o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (Marx & Engels).

Eu queria algo melhor para mim (Operária da Azaléia, sobre seu trabalho na fábrica).

INTRODUÇÃO

O tema central desta dissertação é a adoção da reestruturação produtiva do capital junto à organização do processo de produção e de trabalho na fábrica da Azaléia Nordeste S/A à época da mundialização do capital e de sua crise global de acumulação e reprodução. A Azaléia Nordeste está sediada no município de Itapetinga, na região Sudoeste do estado da Bahia, desde 1997. A Azaléia Nordeste é uma das unidades fabris que integram o Grupo Azaléia. O Grupo Azaléia tem origem numa pequena fábrica fundada no município de Parobé-RS, no ano de 1958, local onde, ainda hoje, se encontra instalado o Complexo Industrial da Matriz.

Na verdade, trata-se aqui, de considerar o nível de penetração dos métodos e técnicas da atual reestruturação produtiva, que visa instalar formas flexíveis de acumulação de capital na produção. As inovações técnico-organizacionais, cujos princípios mais destacados são a desconcentração produtiva, a horizontalização administrativa, a utilização de tecnologia microeletrônica, a administração dos estoques, a “produção enxuta” (*just in time, kanban, reengenharia* etc), a “qualidade total”, a polivalência do trabalhador, o trabalho em equipe etc, estão sendo postas em prática via reestruturação produtiva.

Com base nessa realidade, o principal objetivo deste trabalho é analisar como a adoção dos princípios (inovações técnico-organizacionais) da reestruturação produtiva atual age sobre a organização do processo de produção e de trabalho na Azaléia Nordeste, bem com alguns dos seus impactos sobre a experiência operária. Além disso, destacar alguns obstáculos à implementação dessas inovações na fábrica. A partir desse objetivo, articulam-se outros específicos, saber:

- Compreender as mudanças mais gerais do capitalismo a partir da década de 1970, que continuam influenciando o presente contexto, no qual se insere o fenômeno aqui estudado, visando compreender a totalidade sócio-histórica.
- Analisar a atual reestruturação da produção a partir de suas inovações técnico-organizacionais, para compreender sua especificidade.
- Contextualizar a chegada da Azaléia Nordeste ao município de Itapetinga e região circunvizinha no final dos anos 1990, tomando por base o histórico de penetração da reestruturação produtiva no Brasil e na Bahia, além da consideração de aspectos produtivos da indústria calçadista no Brasil.
- Investigar a visão do mundo do trabalho – trabalhadores e sindicato – sobre os processos produtivos em andamento na Azaléia Nordeste.

Para os propósitos desta investigação tornou-se fundamental analisar as linhas gerais da acumulação capitalista, com destaque para a mais recente reestruturação produtiva, posta em prática pelo capital na tentativa de sair da crise manifesta que atravessa desde a década de 1970. Também foi importante analisar os efeitos da reestruturação sobre a materialidade e a subjetividade da classe operária e a ação sindical dos trabalhadores.

A *crise de acumulação do capital* a que nos referimos surge por volta do início dos anos 1970 no centro do capitalismo mundial. Uma *crise estrutural/crônica* de superacumulação de capitais e superprodução de mercadorias, uma vez que é expressão das contradições internas ao movimento do capital, durando já há mais de trinta anos.

Nos anos 1970, com a abertura da crise estrutural – robustecida por “crises exógenas” como as duas crises do petróleo (1973 e 1979) – o mundo se abre para a *mundialização do capital*. Com a chegada da década de 1980, a mundialização se consolida, graças ao *processo de liberalização/desregulamentação* das economias nacionais, posto em andamento pelos governos dos Estados nacionais. O objetivo é solapar as condições que permitam o rigoroso controle da economia pelo Estado, substituindo-o pela liberdade irrestrita das transações econômicas. Estas, cada vez mais, são subordinadas às atividades puramente financeiras. O capital busca então no mercado financeiro uma fonte de lucro alternativa ao lucro obtido no terreno da economia real (produção e circulação), mesmo porque a recuperação da taxa de lucro das empresas, já a partir dos anos 1980, não aparece como satisfatória frente aos riscos de se produzir e promover altos investimentos numa economia saturada. Não tardará para que ocorra um aumento da formação de capital fictício na forma de capital financeiro, auto-valorizável, debilmente ligado à produção da riqueza material na produção. Todo esse processo de financeirização é gerenciado por poderosos agentes e investidores financeiros: empresas, bancos, fundos financeiros de investimento etc.

A acumulação capitalista passa a necessitar um novo padrão de produção: o *padrão de produção flexível*, que possa substituir o “arcaico” taylorismo-fordismo. A reestruturação produtiva atual surge como uma resposta, ao nível da economia, à dificuldade de acumulação do capital, e tem por objetivo criar as condições objetivas para uma produção mais flexível. O capital, visando superar a crise, e em busca de um padrão produtivo adequado para tanto, lança mão de uma nova reestruturação produtiva. Inovações técnico-organizacionais na organização do processo de trabalho são postas em andamento, primeiramente nas fábricas.

Além do estabelecimento de um novo padrão produtivo, a burguesia ocupa-se da implantação de novas modalidades de *regulação social*, com vistas a adequar a superestrutura ao novo movimento de valorização/acumulação do capital e assim assegurar a coesão do ordenamento social. Para executar tal empresa dar-se forma a um conjunto de políticas, receitas econômicas e argumentos ideológicos, todos sintetizados no *neoliberalismo*. Aos

poucos o poder dos Estados de controlar a economia vai decaindo, e assim este cede espaço aos preceitos liberais de gestão do capitalismo. Ainda que o avanço do neoliberalismo não se dê de maneira linear e inexorável, pois comporta combinações e resistências, seu êxito político e ideológico foi uma constante a partir dos anos 1980 e 1990 nas economias capitalistas. Porém, a possibilidade de um novo “modo de regulação” para o capitalismo (uma vez que o Estado de Bem-estar está esgotado) depende grandemente dos êxitos na aplicação do programa neoliberal. O neoliberalismo se apresenta como uma resposta política da burguesia na missão de re-organizar o capitalismo em crise.

Para tanto, torna-se imprescindível ao capital combater os homens e as mulheres que trabalham. Da perspectiva do capital, fortalecer o capitalismo significa alterar as relações de trabalho, visando patrocinar o aumento da produtividade (na verdade, elevação da extração da mais-valia) e a recuperação da taxa de lucro dita natural das empresas. Para tanto, a passagem do controle dos fluxos econômicos para um mistificado “mercado”, estando a economia teoricamente regulada pela competição entre as empresas no mercado mundial, seria, no entender da burguesia, a maneira mais acertada de promover a transição, superando o estado keynesiano e seus pesados gastos sociais e seu complexo sistema de regras. Para por termo as essas questões os agentes defensores do neoliberalismo impõem a mística do “Estado Mínimo” e a defesa apaixonada da competição no mercado como fator de promoção do bem-estar geral.

No entanto, essa re-organização do capital não se fará sem uma profunda transformação da organização dos processos de trabalho atuais. Disso deriva todo o complexo de inovações levadas até o processo produtivo pelo capital: flexibilização da estrutura produtiva, *just in time*, controle dos estoques, qualidade total, terceirização, polivalência, novos sistemas de pagamento etc. O capital tem procurado eliminar da produção os elementos considerados ultrapassados do processo taylor-fordista em nome da flexibilização de que depende o aumento da produção e dos lucros empresariais. Como sempre no capitalismo, preserva-se a natureza do processo de acumulação/valorização do capital; para tanto, o capital promove uma nova ofensiva sobre o trabalho. As conseqüências desta ofensiva podem ser observadas nas transformações da materialidade e da subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras, bem como pela resistência levantada pela organização da classe-que-vive-do-trabalho a nova ofensiva do capital. Com efeito, a luta de classes se acirra.

Não absolutamente contente com o atual estado de coisas no universo produtivo, o capital tem procurado, agora com total liberdade, a esfera das finanças mundializadas. A imbricação das atividades produtivas e financeiras foi (e tem sido) incrementada pela mundialização do capital. A questão também é cara a classe operária. O capital, na sua ânsia por lucros financeiros, tem sacudido o mundo do trabalho, sobretudo através da reestruturação da estrutura do emprego e pelos reflexos desta reestruturação na prática sindical.

O deslocamento da Calçados Azaléia S/A do Rio Grande do Sul para a micro-região de Itapetinga na Bahia está associado às transformações mais gerais da economia capitalista, o que estimulou os processos de desconcentração produtiva; no Brasil, desde pelo menos a segunda metade dos anos 1980. Nesse sentido, faz-se necessário entender as transformações estruturais do capitalismo em sua totalidade, para assim podermos apreender os movimentos que explicam os fenômenos regionais e locais, mesmo sabendo que existem particularidades, fruto do desenvolvimento relativamente autônomo de cada lugar ou região.

Não pode haver uma impossibilidade analítica na relação de determinação entre o geral e o particular, pelo menos no que se refere ao modo de produção capitalista consolidado. De nossa parte, acreditamos na dialética geral-particular, sob o primado da perspectiva geral. Assim, não entenderíamos suficientemente bem a chegada do capital industrial trazido pela Azaléia ao município de Itapetinga sem uma análise do movimento geral, sobretudo, no nosso entendimento, da crise estrutural, da mundialização e da transnacionalização do capital.

As *relações de trabalho* advindas com a chegada da Azaléia a Itapetinga – de um tipo até então ausentes na cidade – não poderiam ser plenamente analisadas sem a preocupação com os desdobramentos mais gerais da organização dos processos de trabalho e da própria classe operária a partir das tendências da reestruturação produtiva atual e, mesmo, do domínio das políticas econômicas neoliberais em nosso país. Isso implica ter claro os esforços da classe dominante, neste momento, de envidar um novo padrão de acumulação para o capital. A Bahia, e particularmente a cidade de Itapetinga, não se encontraram fora deste circuito do capital, como provam a estrutura e as relações de trabalho nascidas dos movimentos do capital nos anos 1990 neste estado da federação.

Assim, dividimos a dissertação em três capítulos, visando, metodologicamente, partir do geral para o particular: *do processo que leva da crise estrutural crônica do capital para a*

estratégia de deslocalização produtiva do capital até as transformações recentes do processo de trabalho no interior da Azaléia Nordeste.

No *primeiro capítulo* tratamos da reorganização do sistema capitalista a partir da nova ofensiva do capital sobre o trabalho, com o objetivo de garantir processo de valorização/acumulação capitalista. Parte-se da análise da natureza e da dinâmica da crise estrutural. Valemo-nos, neste capítulo, de uma bibliografia de cariz marxista para a construção do nosso argumento. Notadamente das pesquisas de François Chesnais (1996; 1999; 2005) sobre as transformações do capitalismo no tocante a mundialização; também os trabalhos de David Harvey (1992) e Alain Bihr (1998), que tratam da crise e da reestruturação do capital; da imprescindível historiografia de Eric J. Hobsbawm (1995) para o tratamento dos temas fundamentais do século XX; de uma artigo do historiador Enrique Padrós (2003), que aqui utilizamos para tratar do Estado de Bem-estar social; das estimulantes sínteses de Ricardo Antunes (2001; 2002) e Eliziário Andrade (2000) sobre as mudanças na estrutura e no processo de trabalho do capitalismo atual; além de um conjunto de estudos que tocam em questões fundamentais para este estudo, a exemplo das análises Daniel Bensaid (2000), Michael Löwy (2000), István Mészáros (2002; 2003), Osvaldo Coggiola (1995) e Claudio Katz (1995), dentre outros. Todos estes autores fundamentam os seus trabalhos com informações científicas as mais variadas, submetendo-as a um tratamento rigoroso através do materialismo-histórico-dialético. Isso não significa, entretanto, que não existam diferenças entre esses autores e a análise que cada um faz do mundo em questão. Objetivamente, existem diferenças. Da nossa parte, temos a convicção da existência objetiva do antagonismo entre a perspectiva do trabalho e a do capital e de que o modo de produção capitalista está sujeito a contradições derivadas do seu próprio funcionamento.

Através de um breve resgate do período histórico anterior à mundialização do capital, ou seja, da “Era de Ouro” do pós-guerra, onde prevaleceu o padrão de acumulação fordista, a análise se centra sobre os aspectos da valorização/acumulação do capital, com destaque para os processos tecno-organizacionais e o controle da economia pelo Estado, com o surgimento do Estado de Bem-estar Social. Em seguida, procura-se demonstrar o início da *crise estrutural do capital*, sua natureza estrutural e dinâmica enquanto crise clássica de superacumulação de capitais e superprodução de mercadorias, iniciada por volta de 1973; o *esgotamento do padrão de acumulação fordista* e dos seus mecanismos de regulação; e o *declínio do Estado de Bem-*

estar Social manifestada com a ruptura do “compromisso de classe” e com a crise do investimento público.

É nessa conjuntura geral que se verifica a grave dificuldade de valorização do capital posteriormente ao período de rápida expansão no pós-guerra. Um período que vai do imediato pós-guerra até o início dos anos 1970. A essa época, mais especificamente no final dos anos 1960, verifica-se também um *acirramento da luta de classes*.

As primeiras conseqüências dessa crise são: a redução do crescimento econômico dos países e da taxa de lucro das empresas; o rompimento do “compromisso de classes” que envolvia a burguesia e os sindicatos, mediado pelo Estado; o ataque ao Estado como agente regulador da economia; o incremento da mobilidade geográfica do capital; os ataques ao sindicalismo combativo; o aprofundamento da institucionalização dos partidos políticos; e a reestruturação produtiva como resposta, no âmbito da produção, à crise de valorização (no âmbito político, o neoliberalismo se estabelece, para além da condição de doutrina teórica, pioneiramente com o golpe militar no Chile em 1973, se consolidando com as eleições em 1979 de Margareth Thatcher na Inglaterra e em 1980 com Ronald Reagan dos EUA). Um dos objetivos primordiais do neoliberalismo será promover o enfraquecimento da capacidade de organização da classe operária.

Nos anos 1990 o crescimento econômico dos países capitalistas foi pífio, o desemprego estrutural elevou-se, a pobreza e a miséria aumentaram a olhos vistos. Os investimentos produtivos regrediam enquanto as atividades financeiras se reforçavam cada vez mais – facilitadas pela abertura econômica promovida pelos governos neoliberais nos anos 1980. Nesta década tem início a etapa propriamente dita da internacionalização do capital a que chamamos *mundialização do capital*, tendo por antecedentes o capital financeiro centralizado nas empresas transnacionais americanas já a partir dos anos 1950 e nos euromercados (para onde se dirigia este capital americano acumulado). Todavia, sem a contínua acumulação do capital ao longo do século XX a centralização do capital nas transnacionais nos anos 1980 teria sido, certamente, dificultada.

A mundialização representa o período de explosão das atividades financeiras que, na década de 1990, já havia incorporado – de maneira subalterna – os mercados financeiros dos países do antigo “Terceiro Mundo”. Trata-se da *mundialização do capital com predomínio das finanças internacionais*. Os anos 1990 assistiram também a *crises financeiras* graves e

distintas de crises anteriores desta natureza – que continuariam a ocorrer neste princípio do século XXI.

Ocorre na verdade, como se tentará demonstrar, uma imbricação do capital produtivo com o capital financeiro, onde este aparece como possibilidade de acumulação para o capital num momento de crise da valorização no âmbito produtivo, dado ao risco latente de superacumulação e superprodução.

Assim, para o capital, torna-se necessário não apenas a concretização de um novo padrão produtivo, mas também de um novo “modo de regulação” social (reprodução social), uma vez que o capital necessita se reorganizar tanto em âmbito econômico, quanto no político, cultural e ideológico. Nossa hipótese: mesmo com o incremento da concentração/centralização de capital no âmbito do oligopólio mundial e com a mundialização do capital – reforçada pela recente reestruturação produtiva e o pelo neoliberalismo – o capital não conseguiu, até o momento, superar a crise do capitalismo.

A força que anima o modo de produção capitalista é o processo incessante de valorização/acumulação de capital. Na base deste processo encontramos a *produção da mais-valia*, nas palavras de Marx: “o motivo determinante da produção capitalista”.* Portanto, faz-se imprescindível analisar o processo de trabalho no capitalismo, destacando seus aspectos sócio-históricos.

Para o *segundo capítulo* também foram utilizadas basicamente fontes secundárias, notadamente estudos de pesquisadores marxistas (alguns já utilizados no capítulo anterior) que abordam os processos de produção e de trabalho (cabe aqui um destaque especial ao livro *Trabalho e Capital Monopolista* de H. Braverman (1987), uma vez que sua análise se centra, na esteira de Marx, na descrição dos processos de trabalho industriais). Em muitos aspectos, estes estudos também dão conta das questões mais gerais da transformação do capitalismo, em virtude da perspectiva teórico-metodológica da totalidade que adotam como premissa. Mas essa bibliografia é complementada com outros trabalhos e informações, também referentes à organização da produção e do trabalho na indústria, associados às disciplinas de Administração, Engenharia de Produção e Sociologia do Trabalho (não marxista). É o caso, por exemplo, do livro *Gestão de Estratégias* de André Coutinho (2005) ou dos textos publicados pelo Fórum Nacional, ou ainda de revistas especializadas como *Exame*. É

* Marx, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Vol. 3, t. 2, p.313.

importante ressaltar ainda que foram feitos acréscimos importantes às informações deste capítulo com base nos dados empíricos obtidos na pesquisa de campo sobre os impactos provocados no mundo do trabalho com a chegada da Azaléia Nordeste à cidade de Itapetinga e região circunvizinha.

No segundo capítulo são abordadas, em linhas gerais, as tendências mais comuns da reestruturação produtiva do capital na produção, com suas inovações técnico-organizacionais bem como seu impacto sobre a organização do processo de trabalho, sobre a classe operária e sobre o movimento sindical. Essas inovações buscam o estabelecimento de um padrão de produção que atenda as exigências da acumulação flexível, criando uma nova base tecno-organizacional para a acumulação. Além da bibliografia sociológica sobre o trabalho utilizada no capítulo anterior, de grande valia foi o livro de E. Oliveira (2004), *Toyotismo no Brasil*.

Neste capítulo aborda-se como o processo de trabalho (e os trabalhadores) no capitalismo torna-se controlado pelo capital, com sua divisão do trabalho planejada. Em seguida, a avaliação de alguns aspectos da acumulação flexível com a adoção da reestruturação produtiva, chamando a atenção para as novas condições da valorização do capital. A partir de então, são investigadas as inovações propriamente tecno-organizacionais da produção, seus objetivos e algumas de suas conseqüências.

Entre as inovações destacamos o avanço da microeletrônica, o *just in time*, os atuais programas de qualidade total, a “gestão” pelos estoques, o trabalho polivalente e/ou “trabalho em equipe”, os novos sistemas de pagamento, a atual estratégia da terceirização e a horizontalização da estrutura produtiva. Junto a esse conjunto de métodos e técnicas é dado destaque à estratégia, muito comum entre as grandes empresas, da deslocalização produtiva, além das novas formas de cooptação da classe operária e dos seus sindicatos (estas estratégias só se tornaram possíveis à burguesia depois que mudanças na estrutura do capitalismo atual, em virtude do movimento de acumulação do capital e das “políticas” neoliberais, criando condições objetivas para um novo patamar de exploração dos trabalhadores). Chama-se a atenção para a combinação, na maioria dos casos, entre os novos métodos desenvolvidos para organizar e gerir a produção e as práticas anteriores do processo de trabalho taylor-fordista.

A partir de então já é possível apontar algumas das conseqüências da reestruturação sobre a organização do processo de trabalho, reveladas no impacto visível sobre a materialidade e subjetividade do trabalho.

Por outro lado, demonstra-se que este novo movimento do capital total não se processa sem resistência: resistências populares e, mais especificamente, do mundo do trabalho. Essas insatisfações atuais com o modo de produção e reprodução capitalista, ainda que difusas e pouco organizadas, são determinadas essencialmente pelas tentativas do capital em aumentar a exploração da classe-que-vive-do-trabalho, o que desencadeia processos de lutas de classe.

Por fim, é discutido o caráter global da acumulação flexível. Partindo da transição em relação ao padrão fordista, cujo esgotamento é a expressão da crise estrutural do capital, em direção à “acumulação flexível”, esta vai aos poucos se estabelecendo no centro dominante e dirigente do capitalismo mundial. As novas determinações sócio-históricas, além das estruturais e organizacionais, também têm seu peso neste processo. Embora existam, objetivamente, permanências (em outros casos novos desdobramentos) entre o padrão de acumulação fordista e padrão de acumulação flexível, são estabelecidas diferenciações que visam sustentar que a acumulação flexível é distinta e não mera continuação do fordismo.

Nascido a partir de experiências concretas em vários lugares, os traços do novo padrão de organização da produção têm assumido uma perspectiva cada vez mais universalizante, graças a seu sucesso em converter empresários capitalistas ao credo da flexibilização com vistas ao aumento da produtividade, a despeito (e contrariamente!) ao aparente sucesso em debelar a crise. Até mesmo a experiência e os temas da luta dos operários foram apropriados para compor o conjunto de estratégias necessárias ao capital para iniciar sua nova ofensiva.

É importante também destacar o *papel do Estado no auxílio à implementação da reestruturação produtiva e das modalidades de acumulação flexível do capital*. Importância ainda maior quando se tem em mente a construção de um novo sistema regulatório para a manutenção da sobrevivência do capitalismo. Mas o que se pode notar até aqui é que este processo é extremamente precário e que a capacidade organizativa da classe operária é um potencial obstáculo aos avanços dos interesses do capital, sob qualquer padrão de acumulação que se tende implantar

Por fim, não se trata aqui de criticar o padrão de acumulação flexível para clamar o retorno, ainda que renovado, do fordismo (como desejam, por exemplo, os social-democratas). Mas sim, de perceber nas transformações recentes do capitalismo apenas uma nova tentativa de re-ordenamento das condições de exploração da classe trabalhadora. Contudo, precisamos ter claro as novas determinações deste velho modo de produção.

O terceiro capítulo busca apresentar alguns desdobramentos da reestruturação flexível sobre a indústria calçadista no Brasil, e em especial, na Bahia. Ressalta aspectos da atual reestruturação produtiva e do neoliberalismo no Brasil e faz uma breve historicização da industrialização no estado da Bahia.

É apontada a vinculação da indústria calçadista com a mundialização do capital, a partir das características mais marcantes desta indústria. Também são apontadas algumas características da produção calçadista na Bahia. A organização do processo de trabalho na Azaléia é parte da história específica da indústria no estado da Bahia.

O quarto e último capítulo trata do processo de trabalho no interior da Azaléia Nordeste. Para a composição deste capítulo, além das contribuições teóricas utilizadas nos capítulos anteriores – acrescidas de alguns trabalhos importantes, como livro de Vera Lúcia Navarro, *Trabalho e Trabalhadores do Calçado* (2006) recorremos a fontes mais diversificadas. Além de livros sobre a sociedade e economia baianas tais como *Nova Ofensiva do Capital sobre o Trabalho* (2000), de Eliziário Andrade, ou ainda *O Elo Perdido* (2003), de Francisco de Oliveira – com destaque para o tema da consciência de classe –, também nos valem de informações e estudos oficiais sobre a economia baiana publicados por pesquisadores empregados em agências especializadas do Estado, como por exemplo a Superintendência de Planejamento Estratégico da Bahia (SEPLANTEC) e Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais (SEI); também nessa linha, pesquisas patrocinadas por órgãos do governo, tais como a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM), da Superintendência de desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC) e da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN); ou ainda dados e publicações de agências financeiras tais como o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO) ou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além de dados e informações levantados pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De outra parte, pesquisamos documentos do sindicato dos trabalhadores calçadistas (denominado “Sindicato de Verdade”) e da Azaléia Calçados S.A., bem como pesquisas e levantamentos locais ligados ao impacto sócio-econômico da chegada da Azaléia à região. Por fim, fizemos entrevistas gravadas com representantes da Azaléia Nordeste, com dirigentes do sindicato dos trabalhadores calçadistas, com o presidente do

sindicato dos trabalhadores terceirizados da alimentação e com operárias e operários da produção e do escritório.

Nesse quarto capítulo a pesquisa visa especificamente promover uma *aproximação da organização do processo de trabalho no interior da Azaléia Nordeste, suas vinculações com a nova reestruturação produtiva e com o padrão de acumulação flexível, bem como possíveis combinações deste com métodos e técnicas herdadas da taylor-fordismo*. Destaque para a divisão do processo de trabalho na Azaléia Nordeste e seus impactos sobre os trabalhadores, manifestados e tencionados com as inovações técnico-organizacionais, produtividade, informatização, trabalho polivalente ou multifuncional, lutas sindicais, entre outros fatores.

A opção pelo enfoque do processo produtivo da Azaléia Nordeste deve levar em conta a transição produtiva em curso no interior desta indústria, dado que a situação atual não permite, pelo menos por ora, estabelecer conclusões categóricas, sobretudo no que se refere à superação do fordismo ou à afirmação definitiva e autônoma do padrão de acumulação flexível.

Por fim, aborda-se a perspectiva do mundo do trabalho através de uma seção sobre a organização sindical local dos sapateiros, e uma outra seção com as opiniões, desabafos e impressões dos trabalhadores no chão de fábrica; a visão da classe operária e da sua organização sindical sobre os processos postos em movimento com a Azaléia. Aspectos, enfim, a serem abordados para melhor compreender e apreender as particularidades e as generalidades da organização da produção calçadista em Itapetinga e região, assim como os antagonismos de classe aí presentes. Neste caso, o objetivo não é tanto verificar o nível de consciência de classe dos operários da Azaléia Nordeste – o que requereria um estudo mais aprofundado – mas antes oferecer, ainda que modestamente, impressões de como o proletariado da região, formado em sua maioria de trabalhadores jovens, vê e executa o seu trabalho e percebe a sua prática.

CAPÍTULO I

CRISE E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

O atual cenário sócio-econômico é atravessado por dois movimentos que marcam o capitalismo contemporâneo de uma maneira diferente de outras épocas, embora nenhum deles signifique uma novidade na história do capitalismo. Primeiro, a recente – cujos primeiros sinais podem ser, de certa forma, observados já no final da década de 1960 – necessidade do modo de produção e reprodução capitalista de reorganizar todo o seu sistema para estabelecer novas modalidades de acumulação. Segundo, a mais nova ofensiva do capital (portanto dos capitalistas) sobre os trabalhadores, como meio imprescindível para promover as modalidades de acumulação requeridas para sua reorganização.

Há distintas interpretações no que diz respeito ao impacto desses movimentos na dinâmica do capitalismo atual. Não apenas entre os estudiosos ditos de “direita” e de “esquerda” do pensamento político, mas entre diferentes analistas no interior da própria “esquerda” e da própria “direita”, bem como do “centro”; há também opiniões divergentes, em maior ou menor grau, dentro do mesmo “sistema” de pensamento, como, por exemplo, entre marxistas. Em todo caso, a maneira como tratamos a problemática acima busca enfatizar a luta de classes existentes no processo de acumulação/valorização do capital na contemporaneidade, à época da *mundialização do capital*, bem como a *crise vivida pelo capitalismo* há mais de trinta anos.

Desde a década de 1980 têm ocorrido novas formas de imbricamento entre a esfera econômica da produção e a das finanças. Isso contribuiu para o incremento da economia mundial, conformando o que talvez possa ser entendido como a mais nova etapa do processo de internacionalização do capital: *a mundialização do capital*¹. Seus contornos tornam-se mais nítidos na década de 1980 com o processo de liberalização/desregulamentação monetária e financeira dos Estados. Com a chegada dos anos 1990 ocorre um notável aumento das atividades puramente financeiras dos grupos industriais. A mundialização é alimentada pelo

¹ Título de um importante livro do economista francês François Chesnais, publicado no Brasil em 1996. Este texto é uma das referências importantes do presente trabalho.

capital transnacional, cujo movimento tem revelado uma preponderância cada vez maior do capital financeiro, tendo por base material ineliminável, em última instância, o capital produtivo. O mais acentuado processo de mundialização ocorre na esfera financeira.²

Todavia, a abertura econômica (comercial e financeira) estimulada pela mundialização do capital em termos internacionais não é algo inédito na história do capitalismo. Tendência dessa natureza ocorreu no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Na verdade, a grande novidade da mundialização é a *transnacionalização da produção econômica*, ou seja, com o movimento de desconcentração produtiva das empresas e o extraordinário avanço da tecnologia de transporte de mercadorias e de informação se “*tornou possível organizar a produção, e não apenas o comércio, em escala transnacional*” (Hobsbawm, 2000, p.71-2).

É fundamental tentarmos um resgate histórico dos acontecimentos que, desde o fim do período de expansão do capitalismo no pós-Segunda Guerra (a “Era de Ouro”, dentre outras denominações), promoveu um ataque ao Estado de Bem-estar Social e ao “padrão de acumulação fordista”, com vistas a restabelecer taxas de acumulação satisfatórias diante da crise que o capitalismo mundial vem passando desde o fim dessa expansão em 1973. É o momento em que se busca a “*reestruturação produtiva*” e novas modalidades de lucro (aqui incluídos os lucros puramente financeiros, a partir de “novos produtos financeiros” colocados à disposição dos operadores do mercado, ou de especulações com capital fictício, sem relação direta com a riqueza material existente).

Sem esse resgate não poderemos entender os acontecimentos que culminaram com a crise por que passa a economia mundial, nem o papel que a reestruturação produtiva do capital

² Certos autores preferem denominar de “globalização” o complexo de processos socioeconômicos e culturais que têm ocorrido no mundo desde a década de 1960, ou mesmo antes. Ainda que existam diferenças substanciais entre os autores que utilizam tal termo, preferimos não utilizá-lo por entender que ele mais dificulta do que esclarece o debate, isso porque é geralmente eivado de imprecisões e de ecletismo teórico por vezes duvidoso, muito embora certos autores possam usá-lo de modo bastante preciso e mesmo crítico. Além do que, em geral, pressupõe serem bem vindas, ou pelo mesmo inevitáveis as mudanças em curso e suas conseqüências, e que todos deverão adaptar-se, cedo ou tarde, às suas exigências e obrigações. A bibliografia que trata da “globalização” é extensa, por isso aqui listamos apenas alguns títulos, pela importância e diversidade das perspectivas que apresentam: BANCO MUNDIAL. **Globalização, crescimento e pobreza**. Futura, 2003; Beck, U. **O que é globalização: equívocos do globalismo, respostas à globalização**. R.J.: Paz e Terra, 1999; Bauman, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Jorge Zahar, 1999; Canclini, N. **A globalização imaginada**. Iluminuras, 2003; Doubor, L. (Org.). **Desafios da globalização**. Vozes, 2003; Giddens, A. **O mundo na era da globalização**. Editorial Presença, 2000; Ianni, O. **A era do globalismo**. Civilização Brasileira, 1996 & **A sociedade global**. Civilização Brasileira, 1997; Tavares, M.C. & Fiori, J.L. (Orgs.) **Poder e dinheiro, uma economia política da globalização**. Vozes, 1997.

tem na tentativa de debelar a crise, por um lado, e nas mudanças que acarreta no mundo do trabalho, com todas as conseqüências que tem trazido para os trabalhadores, por outro lado.

1. RUMO À CRISE

A atual dinâmica de valorização e acumulação do capital, com a mundialização do capital, muito embora tenha ganhado impulso a partir sobretudo dos anos 1980 sua história enraíza-se numa dinâmica própria, em acontecimentos que antecedem aqueles anos e lhe dão condições de se desenvolver. Segundo Chesnais:

é resultado de dois movimentos conjuntos (...) mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito as políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980 (Chesnais, 1996, p. 34).

Essa “longa fase de acumulação” produz uma concentração/centralização de capital bastante ligada ao controle nacional, no interior de relações políticas fortemente hierarquizadas pelas grandes potências da economia mundial (principalmente a Europa, os EUA e, posteriormente, o Japão). Foi essa fase de acumulação que permitiu ao capitalismo uma expansão econômica (do pós-Segunda Guerra até o início da década de 1970) sem paralelo em sua história³. Mas também serviu de germe para o movimento daqueles capitais que se libertaram de constrangimentos nacionais e promoveram a mundialização do capital característica da década de 1980.

Já a partir do fim da Primeira Grande Guerra começara uma corrida para salvar o capitalismo. A “era da catástrofe” (1914/1946-7)⁴ deu ao mundo duas guerras de amplitude mundial, duas ondas de rebelião e revoluções globais, a ruína dos impérios coloniais do século XIX, uma crise econômica mundial sem precedentes (1929), o quase total desaparecimento

³ Cf. Hobsbawm: “A produção de manufaturados quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970 (...) o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes (...) a produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-2 e 1980-2 – em mais que duplicaram na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático” (Hobsbawm, 1995, p. 257)

⁴ Expressão utilizada por Hobsbawm para denominar o período que vai de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial (Hobsbawm, 1995, pp.29-219).

das instituições liberais entre 1917 e 1942 e o avanço assustador dos fascismos e seus regimes autoritários (Hobsbawm, 1995).

Estava na ordem do dia dos governos capitalistas enfrentar a “ameaça soviética” (a revolução social). É neste momento que os EUA despontam como a mais forte potência econômica do globo. O nervosismo peculiar das relações político-diplomáticas do entre-guerras gerou um ambiente desconfiado e incerto quanto ao futuro, por sobre uma retórica arrogante dos países vencedores, até que explode a Segunda Guerra Mundial. Esta revelou, pela primeira vez na história, que o homem agora podia destruir o mundo em que habita.

Após o fim da Segunda Guerra em 1945, a economia americana corria um sério risco de superprodução. Risco que se tornava maior com o esfacelamento das economias européias provocado pela guerra. Nesse contexto perigoso os EUA buscaram intervir para evitar uma crise generalizada. Passaram a comprar a produção agrícola dos países europeus. Fizeram empréstimos em dólares para recuperar as economias européia e japonesa (Doutrina Truman, Plano Marshall, Plano Dodge). Funda-se, sob o domínio americano, o sistema de Bretton Woods (padrão de conversão cambial dólar-ouro). Nasce um sistema de cobrança de empréstimos favorável aos EUA, mas que evita ao mesmo tempo a insolvência dos devedores.

Essas medidas de socorro ao capitalismo levaram a uma intensa acumulação de capital nos EUA que, aliadas com a alta produtividade da economia americana, garantiu a recuperação das economias e do tecido político europeu e japonês, evitando um colapso da economia mundial devastada pela guerra (Padrós, 2003, pp.231-5). Nasce o período de predomínio econômico mundial absoluto dos EUA, conhecido como o da “hegemonia dos EUA”, ou “o século americano” (versão apologista).

O que se observa nos trinta anos posteriores à Segunda Guerra é crescimento econômico, *boom* da produção industrial, pesquisa científica avançada, forte presença do Estado na economia (regulação), incremento do mercado interno e do consumo de massa (idem, pp.235-7). A expansão da indústria dos países capitalistas avançados para o Terceiro Mundo – e até para os países do “socialismo real” – levou a um “surto econômico”, gerando altos investimentos, uma revolução na tecnologia com base em pesquisa e desenvolvimento (P&D), além de uma expansão inédita do consumo de massa (Hobsbawm, 1995, pp.256-62).

Aquilo a que os economistas chamam “ciclo” (período médio de anos que intercalavam prosperidade e depressão econômicas) podia agora ser substituído na teoria econômica por

“brandas flutuações”, administradas por fórmulas keynesianas macroeconômicas, pensavam os mais destacados economistas da época (idem, p.262). Em síntese, “*a economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960 estava claro que jamais houvera algo assim*” (idem, p.257). O ambiente era de otimismo.

Evidencia-se uma fase de reestruturação do capitalismo, tendo por base o *regime de acumulação fordista*, com sua correspondente estrutura política de regulação, cuja realização mais famosa, a rigor por volta de 1970, foram os “*Estados de Bem-estar Social no sentido literal da palavra (...) [aqueles] em que os gastos com seguridade social (...) se tornaram a maior parte dos gastos públicos totais*” (idem, p.278). A social-democracia ganhava força.

No entanto, ainda sob o efeito sombrio da “era da catástrofe” o mundo (europeu) demorou a reconhecer que o que estava acontecendo era algo sem paralelo na história do capitalismo, por suas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Todavia, tão logo isso foi reconhecido nos anos 60, sobremaneira pelos economistas zelosos da ordem mundial, passou-se a mais nova certeza: duraria muito, senão eternamente (idem, p.254-5).

Que força impulsionou uma mudança dessa ordem, em termos mundiais? Uma possível explicação seria o julgamento histórico que afirma que o:

Sucesso econômico em países capitalistas no pós-guerra, com raríssimas exceções ... são histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos (...) Ao mesmo tempo o compromisso político de governos (...) com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa (idem, p.264)

Por detrás de tudo isso se encontrava a dinâmica da luta de classe na “Era de Ouro”. Poderíamos acrescentar ainda que o compromisso governamental implicava outro aspecto importante: a associação entre políticos, empresários e sindicatos em prol do desenvolvimento nacional (mais acertadamente, do capitalismo nacional). Seguramente nem todos acham essa explicação satisfatória ou suficiente; sem ela, contudo, dificilmente se saí do lugar.

O período da acumulação fordista se caracterizou pelo acelerado crescimento econômico mundial, pela alta produtividade, por grandes lucros empresariais, pela tendência ao pleno emprego, produção e consumo de massa, relação salarial “justa” (participação crescente dos trabalhadores na riqueza social) e no compromisso de classe (sindicatos e capitalistas) conciliado pelo Estado, e, de quebra, o aprofundamento da democracia política.

O fordismo é um padrão produtivo, rigidamente controlado, segundo a definição de Antunes:

Entendemos o taylorismo e o fordismo como padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção de massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril (Antunes, 2001, p.16).

Nesse contexto ocorreu a expansão do proletariado europeu, lado a lado com o crescente poder de suas representações sindicais. A participação política dava-se a rigor, dentro dos limites do Estado burguês e de lá nunca saiu essencialmente, a despeito das aspirações socialistas dos eurocomunistas em deixá-lo para trás da mesma forma como se atravessa a Linha do Equador, ou seja, de modo imperceptível. Baseando-se em reformas sociais, a economia capitalista deveria ser gerenciada pelo Estado (Padrós, 2003, p.248).

Nesse ambiente político-institucional, o projeto de mudança revolucionária, ainda presente no imaginário da esquerda, foi abandonado ou reduzido a um reformismo *ad infinitum* vago, além de displicente do ponto de vista teórico.

A valorização do capital sob a acumulação fordista foi impulsionada pela expansão e incorporação de novas tecnologias e pela transferência de fundos estatais para o setor privado. As grandes empresas ainda se beneficiaram da desobrigação de ter que investir em setores considerados “pouco lucrativos”, cabendo ao Estado administrá-los, a exemplo dos setores da produção doméstica, de infra-estrutura, de pesquisa científica, suporte a empresas nacionais no exterior (idem, pp.251-3); além do financiamento público à “corrida armamentista” e dos maciços investimentos na “área social” com saúde, trabalho, moradia e educação (idem, pp.245; 255-6).

A *participação do Estado na organização das economias nacionais* dos países de capitalismo avançado está de acordo com o modelo de desenvolvimento do “compromisso fordista”, que pregava o bem estar geral de todos, ou seja, a melhora constante das condições de vida de todas as classes sociais.

As condições de existência material dos trabalhadores dessa época melhoravam visivelmente nas sociedades de bem-estar. A própria estruturação do padrão de acumulação fordista fora criada tendo-se em vista a melhoria das condições materiais de vida em geral, sem, todavia, questionar a propriedade privada, nem o processo de valorização do capital.

Quando os resultados concretos começaram a surgir, junto veio a utopia de que o capitalismo se ajustaria às necessidades humanas. Passados cerca de vinte e cinco anos de euforia o otimismo, entretanto, se mostrou irrealista.

O que levou ao debilitamento do Estado de Bem-estar não foram os erros de condução. Essa tese, se aceita, conduz ao entendimento segundo o qual ajustes na condução das economias nacionais garantiriam a permanência do Estado de Bem-Estar Social. Mas, na verdade, foram as contradições estruturais da própria dinâmica do desenvolvimento econômico, que a política não conseguiu consertar, que desestruturou o Estado de Bem-Estar. Ademais, o acirramento da luta de classes que se seguiu desestabilizou o “compromisso fordista”, e a liberalização dos mercados reduziu o poder de barganha dos Estados. Até o fim da década de 1970 ainda não se admitia, entre os defensores da ordem mundial, que a boa forma da economia havia sido apenas uma fase. Para percebê-la foi preciso esperar pelos “traumáticos anos 80” (Hobsbawm, 1995, p.253).

O primeiro sinal foi dado pouco depois do início do pós-guerra com as atividades das *empresas transnacionais* (“multinacionais”) à procura de “*melhores taxas de remuneração, deslocando-se para o Terceiro Mundo*” (Padrós, 2003, p.250), ou por suas atividades, ainda bastante marginais, no mercado financeiro, para além das fronteiras nacionais (euromercados), de imediato seguido pelos grandes bancos nacionais. Contudo, eram sinais ainda muito débeis para que os “arquitetos do bem-estar” os percebessem, ou mesmo os levassem em conta. Em todo caso, isso já aponta para a necessidade da valorização, em melhores condições, dos capitais industrial e comercial.

Todos os importantes investimentos sustentados no compromisso fordista, que eram o pilar da estrutura política, agiram, contraditoriamente, para solapar, no plano interno, o edifício social em questão. No final da década de 1960 já se anuncia uma crise do investimento público estatal. Ela não foi apenas, nem essencialmente, uma crise derivada de investimento estatal em setores deficitários. Mas representou a saturação, e o conseqüente declínio, do padrão de acumulação fordista. A alta produtividade proporcionada pelo avanço dos “*métodos tayloristas e fordistas de produção*” (cf. Bihr, 1998, p.69-70) não pôde ser absorvida pela demanda de consumo interno, mesmo com o “pleno emprego”. Isso gerou uma tendência de queda da taxa de lucratividade das empresas, agravada pelo acúmulo cada vez maior de estoques produtivos, compressão do consumo e desemprego, gerando um aumento da

composição orgânica do capital e uma situação de superprodução. Desta forma, estão criadas as condições para o esgotamento do padrão de acumulação fordista e o abandono gradativo do compromisso de classe por um de seus participantes: a classe capitalista.

Além das contradições próprias da acumulação econômica, como a dificuldade de valorização do capital, que gerou uma crise de sobre-acumulação de capitais e mercadorias, a dinâmica do conflito de classe teve um papel central no agravamento da crise. No âmbito da produção, no interior do processo de trabalho, o aprofundamento dos métodos tayloristas e fordistas:

levou a uma verdadeira revolta [década de 1960] contra esses métodos de exploração do trabalho, por parte das camadas proletárias (...) marcada por aumento do absentismo, do *turn-over*, da dilapidação, da sabotagem, das greves, etc. E essa “crise do trabalho” não teve como única consequência um aumento do custo salarial (...) Ela desorganizou também diretamente a produção capitalista, fazendo baixar sua produtividade (idem, p.70)

No âmbito social e político, as conquistas da classe trabalhadora em termos de melhores salários, bem como sua pressão sobre o Estado visando o aumento dos gastos sociais, foi uma constante nas décadas de *boom* do crescimento nos anos 1950-60, assim como também no auge da crise nos anos 1970. A expansão do consumo entre as massas trabalhadoras (muito desigual pelo mundo, bem entendido), a ampliação da rede de seguridade social e previdência, a industrialização de países do Terceiro Mundo são um reflexo desse momento. Todas estas conquistas se deram através do “*consenso tácito ou explícito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro dos limites que não afetassem os lucros, e as perspectivas futuras de lucros suficientemente altos*” (Hobsbawm, 1995, p.276). Coube aos governos reformistas (da direita e da esquerda) administrar o pacto, obtendo em troca os dividendos político-eleitorais.

Nos países de capitalismo avançado, as organizações sindicais juntamente com suas bases, já acostumados com os acordos que estabeleciam uma “relação salarial justa” frente aos lucros empresariais, se inclinavam por arrancar mais (em termos salariais) dos burgueses, pelo menos desde fins de 1960. Quando o consenso social, apesar dos esforços, parecia de difícil negociação, o Estado de Bem-Estar aplicava sua tradicional receita de emissão monetária seguida de inflação, visando “equilibrar o conflito distributivo”. Devemos citar aqui, apenas

de passagem, que a economia americana, com *déficits* acumulados, dava sinais de diminuição de sua capacidade em conter os desequilíbrios mundiais.

Até que chegou o momento em que lucros, salários e rendas sociais não caminhavam mais na mesma direção. Virtualmente, o Estado já não mantinha mais suas condições de conciliador de interesses, portanto pretendendo flutuar por sobre as classes sociais. Na verdade o Estado nunca foi um árbitro. O que ocorreu foi que numa época de produção em alta, bons lucros, de aumentos salariais e crescimento do consumo, o cenário entusiasmante não apenas desincentivava a que se enxergasse as coisas como verdadeiramente eram, como permitia devaneios teóricos, entre os quais o do Estado neutro. Quando o crescimento abandonou a cena, as máscaras dos personagens caíram – e pelo menos um deles abandonou o palco: a burguesia.

Manter a relação salarial e os gastos sociais (que logo seriam chamados de “parasitários”) implicava em erodir o lucro das empresas, diziam os empresários e seus intelectuais orgânicos. As inovações tecnológicas anunciavam possibilidades de produção sem os imensos chãos de fábrica lotados de homens e mulheres. Os sindicatos ainda tentaram se defender, mas o rápido avanço tecnológico (hoje mais incentivado do que nunca) e do desemprego os colocou de volta à dimensão a que bem se ajustam: o corporativismo burocrático. Corporativismo sindical, bem entendido, devido a sua atuação estreita, ou seja, imediata e limitada à luta econômica (indiretamente política) junto à classe trabalhadora empregada, nos marcos do capitalismo (e desde então cada vez mais os sindicatos estão susceptíveis aos apelos neoliberais, porquanto ainda mais limitados, na medida em que aceitam defender interesses setoriais de trabalhadores organizados por categoria ou coisa do tipo).

A correlação de força, para usar uma expressão militante, alterava-se notavelmente para o lado dos poderosos capitalistas. Estes, estavam agora mais preocupados com a recuperação dos níveis de produção e crescimento industrial necessários à realização de uma reprodução ampliada do capital que garantisse sua sobrevivência no interior do mercado competitivo das trocas internacionais – no momento em que o mercado interno não oferecia

“boas oportunidades” – do que com a estabilidade do compromisso social⁵; e, no limite, salvar o capitalismo da catástrofe.

À medida que a crise persistia e os governos, através de políticas intervencionistas, não conseguiam impedir substancialmente a disposição do capital em romper com a relação de compromisso, o quadro institucional (a estrutura política) foi perdendo legitimidade social, quando não eleitoral: “*os maiores perdedores foram os partidos trabalhistas do Ocidente*” (idem, p.406). A consciência de classe dos trabalhadores se abateu. E o início da tomada de decisões – e da concretização – de medidas com clara intenção de reorganizar o processo produtivo gerou impactos desorganizadores na classe operária.

Alterações, tanto objetivas quanto subjetivas, na estrutura de classe dos países avançados, além das mudanças derivadas da organização internacional do trabalho própria da “Era de Ouro”, tornaram mais complexa do que antes a reação dos trabalhadores frente à nova ofensiva do capital. O fundamental nesse sentido é a atuação que exerceu no interior da hegemonia burguesa o movimento operário – com seus sindicatos e partidos políticos – dos países onde o “*compromisso social de classe*” se enraizou e, no que toca as suas pretensões, funcionou, mesmo que temporariamente. Nesse sentido, quando um novo bloco histórico⁶ começava a se configurar, a classe operária, de um modo geral, ainda acostumada às regras anteriores, mostrou-se incapaz de alterar a correlação de forças a seu favor. *O modelo tradicional de organização dos trabalhadores, o sindicalismo de compromisso, entrou em crise, juntamente com a economia capitalista.*

A recessão provocada por “*baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação*” (Anderson, 1998, p.10), somadas às conquistas dos trabalhadores até então, agiam sobre os lucros capitalistas. Assim, “*neste painel de concentração de rendas do capital, desigualdades, desemprego e aumento da pobreza, os ‘pactos’ dos salários e lucros se romperam com a retração da demanda e a queda da taxa de lucro*” (Andrade, 2000, p.38). A situação de superprodução tornava a recuperação da lucratividade das empresas muito difícil no curto prazo. E o enfraquecimento da capacidade do Estado em disciplinar o capital privado requereu

⁵ O processo de desregulamentação da economia a partir da década de 1980 além de procurar promover a abertura financeira, tinha por escopo a elaboração de políticas anti-sindicais explícitas.

⁶ Ver Gramsci, A. **Cadernos do Cárcere**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999. Vols. 1 e 3.

saídas “tradicionais” para a crise, levando-o então a “perseguir o fordismo a crédito” através do endividamento dos Estados⁷. Nesse contexto:

Com a crise geral das décadas de 1970 e 1980, o conjunto das classes dominantes, face à inflação e à diminuição de sua capacidade de acumular, enfrentando limitações impostas pela legislação trabalhista, pelas organizações sindicais na sua luta cotidiana contra o capital, rompe com os “compromissos” das políticas econômicas e sociais compensatórias, para buscar uma saída da crise de caráter global e estrutural do capitalismo (idem, p.39)

Passados mais de trinta anos, a crise de acumulação ainda não foi debelada – embora tenha havido recuperação da taxa de lucros – a despeito das medidas indissociáveis colocadas em prática: no plano sócio-econômico, com a reestruturação produtiva, ou seja, com a “política de produção envolvendo a gestão do processo de trabalho e do comando das decisões” (idem, p.44); e no plano propriamente político, com o *neoliberalismo* e a reforma do Estado. Na década de 1980 a classe dominante já tinha clareza que para restaurar as taxas de lucro satisfatórias à dinâmica da acumulação do capital era necessário dismantelar a relação sócio-econômica (o fordismo) e o quadro político-institucional (o Estado regulador de bem-estar) do capitalismo do pós-guerra.

Aos desequilíbrios do sistema se somaram eventos externos: “No início dos anos 70, a combinação do esgotamento do sistema de acumulação característico dos trinta anos gloriosos e do surgimento e aprofundamento de problemas de ordem conjuntural adquiriram um peso importantíssimo (...) A crise começou pelos EUA e foi exportada para outras regiões” (Padrós, 2003, pp.256-7).

Os EUA se viam às voltas com imensos gastos militares (Guerra do Vietnã, despesas nucleares), déficits comerciais derivados de seu papel como maior comprador do planeta, além de queda na sua produtividade. Com a recuperação europeia (principalmente da Alemanha) e japonesa, o peso da economia americana no mundo diminuiu⁸. Essa recuperação estimulou o acirramento da competição internacional, e esta por sua vez gerou impacto no regime de acumulação fordista: “É muito importante salientar que no fim dos anos 60, como sinal claro

⁷ Isso significava um apelo a políticas que permitissem que empresas e governos se endividassem, confiando que com o endividamento logo recuperaria os investimentos e, com os resultados positivos destes, reembolsar as dívidas. Esse paliativo se mostrou incapaz de conter o agravamento da recessão mundial quando ocorreu o segundo choque do petróleo em 1979 (ver Bihl, 1998, pp.74-5)

⁸ O PNB americano representava 36% do mundial em 1955, enquanto que em 1970 representava 30,2% (Padrós, 2003, p.257)

do aumento da competição internacional, o modelo produtivo baseado no fordismo começara a declinar entre novas formas de organização do trabalho e da produção” (idem, p.257).

Destaca-se, nesse caso, a tendência de queda da produção e da taxa de lucro mundiais, em virtude do processo de esgotamento do fordismo, ao que se soma o alto custo da força de trabalho e a grande quantidade da riqueza retida para financiar os investimentos do Estado de Bem-Estar nos países de capitalismo avançado. Esses fatores incrementaram o movimento das grandes empresas em direção ao “Terceiro Mundo” e ao mercado financeiro. A importância crucial das novas formas de organização da produção e do trabalho será especificamente tratada no próximo capítulo.

O equilíbrio duradouro do pós-guerra tornou-se estritamente abalado quando os EUA, unilateralmente, após uma desvalorização cambial, decretaram o fim da paridade fixa do dólar frente ao ouro e às demais moedas. Inicia-se, já a partir de 1968, com o colapso do padrão dólar-ouro, a crise do sistema internacional de pagamentos (Hobsbawm, 1995, p.239). Não seria mais possível ao governo americano financiar seus déficits com dólares a um taxa fixa de ouro demasiado alta para os seus cofres públicos, que se tornava cada vez mais impossível sustentar. O dólar flutuante facilitava ao governo americano a emissão de moeda sem lastro em ouro, mesmo à custa do aumento da inflação. O passo seguinte à tomada de posição unilateral dos EUA foi que:

Os demais países, para enfrentar a perspectiva de perda de competitividade no sempre atrativo mercado americano, foram obrigados a desvalorizar suas moedas também. A espiral inflacionária instalava-se nos centros capitalistas desenvolvidos e medidas de contenção com evidentes custos sociais (...) somaram-se neste processo de esgotamento do crescimento econômico do pós-guerra (Padrós, 2003, p.260).

O abandono do padrão dólar-ouro levou a alterações no controle cambial dos países, mobilizando novos fluxos de capital, sobretudo aqueles dispostos a lucrar com as variações cambiais. Foi um grande estímulo à liberalização dos capitais financeiros, cujo controle o Estado, através dos seus Bancos Centrais, não está em condição de regulamentar ou mesmo negociar. Foi então que o

efeito de liberalização dos controles cambiais (...) logo se difundiu para as demais economias desenvolvidas. Essas medidas geraram novos fluxos de capital que, vendo-se agora livres dos controles e restrições antes exercidas pelos Bancos Centrais, se voltaram

para as novas oportunidades de investimento no mercado mundial, superando assim os limites tradicionalmente representados pelas fronteiras nacionais (Sevcenko, 2004, p.27).

O golpe de misericórdia na ordem econômica do pós-guerra veio com as crises do petróleo (1973 e 1979). Entre 1973 e 1974 “*ocorre a quadruplicação do preço do petróleo bruto no mercado mundial, que transformará a crise latente em crise manifesta*” (Bihr, 1998, p.74). A OPAEP (Organização dos Países Árabes Produtores de Petróleo) elevou o preço do barril de petróleo de U\$ 2,18 em 1973 para U\$ 34,00 no final da década de 1970 (Padrós, 2003, p.261). Como resultado, “*a crise de 1973 impôs medidas de choque para comprimir o consumo e diminuir o volume de moeda circulante; o espírito Keynesiano era atingido*” (idem, p.262). Isso em “*um contexto de deteriorização da taxa de lucro [das empresas]*”, o que provocou “*a primeira recessão generalizada da economia capitalista desde o fim da Segunda Guerra Mundial*” (Bihr, 1998, p.74). O “segundo choque do petróleo”, em 1979, acentua a tendência de declínio da produção, aumento do desemprego e redução do comércio internacional, dando início a uma fase de destruição de capitais excedentes pelos capitalistas através do incremento da concorrência, visando restabelecer aos níveis desejados suas taxas de lucro (idem, pp.75-6).

Não era em nada desprezível o acúmulo de problemas por que passava a economia mundial, fato muito evidente na já perceptível mudança de atitude dos empresários ligados ao movimento central de acumulação de capital, voltando-se cada vez mais para o mercado financeiro mundial. Os efeitos dessas mudanças não passaram despercebidos: desemprego, salários mais baixos, aumento da desigualdade, da pobreza, da miséria etc – problemas que muitos julgavam já eliminados nos países de capitalismo avançado e em vias de desaparecimento nos países do Terceiro Mundo, conforme otimismo da época.

Torna-se emblemático que a expansão do capitalismo da “Era de Ouro” atingiu, com maior ou menor grau, todo o conjunto da economia mundial, inclusive os países do “socialismo realmente existente” (Hobsbawm, 1995, p.255). Muito embora esses países não tivessem conseguido promover os “modos de vida” característicos dos habitantes dos países de capitalismo industrialmente avançados, ainda assim, de alguma forma, tiveram que explorar os povos dos países chamados, à época, de “subdesenvolvidos”. Não devemos esquecer também que os benefícios de satisfação material alcançados pelos povos governados por Estados de Bem-Estar Social ou similares (o modelo americano, um tanto distinto, com o New Deal) se

restringiram a determinados estratos sociais de parte da Europa Ocidental, dos EUA, Japão e de mais alguns poucos países distribuídos pelo globo.

Também não é desprezível, muito pelo contrário, o temor que a revolução de outubro de 1917 na Rússia despertou nos governos capitalistas. Estes iniciaram uma corrida por reformas que os dotassem de condições para sair das ruínas da guerra, bem como de conter o avanço do “espectro vermelho” em suas fronteiras. Reformas, muitas vezes, que se inspiravam em elementos do modelo comunista soviético, tal como o planejamento econômico. A força do apelo às reformas traduz-se sintomaticamente no enquadramento de partidos ditos socialistas e do movimento operário ao capitalismo reformado. Preocupar-se com a luta pela reforma do capitalismo tornou-se uma constante para a social-democracia. Atualmente, sabe-se da impossibilidade de um avanço comunista ter ocorrido nos países de capitalismo avançado desde a década de 1930⁹. E se talvez o temor do comunismo não tenha se estendido por um longo tempo, ao menos atemorizou no início e, paradoxalmente, prestou-se ao estímulo da “Era de Ouro”.

A experiência da “Era de Ouro”, vivida no mundo por alguns países, deve-se, sem dúvida, à força do capitalismo – em grande parte realizada por trabalhadores imigrantes – que se desenvolveu em torno da pujança econômica dos EUA: “*Já podemos avaliar com muita confiança a escala e o impacto extraordinário da transformação econômica, social e cultural decorrente, a maior, mais rápida e mais fundamental da história registrada*” (idem, p.18).

Todavia, aquilo que caracterizou o período de acumulação fordista e o Estado de Bem-Estar nos seus melhores momentos, a despeito de sua existência restrita aos países capitalistas avançados, como o crescimento econômico, a alta produtividade, a tendência ao pleno emprego, o compromisso social de classe, a riqueza material etc, não foi capaz de perpetuar-se no tempo, nem se generalizou no espaço. O dourado perdeu sua tonalidade, descascou e viu-se que o que parecia ouro não o era de fato. Na verdade, não passava de folheado zelosamente fabricado.

Os primeiros sinais de desgaste do sistema podem ser observados já na década de 1960: “*Houve sinais de diminuição da produtividade da mão-de-obra em vários países, e sem dúvida sinais de que o grande reservatório de mão-de-obra da migração interna, que*

⁹ Ver: Del Roio, M. **Os prismas de Gramsci**. São Paulo: Xamã, 2005; Loureiro, M.I. & Musse, R. (Orgs.) **Capítulos do marxismo ocidental**. São Paulo: Unesp, 1998.

alimentava o boom industrial, chegava perto da exaustão” (idem, p.279). Era perceptível o declínio do sistema monetário ouro-dólar (estabelecido em Bretton Woods), trazendo consigo riscos para a estabilidade internacional e, muito importante, o aumento da insatisfação dos trabalhadores no local de trabalho (a “revolta do operário massa” contra a produção fordista, de que nos fala Alain Bihr¹⁰). A classe trabalhadora em fins de 1960 – e também as novas gerações – já não se sentia tão satisfeita quanto anteriormente, sob os auspícios do “compromisso social” que havia ajudado a estabelecer. A “*economia do consenso social (...)* não sobreviveu à década de 1960” (idem, p.280), e se esgotou na década de 1970:

Durante toda essa fase da crise, o esgotamento do fordismo se confirma: os ganhos de produtividade continuam a diminuir; o custo dos investimentos aumenta; se o medo do desemprego permite restabelecer progressivamente a “disciplina do trabalho” e, conseqüentemente, recuperar em certa medida a taxa de mais-valia, essa recuperação está comprometida, por outro lado, pelo crescimento das retiradas obrigatórias que se mantém. Nessas condições, a melhora da taxa de lucro observada é insuficiente para reestimar o investimento: a produção não encontra em parte alguma seu nível anterior e, conseqüentemente, o desemprego aumenta (Bihr, 1998, p.75)

Como podemos verificar, o cenário sócio-econômico do final dos anos 1970 é de acentuação da crise iniciada no início desta década, cujos sinais de esgotamento prenunciavam-se já desde final dos anos 1960. É necessário, entretanto, não haver dúvida quanto ao caráter da crise, que não foi essencialmente do padrão de acumulação fordista, mas uma crise própria da dinâmica de acumulação do capital. O período histórico que cobre a evolução do padrão de acumulação fordista foi de acomodação temporária. A tentativa de estabilizar o processo de acumulação do capital, de garantir sua valorização a partir de um regime de acumulação, nesse caso com o fordismo, fracassou.

2. A CRISE DO CAPITAL E A SUPERAÇÃO DO FORDISMO

A década de 1970 marca o início de uma crise no sistema mundial do capital. Desde então a economia mundial não conseguiu retomar satisfatoriamente o seu ritmo de crescimento

¹⁰ A revolta dos trabalhadores nos locais de trabalho nos países de capitalismo avançado, contra a exploração intensiva da força de trabalho própria do padrão produtivo taylor/fordista. Essa revolta foi desencadeada no final da década de 1960 e durou até o início da de 1970, quando do seu refluxo (ver: Bihr, 1998, pp.59-65).

e produção industrial (o comércio internacional manteve-se mais estável)¹¹. África, Ásia Ocidental e América Latina tiveram os piores resultados; os países do “socialismo real” não tiveram melhor sorte, sobretudo pós-1989.¹²

A “Era de Ouro” acabou entre os anos de 1973-5 (Hobsbawm, 1995, p.394-5). As atividades financeiras cresceram em importância para governos e empresas. Um outro modelo de acumulação foi sendo gestado; uma nova reestruturação produtiva foi (e continua sendo) posta a caminho. O “compromisso social” fordista na órbita do Estado disse adeus. Mais avanços tecnológicos foram incorporados. Um período diferente se abre aos povos, cada vez mais interligados entre si. Todos os esforços estão sendo envidados, por todos aqueles ciosos da ordem do capital, na tentativa de reorganizar um mundo onde acumulação incessante e lucros cada vez maiores possam conviver em harmonia com as pessoas e a natureza.

No conjunto, os problemas que mais assustam a todos em qualquer lugar, como a miséria e a pobreza, não foram solucionados pela fase de expansão do capitalismo, que dizia poder liquidá-los no futuro próximo. Na verdade, ocorreu que eles retornaram: “*Os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração – pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade –, reapareceram depois de 1973*” (idem, p.396).

Não escaparam a isto nem mesmo os “países desenvolvidos” que, todavia, sentiram menos o fim “dos anos dourados”. Nestes a pobreza avançava, junto com o aumento do desemprego¹³ (inaceitável depois dos anos de “pleno emprego”), o reaparecimento da miséria

¹¹ Crescimento dos países industrializados (1961-1991): *Crescimento anual*: momentos de pico com crescimento de 6% (1964, 1973); período de crescimento medíocre com taxas entre 2% e 1% (1980, 1981, 1990, 1991); período de crescimento nulo e até negativo (1974, 1975, 1982). *Tendência longa* (crescimento): de algo em torno de 5,5% (1961) para aproximadamente 2% (1991). Fonte: W. Cline, 1994, In. Chesnais, 1996, p.252. Ao longo de toda a década de 1990 o crescimento médio industrial (OCDE) não ultrapassou os 2% (cf. Chesnais, 2005, p.57). Após 2003 houve uma retomada considerável do crescimento mundial. Entre 2003-2006 a média do crescimento mundial anual se aproximou dos 5%. Porém, com a crise dos mercados financeiros, iniciada com a crise no mercado de créditos imobiliários dos EUA desde 09 de agosto de 2007, todas as agências – incluindo o Banco Mundial e a ONU – tem revisto os cálculos do crescimento mundial futuro. A mais recente crise financeira mundial parece anunciar a saturação da acumulação do capital na esfera financeira.

¹² No decorrer da década de 1990 as taxas de crescimento não alteraram substancialmente: “*Na década de 1990, a economia mundial cresceu somente em dois lugares. Um estava situado no sudeste da Ásia e durou até o começo da crise, em 1997; o outro, nos Estados Unidos, até a quebra da Nasdaq na primavera de 2001*” (Chesnais, 2005, p.58.)

¹³ Taxas de desemprego: I) Europa Ocidental: 1,5% na década de 1960, 4,2% nos anos 70 e 9,5% em 1996; II) no conjunto da Comunidade Européia: 9,2% em fins dos anos 80 e 11% em 1993 (ver: Hobsbawm, 1995, p.396; Alves, 2000, p.77).

a olhos vistos¹⁴, sem falar ainda no florescimento do racismo, da xenofobia e do fundamentalismo religioso¹⁵. A desigualdade social e econômica se acentuando. Ainda que a situação nesses países não fosse desesperadora, que o seu crescimento mais lento não ameaçasse desagregar suas sociedades, é importante assinalar uma tendência, central para entender o que estava acontecendo: o mundo não se encaminhava para a estabilidade perpétua, com um crescente potencial para resolver os problemas propriamente humanos, como parecia a muitos nas décadas de 1950-60. Certamente havia contradições nesse processo que precisavam ser melhor analisadas, e mesmo levadas na devida conta. Mas o estímulo para tanto parecia não existir na euforia do crescimento econômico durante a “Era de Ouro”.

Com o início da desestabilização do fordismo face ao crescimento econômico mais lento – nenhum reformismo avança sem crescimento econômico, portanto precisa de maneira vital dele, daí o fetichismo do progresso –, ao aumento do desemprego e a expansão da pobreza e da miséria, bem como a crise interna ao próprio regime que requeria constantemente do Estado um papel central na solução dos problemas sociais, começa a surgir um descompasso que não será solucionado. Trata-se do aumento da despesa social dos Estados num ritmo maior do que a sua capacidade em obter recursos para cobri-la:

Embora o crescimento da proporção do produto bruto nacional consumida pelo Estado tenha sido notavelmente desacelerado, a proporção absoluta não caiu, mas aumentou, de mais ou menos 46% para 48% do PNB médio dos países da OCDE durante os anos 80. Duas razões básicas explicam esse paradoxo: o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões (Anderson, 1998, p.16)¹⁶

Como se não bastasse, os governos não podiam mais contar com a burguesia da mesma forma que no passado. Pois agora as atividades econômicas próprias desta classe eram cada vez menos passíveis de controle rigoroso pelos Estados e seus sistemas nacionais (aspecto a ser detidamente abordado adiante sobre o processo da mundialização da economia). Uma distinção importante é que: *“o fato fundamental das Décadas de Crise [1970-80-90] não é que*

¹⁴ O aparecimento dos “sem-tetos” (*homeless*, na aceção inglesa) e de mendigos nos países avançados é sintomático desse crescimento da miséria.

¹⁵ Ver Löwy, M. & Bensaid, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

¹⁶ O aumento dos gastos sociais do Estado de Bem-estar tanto está associado às dificuldades internas à própria acumulação fordista, como sua dificuldade em custear programas que são característicos de sua lógica própria, a exemplo do pagamento de aposentadorias em número crescente; como por contradições derivadas de seu processo de desagregação, como o aumento do gastos com o desemprego.

o capitalismo não funcionava tão bem quanto na Era de Ouro, mas que suas operações se haviam tornado incontroláveis (...) a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais” (Hobsbawm, 1995, p.398).

Quanto ao poder da “política de governo” há atualmente muitas controvérsias, e temos dúvidas quanto a não funcionar mais. Entretanto, a *incontrolabilidade do movimento do capital* é algo inegável. Na verdade, o capital é incontrolável e não regulável por natureza. O que não impede que este seja “controlado”, com menor ou maior eficiência, em determinados períodos de tempo, por exemplo durante a “Era de Ouro”.

Uma prova de que o Estado nacional vem perdendo força diante das atividades econômicas é o fato de muitas empresas transnacionais não concordarem totalmente com a política dos seus países sedes, e mesmo assim terem total liberdade para se mudarem para outros países sem receio das conseqüências (prática cada vez mais incentivada, chamada por alguns economistas de “deslocalização” das operações). As empresas transnacionais recebem apoio dos governos, em seus países de origem, sobretudo no desenvolvimento inicial de suas atividades, marcadamente nacional (Chesnais, 1996, p.73). Outra prova disso é o fato de muitos governantes, tendo sido eleitos para cumprir um programa de governo apresentado durante a campanha, executarem uma política econômica quase sempre em contradição com o seu discurso eleitoral (quando não, negando-o), salvo possíveis exceções, quando os governos decidem verdadeiramente desafiar a “ordem econômica mundial” e “pagar para ver”.

Muitos vêem que a argumentação acima não prova alteração alguma na relação entre o capital e o Estado; crêem, ao contrário, que o Estado continua no centro do desenvolvimento do capitalismo, sendo, portanto, tudo o mais falso ou ideológico. Daí a necessidade de reafirmarem uma noção de Estado enquanto uma espécie de agente central a determinar os movimentos realmente decisivos. O equívoco dessa tese é separar o Estado da relação social que Marx analisou como capital; com efeito, o capital é concebido como outro agente, separado, portanto, do próprio Estado. A bem da verdade, o Estado enquanto superestrutura política não constitui o centro de gravidade do capital. Ao capital, o que interessa é a sua própria acumulação. Ocorre que o Estado pode servir de um modo ou de outro nesse processo de acumulação. O Estado capitalista, em última análise, representa os interesses de uma classe (a burguesia), ou como nos dizem Marx e Engels, o Estado é “*o comitê gestor dos interesses*

da burguesia”¹⁷, muito embora não se restrinja, por certo, a isto¹⁸. O Estado burguês não é um agente autônomo, mas a representação política da sociedade burguesa. *A anatomia do Estado capitalista se encontra na dinâmica da sociedade civil* que nasce das relações sociais de produção do modo de produção capitalista, cujos agentes centrais são as classes sociais¹⁹.

O fim de uma era política está se concretizando. Trata-se da era do Estado de Bem-Estar Social, expressão política máxima do período da acumulação fordista. Uma era de breve duração e restrita em termos de geografia mundial. Declínio irremediável de um tipo de Estado (e também de esquerda) que acreditava poder dispor permanentemente de políticas econômicas capazes de promover “*uma política fiscal redistributiva, de proteção social e de uma política macroeconômica voltada para o pleno emprego*” (Hobsbawm, 2000, p.109). A transnacionalização do capital explodiu as bases do Estado de Bem-Estar e rompeu o compromisso que o sustentava. Contudo, o sistema do capital não pode prescindir do Estado. O Estado nacional serve a sua estratégia de dominação e manutenção da ordem estabelecida. Por certo, não é correto dizer que o Estado é uma “peça de museu”, como querem alguns analistas contemporâneos, pois este continua a existir e ter importância. Sua natureza de classe permanece intacta. O que se alterou foi a capacidade do Estado de regular e controlar os fluxos econômicos e monetários numa era de total desregulamentação, a partir da década de 1980, onde as finanças mundiais (com suas atividades especulativas) ocupam um papel cada vez maior. Ademais, desde pelo menos a década de 1960 o Estado nacional vem perdendo relativamente o monopólio sobre as forças de coerção; acontecimento estimulado pela disseminação sem paralelo na história, com o fim da Guerra Fria, de todo tipo de armamento em todo o mundo (idem, p.41).

Todavia, a tendência de declínio do poder econômico dos Estados torna-se, sintomaticamente, acentuada nos países não centrais do capitalismo.

O Estado e os governos nacionais tiveram aumentadas as dificuldades de regular a economia e o crescimento econômico, em especial, os países do Terceiro Mundo, uma vez que são os países centrais do capitalismo que comandam a reestruturação da economia de forma cada vez mais internacionalizada (Andrade, 2000, p.35)

¹⁷ Marx, K. & Engels, F. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

¹⁸ Ainda que a determinação ontológica de classe do Estado faça deste um *lócus* da construção da hegemonia burguesa, devemos considerar que no “espaço” do Estado acontece “*um complexo jogo de contradições [com] forças antagônicas em presença*” (Dias, E. “Gramsci e a política”. Maceió: s/d, mimeo, p.2).

¹⁹ Ver: Marx, K. e Engels, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999; Marx, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global.

O sistema internacional continua tendo por base o poder dos grandes Estados capitalistas, notadamente os EUA, os países mais ricos da Europa Ocidental e o Japão. Nesse sentido, grande parte da apologia da abertura das fronteiras nacionais às trocas comerciais do mercado mundial não passa de discurso ideológico patrocinado pela estrutura de comando político mundial dos países centrais do capitalismo, e muitas vezes negado na prática, inclusive pelos países não centrais. Enquanto isso, os países continuam a defender seus interesses nacionais (essencialmente econômicos) à base do protecionismo:

Os Estados Unidos, sempre citados quando se fala em globalização e integração mundial, tratam de formar seu próprio bloco regional com o Canadá e o México (...) o governo estadunidense impõem milhares de tarifas protecionistas que prejudicam ou impedem múltiplas importações, além de dirigir sua política de modo a favorecer as exportações nacionais, e distribuir subsídios a seus agricultores, bem como a suas indústrias eletrônicas e espaciais. Mesmo os países latino-americanos do Cone Sul tentam dar consistência e a seu próprio bloco regional, o Mercosul. Assim, embora a teoria segundo a qual o mercado mundial tenderia a fracionar-se em blocos estanques seja no mínimo um exagero, o protecionismo ainda é força bem viva, a qual vai em direção contrária a uma globalização completa e incondicional (Cardoso, 2000, p.262)

Se por um lado, é correto que a transnacionalização do capital coloca dificuldades ao controle da dinâmica do capital pelo Estado, na medida em que a total liberdade daquele pode desestabilizar a ordem estatal, por outro lado, o Estado se movimenta na direção de prover as melhores condições econômicas para seu pleno funcionamento enquanto estrutura de poder político do capital.²⁰

O poder de tomada de decisão econômica do Estado diminuiu em muitos sentidos, mas seu papel de fiador do capital permanece. Para não falar na redução da auto-suficiência sobre funções internas não diretamente econômicas como a função “*de redistribuir sua renda entre suas populações*” (Hobsbawm, 1995, p.413). Mas existem recusas quanto ao fim do seu domínio enquanto “*estrutura abrangente de comando da ordem estabelecida*”, a despeito do

²⁰ Nos últimos anos, notadamente na América Latina, têm-se presenciado a existência de posições contraditórias e embates colocando, de um lado, os interesses da burguesia explicitamente comprometida com as determinações da acumulação flexível (portanto mundiais e fortemente ligada às finanças) e, por outro lado, os interesses de uma burguesia nacionalista ameaçada, aos quais misturam-se inúmeras outras reivindicações de caráter popular, oriundas de diversas frações de classe, e cuja característica mais marcante é não formular uma perspectiva de classe claramente definida, mas que juntos envidam esforços na direção da expansão do capital nacional, do mercado interno e do mercado de trabalho nacional. No caso da Venezuela, por exemplo, esse descontentamento é fortemente apoiado e incitado pelo governo. Nesse caso, a luta contra a abertura econômica neoliberal se processa na defesa, velada ou não, de um projeto nacional de desenvolvimento econômico, social e mesmo político, sem abandonar, muito ao contrário, algumas possibilidades oferecidas pela “globalização” capitalista.

“domínio econômico do capital transnacional” (Mészáros, 2003, p.33). Além disso, no interior das fronteiras nacionais o mercado interno consome a maior parte da produção e gera a quase totalidade dos empregos²¹. O Estado continua fazendo investimentos em infraestrutura, saúde e educação²². Além disso, a autoridade do Estado continua imprescindível ao ordenamento social. Nesse sentido, parece correta a afirmação de Bensaïd: “*Os Estados existentes são ainda a forma necessária de dominação de classe mas não mais sua forma apropriada face às pesadas tendências da mundialização*” (Bensaïd, 1995, p.32). Em todo caso, o importante agora é buscar as determinações no interior da relação que se estabelece entre o Estado nacional e o capital transnacional à época da mundialização do capital.

Dentre outras conseqüências estruturais da crise, há que se destacar o problema do desemprego que, por certo, mais diretamente atinge a subjetividade das pessoas, forjando previsões assustadoras sobre o futuro. Não o desemprego em si, mas o fato de que este agora se tornou estrutural. É maior o número de desempregados do que a capacidade de se criar novos postos de trabalho (o que se tem denominado de “desemprego estrutural”):

as décadas de crise começaram a dispensar mão-de-obra em ritmo espetacular, mesmo nas indústrias visivelmente em expansão (...) O crescente desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais (Hobsbawm, 1995, p.403)

Como conseqüência temos o declínio dos sindicatos e das esperanças em instituições tradicionalmente encarados como legítimas representantes dos interesses coletivos de todos na esfera pública. Quanto ao último caso, estamos falando dos partidos políticos tradicionais e dos “homens públicos” (políticos profissionais). Nesse sentido, a esquerda política é particularmente atingida. Isso porque tradicionalmente esteve ligada aos anseios mais propriamente sociais dos grupos subalternos na sociedade. A crise atinge assim as autoridades

²¹ No auge da “Era de Ouro” era exportado pelos EUA apenas 8% do seu PIB; no Japão a porcentagem era ainda menor. Mas “entre 1965 e 1990, a porcentagem do produto mundial destinado às exportações iria duplicar” (Hobsbawm, 1995, p.272). Mas essa tendência do mercado mundial não pode ser exagerada, cf. Andrade – a partir dos dados levantados sobre a economia mundial pelo economista Aldo Ferrer: “a demanda interna dos países absorve cerca de 80% da produção e gera 90% dos empregos ... a poupança doméstica financia mais de 95% da formação de capita” (Andrade, 2000, pp.36-7). Embora o comércio mundial e o investimento direto no estrangeiro (IED) cresçam a um ritmo superior ao de outras formas de intercâmbio, seu volume total ainda é pequeno: o comércio mundial representa algo em torno de 20 a 30% das trocas totais e o IED não ultrapassava, em 1990, 1% do PIB mundial (cf. Bensaïd, 1995, p.29).

²² Cf. Salama, 1995, p.170.

institucionais. Vejamos: “*durante as décadas de crise as então estáveis estruturas da política nos países capitalistas democráticos começaram a desabar*” (idem, p.407).

O paradoxal é que o declínio dos sindicatos e a institucionalização da maioria dos partidos políticos de esquerda (não raro os de maior densidade eleitoral) no interior da hegemonia do capital, tenham se iniciado dentro da própria ordem institucional democrática a qual lutaram para fazer parte, sendo ainda responsáveis pelo fortalecimento dessa ordem. As políticas neoliberais de ataque ao movimento operário organizado, com vistas à elevação da taxa de lucro das empresas (com a participação, inclusive, de inúmeros socialistas e ex-socialistas) evidenciaram a contradição. A luta de classe no interior da sociedade de Bem-Estar foi perdida pelo proletariado ao final, a despeito das conquistas que obteve durante a “Era de Ouro”. A plataforma e estratégia política e sindical do proletariado tinham por base o reformismo social-democrata. Assim, não é equivocado afirmar que o horizonte político da social-democracia é uma ordem política centrada no Estado capitalista, ainda que de “Bem-Estar”. Além disso, a história demonstrou que o Estado de Bem-Estar depois de alcançado não é insubstituível; além do que, não se estendeu nem mesmo por todo o mundo capitalista.

Nunca é demais lembrar uma contradição insuperável do Estado burguês: para poder se legitimar este Estado precisa encarnar o papel de representante de todas as classes (universalidade), enquanto é, por definição, um Estado de classe, o Estado de uma classe, da burguesia em última instância (particularidade). Portanto não pode representar a todos de igual forma e, ao fim e ao cabo, representa a classe que o instituiu, que lhe forneceu suas bases sociais, políticas e econômicas

Não tardou para que uma variante do pensamento político, proveniente do espectro liberal, surgisse à cena. Um pensamento ultraliberal disposto a combater toda a herança do período de acumulação fordista, sobretudo sua concepção de Estado regulador contrária aos preceitos mais fundamentais da teoria econômica clássica e neoclássica. Inicialmente recebeu uma denominação um tanto vaga, que logo se tornou uma expressão usual, sobretudo pelas esquerdas: *neoliberalismo*. Através de um conjunto de políticas econômicas, promoveu a liberalização/desregulamentação econômica considerada necessária à dinâmica da acumulação em época de crise.

Como ideologia, o neoliberalismo manifesta uma vigorosa oposição ao Estado intervencionista de Bem-Estar, por outro lado faz uma defesa intransigente do livre mercado

como regulador supremo das atividades econômicas. Politicamente, pôde se concretizar inicialmente na Grã-Bretanha e nos EUA, com a vitória de seus representantes nas eleições desses países, respectivamente em 1979 e 1980. Posteriormente se espalhou pelo mundo (Europa Ocidental, países do antigo bloco comunista do Leste Europeu, América Latina)²³. O avanço do neoliberalismo liga-se profundamente a *“chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (...) A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno”* (Anderson, 1998, p.10).

Trata-se de uma reação política e ideológica frente à crise econômica que começara a viver o mundo capitalista. O objetivo da política econômica neoliberal era reverter a tendência de crise e promover o desenvolvimento do capitalismo, a partir de medidas liberais: estabilidade monetária, disciplina orçamentária, reformas fiscal, previdenciária, tributária e outras, controle inflacionário, ajustes via taxa de juros, etc. Nesse quesito fracassou fragorosamente: *“o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE”* (idem, p.16).

A década de 1990 não reverteu os péssimos resultados das políticas neoliberais: *“atualmente, com a recessão dos primeiros anos da década de 90, todos os índices econômicos tornaram-se muito sombrios nos países da OCDE”* (idem, p.16). Ainda hoje a crise do capital não saiu do horizonte. E os eufóricos neoliberais agora nem mesmo aceitam assim serem chamados. Eles simpatizam aparentemente com uma outra expressão, mais vaga que a anterior, um híbrido que já começa a difundir sob a alcunha de “social-liberalismo”, ou algo semelhante. Fracassada em seus objetivos, a teoria neoliberal procura lançar mão da faceta camaleônica a fim de continuar agindo impunemente. Objetivamente, não passa de um disfarce das políticas liberais que, não podendo fazer tudo como desejariam, necessitam se “ocultar”. Nos termos em que opera a atual internacionalização da economia, dada a liberdade de movimento do capital pelo mundo, o “social-liberalismo” (ou “liberalismo social”) torna-se

²³ Na verdade a primeira experiência neoliberal – uma espécie de “projeto piloto” – aconteceu anos antes, na América Latina, durante o governo militar de Pinochet no Chile (1973-1990).

uma armadilha ideológica na qual caíram muitos da própria esquerda²⁴. Por fim, cabe dizer que o neoliberalismo está essencialmente ligado à “reestruturação produtiva”, a qual discutiremos adiante.

A crise iniciada nos anos 1970 levou ainda a um maior distanciamento entre os países considerados “ricos” e “pobres”²⁵. Para alguns autores esta é a consequência mais fundamental: “*o principal efeito das décadas de crise foi (...) ampliar o fosso entre países ricos e pobres*” (Hobsbawm, 1998, p.413)²⁶. Esse efeito toma uma importante dimensão se recordarmos um dos principais objetivos durante a expansão capitalista da “Era de Ouro”, senão o mais almejado: promover o desenvolvimento de todas as nações, tal qual o que ocorria nos países de capitalismo avançado. Parecia possível uma ordem mundial pautada na prosperidade permanente. Não poucos reconhecidos intelectuais e políticos de distintas partes do mundo escreveram algo a esse respeito²⁷. À época da expansão uma tal realidade aparentava atingível; agora, o contrário é o que ocorre. Retrospectivamente, se constatou que:

No Terceiro Mundo, as promessas de progresso e emancipação das necessidades materiais, fim da escassez, pleno emprego, participação dos trabalhadores nos lucros, que alimentaram – no plano político e ideológico – os acordos das organizações sindicais e partidos de esquerda com o capital e governos conservadores e social-democratas dos países industrialmente avançados, tornaram-se sonhos irrealizáveis (Andrade, 2000, p.39).

Juntamente com a reestruturação produtiva e o neoliberalismo o capital buscou reformular as condições da submissão dos países periféricos: “*Ao reconfigurar a relação capital-trabalho, reformula o padrão de desenvolvimento dos países periféricos. Tratava-se*

²⁴ Sobre os limites das estruturas democrático-liberais do Estado burguês para a implementação de um projeto verdadeiramente social e de massa, ver Anderson, 2002, pp.195-242.

²⁵ A concentração da riqueza em nível mundial convive lado a lado com o aumento da pobreza no mundo como um todo. Conforme Andrade, com base nos dados do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, de 1992: “*Em 1965, a renda per capita de 2% dos habitantes mais ricos do planeta era trinta vezes maior que as dos 20% mais pobres. Em 1990, essa diferença já era de 60 vezes, e a tendência é aumentar. Em relação à América Latina, a renda per capita, que em 1979 era 36% da dos países ricos, baixou para 25% em 1995, e a parcela de renda dos 20% mais ricos do mundo cresceu 14%, de 1965 para 1990, alcançando 83% do PIB mundial*” (Andrade, 2000, p.38).

²⁶ As economias do Terceiro Mundo declinaram substancialmente, em média, no conjunto da riqueza mundial produzida: “*O verdadeiro PIB per capita da África subsaariana caiu de 14% do dos países industriais para 8% entre 1960 e 1987; o dos países ‘menos desenvolvidos’ (que incluíam africanos e não africanos), de 9% para 5%*” (Hobsbawm, 1995, p.413).

²⁷ Por exemplo: “The end of ideology” de Daniel Bell; “A sociedade afluyente” de John Galbraith; “Beyond welfare state” de Gunnar Myrdal; “The future of socialism” de Anthony Crosland (cf. Hobsbawm, 1995, p.280)

de uma das respostas do capital à crise desenvolvida desde a década de 1970” (Eurenice, 2004, p.78).

O declínio das esperanças no desenvolvimentismo levou ao incremento, sem precedente, das aplicações financeiras, abalando ainda mais a estabilidade mundial. Gradativamente a financeirização tornou-se o aspecto mais destacado da mundialização do capital²⁸.

Na direção contrária à da “Era de Ouro”, cuja expansão se dava através do investimento produtivo de capital, o movimento do capital hoje é cada vez ligado às finanças mundiais, principalmente ao mercado de câmbio internacional. Nos anos 1980 sua atração por atividades “*puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais*” (Anderson, 1998, p.16). O agigantamento das operações financeiras traz consigo as inversões especulativas de capital como fonte de obtenção de lucro. Tradicionalmente o incremento de atividades especulativas gera riscos para a estabilidade econômica; é o que tem ocorrido ao mundo capitalista desde o início da década de 1980 – México, Brasil, Argentina e outros países anunciaram “estado de suspensão de pagamento da dívida externa” já em 1982 (Bihr, 1998, p.77). Desde então “*o mundo capitalista se instalou em uma situação de crise financeira internacional latente, devido a acumulação de títulos de crédito cada vez mais duvidosos pelo sistema bancário internacional*” (idem, p.78).

Os interessados na manutenção da ordem capitalista não ficaram passivamente aguardando a crise implodir de uma vez por todas os pilares que a sustentava. Na verdade muitos nunca acreditaram que isso pudesse acontecer. A fim de prevenir infortúnios os governos abriram a década de 1980 com uma “*verdadeira inversão de sua política econômica*” (idem, p.76). Iniciava-se o enérgico combate contra a inflação, às organizações dos trabalhadores e pela desestatização da economia. A crítica ao padrão de acumulação fordista passava agora a ser claramente explicitada, através do processo de liberalização/desregulamentação da economia, da reestruturação produtiva, das políticas neoliberais, em suma, de uma nova organização internacional do trabalho.

²⁸ O incremento das atividades financeiras precedendo crises cíclicas do capitalismo não é uma inovação da era da mundialização do capital, tendo ocorrido em outras oportunidades, por exemplo em 1929. A esse respeito ver: Chesnais (1996); Arrighi (1996).

Para tanto, foi necessário o “*remanejamento total do modo de produção*” (idem, p.76) na causa da superação da crise de valorização do capital. A saída seria romper com o padrão de acumulação do capital de tipo fordista, baseado no “compromisso social” (idem, p.69).

Atingiram êxitos parciais como a recuperação da taxa de mais-valia (Bihr, 1999, p.77), a redução da taxa de inflação (Anderson, 1998, p.15), o avanço do processo de deslocalização das empresas para fugir do confronto com os trabalhadores organizados (Chesnais, 1999, pp.308-9) e a recuperação da taxa de lucro das empresas (Bihr, 1999, p.77; Anderson, 1998, p.15). Contudo, a reanimação do capitalismo mundial não ocorreu.

A crise persistia, por outro lado, com aumento do desemprego, redução do poder de compra dos assalariados, altas taxas de juros, compressão dos gastos públicos, queda na taxa de investimento produtivo, aumento da pobreza e mesmo da miséria. Tudo isso somado ao fracasso em alcançar o objetivo mais importante, qual seja, a recuperação da “taxa natural” de crescimento nos países da OCDE. A crise de acumulação do capital que “*tem por origem o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais*” (Chesnais, 2005, p.38) dura até hoje, a despeito de todos os esforços dos governos e dos capitalistas para poder debela-la.²⁹

A crise econômica mundial crônica, com recuperações tímidas seguidas de sérias depressões, esfacelou o “modo de regulação fordista”. Este sempre se pautou em assegurar certas convenções correspondentes à relação das grandes empresas com a classe trabalhadora e o Estado. Com a “*desregulamentação cumulativa*” dos mecanismos fordistas de estabilização, o capital recupera sua mobilidade total (Chesnais, 1996, pp.304-10). A impossibilidade de continuar regulando a economia e a vida das sociedades pelo “compromisso fordista” se manifestou pelo fato “*de que a raiz da crise do sistema de regulação deveria ser buscada, de modo absolutamente central, na derrubada das formas tradicionais da economia do Estado nacional, diante da mundialização do capital*” (idem, pp.298-9). Vemos, então, o declínio do padrão de acumulação fordista e de seu modo de regulação e a ascensão de uma nova etapa da

²⁹ De acordo com Jorge Beinstein: “*a taxa de variação anual do Produto Mundial Bruto alcançou uma média de 4,5% entre 1970 e 1979, desceu para 3,4% entre 1980 e 1989 e para 2,9% entre 1990 e 1999*” (Beinstein, J. **Capitalismo senil**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.104).

Desde 2003 tem-se verificado um aumento da taxa de crescimento econômico mundial. Contudo, esse crescimento econômico tem sido insuficiente, como comprova a incapacidade das economias capitalistas – mesmo as mais ricas – em gerar postos de trabalho em número suficiente, bem como promover a retomada do investimento produtivo, duas condições necessárias ao desenvolvimento de um novo ciclo de prosperidade econômica e social.

internacionalização: *a mundialização do capital*. Aprofundamo-nos, a seguir, a análise sobre a mundialização do capital.

3. A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

A mundialização como fase específica do processo de internacionalização do capital – como organização da produção, das trocas e das finanças em escala transnacional – se consolida nos anos 1980 com a liberalização/desregulamentação comercial e dos mercados financeiros nacionais, criando as condições institucionais-legais necessárias ao movimento do capital, inicialmente centralizado nas empresas transnacionais e nos grandes bancos, mas agora, cada vez mais, nos fundos de investimentos financeiros. A mundialização não dá origem a uma nova fase do capitalismo, ou seja, distinta da era do capital monopolista (e imperialista)³⁰. Seu móvel inicial foi o capital-dinheiro, que podia livremente escolher entre os diferentes preços da força de trabalho pelo mundo, vantagens as mais diversas, e ainda incrementar suas atividades financeiras por fora dos sistemas bancários nacionais, através de um mercado interbancário internacional (euromercados).

Como já anunciado anteriormente, a mundialização não teria se tornado possível sem a acumulação ininterrupta de capital mundial desde pelo menos 1914. Nesse sentido, há uma história que antecede o período da mundialização do capital e que lhe dá sentido, até chegar o momento em que, à medida que avançava década de 1990 à dentro, mais se acentuava a predominância financeira, chegando a ponto de a valorização do capital na esfera financeira constituir-se de maneira relativamente autônoma frente ao capital produtivo. Sua força pode ser definida pela junção das atividades empresariais das empresas transnacionais (que, no limite, estão reunidas em torno de um oligopólio mundial) a fluxos comerciais, a investimentos externos diretos (IED) e a mundialização das finanças.

A acumulação espetacular de capitais durante o século XX, celeremente durante a “Era de Ouro”, foi fundamental para impulsionar o poder do capital financeiro. O ponto de partida foi a “*centralização do capital sob a forma financeira*” em empresas transnacionais e em

³⁰ A mundialização como uma “etapa” do processo de internacionalização do capital não significa que o capitalismo passou a uma nova fase ou momento, como é comum se dizer na literatura teórica. A expressão “etapa” é aqui empregada unicamente para demarcar as especificidades históricas do capitalismo a partir dos anos 1980. Com efeito, o capitalismo ainda se encontra na sua fase monopolista.

grandes bancos ocorrida nos EUA na década de 1950 e na Europa na década seguinte (Chesnais, 2005, p.37). Em 1958 nasce um mercado interbancário privado em Londres para onde aflui esse capital centralizado. São os assim chamados euromercados. O destino desse dinheiro acolhido inicialmente pelos bancos britânicos é a atividade financeira, ainda marginal para os grandes grupos capitalistas (sobretudo sob a forma de empréstimos de curto prazo).

Com o crescente déficit da dívida federal e do balanço de pagamentos dos EUA entre as décadas de 1960 e 70, o governo americano vai à procura de meios monetários para arcar com o desequilíbrio de suas contas. E os encontra na política do endividamento público (liberação do mercado de títulos da dívida pública, tendência de alta da taxa de juros, valorização do dólar). Com isso agrava-se a crise da dívida nos países do Terceiro Mundo enquanto a dívida dos países centrais cresce. O euromercado floresce com “*crescimento quantitativo e qualitativo*” do capital financeiro internacional (idem, p.40).

A partir de 1976 o movimento de capitais em direção ao euromercado se intensifica com a crise do petróleo. Com dólares queimando seus bolsos, dado a alta espetacular do preço do barril de petróleo no mercado internacional, os Xeiques do Golfo Pérsico aplicam seus petrodólares no euromercado. Esse montante é direcionado, na forma de empréstimo, aos governos do Terceiro Mundo ciosos de dinheiro para equilibrar suas contas e promover investimentos (idem, p.39).

Deve-se acrescentar que durante a expansão do capitalismo na “Era de Ouro” ocorreu “*um avanço bastante espetacular na (...) internacionalização da economia*” (Hobsbawm, 1995, p.264), a partir da expansão do comércio internacional de mercadorias, muito embora com a forte presença do Estado nacional na economia: o “*Estado planejava, racionalizava e orientava a produção*” (Padrós, 2003, p.236). Durante o *boom* de crescimento ocorreu a multiplicação da

capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão do trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada. De início, isso se limitou em grande parte ao conjunto das chamadas “economias de mercado desenvolvidas” ... [ao final] A Era de Ouro continuou ancorada nas economias dos países núcleo do capitalismo (Hobsbawm, 1995, p.265)

Essa enorme capacidade produtiva fortaleceu as trocas comerciais internacionais, mas sem ilusões, novamente beneficiando os países de capitalismo avançado.

O início da acumulação financeira tem por ponto de partida os dólares americanos aplicados fora dos EUA. Os euromercados passam por um crescimento notável na década de 1970. Na década seguinte têm vez as políticas de liberalização/desregulamentação monetária, comercial e financeira, promovidas pelos próprios governos nacionais contra os entraves que seus sistemas impunham ao movimento de capitais (Chesnais, 2005, p.35). Esse novo movimento do capital mundial se desenrola através de uma espécie de “modernização/atualização” das economias nacionais por seus governos impassíveis frente ao movimento de acumulação, iniciado bem antes com os capitais produtivos centralizados. As estruturas políticas e ideológicas das nações se adaptaram à dinâmica mundial do capitalismo. Nos anos 1980 ocorre uma explosão das finanças, derivada em grande medida do processo de retroalimentação dos mercados pelo crescente poder do capital financeiro. Entre as décadas de 1980 e 1990 o comércio exterior retoma seus ritmos de crescimento mais rápidos que os dos PIB’s nacionais (Chesnais, 1996, p.215).

Na década de 1990 dá-se início a incorporação dos mercados financeiros “emergentes” ao sistema de finanças, dirigida pelo FMI e pelo Banco Mundial. O notável aumento das atividades puramente financeiras dos grupos industriais, o incremento da interconexão internacional dos mercados financeiros nacionais e a consolidação dos investidores institucionais (seguradoras, fundos de pensão, fundos mútuos) como os principais agentes dos mercados financeiros, lugar antes ocupado pelos bancos, são frutos desse período. O mais acentuado processo de mundialização transcorre na esfera financeira. Alcançamos, assim, a mais recente evolução da mundialização do capital: *a mundialização financeira* (presidida pelo capital financeiro). A partir daí a “*esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores [do mercado] e as necessidades mundiais*” (idem, p.239).

É importante salientar ainda que além do caráter apenas relativo da autonomia do capital financeiro, esta forma particular de capital – que se apresenta como momento predominante no atual quadro de valorização do capital – a despeito de sua importância, a rigor, no centro do processo, se encontra o *capital em geral*, existindo como capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital-financeiro. Conforme Alves:

Ele – o capital – impõe-se como “capital em geral” e não propriamente como o capital em suas formas particulares (...) Na verdade, os “agentes” do capital em processo, as corporações multinacionais (...) tendem a existir como encarnações individuais de todas as formas de existência do capital: capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria (Alves, 2005, p.19-20).

Concretamente, o movimento do capital da produção em direção às finanças é representado pela passagem, através da venda de mercadorias, da forma capital-produtivo à condição de capital-dinheiro. O capital-dinheiro passa a ser aplicado em operações de divisas, ações, títulos de dívidas públicas e outras obrigações. No limite, o capital-financeiro se auto-valoriza com a especulação, procurando vorazmente a liquidez no curto prazo, mantendo-se sob a forma de capital-dinheiro.

O movimento das atividades financeiras em direção ao mercado mundial não emerge com o processo de liberalização/desregulamentação das economias nacionais no decorrer dos anos 1980, como pudemos ver, pois tem como antecedente os capitais industrial e bancário, centralizados e depois canalizados a um sistema interbancário privado externo aos sistemas nacionais, já nas décadas de 1950-60³¹. Por outro lado, “*a progressão da acumulação financeira foi estritamente ligada à liberalização dos movimentos dos capitais e a interconexão internacional dos mercados dos ativos financeiros*” (Chesnais, 2005, p.36). Nesse sentido, o processo de liberalização/desregulamentação tem uma importância muito grande na ascensão do capital financeiro, pela amplitude das medidas que colocou em andamento:

As medidas tomadas a partir de 1979 [nos EUA e na Grã-Bretanha] acabaram com o controle de movimento de capitais em relação ao exterior (entradas e saídas), ou seja, liberalizaram, melhor dizendo escancararam os sistemas financeiros nacionais. Estas medidas também abrangem as primeiras fases de um vasto movimento (que ainda está por ser concluído) de desregulamentação monetária e financeira (Chesnais, 1996, p.258).

O processo de liberalização/desregulamentação, em verdade iniciado já em 1979³², coloca a necessidade de “*erradicar todos os obstáculos de ordem legal, político-social e moral do Estado que entravam a ‘livre’ expansão do capital privado*” (Andrade, 2000, p.42). Um processo realizado pela própria ação do Estado nacional, tendo por base o consolidado movimento internacional dos agentes financeiros privados.

³¹ Chesnais denomina esse momento de “*etapa da internacionalização financeira indireta*” (1999, p.23).

³² Chesnais, 1996, p.18.

O processo de liberalização/desregulamentação marca, isto sim, o nascimento das formas contemporâneas das operações financeiras (serviços financeiros desvinculados dos bancos, abertura dos mercados nacionais, expansão dos mercados de obrigações). Em suma, o movimento dos poderes instituídos na direção da liberalização/desregulamentação econômica compreende as novas determinações da produção mundial (com destaque para o trabalho), das trocas internacionais e, acentuadamente, das finanças mundializadas.³³

A mundialização financeira resultante desse processo “*designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais*” (Chesnais, 1999, p.12). Nesse ambiente de quase nenhuma regulamentação, onde as atividades econômicas usufruem de autonomia relativa frente a produção e as autoridades monetárias, os operadores financeiros atuam com desenvoltura (idem, p.12). A mundialização das finanças, nos termos em que opera no contexto atual, revela a intensidade das mudanças ocorridas no campo econômico, como consequência da crise do capital: “*A dinâmica específica da esfera financeira, seu crescimento em ritmos qualitativamente superiores aos do investimento, do PIB ou do comércio exterior, talvez seja o fator que, por si só, mais abalou a situação econômica dos últimos quinze anos*” (idem, p.14).

De acordo com Brenner a financeirização da economia encontra:

suas raízes profundas numa crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de propiciar uma taxa de lucro adequada. Assim, o surgimento de excesso de capacidade e produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970 (...) As raízes da estagnação e da crise atual estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro que se originou no excesso de capacidade e de produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional (Brenner *apud* Antunes, 2002, p.30).

Dado a queda do rendimento do capital industrial e a diminuição do consumo, frutos da abertura da crise nas décadas de 1960-70, o capital industrial acumulado e não investido aflui

³³ O aspecto financeiro mundial acentuado do processo de liberalização/desregulamentação é dado inicialmente pelo “*fato de que a colocação de títulos públicos no mercado internacional tenha ocorrido junto com a aplicação, pelos EUA, de uma política monetária que instaura, de maneira transitória, um dólar com elevada taxa de câmbio e, de maneira duradoura, um regime de taxas de juros reais positivos (...) contribuiu decididamente para assegurar a difusão internacional das medidas de liberalização e desregulamentação financeiras, assim como a adoção do mesmo modo de financiamento dos déficits pela grande maioria dos países da OCDE*” (Chesnais, 1998, p.27).

para a esfera financeira, fortalecendo-a. Para lá também ocorre o capital bancário não sujeito aos controles nacionais. O avanço das inversões financeiras qualitativamente superior ao investimento produtivo demonstra bem que tipo de capitalismo “habita entre nós”.³⁴

A mundialização financeira é a “saída” encontrada pelo capital para escapar da crise de valorização no ciclo produtivo³⁵. É o corolário do incontrolável avanço das transações na esfera financeira; e é sintomática da instabilidade estrutural gerada pelas contradições internas do modo de produção capitalista. Além disso, se estruturou, em boa medida, na superexploração dos países periféricos do capitalismo, através de suas dívidas acumuladas. A insaciabilidade das finanças, cuja dinâmica é comandada por mecanismos particulares desta esfera, é uma dimensão da incontrolabilidade do capital.

4. OS AGENTES DA MUNDIALIZAÇÃO

A *empresa transnacional* foi muito importante para a afirmação do processo de mundialização. As primeiras empresas desse tipo surgiram nos EUA e sua expansão já ocorre a partir da década de 1950³⁶. Atualmente possuem uma presença considerável nos mercados financeiros e no intercâmbio internacional.

A partir da internacionalização dos grandes grupos torna-se cada vez maior a busca destes pela diversificação das atividades financeiras, como também serve de incentivo à interpenetração entre o capital industrial e financeiro através do mercado de ações³⁷; o que tem acarretado muitas vezes atritos decorrentes de interesses conflitantes entre a produção-comercialização e as finanças na hora de obter os rendimentos (entretanto, há inúmeros casos de empresas transnacionais que atuam através da especulação no mercado de câmbio). Apesar dos conflitos, em síntese, a relação entre estes grandes agentes da mundialização do capital

³⁴ Cf. Katz: “Na atualidade, negocia-se diariamente nos mercados cambiais somas equivalentes às reservas em divisas de todos os países. As somas comprometidas são dez vezes maiores que os produtos brutos dos países mais industrializados” (1995d, p.241).

³⁵ Entre 1980 e 1992 o crescimento da taxa de formação de capital fixo privado (bruto) nos países da OCDE ficou em 2,3%, enquanto que os estoques de ativos financeiros cresceram 6% (dados da OCDE, In. Chesnais, 1999, p.14).

³⁶ Ver: Hobsbawm, 1995, p.273; Chesnais, 1996, p.50.

³⁷ Por um lado, a procura das grandes empresas pelo lucro financeiro se acentua e, por outro lado, é cada vez maior o assédio do capital financeiro pelos ativos industriais: “Nos últimos quinze anos, a aceleração do processo de financeirização dos grupos industriais, bem como o aumento do peso da finança internacional sobre a indústria sob formas múltiplas, tiveram, em interação com os mecanismos macroeconômicos resultantes das políticas governamentais, efeitos nocivos sobre o investimento” (Chesnais, 1998, p.28).

também é de cooperação: “os grupos industriais, de um lado, e as instituições financeiras e grandes bancos, de outro, mantêm entre si relações de cooperação/conflicto, mas também vínculos de interpenetração recíprocos, cuja forma e meio variam de um país para outro” (Chesnais, 1996, p.276).

A empresa transnacional tem origem nacional: “Uma empresa (ou um grupo), em geral de grande porte, que, a partir de uma base nacional, implantou no exterior várias filiais em vários países” (Michalet *apud* Chesnais, 1996, p.73). Desta definição derivam duas questões fundamentais para o entendimento desses grandes grupos privados:

a companhia multinacional invariavelmente começou a se constituir como grande empresa no plano nacional, o que implica, ao mesmo tempo, que ela é resultado de um processo, mais ou menos longo e complexo, de concentração e centralização do capital, e que, freqüentemente, se diversificou, antes de começar a se internacionalizar (Chesnais, 1996, p.73).

Primeiro, o capital industrial é centralizado pelos grandes grupos empresariais. Depois se diversifica e passa a atuar de modo cada vez mais internacionalizado, dado seu processo cumulativo de mobilidade, intensificado com a liberalização/desregulamentação.

Atualmente a empresa transnacional pode ser definida como tendo por base um determinado país, com atividades diversificadas em vários outros países, que podem incluir filiais em sentido tradicional, ou seja, que realizam atividades produtivas, ou, na tendência atual, como fornecedora de serviços bastante diversificados. A “empresa matriz”, situada no país de origem, desempenha a função de “centro de decisão financeiro” (Morin *apud* Chesnais, 1996, p.75). Mas torna-se cada vez mais difícil determinar com precisão as fronteiras entre “matriz” e “filiais”, dado à diversificação das atividades dos grandes grupos transnacionais (Chesnais, 1996).

Mas a instituição (não oficial) ligada ao ciclo produtivo do capital mais poderosa no mundo de hoje é o *oligopólio mundial*. Embora o oligopólio não seja novidade na história do capitalismo, após a Segunda Guerra, com o crescimento do mercado internacional de mercadorias, houve um acirramento da concorrência entre capitais de diferentes nacionalidades. Os oligopólios logo trataram de delimitar “os espaços de concorrência e competitividade” (Andrade, 2000, p.37). Na última década, a concentração oligopolista foi estimulada pela abertura dos processos de fusão-aquisição de empresas, promovida por capitais estrangeiros, nos EUA, na Europa e no Japão. Assim, não podemos nos deixar

enganar ao aceitar a caracterização da atual fase como a de um capitalismo competitivo, como gostariam os liberais mais bem intencionados; diferentemente, trata-se de compreendê-la como uma época atravessada por uma espécie de concorrência oligopolista que age no centro do sistema. Segundo Chesnais:

definimos o oligopólio mundial como um “espaço de rivalidade”, delimitado pelas relações de dependência mútua de mercado, que interligam o pequeno número de grandes grupos que, numa dada indústria (ou num conjunto de indústrias de tecnologia genérica comum), chegam a adquirir e conservar a posição de concorrente efetivo no plano mundial. O oligopólio é um lugar de concorrência encarniçada, mas também de colaboração entre grupos (...) de modo que as relações que constituem o oligopólio são, em si mesmas e de forma inerente, um importante fator de barreira à entrada de outros (Chesnais, 1996, p.93).

A definição acima delimita bem a força do oligopólio mundial no interior da acentuada concorrência internacional – em boa medida, deliberadamente, como maneira de promover a destruição de capitais excedentes. Ressalta ainda como essa concorrência nacional/internacional, embora “encarniçada”, cria condições para uma convivência minimamente possível, impedindo que os poucos grupos envolvidos – após terem eliminado seus concorrentes aspirantes à condição de oligopólio – destruam a si mesmos. Preservam o “espaço” privilegiado e restrito em que operam, podendo mesmo colaborar entre si (as estratégias de transferência de tecnologia são um exemplo disso). Assim procedem não por pura solidariedade para com a “concorrência”, mas pela necessidade de preservar o “espaço” em que atuam com um mínimo de estabilidade, por um lado e, por outro, para se protegerem de outros grupos ambiciosos ainda não pertencentes ao seu círculo restrito. A particularidade do oligopólio atual, a sua atualização à mundialização do capital, está em que:

Formas muito concentradas de produção e comercialização, em escala internacional, não são novidade nenhuma (...) O que é característico da chamada fase de mundialização é a extensão de estruturas de oferta muito concentradas (...) bem como a numerosos setores de fabricação em grande escala (idem, p.94-5).

A alta concentração de capital que se verifica atualmente domina e organiza a oferta de bens e serviços oferecidos às pessoas de um modo que não encontra precedentes na história. As disputas fundamentais da competição econômica se concentram cada vez mais no interior do oligopólio mundial, assentado no capital transnacional, que tem no movimento da mundialização financeira sua principal fonte de lucros. Mas, a concorrência se processa

também entre países e blocos econômicos regionais, tendo por sustentáculo as disputas imperialistas.

Contudo, atualmente os agentes mais importantes da mundialização do capital na esfera financeira são os *investidores institucionais*, mormente os *fundos de pensão* e os *fundos mútuos* (coletivos). Sua força financeira ultrapassou a dos bancos, graças ao volume de capital-dinheiro que mobilizam e movimentam no mercado. A ascensão dos investidores institucionais (consolidados já nos anos 1970) como agentes centrais na era da hipertrofia da esfera financeira ocorre nos anos 1980-90:

Receptáculos privilegiados da poupança financeira dos assalariados das grandes empresas e das famílias afortunadas ao longo dos anos 80-90, num contexto de aumento crescente das desigualdades de renda, os fundos de pensão e os *mutual funds* surgiram como os principais atores do mercado financeiros, transformando a amplitude, a estrutura e o funcionamento desses mercados. Tornando-se os principais acionistas de empresas, mas também seus principais emprestadores, assim como dos Estados (Sauviat, 2005, p.109).

O capital-dinheiro mobilizado pelos fundos é formado pelas rendas pessoais na forma de poupança centralizada sob seu poder, sobretudo a renda dos trabalhadores (as caixas de aposentadoria), administradas na maioria das vezes por agências cada vez mais especializadas. Tais rendas cresceram vertiginosamente durante a fase de ascensão do emprego e do enriquecimento de famílias burguesas durante o fordismo. Regimes de previdência por capitalização (precursores dos atuais fundos de pensão) muito se difundiram no capitalismo anglo-saxônico (EUA, Reino Unido, Canadá) e em países europeus como Holanda e Suíça, entre a Segunda Guerra e os anos 1970 (idem, p.111), frutos de uma época de desenvolvimento dos regimes de previdência social e, em parte, das pressões dos sindicatos para “dividir o bolo” da riqueza das empresas, de acordo com os investimentos realizados.

A modalidade dos fundos de pensão, enquanto operadores do mercado financeiro, surge da necessidade de “reestruturar” sentida pelos capitalistas no decorrer nos anos 1980:

Durante esse período, o intenso movimento de reestruturação das empresas conduziu muitos empregadores a fechar seus regimes de benefício definido [benefício definido ao final do tempo de trabalho dos assalariados] aos fundos para especular com seus excedentes e obter assim a liquidez necessária para as crescentes operações de fusões-aquisições (idem, p.112).

Em ambos casos (no regime de previdência assegurada e nos fundos financeiros) é possível notar uma certa cumplicidade entre capitalistas e sindicatos. É claro que cada lado vai a procura das vantagens que considera mais importantes para “os seus”. Mas, ao final da atividade financeira, o que deveria estar assegurado, pelos dois lados, é a garantia do investimento do capital produtivo, gerando lucros para o capitalista, e bons salários para os trabalhadores. Atualmente, mudou as condições para isto. Como se pode notar da citação acima, quem dá as cartas afinal é a classe dominante. Esta, logo é acompanhada pelos representantes sindicais dos trabalhadores, no seu esforço de atualização à luta de classe:

Nos Estados Unidos, no Canadá ou no Reino Unido [atualmente] ... os sindicatos reivindicam cada vez mais os direitos de administrar a poupança acumulada nos fundos de pensão. Eles consideram essas formas de poupança um salário diferido e as utilizam como uma arma nova de ação, um trampolim sindical e a consolidação de seu poder. Reclamam seus direitos de assalariados, que se exprimem de fato por direitos de proprietários (idem, p.110).

Fica claro que a *postura defensiva dos sindicatos frente ao capital*³⁸, antes e agora, confirma um modelo de luta de classe cuja expressão vincula-se ao espectro social-democrata. Remete ao atual esforço dessa vertente, ainda muito forte no movimento operário, para tentar manter-se viva no interior da ordem social do capital, alterada pela reestruturação produtiva, na época de sua crise. O que não deixa de ser contraditório:

Mas esse engajamento sindical ao lado de outros acionistas é ambíguo. Visando, a partir de sua postura acionista, reequilibrar as relações de força em favor do trabalho e a regenerar um sindicalismo em declínio em todo lugar, suas margens de manobra são extremamente estreitas, e esse duplo posicionamento é potencialmente portador de conflitos de interesse e se presta a confusão de papéis (idem, p.110-1).

Mas para além dos limites impostos pelas “margens de manobra extremamente estreitas”, o engajamento sindical no mundo das finanças mundializadas – lugar dominado pela liquidez e por altos e apressados rendimentos, indiferente aos custos sociais que implica, além da tendência à especulação – faz dos “interesses” dos assalariados por rendimentos a

³⁸ Posicionamento que começou já com o surgimento dos primeiros sindicatos que, sem eliminar o antagonismo presente na relação capital-trabalho, fez do trabalho um interlocutor autorizado do capital, e, em seguida, foi transmitido aos partidos políticos operários: “*um movimento que operava no interior das premissas estruturais do sistema do capital, como interlocutor legalmente constituído e regulado pelo Estado*” (Mészáros, 2003, p.91).

condição da destruição do seu próprio trabalho, na medida em que, com a reestruturação produtiva do capital (“produção flexível”), gerar lucros financeiros significa em grande parte destruir força humana de trabalho. Sauviat nos dá a pista:

Em face do objetivo fixado de maximização do valor acionário para responder às exigências dos mercados e à intensificação da concorrência, não são os interesses dos assalariados criadores de riqueza e da valorização do capital humano como fator possível de competitividade que guiam a política dos dirigentes da empresa. Ao contrário, estes privilegiaram os esquemas que vão ao encontro das “preferências” dos investidores (idem, p.126).

No entanto, não a totalidade dos assalariados foi da mesma maneira atingida pela maximização do valor acionário: *“esse novo modelo permitiu um importante enriquecimento de uma pequena parcela de assalariados privilegiados, formada de quadros dirigentes”* (idem, p.127). Em todo caso, não se trata de culpabilizar os trabalhadores, mas de compreender as condições que levaram à introdução dessa lógica rentista na atuação do movimento organizado dos trabalhadores, no interior de esquemas bastante desenvolvidos de mercado. Contudo, e avançando a discussão para um ponto além do qual Sauviat desenvolve seu texto, não podemos deixar de evidenciar a disposição do movimento sindical social-democrata em aceitar “as regras do jogo” do mercado. Se no passado estava comprometido com o desenvolvimento econômico produtivo das empresas, agora com o primado da lógica financeira dos mercados (mercados estes que, na realidade, não são outra coisa senão a atuação dos operadores financeiros).

Um estudo do FMI³⁹, que contabilizou os ativos financeiros dos fundos de pensão, das companhias de seguro de vida, das companhias de seguro e dos fundos mútuos dos principais países da OCDE (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido e Canadá), chegou a números estratosféricos⁴⁰. Os dados mostram bem a amplitude e o potencial dos investidores financeiros no mercado financeiro nacional/mundial. O total de todos os ativos de todos os países listados ultrapassa a cifra de onze trilhões e setecentos bilhões de dólares, em 1992. Somente nos EUA, os ativos representam mais da metade desse valor total.

³⁹ “Ativos dos Investidores Institucionais dos Principais Países da OCDE” (ver Farnetti, 1999, p.189).

⁴⁰ O estudo vai até o ano de 1993. Da nossa parte, utilizaremos os dados até o ano de 1992, por estarem completos. Em 1993 não aparecem os valores devidos ao Canadá e ao Reino Unido. Contudo, devemos registrar que em todos os demais países houve um crescimento dos ativos para o ano de 1993.

Podemos compreender mais claramente a dimensão desses ativos quando relacionada com o PIB nacional. Em termos percentuais em relação ao PIB de cada país, os ativos financeiros correspondem a: 42,7% do PIB da Alemanha, 53,8% do Japão, 66,1% do Canadá, 119% dos EUA e 137,1% do Reino Unido. Em dois países os ativos ultrapassam o PIB nacional, sendo um deles a maior economia do planeta; e apenas em um os ativos ficaram abaixo de 50% do PIB.

A dinâmica dos investidores institucionais tem contribuído também para o processo da hipertrofia financeira no interior das grandes empresas, além de cooperar no agravamento da instabilidade da economia mundial em virtude de assumirem crescentemente atividades de risco. No primeiro caso:

os fundos de pensão e os administradores de *mutual funds* buscaram nas aplicações em ações uma força privilegiada de rendimento de sua carteira de ativos e, para isso, começaram a contestar efetivamente o poder dos administradores das empresas. Assim, contribuíram para a afirmação de uma concepção financeira de empresa (idem, p.123)

Quanto ao potencial de gerar instabilidade financeira, lado a lado com as aplicações de risco em que se envolvem freqüentemente, os investidores institucionais têm a “*tendência a se comportar[em] de maneira mimética, contribuem para ampliar a volatilidade dos movimentos de capitais e do preço dos ativos em praças financeiras de menor liquidez*” (idem, p.117). Estas últimas dizem respeito aos “países emergentes”, que desde a década de 1990 têm sido muito procurados para investimento.

Quanto aos *bancos*, tradicionais agentes financeiros, de certa forma, continuam atuando no centro das decisões financeiras, na medida em que constituem bancos ou departamentos de investimento especializados, responsáveis pela administração de alguns fundos de pensão e fundos mútuos. Mas sua presença vem se tornando entretanto mais limitada, dado o avanço das agências de administração especializadas, sobretudo, os fundos mútuos de investimento.

E como se situam os *Estados nacionais* nesse quadro de poderosos interesses financeiros? No nível das relações internacionais, os Estados do capitalismo avançado participam das decisões econômicas e políticas mundiais através do G7 (grupo dos sete países mais ricos do planeta, mais a Rússia, nesse caso G8); quando não por uma mal disfarçada

intervenção através de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a ONU e a OTAN (que teoricamente deveriam superar as mediações estatais em conflitos internacionais).

A busca pela consolidação de blocos regionais/internacionais de comércio como o NAFTA, a União Européia, a ALCA etc é representativa da persistência dos Estados nacionais em se atualizarem (e se preservarem) na fase da mundialização do capital. Os países não pertencentes ao grupo dos países capitalistas centrais estão efetivamente ausentes do centro decisório do poder econômico internacional. Ainda assim, buscam algum apoio para os seus problemas em instituições internacionais, como por exemplo, a OMC.

Da parte dos países membros do G7, estes não se constroem em referendar as políticas econômicas neoliberais, na defesa da liberdade total para o capital e na manutenção da política de liberalização e desregulamentação das economias. Não abandonaram nem mesmo as práticas do imperialismo (imposição de interesse, guerras, invasões territoriais etc) – agora numa fase “*mais mortal*” (Mészáros, 2003, p.109) – encarnadas em muitas ações unilaterais promovidas pelos EUA (Andrade, 2000, p.59); ao que se somam disputas interimperialistas envolvendo, sobretudo, os EUA e a União Européia ou que acontecem no interior mesmo da União Européia (Mészáros, 2003, p.77).

Assim como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo se apresentam como mudanças necessárias ao restabelecimento de condições para uma nova fase de acumulação do capital, também a *reorganização internacional das relações políticas e militares* é considerada condição fundamental para a superação da crise (Bensaid, 1995b, p.36). Dominados pelos Estados imperialistas, organismos internacionais como a ONU e a OTAN se reconfiguram para buscar “saídas” no plano das relações de poder internacional que viabilizem o combate à crise (não apenas econômica, mas também das próprias instituições internacionais). O imperialismo é reforçado por organismos tradicionais como o FMI e o Banco Mundial. Estes assumem a função de controle econômico-financeiro sobre os países periféricos do capitalismo na era das desregulamentações, atuando sobretudo no disciplinamento das dívidas e da política macroeconômica dos Estados.

5. MUNDIALIZAÇÃO E CRISES FINANCEIRAS

A mundialização do capital com predominância das finanças tem gerado crises particulares desde a década de 1980. São crises eminentemente financeiras, ou seja, próprias da dinâmica dos mecanismos da esfera das finanças, sem relação direta com as crises econômicas da produção. Podemos relacionar o *crash* da bolsa de Nova Iorque (1987), a crise bancária japonesa (1990-1), as crises cambiais européias (1992-3), no mercado de títulos americano (1994), a crise mexicana (1994-5), os *crashes* financeiros asiáticos (1997), as crises russa (1998), brasileira (1998) e argentina (2001-2). Contudo, seus efeitos negativos não deixam de ser sentidos na produção e no intercâmbio das mercadorias, evidenciando o grau de interligação entre esses níveis. Diferentemente do passado, as crises não ocorrem posteriormente a uma fase de expansão, embora estejam associadas ao declínio do crescimento dos países capitalistas avançados. Vejamos:

Os “acontecimentos” que marcaram a história monetária e financeira recente – especialmente nos últimos quinze anos – são diferentes dos abalos de amplitude equivalente em épocas anteriores do capitalismo, se tomarmos o ponto de vista de sua relação com o movimento de produção e intercâmbio. Estes não se dão no apogeu, ou perto do apogeu, de uma longa fase de expansão ou de um forte *boom* como o dos anos 1927-1929. Não foram o aspecto propriamente financeiro de uma crise de superprodução clássica. Não foram, pelo menos até agora, o prenúncio de um desmoronamento brutal da produção e do intercâmbio em grande número de países. Em compensação tem como pano de fundo o contínuo declínio do crescimento dos países da OCDE (Chesnais, 1999, p.252).

Não sendo fruto de uma crise de “superprodução clássica”, na medida em que não ocorrem imediatamente a um *boom* econômico, as crises financeiras recentes estão, por outro lado, associadas a uma tendência econômica depressiva do capitalismo. A retomada recente do crescimento mundial tem se revelado lenta, desigual e incerta, sobretudo tomando-se os países separadamente. Ademais, o aumento da taxa de lucro das empresas nos últimos anos não satisfaz as necessidades de reprodução do capital. É evidente que a atração oferecida pela expansão dos mercados financeiros com suas altas taxas de retorno decorrentes é responsável pela queda no investimento produtivo. O que se quer aventar aqui, no entanto, é que a tendência de declínio no longo prazo – mais evidente nas taxas de crescimento do que sobre a taxa de lucro – está associada a uma crise de superprodução crônica, ou seja, permanente, contida aqui e ali por uma variedade de mecanismos de absorção bastante precários. Além do mais, as crises financeiras das últimas décadas, a despeito de sua dinâmica própria, não podem

ser separadas do contexto econômico geral do ciclo produtivo do capital (produção e intercâmbio), o que pode ser provado pela relação entre crescimento lento/financeirização. Nesse sentido, essas crises têm autonomia relativa frente à economia produtiva.

Diferentemente (e perfeitamente legítimo em nosso entendimento) é reconhecer que “o detonador” das crises financeiras atuais são os mecanismos específicos, que quase nada têm a ver com, digamos, os procedimentos basicamente econômicos próprios do ciclo produtivo. Ademais, a ausência de controles governamentais sobre as transações nos mercados financeiros amplia as possibilidades de desequilíbrio econômico mundial, com a ocorrência de crises financeiras sérias, inicialmente nas economias nacionais e posteriormente se alastrando por toda a economia mundial, exigindo, aí sim, a intervenção de organismos governamentais de Estado, como os bancos centrais dos principais países capitalistas.

Contudo, é necessário não tirar conclusões apressadas sobre a dinâmica das finanças, por exemplo, de que esta não é compatível com a acumulação capitalista, sendo antes um desvio que, eliminado, faria avançar a “verdadeira” economia capitalista. É por isso que, para evitar tal equívoco, insistimos no caráter de determinação do ciclo produtivo sobre as finanças mundializadas, que no contexto atual das crises corresponde a uma crise de superprodução crônica do capital, de onde derivam crises financeiras particulares, ainda que “*na cúpula do sistema estão as finanças e os mercados financeiros*” (idem, p.299). A raiz da explicação dos abalos financeiros atuais não é tanto “o declínio do crescimento dos países da OCDE”, e sim a crise de acumulação do capital iniciada nos anos 1970; suas especificidades decorrem do avanço no processo de integração dos Estados nacionais e das empresas à financeirização mundial, estimulada pela mundialização do capital.

O despertar de um novo regime de acumulação, o “*regime de acumulação financeirizada mundial*” como pretende Chesnais (1998, p.25), externo à produção, com todos os novos riscos que pode trazer à ordem do capitalismo, não poderá ir muito longe sem o movimento do capital produtivo (riqueza material) que lhe possibilita a existência. E isso independentemente da proporção que assumiu enquanto “capital fictício”, ou seja, sem correspondência com a riqueza material criada. A imbricação das dimensões produtiva e financeira é um dos aspectos mais fundamentais que estimularam a mundialização. No limite, na última década, ficou “*marcada pelo notável aumento da importância das operações puramente financeiras dos grupos industriais*” (Chesnais, 1996, p.240).

O crescimento dos ativos financeiros pelo mundo foi alimentado pela transferência de riquezas da produção para a esfera financeira, mediada de diversas maneiras, entre elas a mais comum em nossos dias é a transferência de valores requerida pelo serviço das dívidas públicas nacionais. Assim, *“somente depois de ocorrer essa transferência é que podem ter lugar, dentro do circuito fechado da esfera financeira, vários processos de valorização, em boa parte fictícios”* (idem, p.246). É nesse “circuito fechado” que o capital fictício se autovaloriza, independentemente da produção, como “capital portador de juros” (Chesnais, 2005). Abertamente faz da especulação uma fonte legítima de lucro para o capital. Essa “valorização autônoma” do capital financeiro, *“sem precedente na história do capitalismo”* (Chesnais, 1996, p.239) só pode ser relativa, como esclarece o próprio Chesnais: *“os capitais que valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo”* (idem, p.241). O vínculo entre o ciclo produtivo do capital (produção/circulação) e as finanças não é rompido pela presença do capital fictício e sua dinâmica de autovalorização.

Nesse sentido, a mundialização do capital sob a predominância das finanças não pode ser separada de fatores caros à produção e ao mundo do trabalho a partir da crise do capital iniciada no início da década de 1970, tais como o aumento da produção, maior rentabilidade do capital e os ataques às organizações operárias. Por outro lado, não podemos negar uma dinâmica particular ao movimento financeiro que, contudo, permanece ligada à busca de lucros, portanto à valorização do capital. A especificidade das crises financeiras a partir dos anos 1980 é um bom exemplo dessa particularidade. Na nossa compreensão a explosão dos fluxos financeiros (e das crises financeiras) é um efeito, não uma das causas (ou a causa principal) da crise por que passa o capitalismo há mais de trinta anos. Mas isso não significa que tais fluxos não possam agravar ainda mais a situação – fato que as sucessivas crises financeiras vem provando.

As recentes crises financeiras possuem especificidades quando confrontadas com as crises anteriores desta natureza, por exemplo em relação à arrasadora crise de 1929. As crises financeiras recentes, desencadeadas inicialmente em um segmento específico do mercado financeiro mundializado (mercado imobiliário, câmbio, mercado de obrigações etc), mesmo quando ocorre a exportação de suas conseqüências para outros segmentos, não levaram, pelo menos até agora, o sistema econômico internacional a bancarrota. Mas a despeito de suas particularidades, o sistema financeiro mundial continua se reproduzindo com base na

artificialidade dos valores e dos preços. Os agentes de mercado converteram em valores financeiros um montante extremamente alto de riqueza⁴¹. Esses “ativos financeiros”, seguindo a lógica inerentemente especulativa do mercado financeiro, encontram-se hoje sobrevalorizados em relação à sua base material (valor do capital) num nível inédito da história do capitalismo. Disso deriva tanto o risco real de crises financeiras globais acontecerem a qualquer momento em qualquer parte do “mundo globalizado”, quanto a inquietante sensação de insegurança global, mal disfarçada pelos apologistas do capitalismo.

Tal como no passado a possibilidade de um colapso econômico é real. Uma crise que se iniciaria no mercado financeiro artificialmente valorizado, para posteriormente afetar todos os demais setores da economia, assumindo simultaneamente proporções mundiais. Um *crash* generalizado como aquele de 1929 lançaria o mundo de hoje numa situação ainda mais aterradora do que aquela em que o capitalismo presenciou seu pior momento, quando numa quinta-feira em 24 de outubro de 1929 (denominada “quinta-feira negra”) a euforia econômica cessou.

Como vimos, a crise estrutural dos anos 1970 levou à crise do padrão de acumulação fordista; portanto, “*a crise do taylorismo e do fordismo [é uma] expressão fenomênica da crise estrutural*” (Antunes, 2002, p.29). Os componentes mais evidentes da crise foram, de acordo com a síntese de Antunes: a queda da taxa de lucro e a conseqüente redução dos níveis de produtividade do capital, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (com retração do consumo), o início do desemprego estrutural, autonomia financeira relativa frente aos capitais produtivos, maior concentração de capitais devido a novas fusões de empresas, crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social, aumento acentuado das privatizações, desregulamentação/flexibilização do processo produtivo e dos processos de trabalho (idem, p.29-30).

Mudanças no processo de valorização do capital, no processo de trabalho, na ordem política e até no âmbito cultural⁴² estão sendo requeridas – e crescentemente postas em

⁴¹ O mais importante exemplo dessa explosão dos valores financeiros ocorre nos EUA: “*O mercado de ações estadunidense corresponde a 150% do Produto Nacional Bruto (PND) dos Estados Unidos. Isto é quase o dobro do recorde anterior de 1929, data do início do maior desastre da história do capitalismo*” (Coggiola, 2005, p.16). Apenas o mercado de ações do EUA – que cresce acima do valor dos salários e das moradias – corresponde à cerca de 40% de todo o produto mundial bruto (idem, p.16).

⁴² A cultura pós-moderna pode ser entendida como “*a lógica cultural do capitalismo tardio*”, a despeito dos esforços intelectuais na elaboração de uma “*pós-modernidade de esquerda*” (ver Jameson, 1997). No âmbito do

andamento – com vistas à realização de um novo modelo de acumulação e regulação sistêmica, capaz de superar a crise. Um tal esforço prático e teórico não foi (e não é) apenas empreendido por aqueles defensores diretos da classe dominante, a direita política, mas por muitos que se colocam no campo da esquerda política, aqueles que, teoricamente, reivindicam analisar e agir no mundo pela ótica das classes subalternas (políticos; sindicalistas; teóricos regulacionistas, keynesianos, neo-keynesianos, nacionalistas etc). O que se torna inegável é que o capital tem buscado saídas para uma depressão já com mais de trinta anos de duração, em termos de reorganização econômica, política, ideológica e cultural. E isso tem feito de nossa época um momento propício a mudanças constantes, empreendidas pela burguesia que explora e domina: de um lado, a criação de condições institucionais, no que contou com o apoio de governos de direita e esquerda, favoráveis ao capital. (É o que se convencionou chamar neoliberalismo, que alterou a forma como os Estados promoviam sua acumulação); do outro lado, a organização de um outro padrão de acumulação e regulação que, dentre muitas formas, denominou-se “regime de acumulação flexível”, também chamado de “Toyotismo Sistêmico” (Alves, 2000).

Dissemos que o capital passa por uma crise estrutural desde os anos 1970. Mas que tipo de crise é esta? Como ela se processa? Buscando responder estas questões é que passamos agora, mais especificamente, a uma reflexão sobre a natureza da crise do capital para, a partir daí, nos concentrarmos mais detidamente na organização do processo produtivo e dos processos de trabalho ditos “flexíveis”.

6. NATUREZA E DINÂMICA DA CRISE DO CAPITAL

Marx já havia notado que o capitalismo passava continuamente por crises que tinham uma explicação no movimento contraditório inerente deste modo de produção⁴³. Estabeleceu

cotidiano, presencia-se mudanças na subjetividade e nas relações intersubjetivas, envolvendo as pessoas, cujos ritmos são variados e contraditórios. Tais mudanças não podem ser consideradas independentes do processo mais geral de reorganização social da produção. Tampouco podem ser analisadas como mero prolongamento da economia na cultura, a despeito da interpenetração desses dois níveis no “capitalismo tardio”.

⁴³ Marx, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 3 vols. (Para um exame particularizado das principais categorias analíticas presentes no movimento contraditório do capitalismo ver: Cap. VI: “Capital constante e capital variável”, vol. 1, t. 1, pp. 165-85; Cap. XIV: “Mais-valia absoluta e relativa”, vol. 1, t. 2, pp. 137-46; Cap. VIII: “Capital fixo e capital circulante”, vol. 2, pp. 117-33; sobre os esquemas de reprodução do capital ver Seção III: “A reprodução e a circulação do capital social total”, capítulos XVIII ao XXI, vol. 2. Pp. 259-379. Para

uma teoria dos ciclos onde as crises ocorriam entre períodos de cinco a dez anos aproximadamente. Baseava-se no processo de valorização do capital, sendo as crises fruto do incremento da sobre-acumulação de capitais, superprodução de mercadorias e incremento da composição orgânica do capital, o que levaria a uma queda tendencial da taxa de lucro. A história do capitalismo tem confirmado sua teoria.

Já Mandel (1982) buscou apreender na história do capitalismo desde o final do século XIX a explicação para a existência de sucessivas “ondas longas” – cada uma delas com ciclos correspondentes de crescimento e depressão – fundamentadas no comportamento da taxa média de lucro no longo prazo, com intuito de constituir uma teoria do desenvolvimento capitalista a partir de tais ondas, ou seja, enquanto lei de movimento do capital, baseada na combinação de fatores econômicos diversos. O que sugeriria, segundo alguns críticos⁴⁴, que se para cada fase longa de depressão sempre se seguiria uma fase longa de crescimento ou vice-versa o capitalismo seria, então, dominado pela tendência ao equilíbrio.

Contrariamente, Mandel apontou para as condições do esgotamento da capacidade do capitalismo para promover o crescimento e reafirmou – conforme Marx – a tendência desse modo de produção para a desestabilização, sem, contudo, afirmar nos encontramos diante de uma crise definitiva. Isso se explica, talvez, pelo fato de Mandel concordar com a tese de que o capitalismo tende para a desestabilização mas não para a auto-dissolução. As mudanças tecnológicas influenciariam na evolução das ondas, determinadas todavia, pelo processo de valorização do capital. Há controvérsias sobre a análise das “ondas longas” de Mandel (que é diferente da análise empreendida pelos regulacionistas), que vão desde a crítica à análise dos acontecimentos históricos de que se vale, passando pela crítica da relação direta entre depressão/expansão e taxa de lucros, até a negação da existência das ondas longas⁴⁵. Em todo caso, a elaboração de Mandel fornece um rico material para a explicação da história do capitalismo.

Para Alain Bihr a crise atual do capital teve três fases⁴⁶. A primeira fase da crise de valorização já apresentava sinais desde a segunda metade da década de 1960: inflação crescente, endividamento acentuado das empresas, incremento da internacionalização dos

uma exposição corrente do desdobramento da lei de movimento contraditório do capital ver Seção III: “Lei da queda da taxa de lucro”, capítulos XIII ao XV, vol. 3, t.1, pp. 161-200).

⁴⁴ Ver: Coggiola, 1995b, p.154.

⁴⁵ Para um bom debate sobre esse assunto ver Coggiola & Katz (1995).

⁴⁶ Bihr, 1998, pp. 69-82.

mercados e da produção, crescimento do desemprego (Bihl, 1998, p.74). A segunda fase se dá pelo aprofundamento dos fatores da crise com a crise do petróleo de 1973-74, transformando a “*a crise latente em crise manifesta*” (idem, p.74). Até aqui o capital buscava saídas no interior do quadro do fordismo. A terceira fase é estimulada pelos problemas trazidos pelo segundo choque do petróleo em 1979, quando os dirigentes dos países avançados decidem romper com os mecanismos de contenção da crise no estilo fordista, por se mostrarem ineficientes para conter a queda da taxa de lucro das empresas, e procedem a uma “*verdadeira inversão de sua política econômica*” (idem, p.76), pontapé inicial das tentativas de restabelecer as taxas de lucro com ajuda de políticas liberais em suas diferentes variantes, de reestruturar a produção e de disciplinar os trabalhadores e trabalhadoras.

Desde os anos setenta procura-se restabelecer a valorização do capital a partir do disciplinamento da classe trabalhadora via crescente desemprego, sem falar nas desvalorizações e destruição de capital fixo. Mas os “custos” para o capital continuavam altos porquanto viabilizassem a acumulação-regulação fordista. Nos anos 1980 os capitalistas precisavam de uma política econômica mais favorável, associada à “liberdade” para destruir capitais excedentes através da competição, além de promover uma ofensiva duríssima ao mundo do trabalho (mormente quanto aos salários). Isso não seria possível sem uma reorganização total do modo de produção e reprodução do capital. O ambiente sereno da luta de classe (materializado nas afirmações de um tácito *conflito de interesses* de classe) seria novamente convulsionado.

Se nos anos 1970 a taxa média de lucro foi medíocre⁴⁷, na década seguinte ela cresceu nos países centrais do capitalismo⁴⁸. Isso se deveu em grande parte ao enfraquecimento das lutas operárias e sindicais, ao rebaixamento salarial, ao avanço do desemprego e ao declínio do compromisso fordista (Anderson, 1998, p.15; Bihl, 1998, p.76).

Mas a recuperação dos lucros se mostrou condição insuficiente para promover o investimento produtivo que conduziria ao crescimento econômico⁴⁹. Segundo Anderson, isso

⁴⁷ Até o início da década de 1980 a taxa de lucro líquido dos principais países capitalistas havia despencado: “(entre 1973 e 1982), nos EUA, de 18,8 para 4,2; no Japão, de 35 para 14,3; na Alemanha, de 14,1 para 8,1; na Inglaterra, de 6,6 para - 0,6” (dados da OCDE, cf. Coggiola & Katz, 1995, p.57).

⁴⁸ Cf. Anderson “Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2% no anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5.4 pontos negativos para 5.3 pontos negativos” (1998, p.15).

⁴⁹ Entre 1962 e 2002, na Europa, a taxa de lucro das empresas, que caiu durante a década de 1970 e início de 80, voltou a crescer a partir de meados dos anos 80, houve uma diminuição da taxa do lucro não investido, uma

porque “essencialmente, pode-se dizer, a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva” (Anderson, 1998, p.16).⁵⁰

Mas que condições propícias são essas? Anderson não explica. Não se trata apenas do grande poder de atração da esfera financeira, com seus lucros altos e imediatos (apesar dos riscos), que faz com que os capitalistas migrem para lá abandonando a “economia real”, supondo boas condições de valorização para o capital. É mais do que apenas isso. O custo do investimento produtivo capaz de alavancar a taxa de acumulação é alto, pelos riscos que traz e pelo retorno em condições atuais. É claro que isso não significa que não existam mais possibilidades de realizar inversões produtivas, mas apenas que elas não garantem o retorno satisfatório ao capital. Há casos curiosos de administradores de grandes indústrias que procuram por em prática uma política de expansão dos negócios capaz de garantir excedentes financeiros satisfatórios às “*exigências de rentabilidade dos investidores institucionais [acionistas]*” (Sauviat, 2005, p.124). Em suma, a acumulação do capital está comprometida pela crise de superprodução crônica que assola a economia mundial desde os anos 1970⁵¹. Daí seu movimento sem precedentes em direção às finanças mundializadas.

Como resultado do período de crescimento da “Era de Ouro”, promovida por ganhos de produtividade constante no nível da reprodução ampliada (produção e circulação), que levaram a uma elevação da composição orgânica do capital, surge a situação de superacumulação e superprodução no centro do capitalismo mundial. Uma situação que mesmo o aumento relativo da taxa de lucro não pôde reverter.

Com o *esgotamento do padrão de consumo* dos trabalhadores, que já não podem mais consumir as mercadorias na velocidade e no volume necessários ao avanço da produção

redução do investimento e um aumento da taxa de desemprego. Enquanto que *nos EUA*, entre 1960 e 2000, o que se constatou foi a redução da taxa de lucro, a redução do lucro retido e o aumento da taxa de acumulação (investimento produtivo), muito embora com muitas variações; contudo, a partir do ano de 2001, a taxa de investimento começou a cair nos EUA (Fonte: MICHEL, Husson, 2003. In: Chesnais, 2005, p.59; Fonte: NIPA. In: Levy, D. & Duménil, G. “O neoliberalismo sob a hegemonia americana”. In. Chesnais, 2005, p.91).

⁵⁰ Ao contrário da taxa de lucro o crescimento econômico foi baixo nos países da OCDE durante os anos 1990 (cf. Anderson, 1995, p.15).

⁵¹ A demora para uma solução da crise atual do capitalismo só amplia os problemas que, um após o outro, vão promovendo a destruição de forças produtivas e a desintegração das relações sociais: destruição de capital, guerras, extermínio, intolerância, destruição ambiental, desemprego e precarização do trabalho, aumento da exploração dos países periféricos, crises financeiras etc (Ver por exemplo: Bihl, 1998; Chesnais, 1999; Bensaid & Löwy, 2000; Mészáros, 2003; GERMINAL – Jornal da Oposição Operária. Salvador, ano IV, nº 14, março-abril/2003, Pp.5-10).

capitalista, a tendência à crise se agrava. O esgotamento do padrão de consumo é consequência da sobre-acumulação de capital. De acordo com Chesnais, “*o esgotamento progressivo das normas de consumo e a baixa rentabilidade dos investimentos industriais*” podem ser confirmados pelas estatísticas econômicas a partir dos anos 1970 (2005, p.38).

As saídas buscadas pela burguesia para conter a crise a partir de inovações tecnológicas apenas têm aprofundado a crise, na medida que destroem possibilidades de consumir as mercadorias produzidas, além de fazer do crescente desemprego (“desemprego estrutural”) e da tendência à redução dos níveis salariais na produção uma realidade. Isso demonstra a dimensão crônica da crise: mantém-se presente por um período indeterminado de tempo, embora seu potencial de destrutividade total possa ser contido por eventos de ordem política e social. É estrutural, pois diz respeito às contradições inerentes ao movimento de acumulação do capital, e não a flutuações conjunturais de qualquer espécie.

Outras determinações da crise estrutural são a “*lógica destrutiva do capital*” e a “*incontrolabilidade do capital*”, como bem lembra Antunes, na esteira de Mészáros⁵²:

do sentido *destrutivo* da lógica do capital, presente na intensificação da *lei de tendência decrescente do valor de uso* das mercadorias, quanto da *incontrolabilidade* do sistema de metabolismo social do capital (...) começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados (Antunes, 2002, p.31).

A crise estrutural tornou mais explícitas estas determinações: I) ampliando “o círculo de consumo” e reduzindo “o tempo de vida” dos bens produzidos e; II) suplantando todas as condições para a regulação do movimento do capital.

A crise estrutural e crônica do capital iniciada na década de 1970 se desenvolve dentro de um contexto histórico geral de acentuação da concentração/centralização (com o oligopólio mundial), com o incremento da mundialização da economia (destaque para as finanças e para a reestruturação produtiva com suas novas modalidades de controle e superexploração dos trabalhadores, além do “desemprego estrutural”) e da nova estrutura de poder e de comércio internacionais (NAFTA, Mercosul, UE, ALCA, OMC, G/7), ambas fortalecidas pelo neoliberalismo, reificação, pós-modernidade e positivismo (Andrade, 2000, pp.47-60). Não

⁵² Mészáros, 2002.

devemos nos esquecer também do aumento real e potencial dos níveis de destruição ambiental, resultante da concorrência capitalista.

É possível afirmar, tendo por base as transformações sócio-econômicas que nos conduziram à situação atual, a suspensão da “teoria” dos ciclos (médio e longo), em que às fases de crescimento se sucederiam fases de depressão, e vice-versa. Desde pelo menos o início da década de 1970 o capital não consegue sair da crise estrutural que vive. Tamanha duração da fase depressiva coloca complicações para a teoria das ondas longas enquanto lei de movimento do capital. Considerando as duas fases da onda longa do pós-guerra (somados os anos de expansão pós-1945 com os de depressão pós-1973), estas alcançam, até o momento, um período de duração superior a sessenta anos, extrapolando a duração tida como medida usual para uma onda longa, isto é, entre cinquenta e sessenta anos.

Nada indica que a atual crise estrutural durando já há mais de trinta anos esteja próxima de ser resolvida; ao contrário, a superprodução de mercadorias e a sobreacumulação de capitais se mantêm na base do processo de acumulação como crise crônica, à qual se somam crises financeiras. O que é central aqui não é a redução do emprego em si, mas algo mais profundo e de maior gravidade: *“a destruição e/ou precarização, sem pararelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha”* (Antunes, 2002, p.26).

Pela primeira vez as inovações tecnológicas, que deveriam contribuir – para alguns, seria a própria solução – para uma saída da crise, não restabeleceram os níveis de emprego necessários, o que impediu uma dinamização das trocas e do consumo. Não há boas razões para crer estar assegurado que o processo de acumulação do capital atingirá permanentemente a valorização que busca de maneira anárquica, estabelecendo assim, uma nova fase de acumulação; ou ainda: acreditar que às mudanças tecnológicas se acomodarão novas estruturas sociais e políticas, criando condições para a expansão dentro de um novo espaço de regulação. Sob o capitalismo a mudança tecnológica é contraditória.

O poder que a mudança tecnológica, com suas inovações e automatizações, tem em superar as dificuldades postas pelo movimento da valorização do capital muitas vezes é entendido de modo completamente fetichista⁵³. É necessário, em primeiro lugar, esclarecer

⁵³ Para uma exposição crítica sobre a mudança tecnológica no capitalismo, abordando como diversas correntes do pensamento social tratam esta questão (schumpeterianos, marxistas, neomarxistas, regulacionistas) ver Katz & Coggiola (1995). A discussão que empreendemos se baseia na leitura desta obra. Da nossa parte, procuramos adotar a compreensão marxista da mudança tecnológica.

que a tecnologia é *“a forma material [artefatos aplicados ao trabalho] adotada pelo desenvolvimento das forças produtivas (...) mensurável por meio da produtividade, pelo volume dos meios de produção, pelo grau de automatização”* (Katz, 1995c, p.09-10). As forças produtivas *“são um produto da civilização”* (idem, p.10), portanto são impulsionadas ou freadas pelos modos de produção específicos e históricos; seu desenvolvimento não escapa às relações sociais.

Em segundo lugar, as inovações tecnológicas são determinadas pelo processo de valorização do capital, e não o contrário. Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico não é a expressão de um neutro avanço técnico da produção. O capital busca sempre a valorização, expressa de maneira cristalina na concorrência inter-capitalista e na luta de classes. A necessidade da automatização sentida pelos capitalistas deriva dessa busca incessante de valorização num ambiente de concorrência. A realização da valorização implica, no entanto, mais que tudo, o controle e a exploração do trabalho: *“a exploração é o impulso central da mudança tecnológica sob o capitalismo”* (idem, p.13).

Dito isso, qual o papel da mudança tecnológica no desenvolvimento ascendente e depressivo do capitalismo? Coggiola apresenta as limitações das inovações tecnológicas: *“as inovações tecnológicas tanto são condição para o desenvolvimento capitalista, quanto, simultaneamente, fonte de crises”* (Coggiola, 1995b, p.153). As inovações estão presentes nos “bons e nos maus momentos”. Nos resta saber qual o sentido atribuído a elas e o papel que desempenham nos diferentes momentos.

Quando há uma queda da produtividade do trabalho e da taxa de lucro o avanço das inovações tecnológicas se apresenta como uma saída para a crise. E todo esforço é feito nesse sentido: recuperar a taxa de mais-valia desencadeando um processo de superexploração dos trabalhadores e de destruição dos capitais excedentes. A partir daí, potencializando a valorização, objetiva em seguida distribuir os lucros entre as empresas que inovaram, superar a crise e iniciar uma fase de expansão, difundindo suas descobertas. Assim, pode-se afirmar: *“embora a inovação provenha da queda da taxa de lucro, difunde-se e consolida-se quando essa tendência for revertida”* (Katz, 1995b, p.170). Onde essas fases de crise sucedidas por fases de crescimento ocorreram o processo se deu nesses termos basicamente.

Mas o processo não para por aí. A *“mudança tecnológica, que potencializa inicialmente a valorização geral do capital e redistribui os lucros em favor das empresas mais*

inovadoras, freia intempestivamente a reprodução, quando a crise reduz a taxa de lucro” (Katz, 1995c, p.15-6). Nesse sentido, podemos dizer que as conseqüências derivadas das inovações tecnológicas junto ao processo produtivo, e que se difundem no período de prosperidade econômica, associadas com os desdobramentos político-sociais favoráveis que são próprios desses períodos expansivos, aprofundam as condições objetivas para o surgimento de uma nova crise de sobre-acumulação e superprodução, verificada na tendência de crise de valorização do capital a cada ciclo curto de duração variável (por volta de cinco a dez anos, como já dissemos). De acordo com Katz: *“A mudança tecnológica é uma produtora espontânea e também uma saída periódica das crises incontrolavelmente geradas pelo capitalismo”* (1995a, p.45). Eis a contradição do desenvolvimento tecnológico sob o capitalismo.

Mas se a mudança tecnológica tanto cria quanto pode resolver as crises, isso significa que o sistema do capital tende sempre para a estabilização? Ou, dito de outra maneira, que ele doravante se perpetuará como fim da história? A “Era de Ouro”, dada a expansão econômica e as transformações sociais, políticas e culturais que produziu sem precedência na história mundial, parecia autorizar a alguns dizer que sim. Todavia, a “Era de Ouro” foi conjuntural, bem como as teorias que nela se embasaram. É necessário, primeiramente, não nos esquecermos que o determinante central das crises e auges do capitalismo é o processo de valorização do capital. Em segundo lugar, que cada nova saída para uma nova crise implica a destruição de forças produtivas, além de ter que contar com mecanismos de regulação política e social (extra-econômicos) sem qualquer garantia nem de viabilidade e eficácia, nem de uma correlação de forças favorável na luta entre as classes. Em terceiro lugar, que a atual fase de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas têm incorporado de maneira assustadora ao processo de produção mecanismos destrutivos, cuja realização se dá no consumo (não menos aterradoramente destrutivo); além do mais, e este é o quarto ponto, a mudança tecnológica tem na crise seu horizonte inexorável.

A crise atual é emblemática dos limites da mudança tecnológica. Pois associa instabilidade econômica, derivada do movimento contraditório da acumulação capitalista, com o enfraquecimento dos estímulos extra-econômicos para conter a crise. Obstáculos muito difíceis de superar por si só, haja vista a crise atual perdurar há mais de três décadas, e diante da qual, apesar do acúmulo de experiências desse período, a solução não sobreveio. O que

restringe mais ainda as chances de uma saída para a crise é que as “novas tecnologias”, bastante difundidas na década de 1990, têm um “*potencial destrutivo*” inédito da força de trabalho e do meio ambiente (Coggiola, 1995a, p.54; Antunes, 2002, p.26).

A situação atual, como vimos, é de superexploração da força de trabalho assalariada, destruição e precarização do trabalho, desvalorização de capitais, destruição produtiva e produção destrutiva, gigantesco endividamento público e privado, esgotamento do padrão de consumo, encarecimento do crédito, juros altos, aumento da pobreza e da miséria, baixo investimento produtivo e hipertrofia da esfera financeira, oligopólio mundial, imperialismo e guerras. Quanto às novas tecnologias, orientadas pelo lucro capitalista, estas podem atuar nesse cenário como mais um dos elementos de instabilidade, e de maneira alguma como solução de qualquer ordem, haja vista seu atual poder de destruição⁵⁴. As novas tecnologias, por mais impressionantes que sejam ou pareçam, não resolverão, portanto, os problemas do capitalismo.

Em suma, a análise até aqui realizada considerou três eixos centrais, e indissociáveis: I) a crise estrutural manifesta do capital, iniciada no começo da década de 1970; II) o acirramento da luta de classes desde fins dos anos 1960⁵⁵; III) a mundialização do capital com

⁵⁴ Cf. Katz: “*Nas três regiões que concentram os maiores avanços tecnológicos – Estados Unidos, Europa e Japão –, cada inovação introduzida pelos empresários foi acompanhada de algum recorte nas conquistas dos trabalhadores. Atualmente, estima-se a precarização de 23% a 27% da força de trabalho nos países desenvolvidos*” (Katz, 1995d, p.228).

⁵⁵ Além do que, juntamente com o acirramento da luta de classes, ocorreram acontecimentos não limitados à dimensão desta, mas de fundamental importância no conjunto dos conflitos sociais, como os movimentos anti-imperialistas no Terceiro Mundo e as lutas de libertação nacional (ver Bensaid, 1995b, p.28-9). É importante aqui fazer uma observação sobre as lutas sociais e políticas, envolvendo trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais de esquerda, que se intensificaram na década de 1990, contrariando visões pessimistas que entendiam que a esquerda estava totalmente desarticulada e derrotada após a queda do muro de Berlim, a dissolução da URSS e o declínio da social-democracia. A última década do século XX assistiu a uma retomada das lutas sociais e políticas por todo o mundo. Mobilizações sociais, manifestações de rua, levantes e lutas operárias ocorreram na Europa, Ásia, América do Norte, América Latina. Greves importantes na França, na Alemanha, na Inglaterra, nos EUA, no Canadá, na Coreia, na Rússia, na Argentina, no Brasil, no México, ocorreram contra o estado de coisas liberal contemporâneo. Protestos de rua contra a globalização atual na cidade americana de Seattle em 1999. Protestos vitoriosos como o recente movimento dos estudantes (e trabalhadores) franceses na primavera de 2006. Movimentos sociais extra-parlamentares pipocaram na América Latina (zapatistas, MST, cocaleros, guerrilhas colombianas e outros) contra a degradação das condições de vida das populações. Movimentos sociais de grande potencial, como os de desempregados – já fortalecido na França e que se organiza rapidamente aqui no Brasil – de trabalhadores precarizados – sobretudo na Europa e nos EUA – entre outros, evidenciam que a direita política reacionária e conservadora e a centro-esquerda moderada e igualmente conservadora não “reinem” absolutas. Todas estas manifestações podem não ser “a última palavra” das lutas de esquerda, mas representam o quanto as coisas não estão mornas no ambiente sócio-político de nosso tempo (ver Antunes, 2002, pp.162-5; Petras, 1997; Petras, 1999; Petras, 2002; Teses de 4 de abril da CCI, www.internacionalism.org).

o predomínio das finanças, a partir da década de 1980. É no interior dessa dinâmica do capital que vêm se desenvolvendo, nas últimas décadas, os interesses e as disputas imperialistas, as grandes empresas transnacionais e o oligopólio mundial, os Estados nacionais, a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, os blocos regionais de comércio, as relações de poder internacional e os investidores institucionais.

Para os nossos propósitos aqui, cabe investigar agora a *nova reestruturação produtiva* na sua dimensão tecnológica e organizacional da produção de mercadorias a partir de um “padrão de acumulação flexível”. A acumulação flexível apresenta-se como uma *tentativa* do capital de instaurar um novo padrão de acumulação global capaz de reanimar a economia capitalista. Da perspectiva dos trabalhadores, trata-se de uma “*nova ofensiva do capital sobre o trabalho*”⁵⁶. A reestruturação produtiva do capital e seu impacto sobre o processo de trabalho e sobre a classe-que-vive-do-trabalho, no interior da acumulação flexível, é o tema do próximo capítulo.

⁵⁶ Título do livro do professor Eliziário Andrade (2000). Sobre essa ofensiva especificamente neste livro ver as páginas 61 a 78. Em geral, a ofensiva do capital sobre os trabalhadores se traduz na precarização do trabalho (emprego em tempo parcial, trabalho temporário, terceirização, subcontratação, rebaixamento salarial, “flexibilização” de direitos, etc).

CAPÍTULO II

“PRODUÇÃO FLEXÍVEL”, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

Conforme o exposto no capítulo anterior, a reestruturação produtiva atual não pode ser plenamente compreendida sem entendermos a crise estrutural por que passa o capitalismo desde a década de 1970. A mundialização do capital – com a abertura monetária, comercial e financeira e a desregulamentação da relação capital/trabalho – a partir da década de 1980 obriga cada vez mais as empresas se reestruturarem para competir em nível nacional e sobretudo internacional. Atualmente, é na etapa da mundialização do capital sob o predomínio das finanças que a classe dominante, a burguesia, procura formas concretas de valorização e superação da crise. Mas isso não significa que a produção, como lugar da criação do valor, não tenha mais importância para a acumulação do capital. Ao contrário, é na produção que o capital – pela extração da mais-valia – busca a criação da riqueza material e, assim, promover a acumulação; e, em certas épocas, superar crises periódicas, proporcionando o seu desenvolvimento. Para tanto, o capital precisa promover continuamente reestruturações do processo produtivo.

A reestruturação produtiva atual, como todas as anteriores, é a tentativa de criação de novas condições para a produção de mercadorias, mais favoráveis à acumulação de capital, permitindo, assim, um novo desenvolvimento da economia capitalista.

O processo de reestruturação produtiva atual integra o mais novo esforço da economia capitalista em superar a sua crise estrutural. Esse esforço se traduz pelo desenvolvimento de um novo padrão produtivo, distinto do já desgastado fordismo: o *padrão de acumulação flexível*, ou, enquanto processo geral de organização social da produção, simplesmente *acumulação flexível*. Por acumulação flexível entende-se a flexibilização e a mobilidade próprias da economia mundial – que atinge os países com graus distintos de intensidade – na passagem dos anos setenta para os oitenta do século XX. Apóia-se

na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (...) um vasto movimento do emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (Harvey, 1992, p.140)

A acumulação flexível torna-se a base tecnológica e organizacional do capital monopolista (e imperialista) à época da mundialização do capital. Isso significa que a acumulação flexível é a concretização de um complexo de alterações iniciadas na produção – portanto, sobre o processo de trabalho – com vistas a criar condições e mecanismos para a superação da crise por que passa esse sistema, notadamente desde a década de 1970. O objetivo imediato do capital com a acumulação flexível “*continua sendo incrementar a acumulação do capital, por meio do incremento da produtividade do trabalho*” (Alves, 2000, p.36). Como já foi dito, os processos de reestruturação produtiva integram a lógica de acumulação do capital, nesse sentido, a reestruturação produtiva atual atende aos imperativos da acumulação flexível do capital.

O desenvolvimento de um novo padrão de acumulação implica, no interesse do modo de produção capitalista, o desenvolvimento de um “modo de regulação social”. Isso porque a estrutura econômica, social e política criada e recriada pelo capitalismo requer, além da produção de suas bases materiais, mecanismos que lhe permitam garantir o ordenamento da sociedade a partir dessas bases. O capitalismo como modo de produção requer sempre um modo de reprodução das bases materiais da sociedade. Isso não significa que as diversas esferas da atividade humana, como a política, a cultura, a ética, a ciência e etc sejam reflexos da economia. Todas essas atividades possuem uma existência e um desenvolvimento relativamente autônomo, sendo a produção da riqueza material o fundamento último destas.

Um tal modo de regulação, separado da produção apenas analiticamente, não é uma estrutura coerentemente definida, ou mesmo fixa, conduzida conscientemente pelos capitalistas. Nesse sentido, parece ser mais correto falar em regulação social, definida como um complexo de mediações e determinações entre as esferas econômica, política, social e cultural que compõem a totalidade dialética da organização social da produção capitalista. O objetivo, se assim podemos dizer, da moderna regulação social, é garantir o bom funcionamento da sociedade capitalista.

Entretanto, nenhum sistema social pode ser entendido apenas por seus esquemas de reprodução; portanto, é imprescindível dar a devida atenção aos processos de desestabilização (já assinalamos no capítulo anterior que o capitalismo tende a desestabilização através de suas crises periódicas). Nesse sentido, a regulação social sob o capitalismo assume formas que variam de acordo com a necessidade de valorização em cada momento histórico, sem prescindir das determinações gerais inerentes ao movimento de acumulação do capital; e assim está sujeita as contradições desse modo de produção.

1. O PROCESSO DE TRABALHO NO CAPITALISMO

No capitalismo acumula-se capital, sendo que uma parte deste é reinvestido na produção. Tal processo gera e consolida a riqueza material num grau inédito na história da humanidade, graças ao extraordinário desenvolvimento industrial a partir da segunda metade do século XVIII na Europa. Apesar da complexidade da organização social da produção capitalista torna-se imprescindível reconhecer a acumulação de capital como a “*principal força norteadora daquela sociedade*” (Braverman, 1987, p.19), mas uma acumulação que visa a ampliação crescente da riqueza (Marx, 1983). Para realizar tamanho empreendimento, a produção em bases capitalistas requer o controle sobre o trabalho, portanto sobre os trabalhadores assalariados. Na sociedade capitalista a organização do processo de trabalho “*ocorre sob o controle do capital*” (idem, p.19).

A organização do processo de trabalho no capitalismo dependeu de três condições historicamente observáveis: I) a separação do trabalhador dos meios de produção, II) a superação de modelos compulsórios de execução de trabalho, como a escravidão, o que faz com que os trabalhadores disponham livremente de sua força de trabalho e III) a expansão de unidades de capital pelos capitalistas (a necessidade de gerar empregos no capitalismo, por exemplo, é determinada por essa expansão e se materializa através do contrato de trabalho, ou seja, a compra e venda de força de trabalho); a partir de então, dá-se início ao processo de trabalho sob relações propriamente capitalistas (idem, p.54-5).

O processo de trabalho em sua totalidade compreende o produto acabado do trabalho. No capitalismo, o processo de trabalho que cobre desde a concepção até a execução final do produto é dividido por *etapas* ou *processos de trabalho específicos*; nesse sentido, até mesmo

a administração (ou gerência) de uma empresa pode ser entendida como processo de trabalho específico. A depender da forma de organização da produção e do grau de desenvolvimento da tecnologia empregada, cada processo de trabalho específico pode ser dividido em *operações*, que podem, por sua vez, ser executadas por diferentes trabalhadores (trabalho parcelado) ou não (trabalho polivalente). Além da divisão das etapas, também as operações podem ser subdivididas. A divisão do trabalho na fábrica capitalista obedece à necessidade do planejamento e do controle (idem, p.72).

A expansão do capital, na busca do lucro, promove a necessidade imperiosa de acumulação incessante. Essa lógica do capital põe em funcionamento os processos de trabalho típicos do capitalismo. O processo de trabalho generalizado com o capitalismo torna-se submetido à necessidade incessante de acumular capital. Dessa forma, o processo de trabalho surge como “*produto’ das relações sociais que conhecemos como capitalistas*” (idem, p.29).

Mas qual é a especificidade da divisão do trabalho sob o capitalismo, distinguindo-o de outras formas históricas de sociabilidade? Para Braverman:

A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. Esta forma de divisão do trabalho torna-se generalizada apenas com o capitalismo (idem, p.70)

Embora a divisão do trabalho sob o capitalismo tenha procurado subdividir sistematicamente o processo de trabalho em operações especializadas, tornando o trabalho cada vez mais parcelarizado, como nos diz Braverman, isso não demonstra que o processo sistemático de subdivisão do trabalho em operações não possa ser em alguma medida contido ou re-orientado, como, aliás, parece estar ocorrendo atualmente com a acumulação flexível. Isso não altera o fato de o processo de trabalho, dividido em operações separadas, cujo controle da totalidade desse processo não está ao alcance do trabalhador, tornar-se a base da divisão capitalista do trabalho; também, não modifica o entendimento de que a divisão no interior do processo de trabalho seja ineliminável no capitalismo, tal como se pode notar, por exemplo, na separação entre processo de concepção e processo de execução, esta também uma especificidade da divisão do trabalho no capitalismo.

O estudo já clássico de Braverman apreende as divisões do processo de trabalho até o período do taylorismo/fordismo (o livro de Braverman foi publicado em 1974, ainda no início da crise do capital) destacando o controle do processo de trabalho pela gerência científica e pela maquinaria. Mais tarde, com a reestruturação produtiva orientada pela necessidade da acumulação flexível, modificações relevantes ocorreram na organização técnica do processo de trabalho, como por exemplo, o incremento da apropriação do trabalho intelectual dos operários, tornando mais complexa a relação entre trabalho e conhecimento do que era no período fordista. No entanto, atendendo aos imperativos da lógica da acumulação do capital, a despeito das modificações na divisão do processo de trabalho sem contudo superá-la, o caráter capitalista da divisão do trabalho permanece. Acrescente-se a isso, o fato de a divisão social do trabalho no capitalismo, comandada pela necessidade de acumulação e valorização do capital, ser “*forçada caótica e anarquicamente pelo mercado*” (idem, p.72).

Para expandir as unidades de produção capitalistas torna-se necessária a subordinação do trabalho assalariado ao capital. A acumulação incessante promove modificações no processo produtivo, alterando a organização do processo de trabalho sem alterar a relação de exploração do trabalhador. As empresas promovem mudanças no mundo do trabalho de acordo com as novas necessidades da acumulação do capital a que estão submetidas. Os trabalhadores não estão indiferentes a tudo isto.

2. ASPECTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA ATUAL

O processo de reestruturação da produção e o impulso para a mobilidade geográfica não são novidades do capitalismo do nosso tempo – o *capitalismo tardio*, de acordo com Mandel (1982). A organização social da produção capitalista recorrentemente assume novas experiências e modelos para a valorização do capital criado. No capitalismo sempre que um padrão produtivo dá sinais de esgotamento, ou seja, sempre que há uma queda na taxa de valorização do capital, na taxa de lucro, há a necessidade de se obter novas formas de organização da produção – conseqüentemente do controle sobre o trabalho – na busca de um novo patamar de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, não é sem importância lembrar que o aumento da produtividade não é uma exigência de um determinado padrão produtivo em si mesmo, mas sim do modo de produção capitalista.

O lucro é absolutamente fundamental no capitalismo e sua realização está associada com a competição e o mercado. Embora a tecnologia não substitua o trabalho como principal força social de produção, a mudança tecnológica assume, nesse processo, uma importância vital, uma vez que a organização da produção se faz, em grande medida, sob a influência das inovações na maquinaria e equipamentos. Com efeito, a mudança técnico-organizacional está relacionada com a busca do lucro e a competição no mercado, e a sua implementação se dá por meio de uma reestruturação produtiva.

A mais recente reestruturação produtiva na indústria ou o “*novo complexo de reestruturação produtiva*” (Alves, 2000, p.9), tem por objetivo principal promover mudanças na maneira de organizar a produção de mercadorias que permitam, essencialmente, superar a crise vigente desde os anos 1970 e levar a um novo período de desenvolvimento e crescimento econômico em nível mundial. Para tanto, torna-se fundamental superar a rigidez característica do padrão de acumulação fordista, cujo potencial se esgotou, estabelecendo em seu lugar um outro tipo de padrão de acumulação, mais flexível. Uma mudança dessa grandeza não se faz de um momento para o outro. O padrão fordista, por exemplo, não nasceu pronto: originou-se, essencialmente, na fábrica da Ford nos EUA no início do século XX, recuperou os ensinamentos sobre administração e rotinização do trabalho realizados por Taylor desde o final do século XIX e somente depois de 1940 se expandiu para a Europa e para o Japão via “esforço de guerra”, no momento da supremacia americana no mundo (Harvey, 1992, p.131).

A rigidez do fordismo perpassava praticamente todos os âmbitos: apresentava-se na maneira como se dividiam as tarefas entre os trabalhadores na fábrica, na utilização das máquinas, na realização dos investimentos, nos mercados e até na política monetária. Durante o tempo que o fordismo garantiu a estabilidade no centro do capitalismo mundial a rigidez não parecia ser um incômodo. Bastou o acirramento das contradições para que a rigidez na produção se tornasse o alvo principal das críticas dos especialistas econômicos do *establishment*. O novo complexo de reestruturação produtiva é a tentativa do capital de estabelecer a imprescindível alteração na base tecnológica e organizacional da produção de mercadorias tornando-a mais “flexível”. Uma flexibilidade empreendida com o intuito de criar

novas condições para a valorização do capital, dada a crise que o capitalismo atravessa há mais de três décadas.⁵⁷

O exame mais acurado da expansão mundial do novo padrão de acumulação a partir de uma nova reestruturação produtiva permitirá estabelecer mais acertadamente a relação entre as novas experiências produtivas em andamento e o fordismo, além de um melhor entendimento da especificidade do padrão de acumulação flexível.

3. NOVA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Desde os anos 1970 a indústria vem praticando reformas em sua estrutura. Ocorridas inicialmente nos países centrais do capitalismo mundial – EUA, Japão, Alemanha, Itália, Suécia –, se expandiram para outras regiões do planeta à medida que os países pertencentes a estas regiões foram se integrando à nova divisão internacional do trabalho ocorrida com a mundialização do capital.

A década de 1980 marca um período de expansão da reestruturação produtiva em termos globais, ainda que em graus variados a depender do país em questão. De maneira geral, a mais recente reestruturação da produção capitalista busca tornar mais flexíveis a estrutura da produção de mercadorias e os processos de trabalho, num momento de crise fiscal, de novos movimentos da concorrência internacional, de intensificação do controle sobre o trabalho e de rápidas mudanças tecnológicas (idem, p.137-8)⁵⁸. Porém, o detonador desse processo foi a crise do capitalismo iniciada no início dos anos 1970.

Reorganizar a produção de mercadorias para superar a crise de superacumulação e superprodução e, a partir daí, criar um sistema regulatório, torna-se vital para o sistema do

⁵⁷ O que aqui se entende por rigidez quando se analisa o padrão de acumulação fordista diz respeito essencialmente às distinções que se pode observar quando comparado ao padrão de acumulação flexível. Não se quer dizer com isso que o fordismo não possa ser considerado um modelo rígido, o que efetivamente é. Mas apenas que devemos nos precaver quanto a certas definições de fordismo como um padrão impermeável a todo e qualquer tipo de flexibilidade, o que nos parece incorreto. A crise do fordismo, por exemplo, ilustra bem não tanto o seu caráter inflexível, mas os limites históricos de suas soluções para os problemas do capitalismo: “*a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação*” (Harvey, 1992, p.173). Ainda assim, o padrão de acumulação flexível se diferencia basicamente do padrão de acumulação fordista dada a rigidez deste último.

⁵⁸ Não se pode deixar de lado a importância que ainda tem a redução dos custos de produção e distribuição das mercadorias para as empresas, e, portanto, a reestruturação produtiva visa atualizar esta posição.

capital. O novo complexo de reestruturação é a busca, por parte dos capitalistas, de saídas para a crise no interior mesmo da produção, lugar de criação da riqueza material da sociedade capitalista, portanto o espaço mais visado dessa sociedade, ou no dizer de Marx: “*a base oculta de toda a estrutura social*”.⁵⁹

Mas do que trata, em termos concretos, esse novo complexo de reestruturação produtiva? Quais inovações trazem para a organização e controle da produção e particularmente do processo de trabalho na indústria capitalista?

Através do novo complexo de reestruturação produtiva e da introdução de equipamentos eletrônicos, com destaque para a micro-tecnologia, procura-se flexibilizar a totalidade da produção e aumentar a produtividade do trabalho. Para tanto são criadas inovações organizacionais: “*os protocolos organizacionais do toyotismo [que o autor admite como a experiência predominante do novo complexo de reestruturação produtiva], que inscrevem a nova via de racionalização do trabalho, são a automação / auto-ativação, just in time / kanban e a polivalência operária*” (Alves, 2000, p.41). Essas inovações – de que falaremos mais à frente – dentre outras, constituem a mais recente tendência de racionalização da produção capitalista, buscando manter o controle externo do processo de trabalho com a finalidade de garantir o aumento da produtividade.⁶⁰

Além dessas inovações organizacionais, Alves fala também de “inovações institucionais” como os “*novos sistemas de pagamento*” (idem, p.51), baseados em *bônus*, em participação nos lucros, no emprego vitalício (restrito a uma minoria de trabalhadores japoneses); também o “*trabalho em equipe*” (idem, p.53), onde os trabalhadores produzem e debatem juntos – competindo quase sempre com outras equipes – os problemas ligados a sua atividade na empresa.

As *inovações organizacionais e institucionais* levadas a cabo pela nova reestruturação produtiva delineiam o princípio da necessidade imperiosa do *reconhecimento e da valorização do saber operário* no processo de produção das mercadorias. Todavia, o reconhecimento e a valorização da capacidade intelectual do proletariado têm por finalidade o aumento da

⁵⁹ Marx *apud* Schwartz, S. **Segredos internos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988. Pp.218-9.

⁶⁰ Do ponto de vista puramente da estratégia empresarial, nos últimos anos as grandes empresas têm demonstrado particular atenção com o *planejamento estratégico*, com a *inovação de produtos*, com as *cadeias de consumo* e com a *gestão de programas de “responsabilidade” social e ambiental* (ver Revista Exame, ano 40, nº 17, 30.08.2006, ed. Abril, pp.82-3). No tocante ao planejamento estratégico, diretores e consultores empresariais têm insistido na necessidade de criar as condições para a implementação do planejamento (ver Coutinho, A. **Gestão de estratégia: experiências e lições de empresas**. Rio de Janeiro, Campus, 2005).

produtividade do trabalho no interesse do capitalista enquanto personificação do capital e não a autonomia do agente do trabalho: o trabalhador.

Numa excelente síntese sobre as novas formas de acumulação do capital, o sociólogo Ricardo Antunes também chama a atenção para o que considera os “*traços constitutivos mais gerais*” do padrão de acumulação flexível:

Ele se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada de computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo freqüentemente à desconcentração produtiva, as empresas terceirizadas etc. Utiliza-se (...) do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos “grupos semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo”, em verdade uma participação manipuladora (...) O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado” combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho (Antunes, 2002, p.52)

Nota-se como os diversos modos de organizar o trabalho (polivalente, em equipe e etc) são centrais para a acumulação, cabendo a todos eles atenderem a flexibilização da estrutura fabril. Essa disposição dos trabalhadores é delineada pelas novas técnicas de gestão e de organização do trabalho e pela tecnologia avançada, com base na microeletrônica. Disso decorre toda a importância do novo complexo de reestruturação produtiva para o capital, pois uma de suas tarefas é introduzir no processo produtivo essas inovações tecnológicas e organizacionais para reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias, aumentando a produtividade através da elevação da taxa de exploração da mais-valia.

Como conseqüências para os trabalhadores temos, tão logo se concretiza a reorganização do processo produtivo e de trabalho, “*a intensificação das condições de exploração*” e a “*desregulamentação enorme dos direitos do trabalho (...) aumento da fragmentação (...) precarização e terceirização (...) a destruição do sindicalismo de classe*” (idem, p.52-3). Torna-se claro o componente de classe da reestruturação produtiva em curso, uma vez que todo o esforço do capital em promover o trabalho polivalente ou a terceirização (como adiante veremos mais detalhadamente) é perfeitamente compatível com seu projeto de retomada do patamar de acumulação e do seu ciclo reprodutivo, bem como dos seus esforços de dominação societal (idem, p.48). Com efeito, a consolidação de um novo padrão produtivo, mais flexível, significa a manutenção do caráter capitalista da produção e reprodução social.

Além do trabalho polivalente e da estrutura produtiva flexível, existem outros aspectos de igual relevância para a acumulação flexível, hoje muito difundidos no ideário industrial, que têm origem na experiência produtiva japonesa conhecida como toyotismo, mas que só se difundiram para o mundo ocidental com a expansão além-fronteiras do modelo japonês a partir dos anos 1970⁶¹. São técnicas de gestão e controle do trabalho que têm por escopo o melhor aproveitamento possível do tempo na produção, estoques mínimos e rigorosamente controlados, redução do tempo necessário entre a produção da mercadoria e o seu consumo, controle de qualidade, maior produtividade com menor número de trabalhadores e uma estrutura de empresa de tipo horizontal obtida com a desconcentração produtiva através das subcontratações e dos deslocamentos geográficos das unidades produtivas (idem, p.54-5). Ao lado do trabalho polivalente e multifuncional encontramos os novos princípios do *just in time*, do *kanban*, dos TQC's (Controle de Qualidade Total), além da nova dinâmica das terceirizações. Os teóricos da administração e da engenharia de produção tornam-se, desse momento em diante, os gurus da reengenharia, do *downsizing*, dos círculos de qualidade, *lean production* (empresa enxuta) e de uma série de inovações técnicas e organizacionais no universo industrial. A nova reestruturação produtiva torna-se tema do mais avançado conhecimento científico acadêmico burguês. Aqui o papel de destaque cabe às badaladas universidades de administração anglo-saxãs e japonesas. Seus ensinamentos ganham milhares de adeptos (na academia, na indústria, no Estado e na mídia em geral) por todo o mundo capitalista.

A reestruturação produtiva atual tem no princípio de gestão da produção conhecido como *just in time* uma de suas fontes alimentadoras⁶². De acordo com Alves, o princípio do *just in time* busca “*promover mais um conjunto de reagregações das tarefas produtivas, com o espírito de incorporar a subjetividade operária*” (Alves, 1995, p.45). Antunes observa que o

⁶¹ A expansão da experiência produtiva japonesa, nascida na fábrica da Toyota no pós II Guerra, recebeu o nome de “toyotismo”. Essa expansão foi tão impressionante que alguns estudiosos entendem que o fordismo – também nascido numa fábrica automotiva, a Ford americana, e posteriormente levado à condição de padrão produtivo universal graças a sua difusão pelo mundo capitalista – está sendo substituído pelo toyotismo, cujos traços fundamentais têm se universalizado cada vez mais, se sobrepondo ao fordismo e às novas experiências de produção da fase da mundialização do capital, tais como a italiana, a sueca e a alemã. O sociólogo brasileiro Giovanni Alves (2000) fala em “Toyotismo Sistemico” para apreender o caráter global da acumulação flexível e do novo complexo de reestruturação produtiva. Já o sociólogo Ricardo Antunes (2002) chama a atenção, no plano concreto, para uma combinação de técnicas Taylor-fordistas com inovações técnicas oriundas, sobretudo, do “modelo japonês” (toyotismo).

⁶² O gerenciamento *just in time* foi desenvolvido na fábrica japonesa Toyota Motor Co. pelo engenheiro Taiichi Ohno. Tem como princípio central ajustar a produção à distribuição, visando a otimização do tempo de produção.

objetivo da aplicação do *just in time* é a garantia do “*melhor aproveitamento possível do tempo na produção*” (Antunes, 2002, p.34), assentado “*num sistema de informações preciso*” (Leite *apud* Andrade, 2000, p.170). Um controle do tempo de trabalho que incorpora a “qualidade total”, estoques controlados (no limite nenhum estoque ou “estoque zero”), produção voltada para atender o consumo (idem, p.34) e a captura da subjetividade operária (Alves, 2000, p.45). O *just in time* também incorpora em seu seio o trabalho polivalente e serve de modelo para as empresas subcontratadas (as “terceiras”). O *just in time* traduz-se em um complemento importante à introdução da nova maquinaria e vice-versa.

O princípio do “melhor aproveitamento possível do tempo” tem por objetivo garantir uma “*perfeita sintonia entre a estratégia de produção e a estratégia de mercado*” (Oliveira, 2004, p.32). Inicialmente esse objetivo atendia as necessidades conjunturais – portanto particulares – da produção no Japão, articulando maior racionalização do trabalho com produção atenta às necessidades da demanda. Atualmente – e à medida que se expandiu para o mundo – o princípio tem sido útil tanto para estas “velhas” finalidades, bem como também para o controle rigoroso da produção de mercadorias numa era de superprodução latente.

Na verdade, o “melhor aproveitamento possível do tempo” presidido pela lógica da acumulação flexível atende às exigências do capital no tocante ao “*aumento da produtividade*” (Bernardo, 2000, p.75), o que se pode verificar a partir de seus resultados, por exemplo com a intensificação da exploração dos trabalhadores (Antunes, 2002, p.52) ou ainda com o “*solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classe*” (Harvey, 1992, p.145). Em grande medida, esses resultados são obtidos pelo recurso ao trabalho polivalente. Com efeito, a introdução de novos princípios produtivos é determinada pela busca de valorização do capital e pelas novas pressões competitivas da etapa da mundialização.

O aproveitamento – e controle – do tempo de trabalho não é uma novidade do toyotismo. O que pode ser considerado uma inovação nesta experiência produtiva é que o “melhor aproveitamento do tempo” – num universo produtivo caracterizado pelo trabalho multifuncional e pela alta tecnologia – converteu-se numa decidida e bem montada estratégia do capital em aumentar a produtividade com redução do número de trabalhadores e não tanto com a eliminação de movimentos desperdiçados, como era comum na fábrica fordista (Kamata *apud* Antunes, 2002, p.56).

Nesses termos pode-se associar o *just in time* com a intensificação dos ritmos de trabalho necessária a uma estrutura produtiva “enxuta” ou “sem gorduras” no jargão dos especialistas, dadas às novas exigências da produtividade e do comprometimento dos trabalhadores – constantemente ameaçados pelo fantasma da demissão – com a empresa. É sabido que em situações de instabilidade no emprego os trabalhadores são sujeitados a jornadas de trabalho mais penosas.

O *just in time* influi diretamente na gestão dos estoques, sendo este seu componente imprescindível. Diferentemente do que ocorre com o fordismo, sob o padrão de produção flexível a fabricação de mercadorias não é dirigida para a formação de grandes estoques ociosos, mas atende à necessidade de produção em lotes rapidamente levados ao mercado⁶³.

A organização dos estoques passa a ser controlada por novas técnicas e métodos, a exemplo do “sistema visual de informação” denominado *kanban* (Andrade, 2000, p.170), oriundo da fábrica da Toyota no Japão. A função do *kanban* “consiste em estabelecer (...) um fluxo de informações (...) que emite uma instrução especificando a quantidade exata de peças necessárias” (Alves, 2000, p.46). O sistema funciona assim: são fixadas placas informativas (*kanban*) em cada peça a ser utilizada na produção; à medida que a peça é requerida no estoque a sua placa é retirada e levada em seguida para o departamento responsável pela fabricação/distribuição daquela peça. A finalidade é informar da necessidade de repor a peça junto ao estoque de onde foi retirada.

A adoção do *kanban* permite às empresas, então, uma melhor eficiência no trânsito das informações no interior da fábrica para assegurar um pronto atendimento às reações do mercado consumidor (Gounet, 1999, p.27). Portanto, sistemas como o *kanban*, estabelecem maior eficiência no controle dos estoques, adequado a um “sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho” (idem, p.29). Baseia-se num trânsito de informações externas-internas à produção.

Um outro sistema comumente instalado nos setores de produção é o *sistema de luzes*. Esse sistema se vale de estímulos sensoriais associados às cores: a cor verde significa produção sem interrupções, a amarela produção em menor ritmo e a vermelha produção

⁶³ No extremo “uma empresa que estabeleça este fluxo integralmente pode chegar ao estoque zero” (Ohno apud Oliveira, 2004, p.32).

interrompida até retorno à normalidade. Também têm se difundido muito a utilização de *softwares* de controle de estoque, capazes de gerenciar processos de compra e estoque.⁶⁴

Isso demonstra, de outra parte, a criação de um mercado de consumo mais diversificado e disposto a responder mais rapidamente aos apelos da produção que, por sua vez, também se orienta para a diversificação dos produtos. Nunca como hoje foi tamanho o incremento dos ritmos de inovação dos produtos. Produção e consumo sempre se condicionaram mutuamente (o que pode variar é a velocidade com que essa relação se processa). Com a atual flexibilização da produção ocorre que “*a aceleração do tempo de giro da produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro do consumo*” (Harvey, 1992, p.148).

Não formar grandes estoques ociosos revela também a preocupação dos empresários com a superprodução crônica que ameaça a economia capitalista. Por esse motivo a aceleração do tempo de giro da produção e do consumo atende não aos imperativos da flexibilização em si mesma, mas a conformação de um novo padrão de produção e consumo compatível com a nova lógica de organização social da produção capitalista, flexível o suficiente para ser capaz de atenuar o risco iminente das empresas se verem entulhadas de mercadorias que não conseguiriam vender. A rapidez com que se processa atualmente as inovações dos produtos confirma essa preocupação, dado que o consumo atual tem sido estimulado pela novidade e toda a propaganda que o cerca. Por isso é correto dizer que a “*a estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais*” (idem, p.148).

As empresas podem promover a antecipação da escala de produção frente à demanda social através do recurso ao planejamento estratégico, possibilitando, inclusive, o aumento das escalas de produção em determinados momentos considerados favoráveis. Nesse sentido, sob o padrão de acumulação flexível a relação entre produção e circulação não se caracteriza, simplesmente, pela formação de pequenos lotes em contraposição a constituição de gigantescos estoques, mas essencialmente pela redução/controle dos estoques ociosos, podendo mesmo realizar, numa condição ótima, a estratégia de não formação de estoque.

⁶⁴ A informatização a partir de *softwares* diversos é uma tendência presente não apenas na regulação dos estoques industriais, mas em todos os setores da produção: planejamento e controle da produção, controle de qualidade, planejamento de processo, controle de equipamentos etc (ver Proença, 1997, pp.141;152).

Por certo muitos aspectos da produção seriada permanecem, mas esta é gradativamente submetida às tendências de flexibilidade e especialização da produção destrutiva, a ponto de não ser necessariamente um dos objetivos a serem alcançados pelas empresas, sobretudo daquelas na linha de frente da reestruturação produtiva.

No tocante ao quesito “qualidade” na produção de mercadorias os novos processos têm sido criados com a finalidade de ajustar os bens produzidos ao consumo. As empresas passam a se ocupar sobremaneira com programas de *qualidade total*, a exemplo da formação de Círculos de Controle de Qualidade (CCQ’s) com participação dos trabalhadores. Mas ao contrário do que diz o discurso empresarial, a preocupação com a “qualidade” na produção de mercadorias (desde a sua criação na indústria, passando pela distribuição até a chegada, na ponta, à mão do consumidor) não atende a finalidade de oferecer às pessoas “aquilo que desejam” em matéria de bens e serviços. A ideologia do “respeito ao consumidor” é apenas um verniz enganador. Na verdade o princípio do controle de qualidade no interior do processo produtivo – atualmente com seus programas de qualidade total e similares – consiste em reduzir o tempo necessário entre a produção de um bem ou serviço e o consumo deste mesmo bem ou serviço, ou seja, “a ‘qualidade total’ deve tornar-se inteiramente compatível com a lógica da produção destrutiva” (Antunes, 2002, p.50-1). Não admira que a redução dos prazos de entrega dos produtos mereça dos programas de qualidade total e substancial atenção.

O princípio da qualidade total está associado ao aumento da produtividade do trabalho, mais do que nunca sintonizado com o potencial de consumo das pessoas. Isso ocorre porque à medida que o conhecimento industrial, utilizando-se de técnicas e procedimentos de pesquisa, se nutre das informações sobre a capacidade de consumo geral, pode proceder a regulação do tempo de vida útil das mercadorias produzidas. É o que se observa hoje com o reduzido tempo de vida útil das mercadorias adquiridas. Assim, munidas dos programas de qualidade total as empresas podem disciplinar os trabalhadores aos novos requisitos da dimensão temporal do ciclo produtivo, ou seja, da produção destrutiva (isso é possível graças à integração do controle de qualidade ao princípio do *just in time*).

O princípio da qualidade total tem por complemento o trabalho polivalente, multifuncional e o trabalho em equipe (“*team work*”). Grande parte do controle de qualidade requerido hoje pelas empresas (sobretudo indústrias e bancos) é atribuição dos trabalhadores diretos. No modelo mais avançado, os trabalhadores se reúnem para discutir certos aspectos do

que será produzido, dando sugestões e oferecendo respostas aos problemas encontrados, chegando, em alguns casos, a opinar sobre condições de mercado. Trata-se do aproveitamento do saber do trabalhador para além das operações rotinizadas. A organização do processo de trabalho através da qualidade total instaurada com a novo complexo de reestruturação produtiva procura incorporar ao máximo o saber operário à lógica da produção capitalista.

O princípio da qualidade total inclui a “*auto-ativação [que] consiste em fazer com que as máquinas e os modos de operação incluam protocolos de responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de fabricação*” (Alves, 2000, p.43). Trabalhadores e máquinas são dispostos na produção de modo a atender as exigências do controle de qualidade. Nas máquinas (trabalho morto) o princípio da qualidade é incorporado à própria ferramenta – assim como o saber operário anteriormente produzido foi incorporado ao corpo da máquina – através do controle computadorizado. No coletivo do trabalho (trabalho vivo) a incorporação se dá pela difusão do trabalho polivalente, multifuncional e em equipe, baseado em novas e renovadas formas de apropriação do saber operário.

Essencialmente, no modelo japonês, o *just in time*, o *kanban* e os CCQ’s formam um sistema integrado, a partir de onde são firmadas as mudanças requeridas para o estabelecimento da produção flexível (ou “*enxuta*”), comprometendo, ao máximo, os trabalhadores com os interesses da empresa. Partindo do *just in time* a intenção é

produzir determinado produto na quantidade necessária e no momento certo. A produção é orientada pela demanda e o *kanban* seria o sistema de informação que alimenta o sistema *just in time*, controlando a quantidade da produção em cada etapa do processo (...) Os círculos de controle de qualidade (CCQs) são formados por grupos de trabalhadores que se reúnem (teoricamente de maneira voluntária) para discutir e buscar soluções para os problemas da produção (Navarro, 2006, p.216-7).

O novo complexo de reestruturação produtiva do capital, tendo por base os princípios do *just in time*, da relação estreita entre estoques/demanda e da qualidade total, propõe organizar a produção evitando desperdícios, com custos reduzidos, sem formar grandes estoque ociosos – mas, ao contrário, estoques perfeitamente reguláveis –, sem abandonar – em verdade, incrementando – a extração da mais-valia. Os engenheiros e os administradores de empresa denominam “*produção enxuta*” esse modelo das empresas se organizarem para produzir.

A “*gestão pelo estoques*” (Alves, 2000, p.46), ou seja, a produção regulada pelo potencial de consumo das pessoas nas sociedades de capitalismo avançado, expressa bem a crise de superprodução e superacumulação que o capitalismo mundial atravessa. O controle rigoroso dos estoques e o *just in time* formam o núcleo da atual reestruturação produtiva. A ele se associam outros princípios como a Qualidade Total, a terceirização, o trabalho polivalente e a horizontalização produtiva (subcontratação, “empresa-rede”).

Também a *deslocalização produtiva do capital* associa-se ao novo complexo de reestruturação produtiva. Sua dinâmica atual foi estimulada pela crescente internacionalização da produção promovida pelas transnacionais, o que resultou numa “*nova divisão internacional do trabalho entre centro e periferia*” (Bihar, 1998, p.107), no que contou com o apoio dos Estados-nacionais.

A estratégia de deslocalização produtiva diz respeito tanto aos deslocamentos geográficos de unidades industriais de uma região para outra dentro do mesmo país ou de um país para outro, quanto à desconcentração do processo produtivo da unidade central para outras unidades e/ou empresas terceirizadas. A deslocalização, nesses termos, é a expressão da estrutura de produção horizontalizada própria ao padrão de acumulação flexível. Muitas grandes empresas têm se dirigido para países não pertencentes a Tríade (EUA, Japão e Europa Ocidental), denominados “países emergentes” pela terminologia dos especialistas internacionais, tais como Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Índia, Brasil, México, China entre outros. Nestes países a desregulamentação do mercado nacional e do trabalho tem sido mais intensa do que nos países de capitalismo avançado. Isso se dá, em grande medida, devido às dificuldades de organização das classes exploradas e ao alto grau de autoritarismo e paternalismo que permeiam a relação capital e trabalho.

A deslocalização produtiva atende também às atuais determinações da concorrência capitalista mundial. Com as novas estratégias de deslocalização as empresas buscam quase sempre novas vantagens comparativas no mercado. Em grande parte dos casos o que as atrai para outros países é a redução substantiva dos custos operacionais. Isso acontece porque nos países receptores são baixos, principalmente, os custos salariais; e também são vantajosos outros custos gerais de funcionamento, operacionalização e distribuição. A isso se soma a proximidade a fontes de matérias primas básicas (ainda hoje importante para determinados ramos) e a ausência de uma forte proteção social nesses países.

Mas nem sempre as razões da deslocalização produtiva para outros países que não o de origem se dão pela necessidade peremptória de redução de custos, mormente os salariais. Nesses casos atendem as estratégias de produção industrial das transnacionais ligadas à tecnologia avançada, incluindo pesquisa e desenvolvimento (P&D), formando bases industriais regionais ligadas à Tríade, onde pode ser encontrada boa infra-estrutura para as operações (Chesnais, 1996, p.126; Hobsbawm, 1995, p.354). Em muitos casos a racionalização da produção visa a proximidade a uma determinada clientela, ou seja, a um tipo de consumidor que as grandes empresas desejam atingir, seletivamente escolhido, para onde adiantam suas novas bases produtivas:

Esta [estratégia de racionalização da produção industrial] passa a ser organizada no interior dos diferentes pólos da Tríade [EUA, Japão e Europa Ocidental], destinada prioritariamente à venda no grande mercado continental onde se decidiu a implantação de uma produção integrada internacionalmente.

É a esse nível e nesse quadro que a grande maioria das multinacionais procuram otimizar a organização internacional da produção fabril. Essa opção é comandada por dois fatores. O primeiro diz respeito às exigências (...) das políticas de diferenciação de oferta e de fidelização da clientela, implicando a proximidade das companhias em relação aos consumidores que pretendem atingir. O segundo fator está relacionado às características organizacionais de flexibilização da produção e as suas exigências em termos de proximidade entre quem passa os pedidos e seus fornecedores de peças, produtos semi-elaborados e serviços (Chesnais, 1996, p.129-30).

Em casos como os descritos acima, tendo as companhias que conquistarem novos e específicos mercados para seus produtos, a redução de custos salariais comparativamente observada em outras regiões assume uma importância apenas relativa. Para isso é preciso, entretanto, que as vantagens trazidas pela participação nos novos mercados compensem as perdas da não exploração das relações salariais desiguais apresentada pelos países disponíveis para o investimento de capital, desde que haja infra-estrutura e condições gerais minimamente adequadas para a atração do capital. É o caso da relativa redução da importância das vantagens comparativas apresentadas pelos países de fora da Tríade, se comparado com os deslocamentos compensatórios internos aos países ricos (Bensaid, 2000b, p.36), ou entre os países ricos a partir de um mercado regional (Chesnais, 1996, p.128).

Por outro lado, a busca das empresas pela redução dos custos salariais é um fator de grande peso nas deslocalizações, principalmente nos casos em que envolve a “*terceirização*,

bem como às cadeias comerciais” (idem, p.126)⁶⁵. Apesar disso, o grosso das deslocalizações do capital transnacional e do investimento externo direto tem se direcionado para os países avançados (no interior da Tríade), onde há infra-estrutura adequada, mercados ricos e força de trabalho qualificada (Bernardo, 2000, p.42; Chesnais, 1996, p.63; Pochmann, 2004, p.60). Isto se explica em parte pelo fato de que o desenvolvimento da tecnologia avançada está concentrado nos países da Tríade e em alguns poucos países intermediários dependentes das nações poderosas, como os novos países industrializados da Ásia. Mas a própria necessidade de desenvolvimento de produção tecnologicamente avançada em países de fora da Tríade, como Coréia do Sul, Cingapura e Tailândia, aponta para a importância crescente que a redução de custos, sobretudo salariais, tem tido no mercado mundial.

Além de economizar com as diferenças de salário muitas empresas – destaque para as japonesas – se valem da deslocalização para outros países procurando formar um mercado especializado na produção de determinadas mercadorias através de *“bases industriais em formação nesses países [é o caso dos países do Sudeste Asiático]”* (Chesnais, 1996, p.131). Assim, *“a implantação de fábricas ou unidades de produção em países diferentes tem por objetivo aproveitar os diferenciais de níveis salariais, mas também economizar na especialização”* (idem, p.131).

As deslocalizações produtivas internas aos países, não importando se industrialmente avançado ou não, também atendem a busca por vantagens compensatórias, obtidas por diferenciações de caráter regional⁶⁶. Essas vantagens se materializam na compra de força de trabalho mais barata pelas empresas, na ausência de tradição sindical nas regiões receptoras, na estratégia de proximidade das empresas junto às fontes de matérias primas básicas, nos incentivos fiscais e financeiros dados às empresas pelo Estado, na posição geográfica estratégica, na escolha do perfil do consumidor, na infra-estrutura existente, no nível de qualificação requerido dos trabalhadores e na estratégia de racionalização de produção e distribuição de mercadorias. Cada uma dessas vantagens regionais da estratégia de deslocalização pode ser distinguida em primordial ou secundária. Entretanto, todas, sem exceção, atendem aos imperativos da valorização e acumulação do capital.

⁶⁵ Um dos principais fatores do alto, constante e acelerado crescimento econômico da China é a atração que os baixíssimos salários pagos aos trabalhadores chineses exerce junto às companhias estrangeiras que lá se instalam.

⁶⁶ As maiores diferenças, nesse caso, entre países centrais e periféricos no capitalismo, são duas: I) que nos países periféricos é mais acentuado o desenvolvimento desigual por região e II) também nestes países as organizações sindicais dos trabalhadores são, em geral, mais fragmentadas.

A deslocalização produtiva afeta diretamente a aproximação das empresas a determinados tipos de produtos e mercados de consumo de seu interesse, a redução dos custos – em especial os salariais – e a relação dos capitalistas frente à classe operária e suas organizações de classe (chegando, em alguns casos, a determinar a emergência de uma classe operária, até então ausente na região). E o Estado, ao participar do processo de deslocamento geográfico inerente ao capital – cujo movimento por definição não respeita fronteiras nacionais – torna-se agência mediadora deste.

Em suma, a busca pelas empresas de estratégicos espaços geográficos para produzirem depende, em grande medida, de fatores associados às vantagens competitivas próprias a cada atividade econômica em particular (metal-mecânica, informática, petroquímica, têxtil, calçadista etc), mas isso como consequência da realidade espacial disponível regionalmente aos investimentos do capital, a qual as empresas não podem – pelo menos não imediatamente – modificar. A produção capitalista busca os custos ótimos para o retorno, na forma de capital, do capital empregado. Entretanto, o movimento do capital não pode ser explicado a partir das vantagens compensatórias associadas especificamente a cada atividade econômica, articuladas a outros fatores comuns a todas as atividades envolvidas, pois estas são contingentes e às vezes transitórias, mas deve, isto sim, ser explicado pela necessidade incessante de acumular capital em cada momento.

Por sua vez, a estratégia da *subcontratação* atende a necessidade de acelerar a realização da mercadoria no mercado, criando novas formas de organização da estrutura empresarial, adaptadas à acumulação flexível. Difunde-se a *terceirização do trabalho na produção e nos serviços* a partir da subcontratação de outras empresas, em sua maioria pequenas e médias⁶⁷. Na experiência japonesa (toyotista) a terceirização expressa bem o caráter horizontal do processo produtivo:

a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vêm se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo e transfere a “terceiros” grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo (Antunes, 2002, p.54-5)

⁶⁷ A utilização da terceirização não é propriamente uma inovação. A novidade a partir do novo complexo de reestruturação produtiva é sua intensificação, envolvendo diretamente o processo produtivo: “no passado já havia terceirização (em geral, os restaurantes eram terceirizados, a limpeza era terceirizada, o transporte coletivo etc). Deu-se entretanto uma enorme intensificação desse processo, que alterou sua qualidade...” (Antunes, 2002, p.205).

A expansão da terceirização está associada aos desígnios da produção mais flexível potencializada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação: “*a revolução nos transportes e comunicações modernos tornou possível e econômica uma produção verdadeiramente mundial*” (Hobsbawm, 1995, p.354). Além disso, “*tudo parece indicar que o movimento formal de externalização [da produção de mercadorias] é acompanhado por uma série de medidas drásticas, cujo objetivo é estender para fora, especialmente para terceirizados, as exigências e meios de coerção ligados às hierarquias*” (Chesnais, 1996, p.106). Nota-se que a preocupação com as velhas hierarquias refere-se à rigidez dos processos de trabalho. Com efeito, a terceirização torna mais “flexível” a estrutura produtiva.

Tem sido enorme a atenção dada pelas grandes empresas ao estabelecimento de novas redes baseadas na subcontratação de pequenas e médias empresas, visando assim acompanharem o novo dinamismo da economia mundial à medida que transferem custos operacionais variados para as empresas subcontratadas, tudo isso enquanto competem entre si. Com a subcontratação de pequenas e médias empresas a companhia central (contratante) pode “*externalizar suas atividades produtivas*” (Alves, 2000, p.57). Para além da relação intra-empresa convencional, instaura-se com a desconcentração produtiva uma relação inter-empresas, envolvendo a companhia central e as subcontratadas – também estas submetidas a flexibilização – sem que o domínio da empresa central, quase sempre uma transnacional, seja contestado (idem, pp.57-9). A partir de então a produção de mercadorias na sua totalidade não se concentra necessariamente na unidade fabril central.

A subcontratação de pequenas e médias empresas permite a intensificação do controle sobre o trabalhador assalariado, em virtude das novas divisões criadas no interior da classe operária. Devido aos salários mais baixos geralmente pagos aos trabalhadores das empresas terceirizadas e a transposição das técnicas de produção e controle dos trabalhadores das empresas centrais para estas os custos de produção caem. Além disso, com a terceirização da força de trabalho as empresas contratantes se isentam em grande medida das obrigações trabalhistas e fiscais relativas a contratação de pessoal, ficando estas sob a responsabilidade da direção da empresa contratada. Esta, por sua vez, procura obter a melhor relação possível entre a importância que vai receber pelo contrato firmado com a contratante e o que vai pagar a seus trabalhadores. Os níveis salariais das empresas subcontratadas tendem a ser mais baixos do que os da empresa contratante: “*É por isso que as firmas subcontratadas, particularmente dos*

últimos níveis da cadeia produtiva, tendem a contratar operários com estatutos salariais mais precários” (Alves, 2000, p.222). Isso significa que há uma intensificação ainda maior da exploração do trabalho nas empresas subcontratadas (Gounet, 1999, p.28; Antunes, 2002, p.57).

Em suma, o modelo de terceirização adotado atualmente pelas empresas propicia condições favoráveis para a continuidade do processo de desregulamentação dos direitos trabalhistas e, com efeito, estimula a precarização do trabalho.

4. IMPACTO SOBRE A MATERIALIDADE E A SUBJETIVIDADE DA CLASSE OPERÁRIA

Segundo Harvey, com a produção em pequenos lotes, as novas redes de subcontratação e os novos deslocamentos geográficos as empresas respondem às exigências de atendimento rápido “*a uma gama bem mais ampla de necessidades de mercado*” (Harvey, 1992, p.148) associada às mudanças na produção e no consumo, atendendo assim as novas pressões competitivas entre as empresas.

Ainda segundo este autor todas essas mudanças atingem a materialidade do trabalho. Com a aceleração das inovações na produção e sua rápida expansão na esfera da distribuição a indústria se diversifica e se expande; os pequenos negócios derivados das novas possibilidades de subcontratação também se expandem, fazendo avançar a indústria dos serviços. Conseqüentemente, cresce o número de trabalhadores na indústria de serviços. Logo são exigidos contratos de trabalho mais “flexíveis”, tanto no setor produtivo tradicional, quanto no de serviços. Premidas pela competição capitalista as empresas adotam novas modalidades de contratação de trabalhadores, tais como o trabalho temporário, o trabalho parcial e o trabalho terceirizado. Os salários declinam e cada vez mais são exigidos níveis maiores de qualificação para os trabalhadores entrarem no mercado de trabalho.

Na prática ocorre uma *precarização das condições de trabalho* para a grande maioria dos trabalhadores, com o retorno, inclusive, de sistemas antigos de trabalho como o trabalho doméstico, alçado à condição de grande importância para certos ramos do sistema produtivo atual (idem, p.145). Com o aumento do desemprego as perspectivas para uma recomposição salarial permanecem distantes, além de contribuir para o crescimento da “economia informal”

(idem, p.145); no máximo, se elevam os salários de uma minúscula parcela de empregados altamente qualificados. Com o “*enfraquecimento do poder sindical e [a] grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados)*” (idem, p.143) a precarização do emprego se mantém como uma tendência longe do fim.

A precarização das condições de trabalho atinge atualmente grande parte dos trabalhadores no mundo. Apenas uma minoria “estável” de trabalhadores ligados a “iniciativa privada” e ao “serviço público” – aqueles com um histórico de organização e conquistas de classe, como alguns segmentos mais combativos da classe operária fabril e alguns setores dos trabalhadores do Estado – têm procurado, mesmo assim muito modestamente, resistir ao ataque do capital contra a estabilidade no emprego e as garantias de seguridade social. A situação é pior nos países periféricos do capitalismo (destaque para a China).

A diversificação e a fragmentação da classe trabalhadora têm fragilizado as respostas do mundo do trabalho frente a precarização. Tem havido um crescimento da assim chamada “economia informal” (na verdade a “economia informal” está, contraditoriamente, articulada à economia capitalista “formal”, na medida em que funciona como suporte do ciclo de acumulação)⁶⁸; surgem novas modalidades de contrato de trabalho, como o trabalho parcial (em turnos reduzidos ou em dias alternados), o trabalho temporário (contrato com duração pré-determinada), o trabalho terceirizado (via subcontratação de empresas), o estágio (estudantes recém saídos de instituições de ensino, pessimamente remunerados, que ingressam no mercado de trabalho). Todas essas novas modalidades de emprego, não raro com rebaixamento salarial e sem alguns (e às vezes todos) direitos de seguridade social, têm como traço comum a instabilidade.

A precarização das condições de trabalho – parte integrante do novo complexo de reestruturação produtiva do capital – é subproduto da crise estrutural por que passa o capitalismo, materializada na nova ofensiva do capital sobre o trabalho e na ampliação do contingente de homens e mulheres sem emprego. A precarização está presente tanto na forma de um processo de deterioração das condições de trabalho da esmagadora maioria dos trabalhadores (produtivos e improdutivos), quanto na criação de novos contingentes de trabalhadores já nascidos sob o signo da instabilidade e da ausência de garantias sociais básicas – muitos dos quais terceirizados.

⁶⁸ Oliveira, 2003, p.53.

A atual reestruturação produtiva tem instaurado mudanças na estrutura da classe operária. Desde sempre a classe operária teve divisões internas, fruto da divisão social do trabalho sob o capitalismo. A cada novo esforço de reestruturação da produção por parte do capital a materialidade do trabalho se altera. Com a atual necessidade das empresas de modificação da estrutura de organização da produção e das relações estabelecidas no âmbito da concorrência, com a criação de novos métodos de gerência, de novas formas de organização e controle do trabalho, o mundo do trabalho é sacudido. Um exemplo é a estrutura mais horizontalizada das empresas conseguidas com as subcontratações, que tem criado novas situações de existência para os trabalhadores, distintas das do passado.

Objetivamente, os trabalhadores hoje em dia estão mais divididos, na medida em que realizam suas atividades através de muitas pequenas empresas de que depende a totalidade da produção. A totalidade do processo de trabalho torna-se dividida não tanto por divisões de função no chão da fábrica, mas por divisões por empresas; estas, por sua vez, também possuem, internamente, divisões por função. Muitas vezes essas pequenas e médias empresas terceirizadas estão dispersas geograficamente, o que coloca uma barreira objetiva à aproximação entre os trabalhadores. Em outros casos, todos os trabalhadores estão reunidos sob o mesmo espaço na empresa central, no entanto, ainda podem estar sujeitos a dificuldades de organização também consideráveis, dadas as divisões provenientes da precarização a que são submetidos os trabalhadores das empresas subcontratadas que, não raro, possuem pouca escolaridade, recebem salários mais baixos, executam trabalho com baixo grau de qualificação e com reduzidos níveis de sindicalização. Ao lado do proletariado tradicional tem surgido o que muitos autores denominam de subproletariado ou trabalhadores precarizados⁶⁹, basicamente composto por trabalhadores em tempo parcial, temporários, terceirizados, estagiários e todo tipo de marginalizados do mercado de trabalho. Essa tendência à precarização é notadamente mais intensa e perceptível nos países industrializados e semi-industrializados da periferia do capitalismo (Alves, 2000, p.68-9).

Apesar da situação de precarização vivida por boa parte dos trabalhadores, há, por outro lado, uma tendência ao estímulo à *polivalência do trabalhador*. O trabalhador polivalente está presente no centro da produção, no interior das grandes empresas (alguns tipos

⁶⁹ Alves, 2000, p.65; Andrade, 2000, p.179; Antunes, 2002, p.103; Antunes, 2003, p.52; Bernardo, 2000, p.81-2; Bihr, 1998, p.84-5; Chesnais, 1996, p.293; Chesnais, 2005, p.55; Katz, 1995d, p.228-9.

de trabalho qualificado, mas não necessariamente polivalente, podem se encontrados nas fileiras dos trabalhadores subcontratados, entre aquelas atividades ligadas à manutenção e programação de computadores por exemplo). O trabalhador polivalente está capacitado a operar várias máquinas e, em alguns casos, como nas equipes de trabalho, a influir sobre aspectos tomados como estratégicos na produção, mormente sobre a qualidade das mercadorias. A presença, no seio da classe operária, de pessoal capacitado a lidar com os novos processos de trabalho da produção tecnologicamente avançada se conjuga com a divisão estrutural e histórica entre o trabalho manual e intelectual no interior da produção capitalista, ainda que ocorra um incremento da utilização do trabalho intelectual na produção em alguns setores.

Mas esse incremento do trabalho intelectual na produção não pode ser superestimado, porque existe, paralelamente, uma outra tendência, inerente ao capitalismo, que torna muito próximas as condições de trabalho e de existência material de homens e mulheres que vivem unicamente de salário e estão submetidos aos imperativos da acumulação capitalista baseada na busca incessante pelo lucro. A despeito das inovações trazidas pelo novo complexo de reestruturação produtiva *“o operário polivalente permanece ainda à mercê do processo de valorização (...) [apesar do] alto grau de autonomia”* (Alves, 2000, p.73). Como se não bastasse, o trabalho polivalente, conjugado com a técnica do trabalho em equipe e com o princípio da qualidade total, tem favorecido o aumento da vigilância sobre os trabalhadores na produção, com o intuito de que estes cumpram as novas exigências de produtividade do processo de trabalho flexível.

A divisão capitalista do trabalho, no que tem de fundamental, permanece a mesma a despeito do trabalho polivalente. Isso porque a autonomia operacional dos operários polivalentes continua submetida às decisões estratégicas do capital centralizado nas diretorias das empresas. A autonomia dos trabalhadores enquanto produtores, no interior dos limites do capital, mesmo em sua forma mais avançada, nunca passou de uma autonomia subordinada ao próprio capital. O recurso à polivalência do trabalhador pelas empresas não tem passado de panacéia para encobrir na realidade uma situação de aumento da jornada no emprego e intensificação do ritmo de trabalho.

O impacto destas complexas divisões na consciência de classe dos trabalhadores não deve ser desconsiderado. São mudanças que atingem a materialidade do trabalho:

ocorrem mudanças fundamentais na natureza do trabalho industrial, no fazer (e saber) do operário industrial, que se traduzem numa forte diferenciação dos estatutos, salários, das condições e dos interesses imediatos dos operários, com impactos nada desprezíveis sobre a consciência contingente de classe (Alves, 2000, p.70).

A crise do sindicalismo atual, entendida enquanto dificuldade de organização e articulação dos interesses dos trabalhadores, em grande medida está relacionada com divisões internas de classe. De uma certa forma, a estrutura burocrática dos sindicatos contribuiu para a manutenção destas divisões. Afora isso, atualmente a criação de novas condições para a fragmentação do coletivo do trabalho a partir do novo complexo de reestruturação produtiva vem influenciando de maneira negativa a organização da ação sindical:

O mercado de trabalho (...) passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (Harvey, 1992, p.143).

Os sindicatos têm encontrado dificuldades – até agora insuperáveis – para organizar muitos setores do proletariado. Muitos trabalhadores precarizados, principalmente os terceirizados, não têm sido representados pelos principais sindicatos operários, tendo quase sempre que se filiar – por vezes são obrigados a isto – a obscuros sindicatos, compostos de uma miríade de ocupações ligadas aos estatutos das empresas subcontratadas e que, não raro, guardam forte vinculação com os interesses dos empregadores, sejam estes as empresas contratantes sejam as empresas contratadas; quando não, são sindicatos criados pelos próprios empregadores com o fim exclusivo de evitar a organização autônoma de seus trabalhadores.⁷⁰

Um outro fator decisivo que dificulta a organização de novos contingentes proletários está relacionado com o crescimento rápido do número de trabalhadores assalariados na produção de serviços (incluindo os serviços financeiros) e no comércio. Apesar dos “*avanços*

⁷⁰ É bastante comum no serviço público aqui no Brasil a contratação de trabalhadores na condição de terceirizados e/ou contratados temporariamente, ligados a sindicatos sem nenhuma vinculação orgânica com a classe que dizem representar e que muitas vezes são completamente desconhecidos de suas bases. Apenas a título de exemplo, temos os trabalhadores que exercem suas atividades nas instituições de atendimento ao cidadão, instalados em vários estados no país (na Bahia chamados SAC), bem como as diversas categorias de trabalhadores estagiários dos órgãos públicos (na iniciativa privada é cada vez mais comum a contratação de estagiários). Em outros casos, encontramos trabalhadores que não contam nem mesmo com representação sindical de qualquer natureza, como por exemplo os professores contratados temporariamente da educação pública e privada, municipal e estadual, para os níveis infantil, fundamental e médio de ensino.

na organização sindical dos assalariados médios [do setor público e privado]” ocorridos em praticamente todos os países industrializados (Antunes, 2003, p.71), são historicamente baixas as taxas de sindicalização entre os trabalhadores do comércio e dos serviços em geral (idem, p.70).

A heterogeneidade e complexificação da classe trabalhadora atual têm colocado problemas que o sindicalismo contemporâneo, preso a uma estrutura verticalizada de representação herdada do fordismo, não tem conseguido resolver satisfatoriamente. Isso se expressa no fato de que “*o sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar as mulheres, os empregados de escritório, os que trabalham no setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores em tempo parcial (...) os imigrantes*” (idem, p.70). Novas contradições se instalam no mundo do trabalho no período da mundialização do capital – sob a influência da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais – envolvendo o surgimento “*de um novo tipo de trabalhador*” e a permanência de um “*movimento sindical tradicional*” (Neto, 1995, p.30).

Quanto aos sindicatos oficiais de ramos importantes da indústria que conseguiram historicamente se organizar de modo autônomo no seio da classe operária, presentes em todos os setores expressivos da produção capitalista, estes parecem não se ocupar com o estado lastimável da organização de classe a que estão submetidos os trabalhadores temporários, parciais, terceirizados e semelhantes. Os fortes sindicatos de trabalhadores da grande indústria têm se limitado a seus contingentes de filiados, bem identificados nos seus estatutos e na relação que estabelecem com a direção das empresas – relação esta, expressa de modo cristalino nas convenções coletivas. Assim, à tendência histórica da ação sindical ao corporativismo – limitada às reivindicações profissionais de trabalhadores empregados bem organizados por categoria – alia-se uma outra, comum ao período da mundialização: a incapacidade de superar minimamente a divisão entre o proletariado industrial tradicional e o “subproletariado” – cuja principal característica é a instabilidade no emprego – no terreno da organização sindical. Aqui se observa não apenas o fracionamento dos trabalhadores, mas também o fracionamento das entidades sindicais ligadas à totalidade da produção. Alguns autores falam de um novo corporativismo, um “neocorporativismo setorial” (Alves, 2000, p.89), cujos resultados da prática sindical contra a exploração do trabalhador são ainda mais

limitados do que no passado, pois se define por uma ação em defesa das premissas do novo complexo de reestruturação.⁷¹

A intensificação do neocorporativismo sindical além de robustecer os esteios burocráticos das entidades sindicais, vem aprofundando as clivagens que separam na atualidade os trabalhadores “estáveis” (os “efetivos”) dos precarizados (Antunes, 2005, p.82).

Soma-se a esse fracionamento da luta sindical o crescente distanciamento dos sindicatos frente aos “*movimentos autônomos de classe*” (Antunes, 2003, p.43). Esse distanciamento das entidades sindicais é tanto maior quanto mais se refere à relação destas com os “*movimentos sociais anticapitalistas, que visavam o controle social da produção*” (idem, p.43). A institucionalização e a burocratização crescentes levaram o sindicalismo moderno, a partir dos anos 1980, a uma postura de hostilidade cada vez mais obstinada ao sindicalismo combativo e às formas de organização autônomas dos trabalhadores (Antunes, 2003, p.75; Bernardo, 2000, p.26).

Mas a crise atual do sindicalismo é mais complexa do que as dificuldades de sindicalização unicamente fazem notar. A crise é também político-ideológica, ou seja, “*caracterizada pela integração plena dos sindicatos à lógica mercantil*” (Alves, 2000, p. 85). A integração plena dos sindicatos é o corolário de um processo de institucionalização e burocratização das entidades sindicais iniciada já na segunda metade do século XX. Contudo, o sindicalismo combativo do período fordista, que antecedeu a mais nova ofensiva do capital sobre o trabalho, podia executar um modelo de luta sindical pautada em grande medida pela resistência à exploração do trabalhador. Nesse período não se pode falar ainda da integração plena dos sindicatos enquanto tendência do movimento sindical. Com a mundialização do capital essa integração vem se realizando através da ofensiva do novo complexo de

⁷¹ Em geral as práticas sindicais que antecederam ao período do novo complexo de reestruturação produtiva se pautavam, em última instância, pela resistência à exploração do trabalho. O sindicalismo de cariz fordista pode ser entendido como de *resistência combativa*, ou seja, atento ao antagonismo de classe no local de trabalho, o que incluía até mesmo a crítica ao controle do capital na produção. Diferentemente, o sindicalismo exaltado pela era da acumulação flexível pode ser considerado como de *participação*, ou seja, reduz a ação sindical à aceitação e colaboração com o domínio do capital, requerendo em troca garantias de emprego para setores estáveis do proletariado e algum poder de participação nas decisões da empresa (“neocorporativismo”). No limite, o *sindicalismo de participação* pode se comprometer com as proposições do capital, tais como preços, mercados, avanço tecnológico e lucros financeiros. Numa palavra, o sindicalismo de participação (ou de envolvimento) se caracteriza pelo abandono do antagonismo de classe, pelo pragmatismo político e pelo distanciamento junto às bases (ver: Alves, 1995, pp. 83; 88-9; 307-10; 312-14; 326-39; 344; Antunes, 2005, p.34).

reestruturação produtiva no mundo do trabalho; a resistência à exploração é substituída pelo princípio da participação ou cooperação com o capital.

Mas o declínio do sindicalismo combativo não seria tão visível não fossem os ataques encaminhados pelas políticas neoliberais de desregulamentação. Intelectuais e políticos neoliberais defendem que o movimento operário – em particular os sindicatos – é responsável, em grande medida, pela redução das taxas de lucro das empresas e pela elevação dos gastos sociais governamentais (Anderson, 1995).

O capital tem buscado de todas as formas diminuir a força dos sindicatos. A tentativa atual de reorganização do capital requer a desregulamentação obstinada do mercado de trabalho e dos direitos dos trabalhadores (Antunes, 2003, pp.24;73). Por todo o mundo industrializado há tentativas de desregulamentação do mercado de trabalho – em alguns casos, muito agressivas, como na Inglaterra sob o governo Thatcher – que atingem frontalmente os direitos conquistados pelos trabalhadores. Os governos têm auxiliado a burguesia com reformas que procuram “flexibilizar” (na expressão dos apologistas da modernização capitalista) as legislações trabalhistas⁷². Um dos resultados mais expressivos dessas reformas tem sido “*o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente*” (Anderson,1995, p.15). Diante disso, os patrões agora podem também tirar proveito das reformas trabalhistas realizadas por governos “modernizadores”. Portanto, fica patente que o desemprego estrutural afirma-se como processo, iniciado na produção e posteriormente estimulado por políticas econômicas neoliberais de estabilização e desregulamentação. Em síntese, os ataques na produção e no terreno da política sintetizam a nova ofensiva do capital sobre o trabalho adequada as novas determinações do capitalismo em crise.

Contribuíram ainda para o debilitamento sindical “*os dispositivos coercitivos implícitos*” (Alves, 1995, p.259) à lógica do capitalismo tardio, como por exemplo, a crescente marginalização social (“exclusão social”). Tais dispositivos, muito embora não sejam deliberada e minuciosamente programados pela burguesia, estão presentes no funcionamento

⁷² Há forte pressão do empresariado junto aos governos nacionais para que estes tornem mais flexíveis as relações entre capital e trabalho, o que permitiria, no entender dos empresários, competirem em boas condições nos mercados nacional e mundial. Por sua vez, os governos, dependentes que são do modelo de desenvolvimento capitalista, têm procurado, em variados graus e sofrendo diferentes pressões populares, promover os interesses de suas grandes empresas nos mercados de todo o mundo (ver: Antunes (Org.), 1997; Vesapollo, 2006; Lesbaupin, 1999; Coggiola, 2004; Antunes, 2005; Chesnais, 2005).

do modo de produção e reprodução social como um todo⁷³. São determinados pelo novo complexo de reestruturação produtiva do capital e pela política de cunho neoliberal (outro exemplo é o desemprego estrutural).

De acordo com Alves, desde o final dos anos 1940 o sindicalismo de classe, tendo à frente as lutas sindicais nos países centrais do capitalismo, tendeu ao aprofundamento da burocratização, se preocupando, fundamentalmente, com a preservação dos seus interesses e com a manutenção das conquistas obtidas e legalmente incorporadas ao Estado de Direito, todavia mantendo vivas as estratégias de resistência à exploração dos trabalhadores, ainda que mantida a lógica corporativa e a aceitação da legitimidade dos interesses da burguesia. Com o avanço do novo complexo de reestruturação na produção o caráter corporativo dos sindicatos não foi superado mas, pelo contrário, se aprofundou, levando a uma crise estrutural do sindicalismo (Alves, 2000, pp. 85-91).

A partir de meados da década de 1980 os índices de sindicalização declinaram, a burocratização se acelerou e a fragmentação no interior da classe se refletiu nas estratégias sindicais. O resultado disso tudo foi uma mudança de postura, passando da resistência a exploração à condição de aceitação plena desta. A combatividade sindical – fortalecida durante o período do compromisso social fordista – foi sendo deixada de lado em nome da *participação propositiva do sindicalismo pró-ativo*, e, no limite, alguns sindicatos passaram à condição de gestores do capital ao personificarem os interesses deste no mercado financeiro através dos fundos de pensão dos trabalhadores.

A integração plena do sindicalismo contemporâneo se expressa na sua total aceitação da lógica do capital. A especificidade da crise do sindicalismo na etapa da acumulação flexível é dada pela práxis sindical submissa à lógica da reestruturação produtiva atual, aceitando inclusive a influência desta em sua organização interna (Bernardo, 2000, p.86-7).

Burocráticos e corporativos, os sindicatos não foram capazes de fazer frente ao desafio colocado pelo capital transnacional: a construção de estratégias de classe que não se limitassem ao plano nacional. Para piorar as coisas, a burocracia sindical, vendo sua influência se esvaziar diante dos capitalistas, recorre a um maior apego à atividade política dos governos nacionais, sem abandonar, entretanto, a estratégia de estreitar relações com as empresas (idem,

⁷³ A formação de um *exército industrial de reserva* é uma necessidade do capitalismo para controlar a força de trabalho sob sua influência, não sendo esse exército, entretanto, passível de racionalização matemática, dada as contradições – em especial aquelas promovidas pela dinâmica da luta de classes – que afetam seu funcionamento.

p.19). Durante todo o século XX os organismos sindicais fracassaram na construção de uma práxis que efetivamente transcendesse os limites e as questões nacionais. O sindicalismo contemporâneo dominante se restringiu às fronteiras nacionais e mesmo nesse espaço se manteve por demais fracionado (idem, p.57).

Mesmo o melhor do sindicalismo de cariz social-democrata do período fordista, em termos de organização da luta dos trabalhadores, com sua inclinação ao questionamento e à defesa autônoma dos interesses de trabalhadores e trabalhadoras, não chegou a superar as adversidades advindas da via de ação institucional:

ao transformar a negociação em finalidade exclusiva de sua prática e ao ‘instrumentalizá-la’ como mecanismo de comando capitalista sobre o proletariado, o compromisso fordista acentuou os aspectos mais detestáveis dessa organização (...) [A organização sindical] supõe uma centralização da atividade sindical em todos os níveis; porque por definição só os responsáveis sindicais negociam; enfim, por implicar uma tecnicidade e um profissionalismo crescentes dos negociadores (em matéria jurídica, contábil ou financeira) a prática sistemática da negociação só poderia favorecer as tendências à separação entre a base e cúpula inerentes a essa organização, a autonomização crescente das direções e a redução conseqüente das iniciativas de base, em suma, a burocratização das organizações sindicais. Do mesmo modo, ela favorecia necessariamente o seu corporativismo, dado que a tendência era de negociação se efetuar entre empresas por empresa ou ramo por ramo (Bihl *apud* Antunes, 2002, p.39-40).

A passagem acima é emblemática da influência que o sindicalismo combativo sofria na organização da produção em bases fordistas. Nem mesmo em sua organização interna os sindicatos conseguiram escapar das contradições da divisão do processo de trabalho fordista.

Os sindicatos surgiram no seio do proletariado com o objetivo de fortalecer suas lutas contra a exploração dos trabalhadores perpetrada pela burguesia enquanto classe que personifica o capital. Muitos partidos políticos operários importantes surgiram a partir da organização sindical. Apesar do caráter combativo de classe, a atividade sindical, deixada a si mesma, tem uma limitação estrutural (ontológica), para além de suas vicissitudes. Expresso em sua própria condição burocrático-institucional e natureza corporativa, o moderno sindicalismo⁷⁴ sempre teve por horizonte a lógica da sociedade produtora de mercadorias, ou

⁷⁴ Por sindicalismo moderno entendemos as lutas sindicais empreendidas pelos operários organizados desde fins do século XIX, mais sobretudo durante o século XX, com destaque para os acontecimentos do pós-guerra. É verdade que um exame mais detalhado e rigoroso da história do sindicalismo desse período apontaria para uma série de divergências e contradições no seio da luta sindical dos operários, dificultando qualquer tipo de generalização a respeito. Em todo caso, para os nossos fins aqui, interessa-nos apenas os resultados históricos

seja, o capital – exceção feita a alguns agrupamentos sindicais francamente anticapitalistas e socialistas, propugnadores de uma organização operária universal.

O resultado, de certa forma presumível, desse limite objetivo é que “*o próprio desenvolvimento da acumulação capitalista tenderia a debilitar o mundo do trabalho organizado*” (Alves, 2000, p.96). A história do moderno sindicalismo – desde o seu surgimento até o período da mundialização – tem, com variações de país para país, confirmado essa contradição da atividade sindical.

Disso decorre, no nosso entendimento, que a atual crise do sindicalismo não é apenas uma crise momentânea, “conjuntural” como bem disse Alves (idem, p.97), ou de representação; mas acima de tudo uma crise que manifesta o esgotamento de um modelo institucional de luta operária baseado em sindicatos burocráticos, organicamente vinculados ou não a partidos políticos também institucionalizados. De outra parte, as negociações entre capital e trabalho apoiadas nos mecanismos estatais declinam acelerada e irremediavelmente (Bernardo, 2000, p.33). As determinações ontológico-históricas do sindicalismo moderno demonstram claramente o limite intransponível da atividade sindical para a práxis operária. A integração que hoje se observa dos sindicatos – e dos partidos políticos – à lógica do capital é a confirmação dramática desse limite.

Apesar disso, o sindicato é ainda hoje a forma de organização mais comum da classe operária. Dada a relação direta dos sindicatos com os trabalhadores, a luta sindical está imediatamente associada à *práxis* do trabalho. Os sindicatos operários acompanham de perto as questões pertinentes ao mundo do trabalho. A acentuada tendência atual em direção ao sindicalismo de participação não significa que a luta sindical se tornou totalmente apática, isso porque esta continua colocando “micro-resistências” à exploração absoluta do trabalhador. Todavia, são “resistências” associadas a um forte caráter conformador da luta sindical na atualidade, ligadas à estratégia de negociação/aceitação das mudanças impostas pelo capital num momento de debilitação dos sindicatos, na esperança, por parte destes, de permanecerem vivos, aceitando “o mal menor”.

Só o tempo poderá nos dizer se a estratégia do sindicalismo de participação continuará baseada no princípio da não-combatitividade, o que o deixa numa posição qualitativamente

dessa marcha, aquilo que suas tendências dominantes projetaram, particularmente nesse caso, o processo histórico de burocratização dos sindicatos.

diferente do sindicalismo do período anterior (o “sindicalismo combativo”). Em verdade, a plena integração de muitos sindicatos à lógica do capital nos anos 1990 e posteriormente tem um efeito regressivo perante a luta do proletariado no aprofundamento de sua autonomia enquanto classe, mesmo se considerarmos as “micro-resistências” requeridas pelo sindicalismo de participação.

A crise por que passa o sindicalismo contemporâneo também não significa a extinção do sindicalismo de confronto (social-democrata ou socialista). A reorganização do capitalismo tem sido particularmente impiedosa com os trabalhadores, e isso impede que os trabalhadores desacreditem totalmente a luta sindical e a importância do sindicato como meios de resistência e de defesa de seus interesses. Numa palavra: o sindicato segue sendo um instrumento de referência dos trabalhadores (empregados) na luta contra a burguesia patronal e/ou instalada no Estado; e assim continuará sendo. O modelo de sindicalismo de participação, em expansão atualmente, é apenas uma alternativa de organização da luta dos trabalhadores, mas não a única. Faz-se necessário reconhecer isto, se quisermos ser honestos com a realidade.

Por outro lado, isso não deve nos impedir de reconhecer também que os modelos sindicais adotados, essencialmente corporativos, se deixados a si mesmos impõem limites insuperáveis para a emancipação dos trabalhadores; além de reivindicarem métodos de organização e enfrentamento totalmente obsoletos.

A ofensiva do capital sobre o trabalho através da atual reestruturação produtiva do capital foi responsável pelo aprofundamento da tendência à integração dos sindicatos às estruturas da sociedade burguesa, ainda que em graus diferenciados. Fortalecido com a atual integração do sindicalismo, o novo complexo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho tem levado à *intensificação da apropriação das energias físicas e intelectuais dos trabalhadores* por parte do capital. Essa captura da subjetividade – inclusive política – é marcante na experiência japonesa toyotista e, desde lá, se lançou para o mundo, variando de lugar para lugar e de empresa para empresa⁷⁵. De uma certa forma todas as inovações

⁷⁵ Abordamos aqui a *subjetividade operária* levando em consideração duas dimensões articuladas entre si: a primeira, a da imediatividade da execução do trabalho; e a segunda, a da organização política da classe. O *aprofundamento da captura da subjetividade operária* se expressa, nesse sentido, na apropriação, por parte do capital, das energias físicas e intelectuais dos trabalhadores, com freqüentes tentativas daquele em promover o consentimento destes a partir da crescente incorporação do saber operário no processo de produção das mercadorias (tendência visível nas indústrias tecnologicamente mais avançadas). Implica também, no ataque a organização da classe operária em sindicatos combativos e em partidos políticos classistas e autônomos. E, refere-se ainda, a apropriação das questões colocadas pela luta dos trabalhadores, assim como do saber operário

favorecem essa apropriação através de mecanismos sutis, tais como o trabalho em equipe, os programas de controle de qualidade, a participação dos trabalhadores nos lucros da companhia, a ideologia da empresa como uma extensão da família, o controle menos vertical do trabalho, a maior autonomia do trabalho intelectual, o sindicalismo de participação etc. Dessa forma se “*realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária*” (Alves, 2000, p.31). Mas o que isso significa?

Segundo Alves aprofunda-se “*a articulação entre consentimento operário e controle do trabalho*” (idem, p.40), pois “*o toyotismo (...) possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista*” (idem, p.54). Mais do que a apropriação do “fazer” e do “saber” operário, agora é a própria afetividade que se quer capturar: a “*subsunção real [e não apenas formal] da subjetividade operária pela lógica do capital*” (idem, p.40). Nesse sistema, o próprio trabalhador pode se tornar o fiscalizador mais eficiente dos outros trabalhadores, inconscientemente, fortalecendo os esquemas de dominação do capital sobre o trabalho.

Os processos do padrão de acumulação flexível – e em particular o trabalho em equipe – alteram aspectos da organização do trabalho na indústria instaurando o “*‘envolvimento participativo’ dos trabalhadores*” (Antunes, 2002, p.52); todavia, o “envolvimento participativo” segundo Antunes é “*em verdade uma participação manipuladora*” (idem, p.52). O que a produção flexibilizada pretende não é a participação autônoma do trabalho na consecução da riqueza, pois o trabalho continua alienado, mas sim a redução do tempo de trabalho necessário: “*O ‘trabalho polivalente’, ‘multifuncional’, ‘qualificado’, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho*” (idem, p.52).

Outros pesquisadores, como Tomaney, menos dispostos a admitir as mudanças advindas com a reestruturação produtiva, também reconhecem que a introdução de novas técnicas de gestão na produção tem intensificado a exploração dos trabalhadores e aumentado o poder dos capitalistas no local de trabalho (Tomaney *apud* Antunes, 2002, p.48-9). Por sua vez, Andrade aponta para a uma relação que envolve a busca, por parte da empresa, pela satisfação de seus trabalhadores com vistas ao comprometimento destes com as estratégias

no tocante a sua capacidade de organização, experimentada tanto no local de trabalho – onde sempre foi mais comum a apropriação – quanto na experiência das lutas sindical e política.

empresariais, e o aumento do controle sobre a classe operária a partir da neutralização de suas organizações autônomas:

Em função dessa política de integração e envolvimento dos trabalhadores com a empresa busca-se também neutralizar ou eliminar (...) a influência dos que eles consideram fatores “desestabilizadores” da “normalidade” (...) [tais como as] organizações autônomas dos trabalhadores (comissões operárias de base) e a influência do sindicato que polarizam os trabalhadores e dificultam a política de envolvimento e integração aos mecanismos de racionalização do processo de trabalho e de produção.

(...) as empresas têm usado também os novos modelos de organização do trabalho – com maior predominância dos programas do toyotismo – para diminuir os focos de insatisfação do trabalhador (...) para gerar um maior nível de “comprometimento e satisfação” com o os objetivos da empresa (Andrade, 2000, p.215-6).

Já Sauviat chama a atenção para o envolvimento de setores do trabalho a partir da gestão do capital financeiro nos mercados nacionais e internacionais (Sauviat, 2005). Bernardo vai mais a fundo e diz que além “*da capacidade de raciocinar*” dos trabalhadores as empresas tem explorado “*a competência organizativa*” destes (Bernardo, 2000, p.26).

De tudo isso, o que podemos reter como traço comum à questão da captura da subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras no capitalismo monopolista na etapa da mundialização do capital é que a exploração do trabalho através da mais-valia não apenas se mantém como tem se intensificado com as novas técnicas de gestão e organização da produção.⁷⁶

Mas será que podemos falar de uma integração da classe operária ao sistema capitalista? Ou ainda, será que o trabalho perdeu o estatuto de antagonista do capital? Será que o processo de fragmentação que vem ocorrendo junto à classe operária impossibilita de uma vez por todas a constituição de uma consciência de classe anticapitalista e devotada à luta para além da relação social do capital?

⁷⁶ Além da intensificação da jornada de trabalho pura e simples, na atual etapa as mudanças têm atingido o ócio do trabalhador, ou seja, o tempo gasto fora da atividade de trabalho, que é em parte assimilado pelo capital numa intensidade inédita. Na medida em que o trabalhador abandona seu “tempo de lazer” para se ocupar com o “tempo de formação da força de trabalho”, ou seja, devendo se submeter às exigências da qualificação permanente, hoje tão em voga, este é inserido nesse movimento de captura do seu tempo livre. Isso ocorre tanto no período em que o indivíduo permanece empregado, enquanto trabalha toma cursos e mais cursos, bem como enquanto está desempregado, período em que também busca fazer cursos (desde que tenha como arcar materialmente com as despesas) na esperança de conseguir um novo emprego. O discurso da “qualificação da mão-de-obra” tornou-se dos mais recorrentes no capitalismo tardio. A “era da qualificação” corresponde muito bem às exigências recentes das novas modalidades de exploração do trabalho. (ver Bernardo, 2000, pp.65-7).

Apesar da “subsunção real da subjetividade operária”, o próprio Alves reconhece que “a lógica da produção enxuta” não permite a subordinação por completo da subjetividade operária (Alves, 2000, p.351), em virtude desta “lógica” ter por escopo satisfazer o capital e não os interesses dos trabalhadores. Antunes nos recorda dos diversos movimentos sociais ocorridos no mundo desde a década de 1990, críticos da atual tendência do capitalismo, com participação direta da classe-que-vive-do-trabalho (como já destacamos no capítulo anterior)⁷⁷. Basta correr os olhos pelos jornais e noticiários da imprensa mundial para se convencer que a insatisfação é grande, embora ainda difusa, estejam ou não presentes os órgãos institucionais (oficiais) de representação da classe trabalhadora.

Não têm faltado manifestações populares de descontentamento com a ordem do capital no mundo. É sem dúvida inequívoco que o protagonismo do trabalho na busca pela superação do sistema do capital não é um ato nem só da vontade e nem só do pensamento, mas construção do movimento real de emancipação do trabalho. O melhor da práxis socialista, a partir de Marx, já assinalou, com base no movimento real das lutas operárias, que o antagonismo da classe trabalhadora frente à burguesia (esta enquanto classe que personifica o capital), nasce das contradições inerentes ao modo de produção capitalista e se realiza na organização e autonomização dos trabalhadores por suas lutas sociais e políticas. Esse acontecimento tem sido historicamente recorrente. A contradição determinante é aquela que opõe as classes em virtude da exploração do trabalho pelo capital. A *centralidade do proletariado industrial* é dada, basicamente, por duas condições objetivas: I) o fato destes trabalhadores se compreenderem como os produtores diretos da riqueza social; II) o grande número de trabalhadores reunidos, todos conjuntamente exercendo suas atividades no interior da fábrica. A novidade hoje é que se a intensificação da fragmentação no seio da classe trabalhadora tem colocado novas dificuldades objetivas para a consciência de classe revolucionária, por outro lado o capitalismo tardio tem estendido as contradições e misérias da economia capitalista para um número cada vez maior de trabalhadores.⁷⁸

⁷⁷ Antunes, 2002, pp.162-5.

⁷⁸ Um bom exemplo dessa disposição para a organização combativa de classe pode ser encontrado nos movimentos grevistas realizados pelo funcionalismo público em todo o mundo capitalista nos últimos tempos.

Uma das conseqüências mais visíveis do novo complexo de reestruturação produtiva é o crescimento da população trabalhadora desempregada⁷⁹. Já se pode falar, com propriedade, de desemprego estrutural⁸⁰. Com a introdução da microeletrônica para atender as exigências de produtividade desejadas pelo capital o número de empregos criados não tem acompanhado o potencial produtivo das empresas mais modernizadas. Isto quer dizer que a alta produtividade e o crescimento econômico – modesto – não têm se traduzido em geração de empregos nem mesmo num nível comparável ao que se tem notícia do passado. Mesmo com o crescimento do número de trabalhadores no setor de serviços e nas atividades comerciais⁸¹, a

⁷⁹ Tomando como referência os índices de desemprego dos países mais ricos da OCDE até os anos 1990 temos: em 1960 a taxa média de desemprego na Europa ocidental era de 1,5% e no Japão de apenas 1,3%, passando para uma taxa de 9,2% para a Europa em 1993 – e mantendo-se sempre acima de 8% em média até 2002 – e de 3,2% no Japão em 1996 (Hobsbawm, 1995, p.262; Alves, 2000, p. 77; Chesnais, 2005, p.59); os EUA sustentaram uma taxa de desemprego na casa dos cinco pontos percentuais: 5,8% (1979), 5,1% (1996) (Alves, 2000, p.77); países ricos como a França e a Itália chegaram as taxas superiores a 11%, enquanto na Alemanha ultrapassava os nove pontos percentuais, todos no ano de 1996 (idem). Na Espanha o desemprego chegou a ultrapassar o incrível índice de 23% da população economicamente ativa em 1994, caindo depois para 8,4% em 2004. A Espanha é o exemplo mais destacado entre os casos de países que utilizaram a flexibilização drástica do trabalho como estratégia para conter o avanço do desemprego nacional (em 2005 sua taxa de desemprego era de 8,4%); na “moderna” Espanha, a redução do desemprego resulta de um alto índice de precarização da força de trabalho, que atinge principalmente os trabalhadores menos qualificados (ver: *O Estado de São Paulo*, de 30.11.2004; *portalexame.abril.uol.com.br*, de 02.09.2007; *folha.uol.com.br*, de 02.09.2007).

O número total de desempregados no mundo – que vem constantemente crescendo desde 1993 – subiu nos três primeiros anos do século XXI: 176,9 milhões (2001), 185,4 milhões (2002) e 185,9 milhões (2003). A taxa de desemprego mundial nesse período foi de 6,2%, sendo que nas *economias centrais* do capitalismo ela foi de 6,1% (2001) e 6,8% (2002 e 2003); nas *economias ditas “emergentes”* foi de 9,5% em 2001. Separando por região a situação do desemprego nos países não centrais é a seguinte: América Latina e Caribe: 9% (2001), 11,2% (2002) e 8% (2003); Ásia Oriental: 3,3% (2001), 3,1% (2002) e 3,3% (2003); Ásia Sudoriental: 6,1% (2001), 7,1% (2002) e 6,3% (2003); Ásia Meridional: 4,7% (2001), 4,8% (2002) e 4,8% (2003); África Subsaariana: 10,6% (2001), 10,8% (2002) e 10,9% (2003). (OIT. **Tendencias mundiales del empleo**. 2004, pp.1-3).

⁸⁰ É fato que o complexo de questões ligadas ao problema do desemprego no capitalismo avançado não se resumem nem podem ser todas reunidas no conceito de *desemprego estrutural*. Os índices oficiais do desemprego ocultam uma variedade de situações, às vezes bastante distintas entre si, e realidades mais assombrosas do que as estatísticas mostram, portanto não são plenamente confiáveis. Além disso, são precárias as informações conhecidas sobre a “economia informal”, dada sua própria estruturação. Para os nossos propósitos aqui, e não podendo aprofundar a análise sobre o tema, nos limitaremos a seu sentido mais imediato, qual seja, a privação que sofre a força de trabalho na tentativa de ingressar no mercado dito formal de trabalho, resultado da desproporção entre a quantidade de empregos gerados e o número de pessoas que adentram no referido mercado no mesmo período.

⁸¹ Alguns autores já falam em “indústrias de serviços”, ou mais precisamente “empresas de produção de serviços” (“multinacionais de serviços”), em virtude das características de valorização do capital nessas empresas e do grau de internacionalização de suas operações (Chesnais, 1996, pp.80; 187-8; 195). Contudo, parte significativa dessa produção de serviços está associada à expansão da produção material das indústrias, como uma espécie de complemento a esta (idem, p.188-9). Como conseqüência, inicia-se a tendência à similitude entre as condições gerais da produção de serviços e a produção de mercadorias no interior das fábricas, bem como de condições semelhantes de exploração da força de trabalho nos serviços e na indústria, (ainda que existam diferenças de hierarquia funcional e de qualificação da força de trabalho), além de preocupações empresariais quanto a preços e custos cada vez mais parecidas na indústria e nos serviços. Ou ainda, uma crescente imbricação entre atividade do “setor de serviços” e atividades da indústria (ver Chesnais, 1996, p.188)

absorção de trabalhadores no mercado de trabalho capitalista continua insuficiente. Mas nem de longe isso significa o fim do proletariado, uma vez que:

Se, sob a mundialização do capital ocorre o crescimento da classe dos trabalhadores assalariados, com a particularidade da redução e metamorfose da classe operária tradicional, do crescimento dos assalariados dos “serviços” e da proliferação do trabalho assalariado “precário”, ou do subproletariado tardio, também instaura-se, como um componente contraditório do desenvolvimento capitalista, o crescimento do desemprego estrutural (Alves, 2000, p.75)

A recente expansão do trabalho assalariado ocorre paralelamente à expansão do desemprego e a precarização das condições de trabalho, tanto na indústria quanto fora dela. Esse diagnóstico é compartilhado pelos recentes estudos críticos das tendências do capitalismo, sobretudo após os anos 1970. Alguns dos pesquisadores atuais têm considerado – no que concordamos – os desempregados que só conseguem empregos na forma de “bicos”, ou ainda os trabalhadores assalariados da “economia informal”, como pertencentes à classe trabalhadora⁸². Os “desempregados de longo prazo” que conseguem retornar ao mercado de trabalho o fazem quase sempre através de empregos sem estabilidade e sem seguridade social (Bernardo, 2000, p.82-3). E há ainda aqueles que, em número crescente, se dirigem para a “economia do crime”, fortalecida nas grandes cidades. E o que é pior, a tendência do desemprego continua atual na medida em que as demissões são inerentes às estratégias de redução de custos das empresas no novo cenário competitivo.

Em suma, da perspectiva do capital, flexibilizar o contrato de trabalho – agora considerado rígido – torna-se urgente na luta pela sobrevivência em um mercado mais competitivo, animado pela acumulação flexível à época da mundialização do capital. Tem razão Bernardo quando diz que “*a realidade que se oculta por detrás do desemprego não é o fim do trabalho, mas a reestruturação da força de trabalho*” (idem, p.84). Da perspectiva do

⁸² Ricardo Antunes tem procurado afirmar uma “*noção ampliada de classe trabalhadora*”, sem abrir mão do conceito marxiano de classe trabalhadora, por considera-lo, enquanto durar o capitalismo, imprescindível. Trata-se, em realidade, de uma tentativa de atualização do conceito de classe trabalhadora tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho que afetam o proletariado no capitalismo à época da mundialização, visando apreender as novas formas de ser dos trabalhadores. Nesse sentido, o desempregado ou o trabalhador informal são expressões das novas formas de ser do trabalho na atualidade, daquilo que o autor denomina a “*classe-que-vive-do-trabalho*”. Nos parece importante acrescentar, a fim de evitar mal-entendidos, que o autor mantém em sua análise teórica o entendimento marxiano de que o proletariado fabril é o agente central da transformação no capitalismo, independentemente das mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas. Para um entendimento a partir do próprio autor ver: Antunes, 2002 (em particular o Cap. VI, pp. 101-17; o apêndice II, pp. 195-207; e apêndice III, pp. 209-23).

trabalho, diferentemente, flexibilizar significa aumento da exploração e precarização do emprego. Assim, com razão se pode afirmar que

A flexibilização da força de trabalho está relacionada com as novas tecnologias, com o uso do trabalhador na fábrica e com uma legislação que beneficie à empresa em detrimentos dos direitos conquistados dos trabalhadores (...) Em outras palavras, flexibilizar a força de trabalho significa despir o trabalhador de sua roupagem de proteção, segurança, perspectiva de futuro e solidariedade de classe (Oliveira, 2004, p.35).

A compreensão comum, a partir do processo de flexibilização no âmbito mundial, entre as perspectivas antagônicas do trabalho e do capital é o temor: da parte da burguesia (pelo menos aquela com senso de realidade) a insegurança sobre o futuro da economia capitalista; para os trabalhadores, a própria existência enquanto ser que sobrevive unicamente do seu trabalho encontra-se ameaçada.

5. A MUNDIALIZAÇÃO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Cabe a pergunta: a nova reestruturação iniciada no espaço produtivo, com seu complexo de inovações tecnológicas e de princípios organizacionais, tem força suficiente para impor um novo padrão produtivo global, semelhante ao que ocorreu com o fordismo? Ou ainda, serão as mudanças colocadas em andamento na produção já a partir da crise dos anos 1970 incompatíveis com o padrão produtivo fordista, bem como com sua estrutura de reprodução social? Vejamos.

Nenhum dos aspectos organizacionais que analisamos até aqui é, em si mesmos, novidade na história do capitalismo, em particular na fábrica fordista, a saber: a mobilidade do capital, o potencial para flexibilizar, os incentivos materiais aos trabalhadores, a introdução de avanços tecnológicos, o controle do tempo de trabalho, a preocupação com a qualidade das mercadorias produzidas, a subcontratação, a relação entre produção de bens e demanda de consumo, a apropriação das energias vitais dos trabalhadores, a cooptação das entidades sindicais, a criação de estruturas de comércio internacional, a importância da divisão financeira na estrutura das empresas e a aproximação destas aos governos.⁸³ De outra parte, o

⁸³ Braverman, 1987, pp. 220-230. Muito embora a análise desse autor recaia sobre a estrutura organizacional da empresa fordista, caracterizada pelo rigoroso e sistemático controle gerencial do processo de trabalho, pela divisão da totalidade do processo de trabalho em incontáveis etapas e pelo trabalho atomizado (“degradado”),

processo de concentração/centralização do capital, condição de emergência da empresa capitalista monopolista desde as últimas décadas do século XIX, não apenas se mantém como a base material da empresa atual, como foi alçado a um grau mais acentuado com as fusões e incorporações empresariais nos anos 1990. Por fim, a necessidade administrativa de uma estrutura gerencial e operacional empresarial, sem falar na forma não pessoal e sim institucional assumida pelo capital (Braverman, 1987, p.221), tal qual nas primeiras etapas do capital monopolista, ainda se fazem presentes no atual quadro de reestruturação produtiva, não importando o tamanho das empresas.

Mas apesar de tudo isso, o padrão de acumulação flexível é distinto do fordismo e surge para substituí-lo em termos globais, atendendo a novas determinações sócio-históricas. Assiste-se a tentativa, por parte do capital, de re-organização do modo de produção e reprodução capitalista, ancorado nas disputas interimperialistas.

O grau de penetração da acumulação flexível pode variar conforme o país em questão, ou mais especificamente, de acordo a empresa em questão. Contudo, sua tendência à internacionalização é por demais evidente, o que se pode ver quando se observa atentamente a atual estrutura produtiva dos países capitalistas (centrais ou periféricos). O avanço da reestruturação produtiva pode variar dentro do mesmo país; mais do que isso, tornar-se mais ou menos intensificado a depender do ramo industrial a que se refere⁸⁴.

É verdade que o processo de reestruturação atual não se restringe apenas às mudanças ocorridas no interior das indústrias capitalistas, a partir das exigências derivadas do próprio processo de produção e da introdução de novas tecnologias. Ele está também associado a fatores históricos e geográficos, conforme Tomaney (*apud* Antunes, 2002, p.49). Dentre esses fatores destacamos a crise estrutural da economia capitalista, a mundialização do capital, as novas determinações da concorrência internacional e os esforços geopolíticos com vistas à construção de uma “nova ordem mundial” (na verdade uma tentativa, até agora fracassada, de harmonizar os interesses do capital, cada vez mais transnacional, com as estruturas do Estado-Nação, prisioneiras de um sem número de interesses nacionais difusos). No entanto, diferentemente do que diz Tomaney, a ligação da acumulação flexível com mudanças

ainda assim podemos observar na organização da empresa capitalista na etapa da mundialização do capital elementos legados da organização produtiva anterior, todavia redefinidos.

⁸⁴ A indústria automobilística é o ramo industrial mais afetado pelo novo complexo de reestruturação produtiva do capital, cujos impactos na organização da produção se verifica com mais nitidez. Na indústria têxtil, por exemplo, as mudanças acontecem de maneira mais lenta – da mesma forma na indústria calçadista.

históricos e geográficos não significa a continuidade ou a intensificação do fordismo. Mas, ao contrário, cria condições para a superação deste padrão produtivo a partir de novas exigências da acumulação e valorização do capital em uma época de crise.

Novas determinações também surgiram da relação entre o capital total e o Estado-nacional. Aceitamos a afirmação de que “*as mudanças em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada de seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação (grifo nosso)*” (Antunes, 2002, p.50). O Estado é expressão das relações de classe da sociedade capitalista, sob a hegemonia do capital. Com a benevolência do Estado nacional o novo complexo de reestruturação produtiva propõe inovações adequadas às necessidades da acumulação flexível, requeridas pelas novas determinações históricas.

O que distingue o padrão de acumulação flexível, a sua especificidade, é a articulação mais flexível dos elementos no interior da produção a partir de inovações tecnológicas e organizacionais, mantendo o controle sobre o processo de trabalho, com o intuito de superar a crise estrutural do capital. Para atingir esse fim, procura incrementar a produtividade e a valorização/acumulação de capital, estreitar sobremaneira a relação entre a produção material e a esfera financeira, tornar mais flexíveis (adaptados às novas necessidades) a estrutura de produção/distribuição e aprofundar a subordinação do trabalho vivo ao capital através de novas técnicas de apropriação da subjetividade operária.

Atualmente ocorreram modificações na divisão internacional do trabalho, expressas na tendência de redução numérica (tanto em termos relativos quanto absolutos) do proletariado industrial tradicional nos países de capitalismo avançado, enquanto que, nos países periféricos do capitalismo, observa-se uma significativa classe operária⁸⁵; em termos globais, vem ocorrendo um expressivo aumento do trabalho assalariado, sobretudo nos serviços e o crescimento do desemprego estrutural (Alves, 2000, p.68-9; Antunes, 2001, p.49). Modificam-se os métodos de exploração da força de trabalho para obtenção do lucro, através da recombinação da mais-valia relativa e absoluta: ampliação da jornada de trabalho em relação ao salário necessário para a reprodução da classe operária (extração da mais-valia absoluta) correlacionada à introdução de inovações tecnológicas e organizacionais na produção para reduzir o valor da força de trabalho e o valor dos bens consumidos pelos trabalhadores

⁸⁵ A redução em termos absolutos do proletariado industrial não deve ser superestimada, isso porque houve um crescimento do número de operários em muitos países não centrais do capitalismo, determinado por processos de industrialização recentes.

(extração da mais-valia relativa), num ambiente favorável ao debilitamento do padrão geral de vida dos trabalhadores com a corrosão dos salários e o elevado desemprego, conseqüências inevitáveis do novo modelo de exploração do trabalho (Harvey, 1992, p.174). (Não podemos deixar de notar a contradição entre as altas taxas de desemprego e a redução do valor da força de trabalho e dos custos dos bens consumidos pelos trabalhadores). A isso se associa o fato da reestruturação, como nos referimos anteriormente, ter alterado as estratégias tradicionais de “deslocamento espacial” através da expansão sem paralelo da deslocalização produtiva de capital, e de “deslocamento temporal” a partir da redução do tempo de giro das mercadorias, dos mercados futuros, como estratégias para absorver a superprodução de mercadorias e a superacumulação de capitais na etapa da mundialização do capital (idem, p.171-2).

A estrutura demasiado vertical e rígida do fordismo legou grandes dificuldades para o capital no intuito de estabelecer uma *nova direção moral-intelectual* no interior da produção⁸⁶. O que se pode chamar de integração horizontal no fordismo limitava-se à aquisição de “*instalações para a produção de matérias-primas, transporte e instituições semibancárias*” (Braverman, 1987, p.223); uma “descentralização” cujo núcleo era a grande fábrica centralizadora. Com o padrão de acumulação flexível a horizontalização torna-se desconcentração da produção com a terceirização de etapas do processo produtivo, além das atividades de apoio, como transporte e alimentação. A administração fordista se baseia em gerências especializadas, sendo a totalidade do processo de trabalho subdividido em processos de trabalho específicos e rigidamente delimitados, porém bem coordenados: o planejamento, o controle da produção, a pesquisa, a inspeção, o estoque, o transporte etc, todos, por sua vez, subdivididos por departamentos internos (idem, pp.223-5). Com a produção flexível, ao contrário, o que se observa é a tendência à supressão de inúmeras chefias e gerências. Enquanto no fordismo a hierarquia do trabalho se caracteriza pela linearidade, por uma “*cadeia imediata de comando desde o chefe ao executivo através da superintendência e chefia*” (idem, p.228), mediada por vários gerentes divididos por departamentos, com a acumulação flexível, diferentemente, se desenvolvem métodos de organização técnica da produção baseados em sistemas de rede. No fordismo os movimentos e o tempo de trabalho são rigorosa e explicitamente cronometrados e a execução do trabalho se dá pelo parcelamento

⁸⁶ As revoltas do “operário-massa” nos anos 1960-70 criaram um clima de grande apreensão entre os capitalistas; além do medo, por parte destes, de que a classe operária erguesse outra vez no frontispício da história as idéias e práticas do socialismo revolucionário.

das funções. Com a acumulação flexível, o tempo e os movimentos do trabalhador são controlados, em grande medida, via “*manipulação do consentimento operário*” (Alves, 2000, p.38) e pelo trabalho polivalente (o operário está capacitado a manusear várias máquinas, inclusive simultaneamente). Todavia, a divisão dicotômica do processo de trabalho em elaboração e execução não fora eliminada com o novo padrão produtivo; a racionalização do processo de trabalho perpetrada pelo capital mantém-se.

Reconhecendo a importância da circulação frente às incertezas do mercado, a produção em bases fordistas se encarregou de “*reduzir o caráter autônomo da demanda de seus produtos e aumentar seu caráter induzido*” (Braverman, 1987, p.227) e, utilizando-se dos conhecimentos de engenharia, planeja a “*obsolescência do produto, quanto ao estilo e pouca durabilidade*” (idem, p.227). Contudo, a relação entre produção e demanda social de consumo no fordismo tem por base a produção em grande escala (grandes estoques) e a relativa homogeneidade dos produtos (Antunes, 2001, p.25); nisso difere dos estoques mínimos e da heterogeneidade dos produtos comuns à acumulação flexível. Quanto ao controle de qualidade (a durabilidade e a apresentação das mercadorias), no fordismo este princípio assume um caráter ainda embrionário, porém já revelador da tendência de diminuição do tempo de giro dos bens, sendo aprimorado pela acumulação flexível e elevado a um grau jamais observado de produção destrutiva.

Debilitado pelas novas condições históricas, e esgotado enquanto padrão produtivo, o desenho organizacional do taylorismo-fordismo – que se expandiu para o conjunto da sociedade, sobretudo para a organização da burocracia do Estado, passando a ser a referência da reprodução social, da administração burguesa do “modo de regulação” – foi substancialmente alterado com as novas experiências surgidas, em grande medida, a partir de elementos presentes no processo fordista de produção (talvez seja por isso que alguns autores ainda argumentam que nada há de novo em termos de base técnica e organizacional). Deve-se reconhecer que o novo não nasce do vazio, mas de materiais já pré-existentes, posteriormente submetidos a processos de mudança, e assim são renovados, transformados; o *devir* torna-se agora *aquilo que é* (a materialidade de que é expressão), enquanto simultaneamente *já não mais é*, porque *volta a ser devir*.

Assim como o fordismo precisou primeiro se consolidar como padrão produtivo, apropriado à “Era de Ouro” do capitalismo do pós-guerra, superando impedimentos à sua

disseminação, até atingir uma dimensão global, dominante até os anos 1970, também o padrão de acumulação flexível teve que se confrontar com obstáculos para poder se estabelecer. Para que isso fosse possível necessitou emergir, ainda que de maneira precária e disforme, em algum momento e lugar (talvez seja melhor falar de lugares).

A acumulação flexível começa a tomar forma a partir de experiências produtivas concretas: no Estado da Califórnia nos EUA, mais precisamente na região conhecida como Vale do Silício; na fábrica da Volvo na Suécia; na parte norte da Itália, com a experiência produtiva conhecida como “Terceira Itália”; na fábrica da Toyota no Japão; no sul da Alemanha. Precisar uma data que conforme todas essas experiências é impossível pois elas não aconteceram todas ao mesmo tempo: o modelo japonês por exemplo, conhecido como *toyotismo*, pôde ser observado já desde o pós-Segunda Guerra, enquanto que a experiência do Vale do Silício é bem mais recente, estando associada ao avanço da microeletrônica nos anos 1980-90.

De uma maneira ou de outra todas essas experiências, salvaguardando suas especificidades, estão relacionadas com as novas contingências da crise do capitalismo, entre elas o aumento da produtividade, a necessária recuperação dos níveis de valorização do capital, a concentração de capitais financeiros, as novas pressões competitivas e a destruição de forças produtivas existentes, a proximidade com novos mercados, a necessidade de maior flexibilidade na estrutura das empresas e da força de trabalho, a introdução de novas maquinarias, a cooptação do consentimento operário, o surgimento de novos produtos etc. Todas essas experiências deram algum tipo de contribuição, não raro levando à concretização de formas de organização produtiva mais flexíveis. Todavia, foi a experiência japonesa que se mostrou a mais promissora na busca pela superação da crise de acumulação (Antunes, 2002, p.53), em virtude de seus princípios terem dado bons resultados no Japão, sendo posteriormente largamente utilizados nos países capitalistas ocidentais, com resultados variáveis. Dentre esses princípios estão o *just in time*, os TCQ's, o *kanban* e o trabalho polivalente.

Já a partir da década de 1970 o toyotismo japonês inicia sua expansão para o mundo ocidental. Em praticamente todos os países industrializados se vê, cada um a sua maneira, a importação de princípios básicos do toyotismo. Essa transferência, no entanto, teve que considerar as particularidades de cada país, ocorrendo assim uma combinação de “*elementos*

presentes no Japão a elementos presentes nos países receptores” (idem, pp.53; 57). Essa adaptação do toyotismo às estruturas produtivas dos países receptores, significou, em muitos casos, a convivência de métodos e técnicas toyotistas com métodos e técnicas do fordismo, o que resultou num processo de mesclagem ainda hoje muito vivo no universo de muitas empresas.⁸⁷

O avanço do toyotismo para a América, Europa e outras partes da Ásia é uma demonstração da dimensão universal (global) do padrão de acumulação flexível, bem como da emergência de novas formas, também universalizáveis, de organização da produção e do processo de trabalho. A presença dos elementos da experiência japonesa na produção flexível é tão marcante que alguns pesquisadores chegam a admitir que o fordismo, enquanto padrão produtivo, foi superado pelo toyotismo (que agora assume a dimensão de novo padrão ou regime acumulação de capital, não limitado à experiência japonesa em particular)⁸⁸. No nosso entendimento a acumulação flexível do capital ultrapassa a definição de toyotismo universal ou sistêmico, primeiro porque a acumulação flexível compreende não apenas as determinações oriundas do interior da produção fabril, mas também a flexibilização dos investimentos, dos mercados e da política governamental, buscando regular a circulação, muito embora o estímulo para a flexilização econômica no capitalismo advenha da produção, para posteriormente se generalizar na sociedade como um todo. Segundo, porque o movimento mundial em direção a flexibilização foi uma necessidade da acumulação capitalista e não de uma fábrica ou de um país em particular. Assim como a crise do capital tornou-se global, também uma resposta à crise necessita ter essa dimensão, ainda que para obter soluções o capital parta, inicialmente, de experiências variadas, surgidas em diferentes países, em diferentes empresas. Terceiro, porque a experiência japonesa gestada na fábrica da Toyota não é a única à mão de formuladores e executores do modelo da produção enxuta (ou flexível).

Outro fator a ser considerado é o legado que a acumulação flexível retirou da experiência de luta do movimento operário autônomo dos anos 1960-70 e começo dos anos 1980. A rebeldia operária desse período, sobretudo na Europa e particularmente na França, contestou a colaboração social-democrata entre sindicatos, patrões e Estado. No âmbito da

⁸⁷ Por exemplo, de acordo com Andrade: “*O processo de reestruturação produtiva no Pólo Petroquímico da Bahia que, apesar da introdução de formas de racionalização fundadas no toyotismo, não consegue eliminar de todo as relações taylor-fordistas de gestão da organização do trabalho e da produção. Ao contrário, se combinam em situações particulares de cada empresa*” (Andrade, 2000, p.165).

⁸⁸ Alves, 2000.

produção, os trabalhadores questionaram a “*forma como são organizadas as relações sociais de trabalho*” (Bernardo, 2000, p.27), chegando mesmo a ocupar fábricas. No âmbito da política, o movimento se recusou a atuar nos limites institucionais do Estado de Bem-Estar Social e ainda por cima questionou a legitimidade política e teórica do “socialismo real”; é assim que, nesse momento, “*o movimento de lutas autônomas superou o sistema vigente nos países ocidentais, superou igualmente o capitalismo de Estado soviético*” (idem, p.28). Não tardou para que o movimento se desenvolvesse “*em escala mundial*” (idem, p.28).

Esse alastramento das lutas do movimento operário provocou a reação da burguesia. O acirramento da luta de classes – afora o seu potencial crítico, perturbador da manutenção do discurso ideológico – colocou grandes problemas para o capital que já vinha passando por sérias dificuldades econômicas estruturais, o que obrigou a burguesia reorganizar o campo das lutas. Por um lado, a burguesia procurou se apropriar dos temas e das questões centrais colocadas pelo movimento operário autônomo e, por outro lado, iniciou uma nova ofensiva contra o trabalho através de uma nova reestruturação produtiva, cujos resultados negativos para o mundo do trabalho já assinalamos. A burguesia não buscou tão somente colocar um freio nas aspirações radicais dos trabalhadores, mas também propiciar um ambiente novamente favorável, de que pudesse se aproveitar para promover uma retomada da acumulação.

A reação da burguesia tornou-se vitoriosa não apenas pelos méritos de sua ofensiva – que não se limitou à produção – mas sobretudo pela incapacidade do movimento operário em sustentar as lutas autônomas, em contraposição ao controle do capital na produção e a influência da burocracia sindical e do aparelho de Estado. Essas lutas demonstraram pela primeira vez, em termos concretos, a possibilidade de os trabalhadores tornarem viável uma *práxis* independente do (e em oposição ao) sindicalismo moderno e do partido institucionalizado, não obstante não terem conseguido levar o movimento adiante. A burguesia aproveitou o momento para encontrar na ação do próprio movimento operário autônomo material objetivo para sua reestruturação, e dele se apropriou: a criatividade, a capacidade organizativa e a iniciativa dos trabalhadores. Com efeito, foi possível ao capital criar condições que lhe possibilitassem superar o processo de trabalho taylor-fordista (idem, p.30).

Segundo Bernardo: “*as características assumidas hoje pela reestruturação capitalista resultam do desvirtuamento e da recuperação de formas de luta perseguidas pelos*

trabalhadores em todo o mundo nas décadas de 1960 e 1970” (idem, p.30). É inegável que a luta do movimento operário autônomo conduziu a “*uma remodelação das classes dominantes*” (idem, p.30), como diz o autor, e a necessidade de reorganização do sistema do capital. Contudo, a complexidade da nova reestruturação produtiva que leva à acumulação flexível deve considerar, além do aspecto subjetivo da revolta operária dos anos 1960-70, também os aspectos estruturais da crise do capital e até mesmo os potenciais imanentes ao processo de produção fordista. Daí que a afirmação de Bernardo nos parece ser um tanto unilateral.

Harvey argumenta que a transição do fordismo para a acumulação flexível implica em mudanças econômicas, políticas e culturais: a reestruturação produtiva das empresas, o domínio do pensamento político liberal e o avanço do individualismo são expressões dessa transição (Harvey, 1992, pp.135-40; 161).

Um movimento dessa grandeza requer a criação de um novo sistema regulatório, tarefa que coube à burguesia administrar politicamente, com a ajuda do aparelho de Estado. Os processos de desregulamentação e liberalização necessitam de instituições que os viabilizem. Novos marcos foram (e continuam sendo) criados para regular as transações político-econômicas no interior do mercado; novos elementos ideológicos são disseminados na sociedade. Para os nossos propósitos aqui, importa lembrar no entanto que, assim como o padrão de acumulação flexível é uma tentativa, por parte do capital, de superar a crise estrutural que vive, também a viabilização de um “modo de regulação” estável para o novo regime de acumulação tem sido até agora muito mais um desejo do que um dado objetivo.

A consolidação do fordismo como sistema sócio-político de regulação teve o mérito de propugnar um compromisso social, que contou com o ambiente favorável do pós-guerra, momento em que se estabeleceram a supremacia americana e os novos papéis para o Estado, para o capital corporativo e para o trabalho organizado, a despeito da Guerra Fria⁸⁹. Além disso, as principais instituições de regulação foram montadas dentro das fronteiras do Estado-nação, compatibilizando interesses de classe fortemente nacionais. O mesmo não pode ser dito em relação à acumulação flexível. Em primeiro lugar, o ambiente histórico desde os anos 1970 tem sido marcado pela incerteza, e mais recentemente por conflitos militares (incluindo

⁸⁹ A Guerra Fria, apesar da retórica militar exaltada que a cercou e de alguns momentos dramáticos tais como a Guerra da Coreia (1950-3) e a crise dos mísseis em Cuba (1962), não ameaçou seriamente a ordem mundial (cf. Hobsbawm, 1995, pp. 223-234).

invasões a territórios nacionais soberanos)⁹⁰. Em segundo lugar, a constituição de um modo de regulação na era da acumulação flexível tem a missão de expandir os mecanismos reguladores em nível internacional, aperfeiçoando e criando instituições com caráter supranacional, em virtude da dimensão transnacional do capital na etapa da mundialização⁹¹. Apesar do desafio supranacional, a dimensão nacional não pôde ser abandonada, pois o controle estatal sobre a força de trabalho permanece como condição fundamental no capitalismo, que necessita superar os mecanismos “antiquados” de regulação presentes no Estado⁹². Em terceiro lugar, o padrão de acumulação flexível não realizou um compromisso social, embora tenha requerido a ação política para criar condições favoráveis ao seu estabelecimento.

Nesse sentido, e contrariamente ao que dizem os teóricos regulacionistas, a consolidação de um “regime de acumulação” e de “modo de regulação” não existe como uma certeza no capitalismo; antes dependerá sempre das incertezas do processo histórico e suas contradições, muitas delas insuperáveis dentro da lógica do capital. Não devemos dar como certa a existência de uma nova ordem mundial estável, otimismo este que os acontecimentos dos últimos anos vêm desmentindo, a exemplo do fracasso na criação de uma estrutura de poder efetiva e verdadeiramente global e multilateral, dados os interesses divergentes envolvendo as grandes potências econômicas mundiais da atualidade (ou seja, as disputas imperialistas).

⁹⁰ Com o fim da Guerra Fria em finais dos anos 1980 o intrincado cenário geopolítico nascido da experiência desse conflito, deixado a deriva com o colapso da alternativa soviética, dotou o mundo de mais incertezas quanto ao futuro (ver Hobsbawm, 1995, pp. 248-52).

⁹¹ São exemplos de instituições que visam essa dimensão supranacional (as mais importantes): na esfera econômica, o FMI, o Banco Mundial e a OMC; na esfera política a ONU; e na jurídica, o Tribunal Penal Internacional, o Tribunal Internacional de Justiça (mais conhecido como Tribunal de Haia), ambos com *status* de corte internacional de justiça, além de outros acordos internacionais de caráter mais específico. Cabe destacar ainda a Organização Internacional do Trabalho – OIT (braço da ONU para o mundo do trabalho), com a missão de apontar e incentivar o cumprimento de “modernas relações de trabalho”. Devemos salientar, entretanto, a forte influência exercida sobre essas instituições pelos EUA. Na verdade, organismos internacionais como o Banco Mundial, o FMI e a OMC (antigo GATT) surgiram muito antes da etapa da mundialização do capital nos anos 1980, em 1945, 1946 e 1947 respectivamente, no ambiente favorável ao liberalismo econômico do pós-guerra, cuja expressão maior é a Conferência de Bretton Woods (1944). Contudo, dadas divergências entre as principais potências vencedoras da guerra, principalmente entre os EUA e a França, e o papel que teve na economia os Estados, o potencial liberalizador mundial desses organismos ficou embotado por sucessivas medidas protecionistas dos governos. É somente a partir da década de 1980 que estes organismos econômicos internacionais se sentem à vontade para prosseguir e aprofundar as receitas liberais em nível mundial (ver Bóron, 1995, pp. 90-3).

⁹² O intervencionismo do Estado na era da acumulação flexível continua a existir, “*em particular no tocante ao controle do trabalho*” (Harvey, 1992, p.161), paralelamente ao declínio histórico dos mecanismos de negociação estatal (Bernardo, 2000, p.33).

Mas os processos de reestruturação produtiva e reorganização societal continuam a avançar, e, se no passado, o fordismo contou com o esforço de guerra para se expandir mundialmente, a acumulação flexível conta hoje com o poder do capital transnacional – mantida a supremacia norte-americana – e com os processos de abertura econômica dos países, ainda que estes sejam mais lentos e menos coerentes do que faz parecer o falatório neoliberal. As mudanças tecnológicas e organizacionais se encarregam do resto, pois estão organicamente ligadas a transnacionalização do capital.

O padrão de acumulação flexível está orientado para atender as demandas do capital transnacional. A tendência à internacionalização dos mercados e da produção é algo inerente ao capital transnacional, algo um tanto distinto do padrão fordista que conseguiu internacionalizar a produção, mas manteve-se agarrado à dinâmica dos mercados nacionais. Nesse sentido, a organização social da produção a partir do padrão de acumulação flexível apresenta melhores condições do que, no passado, o fordismo apresentou, para promover a “homogeneização, em nível mundial, das técnicas e das normas de produção” (Bihar, 1998, p.109). A mundialização do novo padrão produtivo é uma das manifestações da transnacionalização do capital (idem, p.109); conseqüentemente, os resultados dessa experiência também, tal como a agressiva financeirização da economia.

O sucesso na disseminação da reestruturação produtiva, apesar de tudo que foi dito até aqui, ocorre concretamente com a *superação do processo de trabalho* em bases taylorfordistas. Isso não significa necessariamente a eliminação total dos elementos do taylorismo e do fordismo, pois como já assinalamos, em muitos países e ramos de produção o que se vê ainda é uma mescla de modelos produtivos, envolvendo quase sempre o toyotismo ou modelo japonês⁹³. O que aqui se entende por superação é o domínio técnico e organizacional do processo de produção pela lógica do padrão de acumulação flexível em contraposição ao fordismo. Nesse sentido, um dos desafios da expansão do padrão de acumulação flexível é ultrapassar, em todos os sentidos, o domínio exercido pelo padrão fordista no processo de produção e na organização do trabalho em lugares em que já se requer a flexibilização produtiva.

⁹³ Essa combinação pode ocorrer tanto dentro de uma mesma empresa, onde convivem aspectos novos e antigos simultaneamente, ou ainda em nível nacional, envolvendo empresas distintas de ramos diferentes sediados num mesmo país, sendo que em algumas o que se vê é o recurso ao novo padrão e em outras a permanência do fordismo, ou pelo menos o seu domínio incontestado.

O avanço da reestruturação produtiva dependerá também da organização dos trabalhadores. O capitalismo vive outra vez uma crise de reprodução societal, com o acirramento da luta de classes. Nessa conjuntura as resistências da classe operária e dos trabalhadores assalariados podem se tornar um obstáculo à imposição progressiva da flexibilização das condições de trabalho, em duas direções basicamente: I) o movimento organizado dos trabalhadores percebendo as mazelas produzidas pelas mudanças na estrutura do capitalismo buscará promover formas de resistência à introdução de um novo modelo de organização e controle sobre o trabalho; II) o despertar de uma consciência de classe revolucionária contra toda ordem de injustiças capitalistas, seja ela social-democrata ou liberal⁹⁴. Não é sem razão que o capital tanto se ocupa com estratégias para apropriar-se do consentimento dos trabalhadores – e o novo complexo de reestruturação produtiva, em grande medida, busca esse consentimento. Todavia, as condições materiais de existência tocam mais fundo do que a ideologia a classe-que-vive-do-trabalho, por mais que o discurso dominante

⁹⁴ O reavivar potencial de um renovado movimento operário de resistência precisa ter em conta, em princípio, duas problemáticas fundamentais e historicamente associados à luta dos trabalhadores: a primeira, a relação do movimento com o poder político do Estado; a segunda, ligada à primeira, trata-se da questão da autonomia da classe operária. Não é nossa intenção apontar respostas para tais problemáticas. Apenas esboçaremos duas observações, com base na análise feita até aqui. A primeira, que o recuo da presença do Estado na regulação econômica não é reflexo de uma dificuldade passageira dos governos em dominar as relações econômicas, mas da natureza de classe do Estado, revelada claramente no momento em que os capitais dispõem de muita liberdade de movimentação e os governos menos capacidade de ingerência sobre os diversos capitais, levando o Estado burguês a assumir outras importantes funções no sistema do capital, sem abandonar as antigas, como por exemplo, a de defender os interesses dos capitalistas em qualquer espaço, seja ele nacional ou internacional. Qualquer tentativa das classes exploradas e oprimidas de mobilizar o poder do Estado (leia-se: a interferência política para levar adiante um projeto comprometido com os anseios das classes subalternas) no atual estado de coisas terá de enfrentar as imposições do capital transnacional. Este, voltado como está para o mercado mundial e para as finanças, não tem como objetivo a rearticulação dos mecanismos tradicionais de regulação, o que seria imprescindível para promover os investimentos que assegurariam os retornos necessários à restauração de uma economia nacional autônoma.

Segunda observação: passados anos de capitalismo presidido pela social-democracia e mais recentemente pelo neoliberalismo, em que as organizações reformistas de luta dos trabalhadores foram derrotadas, diferentes movimentos sociais, tendo em comum o comprometimento com o projeto revolucionário de transformação social, têm buscado pensar e organizar alternativas à ordem do capital e seu Estado. Esses movimentos de resistência radical apontam para uma concepção de mundo anti-capitalista, voltada para a organização das massas exploradas e oprimidas, para a formação de quadros dirigentes, que primam pela organização extra-parlamentar e mesmo anti-parlamentar. Dentre essas novas formas de organização, atuantes junto à classe operária e ao conjunto das classes exploradas e oprimidas, encontramos, por exemplo, a Corrente Comunista Internacional, o Exército Zapatista de Libertação Nacional e a Oposição Operária (esta surgida no Brasil), movimentos camponeses latino-americanos, inúmeros setores radicais do movimento operário, sindical e estudantil mundial, movimentos dos sem-trabalho e dos sem-teto, segmentos do movimento mundial anti-globalização capitalista, entre outros tantos.

tente esconder esse fato. Portanto não podemos falar de um mundo estável para as pessoas sob a era da acumulação flexível.

Em suma, a mundialização do capital, a acumulação flexível, o novo complexo de reestruturação produtiva e a estruturação de um novo “modo de regulação” fazem parte da reorganização social da produção capitalista, que desde os anos 1970 vem tentando superar a crise estrutural do capital, que à época se expressava explicitamente na superprodução de mercadorias e na queda da taxa de lucro das empresas. A crise de superprodução – recorrente no capitalismo – se tornou uma doença crônica desde então, que nem mesmo a busca permanente por novos mercados externos tem conseguido sanar. Além do mais, a estruturação de um novo padrão produtivo com um conseqüente “modo de regulação” tem se mostrado uma tentativa limitada de superar a atual crise do capital.

CAPÍTULO III

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E INDÚSTRIA CALÇADISTA NO BRASIL E NA BAHIA

1. ASPECTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL

A reestruturação produtiva do capital não se deu de modo homogêneo em termos de espaço e tempo. São observados ritmos distintos, dentre os quais o de maior destaque se estabelece em função da introdução diferenciada – no tempo e o espaço – das transformações técnico-organizacionais e do processo de trabalho – próprias à reestruturação do capital na etapa da mundialização – entre os países centrais e periféricos do capitalismo atual. Os países capitalistas avançados foram os pioneiros no estabelecimento da reestruturação produtiva e do processo de liberalização/desregulamentação do trabalho, das trocas e das finanças. A partir de então, os demais países capitalistas foram introduzindo, cada um a sua maneira e no devido tempo, as mudanças que afetaram suas condições socioeconômica, política e cultural.⁹⁵

Com a internacionalização do capital, em função da sua crise estrutural aberta em 1973, deu-se o aguçamento das contradições internas no Brasil nos anos 1970. Por essa época, o modelo de industrialização brasileiro, calcado no “nacional-desenvolvimentismo”, se baseava na política de substituição de importações. As importações de bens de capital – fundamentais ao avanço da base industrial do país – levaram à crise da balança de pagamentos o que, com o passar do tempo, contribuiu para a estagnação da expansão do capitalismo no Brasil. De outra parte, o movimento de exportação de capitais dos países capitalistas avançados – e, cada vez mais, o movimento de capitais financeiros oriundos destes países – para os “países do Terceiro Mundo” colocava estes últimos numa condição de dependência econômica ainda maior. (Não podemos esquecer a política deliberada dos países centrais do

⁹⁵ Não é de se estranhar que o “tempo certo” para a introdução de técnicas da reestruturação produtiva, inicialmente de forma seletiva, fosse dado, nos países de desenvolvimento capitalista tardio, pela combinação dos efeitos mundiais da crise estrutural do capital com as dificuldades particulares internas às economias destes países; tal é o caso do Brasil, em particular, nas crises dos anos 1980.

capitalismo em manter sua estabilidade financiando suas economias com recursos das dívidas públicas dos “países dependentes”).

A internacionalização do capital, ou melhor, o movimento de sua transnacionalização, colocara problemas ao modelo desenvolvimentista brasileiro, com o país se colocando, apesar disso, na posição de promover o desenvolvimento do seu mercado interno, no interior do quadro da crise do capital instalada no centro do sistema capitalista mundial. Isso se explica: não sendo ainda explicitamente perceptíveis à particularidade da economia brasileira os elementos determinantes da crise estrutural do capital, e por não ser o Brasil um país posicionado do lado das grandes potências exportadoras de capital, o país se manteve aferrado ao modelo desenvolvimentista, dependente de capital internacional. Fato que se confirma com a criação do II Programa Nacional de Desenvolvimento em 1976 (voltado para a substituição de importações).

Como visto no capítulo anterior, os primeiros passos da expansão do toyotismo para além das fronteiras do Japão começam a ser dados na década de 1970. Também nesta década a indústria brasileira toma contato com as primeiras técnicas de produção baseadas no toyotismo (Alves, 2000, p.29; Oliveira, 2004, p.79). O emprego dessas técnicas se dá, entretanto, de maneira totalmente isolada, dispersas por indústrias como Volkswagem, Johnson & Johnson, General Electric, Embraer e Yanmar Motores (Oliveira, 2004, p.84-5). O enfoque maior era dado para as formas de gestão do trabalho, tais como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ's), o gerenciamento participativo, a polivalência e o “envolvimento implicado” dos trabalhadores e para técnica de produção como *kaisen* (sistema de sugestões e melhorias na organização interna da empresa) e *kanban* (idem, pp.85-98).

Os resultados da implantação praticamente experimental dessas técnicas japonesas na estrutura industrial brasileira foram extremamente limitados nos anos 1970, o que se explica tanto pelo fato desta estrutura ser ainda fortemente marcada por esquemas demasiados verticalizados e autoritários, tão característicos das fábricas brasileiras (e, a essa época, também da política), quanto pela adesão isolada das inovadoras técnicas da produção e organização do trabalho por parte dos empresários, quanto também, não se pode deixar de reconhecer, pelo perfil de confronto do sindicalismo desse período: a resistência operária no local de trabalho, dado que as novidades técnicas buscavam o envolvimento dos trabalhadores com os objetivos da empresa.

Elevar a produtividade e manipular o envolvimento dos trabalhadores na empresa, eis os objetivos da burguesia que aderiu às inovações na organização da produção nos primórdios do toyotismo no Brasil:

No plano do discurso patronal, era um movimento para melhorar a qualidade e diminuir custos aumentando, dessa forma, a produtividade. Sob a aparência da busca do ideal de criar uma imagem de grande família para a empresa, o que estava em andamento era a montagem de tipo de gerenciamento pelo consenso, viabilizado por um discurso que nega continuamente os interesses contraditórios (Oliveira, 2004, p.85).

Em verdade, não se pode nem mesmo falar propriamente em reestruturação produtiva no Brasil durante a década de 1970, mas antes, tratava-se da penetração isolada de técnicas japonesas no ambiente industrial brasileiro, cujo caráter experimental era visível. Mesmo a estratégia do envolvimento operário, a que se queria chegar com a introdução das técnicas toyotistas nas fábricas, não podia ser visualizada de outra forma senão pela relação mantida com a política, em geral, de coerção pura e simples, comum à época:

a década de 1970 foi um período de plena ditadura militar, marcado pela repressão às garantias individuais e pela proibição à livre expressão e organização, o que contribuiu para o desmonte progressivo do sistema de relações de trabalho determinadas no espaço social pelas negociações coletivas e pelo Estado, proporcionando maior controle sobre o trabalho para as empresas, dando seqüência a uma trajetória que transfere o domínio sobre o uso da força de trabalho para o campo privado, para a empresa (idem, p.87).

Essa realidade autoritária, em si, fora mais evidente do que qualquer pretensa “*coerção dissimulada sobre o trabalho*” (idem, p.86) também presente nesse período, mesmo quando os trabalhadores eram indiferentes à política, preferindo a defesa dos seus interesses imediatos, ligados à execução do trabalho e aos problemas de sua sobrevivência cotidiana. A brutal repressão política durante a ditadura militar não foi capaz de se ocultar em tentativas de conciliação nos locais de trabalho. Ademais, no Brasil, a “*coerção dissimulada*” dessa época – e mesmo nos dias de hoje – não chegou a um grau de sofisticação tal que pudesse superar a aguçada perspicácia do trabalhador em perceber quando está sendo tapeado ou manipulado.

Não tardou muito (fábrica da Volkswagen, anos 80) para que “*os trabalhadores tentassem inverter a dinâmica dos CCQs para veicular pautas históricas da luta dos trabalhadores e aproveitar para pedir reposição de perdas salariais, estabilidade no*

emprego, redução da jornada, melhoria nas condições de trabalho e maior segurança e democratização dos locais de trabalho” (idem, p.88).

A década de 1980 sintetiza o momento de abertura comercial, da desregulamentação do trabalho e das finanças mundiais, bem como a redefinição do padrão de desenvolvimento dos países periféricos (mantendo-se a posição de subalternidade destes). A complexificação das relações internacionais entre os países capitalistas, a partir da mundialização, no momento em que a crise estrutural do capital já pode ser sentida em toda parte, cria condições favoráveis para o avanço da reestruturação produtiva pelo mundo.

Mas a adesão do capital nacional aos princípios da reestruturação produtiva não se dá necessariamente pela aproximação voluntária, mas antes pela necessidade de modernização de suas bases industriais, dos seus métodos de produção – a essa altura, tidos como obsoletos, ou pelo menos inadequados – e para atender às novas pressões competitivas de uma economia cada vez mais “globalizada”. É nessa conjuntura que o toyotismo ganha terreno.

Para a economia brasileira, tomada em sua totalidade, a década de 1980 representa um período de endividamento público e baixo crescimento econômico, período marcado por uma recessão (1981-3) e uma estagnação (1987-9); o desemprego, porém, não era tão preocupante, embora já fosse perceptível uma redução do peso do emprego industrial no país (Pochmann, 2004, p.58).⁹⁶

Os empresários brasileiros dão passos em direção ao aumento da produtividade, numa tentativa de contrabalancear a queda da produção industrial no país (Alves, 2000, p.122). Ao final da década se verifica arrocho salarial, inflação e recessão. Justamente neste contexto de passagem para os anos 1980 que se observa o aprofundamento das técnicas japonesas já existentes no país e a introdução de novos métodos e alguma inovação tecnológica atrelada a esse movimento de reestruturação. Trata-se dos “*primeiros impulsos*” (Antunes, 2006, p.17) na direção do processo de reestruturação produtiva no Brasil.⁹⁷

⁹⁶ O Brasil só conhecerá o *desemprego em massa* na década de 1990: “*o fenômeno do desemprego em massa no Brasil é uma realidade incontestável dos anos 1990*” (Pochmann, 2006, p.60). Desde então, “*o desemprego no Brasil vem aumentando continuamente*” (idem, p.62). Assim, “*entre 1992 e 2002, por exemplo, o desemprego passou de 6,7% para 9,3% do total da população, economicamente ativa, o que significa um aumento relativo próximo a 40% (...)* No caso de famílias de classe baixa, a taxa de desemprego subiu, no mesmo período, de 9,% para 13,8%; portanto houve um crescimento relativo de 46,8%” (idem, p.42-3). Ou seja, o aumento do desemprego brasileiro observado nos últimos anos tem penalizado mais duramente as camadas mais pobres da população.

⁹⁷ O período do “toyotismo restrito” de que fala Alves (2000, p.102).

Da perspectiva econômica, nesta década o governo brasileiro promoveu políticas recessivas e um agravamento das condições sociais; da perspectiva da organização social, foi também o momento do surgimento de um vigoroso movimento operário, encabeçado pelos metalúrgicos – mais precisamente, pelos operários das montadoras – no interior do estado de São Paulo. É verdade que a movimentação operária (“sindicalismo de confronto”, “novo sindicalismo”) teve início antes, no final dos anos 1970. O movimento, contudo, só tomou uma dimensão política mais ampla na abertura dos anos 1980, materializada nas greves do período (Boito-Jr, 2003). Sem aprofundar aqui o tema, nos limitamos a destacar apenas dois aspectos desse movimento operário: primeiro, seu aparecimento influenciou, de formas variadas, a maneira de organizar a classe operária em todo o país e, segundo, não era preponderantemente socialista, mas antes social-democrata.

A partir de então é que o “*novo surto de reestruturação produtiva no Brasil, nos anos 80, assume novas proporções*”, se concentrando “*principalmente nas subsidiárias das corporações transnacionais*” (Alves, 2000, p.125). Mas o importante a destacar é que nestes anos a adoção de métodos e técnicas inspiradas no toyotismo se deu de modo limitado.

A primeira característica do “padrão de acumulação flexível à brasileira” é que, inicialmente, a nova racionalização da produção e do processo de trabalho predominou nas indústrias mais desenvolvidas, como por exemplo a automotiva (Alves, 2000, p.133). Segunda característica: até meados da década de 1980 a introdução de elementos novos no ambiente francamente fordista da fábrica brasileira incorporava do toyotismo apenas elementos parciais e isolados – *just in time*, *kanban*, programas de qualidade total, gerência participativa etc. A utilização da microeletrônica no universo industrial como um princípio da “flexibilização” brasileira é a terceira característica, mas só se dá a partir de 1984, se intensificando nos anos seguintes (Alves, 2000, p.133; Antunes, 2006, p.18), muito embora, esse incremento da microeletrônica tenha se dado de forma seletiva e, mesmo assim, mantendo-se a rigidez da organização dos processos de trabalho (Alves, pp.133; 151). Quarta característica: todas estas novas técnicas e métodos ao penetrarem no universo da indústria brasileira obrigatoriamente tiveram que se defrontar com práticas fordistas de produção, cujo resultado foi a combinação do tradicional com o inovador.

Nesses termos, o momento inicial da reestruturação produtiva no Brasil não significou uma modificação substancial das relações de trabalho na fábrica. Do ponto de vista da

burguesia brasileira, a “flexibilização” da estrutura produtiva e do processo de trabalho – critério consagrado de medida para o avanço do padrão de acumulação flexível – significou nesse momento, quase inteiramente, apenas redução dos custos e aumento da produtividade⁹⁸. Basicamente, a reestruturação servira como uma saída possível da crise econômica nacional e como uma ofensiva sobre os trabalhadores⁹⁹.

Organizações de trabalhadores – como a CUT, fundada em agosto de 1983 – buscaram resistir à introdução dos novos mecanismos, certamente porque desde logo perceberam que estes visavam reduzir a força dos sindicatos. Para o conjunto da classe operária a reestruturação produtiva restrita dos anos 1980 não amenizou a superexploração a que estavam submetidos desde há muito tempo (Alves, pp.161;163; Antunes, 2006, p.16-7).

Se na década de 1980 o processo liberalização/desregulamentação da economia se estabelece, com vistas ao desenvolvimento recente da acumulação do capital, no Brasil é somente uma década depois que tal processo se efetiva e consolida-se, através dos sucessivos governos neoliberais que impõem entusiasticamente suas metas: abertura comercial e do mercado interno, liberalização do mercado financeiro, ajustes fiscais, desregulamentação do trabalho, privatizações e incentivos à mobilidade do capital privado. Assim,

Se o processo de reestruturação produtiva no Brasil, durante os anos 1980, teve uma tendência limitada e seletiva, foi especialmente a partir da década de 1990, inicialmente com Collor e depois com FHC [principalmente por meio do Plano Real], que ele se ampliou sobremaneira (Antunes, 2006, p.20).¹⁰⁰

⁹⁸“Na década de 80 a produtividade inicialmente cresce (...) Finalmente, na década de 90, o indicador de produtividade dispara (...) O ano de 1996 trouxe mesmo consigo uma exacerbação dessa tendência: enquanto o emprego industrial retraiu 11,2%, a produção cresceu 1,5% - o que indica um aumento da produtividade de incríveis 13%” (Castro, 1997, p.110).

⁹⁹ Verifica-se a introdução, ainda lenta, porém gradual, das terceirizações, do trabalho temporário e do rebaixamento salarial, além do surgimento do desemprego que, embora ainda debilmente ligado à reestruturação produtiva, logo se apresentará como a antecipação do desemprego estrutural no Brasil (ver Alves, 2000, pp.152-4).

¹⁰⁰ Atualmente é o governo do presidente Lula que cuida de atualizar os preceitos do neoliberalismo (“social-liberalismo”) no Brasil. Algumas realizações deste governo: manutenção e aperfeiçoamento do quadro macroeconômico legado dos governos neoliberais anteriores; manutenção e elevação do *superávit* primário; criação de esquemas privatizantes, como as Parcerias Público-Privado (PPP’s), ademais, conivência com “pequenas privatizações” pelo país afora; comprometimento com o papel desempenhado pelo capital financeiro no país; realização de reformas anti-sociais, em socorro à burguesia liberal e a reforma do Estado; programas sociais assistencialistas. É sintomático que o presidente Lula não esconde a satisfação que tem com a redução do “Risco Brasil”.

Importante destacar ainda que a conjuntura econômica brasileira na passagem dos anos 1980 para os 90 reafirmou a crise anterior: hiperinflação, endividamento público, reduzido investimento de capital fixo, baixo crescimento econômico, arrocho salarial; além de, muito em breve, desemprego estrutural crônico. O Plano Real (1994), de estabilização monetária, foi parte das tentativas do governo FHC em superar a crise, desenvolvido conjuntamente à agenda neoliberal¹⁰¹. Porém, desde o governo Collor de Melo, inicia-se efetivamente o novo esforço conjunto na direção da integração da economia brasileiro ao mercado mundial, conduzido de modo dileto pelo programa neoliberal.

Em 1991, no governo Collor, foi implantado um programa para redução das alíquotas de importação, dando início à nova etapa da abertura econômica brasileira. O objetivo imediato era a “modernização” do parque industrial brasileiro, incentivada pelo aumento da competição entre as empresas. A globalizada burguesia brasileira, modernizadora, sente a necessidade de impulsionar as transformações que já vinham ocorrendo no interior da produção e assim fazer frente aos novos desafios da competição colocados pela “globalização”. Para completar, durante esse governo é abolida a indexação dos salários e iniciada a vigorosa escalada da repressão aos trabalhadores do setor publico.

Contudo, é preciso dar o devido crédito ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi durante o seu primeiro governo (1995-2002) que a reestruturação produtiva e o neoliberalismo se consolidaram no Brasil. São inequívocas as suas realizações: privatização do setor público (eletricidade, telecomunicações, minérios, estradas...), desregulamentação do trabalho, repressão às lutas sindicais combativas, estímulo à flexibilização produtiva, elevação dos impostos associados à economia real (produção/circulação), rebaixamento nacional dos salários e subordinação do país ao capital financeiro mundial.

A década de 1990 significou o desenvolvimento “intensivo” (Antunes, 2006, p.18-9), “sistêmico” (Alves, 2000, p.200) da reestruturação produtiva no Brasil; preocupação da elite nacional, autoconsciente, pela redefinição das funções tanto produtivas, quanto tecnológicas e organizacionais, cujos resultados verificam-se no atual modelo de gestão da estrutura

¹⁰¹ Entre as principais medidas desta agenda estão: a abertura comercial, monetária e financeira, as privatizações e a desregulamentação da relação capital trabalho (Caiado, 2004, p.65; Coutinho, 1997, p.87). Até agora essas medidas se mostraram exitosas apenas no controle da inflação, acentuando, por outro lado, o arrocho salarial, o desemprego e a exposição interna do país, ampliando a economia informal, agindo na redução do papel do setor público na promoção do desenvolvimento regional, sem falar no fracasso em promover o crescimento econômico reclamado pela burguesia industrial no Brasil (Caiado, 2004, pp.66-9).

produtiva, na crescente adoção da microtecnologia – incluindo a telemática, ou seja, a informática aplicada à comunicação – pelas empresas e na organização flexibilizada do processo de trabalho, tudo isso contando, para sua execução, com forte empenho do Estado (Oliveira, 2004, pp.73; 99; 106).¹⁰²

A propósito, o que torna fundamentalmente particular a reestruturação produtiva no Brasil nos anos 1990 é sua vinculação com a abertura econômica iniciada nesse período, ou melhor, com as novas exigências da organização da produção em bases ditas “modernas”, com as quais as empresas brasileiras não estavam profusamente comprometidas até então.

Parte do discurso dominante dirá que cabe ao Estado brasileiro, no novo contexto, a tarefa de “*promover um novo modelo de desenvolvimento ... [em direção a] uma economia internacionalmente competitiva*” (Velloso, 1997, p.9). Para os desenvolvimentistas, isso significa ter que elaborar estratégias para a reestruturação da indústria brasileira, adequando-a ao “*novo paradigma organizacional-tecnológico*” (Coutinho, 1997, p.83) estabelecido pelos “países desenvolvidos” nos anos 1970/80. De acordo essa mesma visão, sem isso o Brasil correria o risco de, ao participar da integração internacional, passar por um processo de desindustrialização¹⁰³; portanto, o desafio para o Brasil deveria ser articular a reestruturação produtiva com uma política de ajustes macroeconômicos e com políticas de investimento (Barros, 1987, p.80). Na verdade, tudo isso se processa na vigência de um “*reposicionamento das empresas no novo contexto*” (Castro, 1987, p.114), perspectiva que naturaliza os processos em curso, daí o caráter apologético do capital desse discurso.¹⁰⁴

O Estado brasileiro não apenas interviria diretamente no desenvolvimento de um novo padrão de produção industrial para o país, como, simultaneamente, daria início à reestruturação de sua própria estrutura burocrática: “*trata-se de modificar a gestão, implantar novas tecnologias, deslocar o Estado (...) de suas funções de regulamentação –*

¹⁰² São políticas de Estado para a indústria: *Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade* e o *Programa de Competitividade Industrial*; ambos implantados em 1990, já no governo Collor (ver: Oliveira, 2004, p.106; Andrade, 2000, p.163); ainda neste governo foram implementadas, em 1991, diretrizes para a indústria nacional, as “*Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior*” (ver: Andrade, 2000, p.102; SEPLAN, 2000, p.20).

¹⁰³ Para um debate sobre o assunto ver publicação: Fórum Nacional: **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997 (especificamente a segunda parte: “Reestruturação Industrial e Estratégias Empresariais”).

¹⁰⁴ Isso explica a importância atribuída por diversos especialistas – sociólogos, economistas, engenheiros etc – a temas ligados às estratégias de produção das empresas: custos, nichos de mercado, localização, metas, especialização produtiva, novos produtos, entre outros (ver por exemplo: Proença & Caulliraux, 1997).

desregulamentar, promover a exclusão dos setores atrasados resistentes, criar uma nova mentalidade comportamental” (Oliveira, 2004, p.112), bem como *“transferir os setores básicos e estratégicos da economia nacional para o capital privado, priorizar as atividades vinculadas à exportação e submeter o país às determinações do FMI e do oligopólio mundial”* (Andrade, 2000, p.96. Grifos do autor).

Enfim, a integração do Brasil à mundialização implicaria em reformar as estruturas do Estado, adequando-as ao momento recente do desenvolvimento capitalista, que alguns, ideologicamente, denominam de “pós-industrial”. Basicamente, as divergências, nesse campo, são de caráter eminentemente político, com rebatimentos na economia: se a reforma deve ser entabulada pela ação francamente neoliberal do Estado, ou seja, conduzida pelas exigências dos agentes econômicos do mercado; ou se esta deve preservar a participação do Estado na condução econômica, garantindo ao mesmo tempo os interesses legítimos do “mercado”, muito embora, também aqui, se expressem posicionamentos políticos divergentes em relação a certos aspectos da abertura econômica do país. Ecos de um discurso nacionalista, que esconjura a “globalização” também podem ser ouvidos aqui e ali, todavia, estão difusos na sociedade política e pode ser considerado de menor expressão, pelo menos até agora.¹⁰⁵

Também na academia o ideário da reestruturação produtiva e do Estado avança. Programas universitários de pesquisa e intercâmbio com outras universidades estrangeiras se estabelecem nas universidades públicas brasileiras, a partir de onde são aperfeiçoados sistemas como TCQ e o ISO-9000 (Oliveira, 2004, p.114-5). Outros exemplos são os programas de transferência de recursos do setor público para as universidades privadas do país, a exemplo do atual FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que acentuam o fortalecimento da iniciativa privada no “mercado da educação” nacional, forjando inclusive um discurso universitário cordial com a mercadorização da educação – especialmente vigoroso nas instituições privadas, mas também presente nas públicas.

O movimento em direção à reestruturação produtiva avança em todos os setores estratégicos da sociedade capitalista brasileira: *“pode-se afirmar que o Brasil, na década de 1990, apresenta-se como um cenário no qual desfilam os vários elementos que vão reestruturar as escolhas possíveis, a partir dos locais de trabalho, atravessando sindicatos,*

¹⁰⁵ Uma audiência nacionalista obstinada, ainda que de tamanho e importância variados, pode ser encontrada no interior de importantes partidos políticos do país, como por exemplo PMDB, PDT, PTB e PT.

partidos, academia e Estado” (Oliveira, 2004, p.103). O modelo mais difundido permanece sendo o da experiência japonesa, o que não significa a inexistência ou impossibilidade de outras experiências produtivas.¹⁰⁶

Os aspectos mais destacados da reestruturação produtiva são variados e podemos assim resumi-los: generalização da automação microeletrônica na indústria automobilística, o que pode significar – e vem significando – uma adesão cada vez maior a sua utilização em outras indústrias¹⁰⁷; incremento da flexibilidade do processo de trabalho, sobretudo com a introdução da terceirização, articulada com maior flexibilidade nas empresas (redução de hierarquias, descentralização) e entre as empresas (subcontratação, alianças, fusões etc), tudo isso como estratégia de integração; deslocalização espacial da produção; diversificação e intensificação de processos anteriores como o *just in time*, *kanban*, equipes de trabalho (*team work*), programas de qualidade total, gerência participativa, envolvimento dos trabalhadores, demissões etc; formação de estruturas produtivas especializadas, porém com pouca consolidação de conhecimentos e baixo valor agregado; permanência de elementos fordistas, não raro combinados com elementos “toyotistas”; precarização das condições de trabalho e manutenção da condição de superexploração dos trabalhadores, verificadas, entre outras

¹⁰⁶ Por exemplo, desde 2001 a Prefeitura da cidade de São Paulo vem implantando políticas de desenvolvimento econômico local inspiradas na experiência italiana conhecida como “Terceira Itália”: “*A experiência italiana, portanto, por se diferenciar das demais experiências, em particular a japonesa, e por se constituir num caso de referência mundial, dadas as suas características únicas, será fonte de inspiração para a formulação da atual estratégia de desenvolvimento local no município de São Paulo*” (Pochmann, 2004, p.49). Esse modelo italiano de produção, entendido como mais apropriado para determinadas regiões do país, onde a produção possui um alto grau de especialização e potencial cooperativo, tem sido defendido por alguns especialistas como uma saída viável para retomada do desenvolvimento econômico regional. Sem entrar no mérito dessa discussão, aliás polêmica, chamamos a atenção para a seguinte evidência: ainda que o modelo adotado na produção seja o japonês ou o italiano, tanto um quanto o outro representa a tentativa de adaptação das empresas a atual dinâmica de acumulação do capital, ambos são concepções específicas da organização da produção sob bases capitalistas à etapa da mundialização do capital, cujo sucesso dependerá da capacidade de difusão, no universo da produção e reprodução, de cada um dos modelos.

¹⁰⁷ Como já adiantamos no capítulo anterior, a adoção de máquinas e de programas computadorizados em áreas como Planejamento/Controle da Produção e Controle de Qualidade, ou de *softwares* de padrão CAD (projetos computadorizados) e *softwares* de Controle de Equipamentos já estavam bastante difundidos na indústria na segunda metade dos anos 1990. Porém, ao final da década, ainda continuava débil a utilização de sistemas de suporte ao Planejamento de Processo (CAPP), de tecnologia de engenharia, além de reduzidos investimentos em P&D e tecnologia de processo (Proença & Caulliraux, 1997, pp.141-4). Ainda assim, desde então, a burguesia brasileira tem demonstrado maior disposição na aquisição de novos sistemas e equipamentos de base microeletrônica. Na indústria calçadista, em particular, algumas etapas da produção podem contar com automatização computadorizada (sistema integrado CAD-CAM), é o caso do corte e da costura (SEPLAN, 2000, p.15).

evidências, com a intensificação do ritmo e da jornada de trabalho¹⁰⁸, o rebaixamento salarial e a criação de modalidades de emprego precário, como por exemplo, o emprego temporário; aumento do desemprego; tendência à desregulamentação dos direitos sociais; debilitamento do sindicalismo classista de confronto e da capacidade organizativa mais geral dos trabalhadores.¹⁰⁹

Certamente outros aspectos podem ser acrescentados aos acima listados¹¹⁰. O importante é compreender que no Brasil foi “*a partir dos anos 1990, sob a condução política em conformidade com o ideário e a pragmática definidos no Consenso de Washington [neoliberalismo], que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil*” (Antunes, 2006, p.18-9). Além disso, não é sem importância enfatizar que “*a constituição do toyotismo sistêmico [adoção ampliada das técnicas do modelo japonês de produção] procura desenvolver, cada vez mais, um dos objetivos supremos da produção capitalista sob a mundialização do capital: **uma nova captura da subjetividade operária pelo capital***” (Alves, 2000, p.200-1. Grifos do autor). Tudo isso sob a regência do processo de valorização/acumulação do capital que tem que se defrontar, permanentemente, com a luta de classes instalada no interior da sociedade capitalista.

Em suma, desde os anos 1990 a reestruturação produtiva do capital – que vem acumulando contribuições desde os anos 1980 – se consolida no Brasil como o fundamento material da reorientação da acumulação capitalista, cujo movimento inicial é anterior nos países considerados centrais do capitalismo, tais como o Japão, os EUA, a Inglaterra etc. Portanto, a reestruturação produtiva do capital propriamente dita, como projeto autoconsciente de reorganização produtiva, comercial, financeira e por que não dizer, societal, apoiada pelas políticas de Estado, teve início em nosso país nesse período.

¹⁰⁸ Atualmente, torna-se cada vez mais forte a pressão dos governos na busca pelo aumento dos anos de trabalho dos trabalhadores durante suas vidas, materializada no ideário das reformas previdenciárias.

¹⁰⁹ Para um balanço desses aspectos ver: Alves, 2000, pp. 179-272; Antunes, 2006, pp. 15-27; Pochmann, 2006, pp.59-72; Oliveira, 2004, pp.73-123; Andrade, 2000, p.99-123; Caiado, 2004, pp.73-5; Fórum Nacional, 1997, pp. 73-157.

¹¹⁰ Devemos considerar, entre outros, os interesses imediatos do capital, o aumento da produtividade, a competitividade e a redução dos custos de produção, como aspectos intrínsecos à atual reestruturação produtiva.

2. BREVE HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA

A atividade produtiva baiana desde a colônia até formalmente 1888 baseou-se no trabalho escravo. Era predominantemente agrária, dominada pelo capital comercial (e bancário) e voltada basicamente para a exportação de produtos primários até os anos de 1950¹¹¹. A produção industrial baiana, em particular, remonta ao século XIX: as primeiras fábricas de tecido são da década de 1840 – a penetração de capital industrial na economia, basicamente estrangeiro e europeu (inglês, francês, alemão etc), se dá via oferecimento de serviços (notadamente transportes), fábricas rústicas de tecidos e através dos primeiros engenhos de açúcar com produção em moldes proto-industriais (as usinas).

A capitania da Bahia (1549-1821) produzia, comercializava e exportava os seguintes itens até o final do século XVIII: açúcar, aguardente, tabaco, algodão, arroz, cacau, café, couros e solas, piaçava, estopa, drogas, farinha de mandioca, goma, madeiras, mel e moedas (Tavares, 2001, p.196-7). De acordo com Andrade, *“de 1840 a 1872, constata-se uma grande diversificação nos ramos industriais, a exemplo da construção naval, produção de charutos e cigarros, açúcar, mobiliário e tecidos [e o] ramo metalúrgico (...) atinge o seu auge”* (Andrade, 2000, p.131).

Em 1860 a pauta de exportação da província da Bahia (1824-1889) comportava açúcar, fumo, diamantes, café, couros, aguardente, cacau, algodão, arroz, crinas de muars, chifres de boi, farinha de mandioca e de araruta, ouro em pó, prata em barra, piaçava e coquilhos (Tavares, 2001, p.282). Apesar do declínio evidente – e sem retorno – da produção de açúcar e mais tarde do fumo – dependentes do mercado e da concorrência internacionais –, estes ainda se destacavam como os principais produtos de exportação baianos¹¹². A produção do açúcar e do fumo se centrava no Recôncavo baiano, enquanto a cidade de Salvador se afirmava como local por excelência de comércio e exportação destes e de outros produtos, além de centro administrativo e financeiro.

¹¹¹ Ver: Andrade, 2000, p.125; Oliveira, 2003, p.33; Tavares, 2001, p.367.

¹¹² O início do declínio da produção açucareira na Bahia data da segunda metade do século XVII, quando dão início da produção de açúcar em Cuba e nas Antilhas (ver: Oliveira, 2003, p.21; Andrade, 2000, p.129).

Com o declínio definitivo da produção de açúcar no século XIX¹¹³ os capitais comercial e bancário (este basicamente em Salvador) buscam saídas através de novos produtos, dentre eles o tabaco, os tecidos fabricados, o algodão, o café e o cacau. Aproveitando-se de uma articulação de interesses nacionais, uma espécie de consórcio na agricultura brasileira envolvendo produtores/exportadores de café, algodão e tabaco, os proprietários de terra, comerciantes e financistas da Bahia se lançaram no desenvolvimento do algodão e do tabaco – e mais tarde do cacau. Para tornar esses empreendimentos possíveis, o capital bancário “*passa a atuar na circulação do excedente que provém do tabaco e do algodão (...) passa a desempenhar um papel meramente circulatório, aplica-se em funções não-produtivas*” (Oliveira, 2003, p.30). Assim, mantém-se na Bahia, sobretudo em Salvador, uma importante economia de serviços (Andrade, 2000, p.129). Contudo, os resultados mais significativos desse processo são: o embotamento da produção fabril na Bahia, e o fortalecimento da oligarquia financeira em Salvador (Oliveira, 2003, p.32-3).

Com uma produção de gêneros primários a capitania da Bahia (e mais tarde com a província da Bahia) precisava importar artigos manufaturados, tais como tecidos diversos, ferragens, calçados, bebidas entre outros (Tavares, 2001, p.282-3). A produção industrial se caracterizava pela reduzidíssima produção de manufaturados e, fato também importante, pela forte oposição interposta pelos capitais internacionais e pelos interesses comerciais internos. Durante a Primeira República (1889-1930) os produtos baianos exportados continuavam basicamente os mesmos: cacau, fumo, açúcar, café, couros curtidos e crus, peles, piaçava, pedras preciosas, cera de carnaúba, borracha e madeira; todavia, ocorre um aumento considerável da importância econômica do cacau a partir de 1860, assumindo o primeiro lugar na pauta de exportações do estado (idem, p.362-3).

As principais indústrias baianas – tecidos e açúcar – foram controladas pelo capital estrangeiro durante boa parte do período que antecede a proclamação da República, e durante a Primeira República por grandes empresas comerciais exportadoras, de propriedade de luso-brasileiros e estrangeiros, associadas à oligarquia financeira.

Além de sete fábricas de tecidos e das muitas usinas de açúcar, a produção manufatureira baiana contava ainda, em 1873, com fábricas de selas e arreios, de velas, de

¹¹³ O declínio da produção de açúcar na Bahia é gradual: já pode ser observado desde a segunda metade do século XVII, porém se consolida no século XIX (Andrade, 2000, p.128).

chapéus, de vinagre, de sabão, de gelo, de carroças e fundição de ferro (Oliveira, 2003, p.28; Tavares, 2001, p.286). Ao se aproximar do final do século XIX podemos contar ainda couro curtido (solas), cigarros, charutos, calçados etc (Tavares, 2001, pp.365-7)¹¹⁴. É importante destacar que parte desta produção, quando distribuída no mercado interno, direcionava-se para as classes de maior renda.

Ao se estabelecerem na Bahia as fábricas têxteis, “*desde logo dedicadas a abastecer o mercado cativo de mão-de-obra escrava, e também objeto do comércio negreiro com a África*” (Oliveira, 2003, p.28), procuram utilizar formas rudimentares de assalariamento, inicialmente alugando a força de trabalho escrava “sobrante” dos senhores de engenho. Apesar da indústria têxtil não ser vista como o “carro chefe” da economia pela oligarquia baiana, ela se desenvolveu o suficiente para transformar Salvador e o Recôncavo Baiano no “*primeiro pólo da indústria têxtil brasileira*” (idem, p.28).

Mesmo com a abolição da escravidão no Brasil (1888) e a Proclamação da República (1889) a economia baiana manteve-se “*basicamente agrária-mercantil, dirigida para o mercado externo*” (Tavares, 2001, p.361). A abolição da escravidão – e um pouco mais tarde com a imigração de europeus para o Brasil – atirou na sociedade uma força de trabalho juridicamente (e finalmente) livre, porém tratada como “gente de segunda classe”¹¹⁵. Essa nova situação implicou, evidentemente, em alterações na organização do trabalho na Bahia, porém não promoveu a substituição imediata do trabalho escravo pelo trabalho assalariado:

É necessário observar porém que a extinção do trabalho escravo no Brasil não foi seguida de leis e medidas práticas que estabelecessem o primado do trabalho assalariado em todos os níveis (...) A República de 1889 tampouco cuidou de uma providência nesse sentido (...) Inexistindo mudanças estruturais, o trabalho semi-escravo substituiu o trabalho escravo (idem, p.361).

¹¹⁴ Em virtude da natureza desta síntese sobre a manufatura baiana, não será possível aqui discutir o caráter da produção de artefatos de couro na Bahia do século XIX, ou seja, se predominava a produção de *valores de uso* ou de *valores de troca*, e qual o nível de desenvolvimento da *divisão social do trabalho* à época. É importante destacar, contudo, que esses são importantes aspectos para se compreender a dinâmica econômica da atividade coureiro/calçadista baiana no século XIX.

¹¹⁵ A situação do negro após a “libertação dos escravos” no Brasil foi de modo universal a de um abandono social explícito por parte do Estado brasileiro; situação que não se alterou com a Proclamação do Estado Republicano, evidenciando que o racismo e a discriminação não terminaram junto com a escravidão por essas plagas. Abandonados à própria sorte, muitos permaneceram no campo, enquanto uma outra parte foi para as cidades oferecer sua força de trabalho, basicamente em atividades ligadas à pequena produção, comércio e serviços gerais, em troca de salários aviltantes.

Na Bahia, o predomínio do trabalho “semi-escravo” ocorria sobretudo no campo, o que não impedia que as relações sociais no campo contassem “às vezes, com relações de trabalho próximas à categoria de assalariados” (Andrade, 2000, p.131). As formas mais comuns de trabalho no campo eram: a meação, a terça, a empreitada, o trabalho gratuito obrigatório e o trabalho escravo.

O aparecimento do trabalho assalariado se deu com a indústria em Salvador; ainda assim, tratava-se de um assalariamento fortemente marcado por práticas oligárquicas autoritárias e, como já dito, por resquícios escravocratas (Tavares, 2001, p.362; Oliveira, 2003, p.28). Além disso, mesmo onde havia uma produção semi-industrializada, como nas usinas de açúcar, o trabalhador assalariado convivia com o camponês, o meeiro e o rendeiro¹¹⁶. É difícil deixar de reconhecer que a sociedade baiana, até pelo menos a primeira metade do século XX, era marcada por uma divisão social do trabalho pouco desenvolvida, se tomarmos por parâmetro as relações capitalistas de produção na Europa por exemplo.¹¹⁷

O comércio interno envolvia principalmente a cidade de Salvador e as regiões do recôncavo e do sul, além, evidentemente, da necessidade de abastecimento das diversas regiões baianas. Também aconteciam trocas comerciais entre a capitania da Bahia e as demais capitanias brasileiras, sobretudo as de Goiás, Minas Gerais e Pernambuco. Da Bahia saía escravos, tecidos europeus, armas, pólvora, chumbo, ferragens e aguardente, enquanto adquiria de fora açúcar, arroz, ouro, pedras preciosas, algodão, couro, farinha e banha de porco (idem, p.198). Toda essa movimentação comercial implica na existência de trocas comerciais dinâmicas e em formas de acumulação endógena, de excedente interno, convivendo com a produção voltada para a exportação.

O grande comércio, exportador, foi desde logo dominado pelas “casas comerciais”. As mais importantes eram, inicialmente, de propriedade de estrangeiros, com destaque para os ingleses, franceses, alemães e suíços, havendo também casas de comércio portuguesas (idem,

¹¹⁶ A fabricação do açúcar na usina “obedecia a três fases: primeiro, plantio de cana; segundo, limpa e colheita; e terceiro, fabrico do açúcar nas usinas (...) Na primeira e na segunda, que eram essencialmente agrárias, trabalhadores de foice e enxada, rendeiros e meeiros da usina, pequenos e médios plantadores de cana (...) Na fase da produção industrial, o trabalho era assalariado (...)” (Tavares, 2001, p.363).

¹¹⁷ Oliveira chega a afirmar que a “divisão social do trabalho [é] pouco desenvolvida, em termos capitalistas, [está] em retrocesso mesmo” (Oliveira, p.36). Não deixa de ser curioso nesse sentido a ocorrência de inúmeras movimentações grevistas na Bahia já a partir do final do século XIX, inclusive uma greve geral em Salvador em 1919 (ver FONTES, J. R. **Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)**. Salvador: UFBA, 1982. Dissertação de Mestrado). É importante assinalar aqui que Fontes alerta para o fato de que “setor industrial pouco contribuiu para o total [de greves] obtido”.

p.283). Com o passar do tempo os luso-portugueses foram ocupando mais espaço junto ao comércio exportador, principalmente ao se imiscuírem “*com o comércio proibido de escravos africanos no período de 1838 a 1850*” (idem, p.283). Desse modo, o comércio exportador esteve basicamente nas mãos de estrangeiros e luso-brasileiros durante a Primeira República (idem, p.364). Essa elite econômica era a maior parceira dos proprietários de terra, o que não significa total harmonia ou ausência de interesses próprios entre eles.

Quanto ao comércio interno, este foi conquistando autonomia gradual frente às “casas exportadoras” estrangeiras, sobremaneira na medida em comercializavam outros produtos que não os destas casas; além disso, era dominado por comerciantes brasileiros. No entanto, estes logo começariam a concorrer com as firmas do sul, devido a chegada, nos anos 1920, “*no interior baiano [de] caixeiros viajantes [o mesmo que representantes comerciais atualmente] de indústrias e firmas comerciais de São Paulo e Rio de Janeiro*” (idem, p.365).

Essas casas comerciais atuavam ainda como bancos, emprestando dinheiro e realizando hipotecas (idem, p.285). O primeiro banco propriamente dito foi criado em 1834 em Salvador e se chamava Caixa Econômica da Cidade da Bahia¹¹⁸. Contudo, a presença desse capital financeiro não eliminou a prática da agiotagem tão arraigada na Bahia e, certamente, robusteceu ao invés de reduzir, a preponderância do capital comercial na economia na Bahia.

Em suma, na Bahia, “*do ponto de vista da produção (...) as atividades produtivas urbanas eram complementares à produção do sistema agrário-exportador e, por conseguinte, estavam bastante longe das formas de relação sociais e de produção tipicamente capitalistas*” (Andrade, 2000, p.131), ainda que já sejam perceptíveis traços de uma penetração capitalista na região, obnubilados pela complexa relação entre comércio, finanças e produção fabril, como veremos logo abaixo. Apesar disso, a Bahia – na verdade Salvador e Recôncavo – manteve a liderança na concentração de estabelecimentos industriais por região no Brasil até pelo menos o início do último quartel do século XIX (idem, p.133). Entretanto, até o final dos anos 1940, “*a maior parcela da força de trabalho se vincula ao segmento pouco desenvolvido*

¹¹⁸ Além da Caixa Econômica da Cidade da Bahia (posteriormente Banco Econômico da Bahia), foram fundados outros “estabelecimentos de crédito”, como o Banco Comercial da Província em 1845, a Sociedade de Comércio da Bahia, o Banco Hipotecário da Bahia e a Caixa Comercial todos em 1848, a Companhia de Seguros Contra Fogo e a Caixa de Reserva Mercantil ambas em 1853, a Caixa de Economias e a Caixa Hipotecária em 1854, e o Banco da Bahia em 1858; além desses estabelecimentos financeiros, operaram na Bahia do século XIX bancos estrangeiros como o New London and Brazilian Bank Limited (cf. Tavares, 2001, p.285).

na forma capitalista de produção e acumulação (produção artesanal, pequeno comércio, serviços pessoais e domésticos)” (idem, p.135). Ainda era o capital agrário-comercial, e não o industrial, que prevalecia no centro dinâmico da economia baiana.

Portanto, até pelo menos 1875 a Bahia desempenhou papel de destaque na economia brasileira, ancorada basicamente nas atividades canavieira, fumageira, cafeeira e cacaueteira¹¹⁹, mas também por ser a essa época um centro importante da indústria brasileira.

O período daí em diante até a primeira metade do século XX, diferentemente, representa o declínio da economia baiana e a ascensão do Centro-Sul do país (basicamente São Paulo e Rio de Janeiro)¹²⁰. Apoiada numa indústria quase toda ela caracterizada pela produção artesanal e depende dos resultados da agricultura a economia baiana viveu uma estagnação e sua indústria se dirigiu ao reduzido mercado interno, localizado em Salvador e entorno (idem, p.134).

A partir do final dos anos 1940 a letargia da economia baiana em geral, e da indústria em particular, começa a sofrer alterações; a explicação mais importante para esse novo “momento” parece residir na expansão da indústria – e dos interesses políticos da burguesia – do Centro-Sul do país. Contando com investimentos estatais nacionais e estaduais a indústria baiana sofre uma nova diversificação, passando, desde então, a contar oficialmente com os seguintes ramos ou setores industriais: alimentos, fumo, têxtil, metalurgia, minerais não-metálicos e, desde 1959, química.¹²¹

O projeto estatal de industrialização brasileiro se inicia com Getúlio Vargas nos anos 1930. Com o Estado Novo são criadas as condições para a burguesia industrial se tornar gradativamente a classe dirigente do país, ainda que sob a proteção do estado interventor¹²². Posteriormente, no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-60), procede-

¹¹⁹ Açúcar, fumo café e cacau eram produtos que alternavam bons e maus resultados econômicos.

¹²⁰ Por outro lado o crescimento demográfico no estado é considerável: de acordo com o censo de 1872 a Bahia possui pouco mais de 1.100.000 habitantes, o censo de 1890 registra 1.919.812 habitantes e o censo de 1920 já registrava 3.334.465 habitantes; em 1960 a população baiana chega a 5.990.605 habitantes, conforme censo deste ano.

¹²¹ A produção de fumo passa a ser insignificante após 1950, não havendo crescimento (IBGE. **Censo Industrial**, 1980 *apud* Andrade, 2000, p.138).

¹²² A partir de 1930, com “a centralização institucional/fiscal no nível do Governo Central desmonta as barreiras regionais, mecanismo de defesa e ao mesmo tempo de enclausuramento de regiões como a Bahia e o Nordeste, e torna efetiva a superioridade virtual das mercadorias produzidas no Centro-Sul. Aquelas funcionaram agora como reservatório de mão-de-obra, iniciando-se as migrações internas (...) Em suma, trata-se da criação de um mercado nacional, em primeiro lugar, do ponto de vista da circulação de mercadorias, e, posteriormente, da produção” (Oliveira, 2003, p.41).

se a uma diversificação da indústria brasileira, promovendo a adequação desta à divisão do trabalho fruto do pós-guerra.

O final da década de 1980 e o início dos anos 1990 marcam um novo ajustamento da economia brasileira à economia mundial, desta vez com uma participação mais expressiva do empresariado nacional junto às “políticas de Estado”. Trata-se, no plano político-econômico, da implantação da reestruturação produtiva – enquanto movimento nacional de inserção do país na mundialização do capital – e da realização da “*agenda internacional do projeto neoliberal*” no Brasil (idem, p.95). Essa orientação, de interesse governamental, tomou forma com os esforços da reestruturação na base produtiva do país e com o plano de reestruturação do Estado brasileiro, medidas iniciadas no governo Collor.

Se, portanto, a inserção do Brasil na dinâmica “modernizadora” do capitalismo industrial é tardia, ainda mais tardia é a industrialização Baiana. O processo de industrialização baiano propriamente dito inicia-se na década de 1950, quando da “*redefinição da integração do Nordeste e da Bahia na divisão inter-regional do trabalho*” (idem, p.137), fruto da função complementar à indústria do Centro-Sul do país e da estratégia de integração em escala nacional, sob a orientação do Estado e com a colaboração da burguesia nacional (Oliveira, 2003, pp.47;66). Conforme dito anteriormente, a expansão da indústria nacional no Centro-Sul estimulava o avanço da indústria regional, sobretudo na Bahia. A atividade agropecuária baiana, que contava com um desenvolvimento bastante lento, vê sua participação no conjunto da riqueza declinar irremediavelmente; declínio relativamente contido, aqui e ali, à medida que a agropecuária se modernizava (Porto, 2002, p.263).

Em 1954 o governo brasileiro, através da Petrobrás, instala na Bahia, no município de Mataripe, uma refinaria de petróleo, a Refinaria Landolfo Alves (RLAM): “*Durante três décadas, o Recôncavo baiano será o único produtor nacional de petróleo, chegando a produzir um quarto das necessidades nacionais*” (Oliveira, 2003, p.42). De imediato novas indústrias metalúrgicas e mecânicas se instalam na região. A essa época são criados o Banco do Nordeste e, na Bahia, a Comissão de Planejamento Estadual (CPE) para discutir a industrialização do estado.

Nos anos 1960, através da SUDENE, todo o Nordeste passa a ser alvo da industrialização, e assim essa região passa a exportar capitais, tudo isso estimulado pelo

Estado brasileiro. Grandes indústrias brasileiras, inicialmente sediadas no Centro-Sul, beneficiadas com dedução de imposto de renda, se instalam no Nordeste.¹²³

A Bahia se torna o estado do Nordeste para onde aflui a maior quantidade de investimentos industriais: com 41% das inversões totais (e 25,6% dos novos empregos criados) até 1970 (idem, p.47). Visando desenvolver uma infra-estrutura minimamente adequada aos novos investimentos o “*Estado se prepara, construindo o Centro Industrial de Aratu [CIA]*” (idem, p.47). Na Baía de Todos os Santos, mais precisamente no município de Candeias, toma forma o principal porto para escoamento da produção petroquímica regional, o Porto de Aratu¹²⁴. Na década de 1970, a Petrobrás, através de uma subsidiária, a PETROQUISA, cria a Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), viabilizando assim a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), o segundo pólo petroquímico brasileiro¹²⁵. A partir de então o estabelecimento de uma cadeia produtiva ligada ao petróleo na Bahia torna-se efetivo.

O resultado desse processo é que a produção industrial baiana será basicamente de bens intermediários (produtos ligados à extração e refino do petróleo e, em menor medida, as indústrias siderúrgica e metalúrgica) além de extremamente concentrada na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e em partes do Recôncavo, o que, por extensão, implica numa concentração geográfica e dos investimentos industriais na Bahia.¹²⁶

Com uma refinaria de petróleo no município de Mataripe, um parque industrial diversificado no município de Candeias, um pólo petroquímico de peso em Camaçari, os portos de Salvador e Aratu e uma usina siderúrgica (a Carabas Metais, instalada no município de Dias D’Ávila) – além de contar com fontes de financiamento importantes, tais como o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO), de incentivos fiscais e de recursos da SUDENE – a estrutura

¹²³ Dentre essas empresas encontra-se indústrias de mineração, de máquinas, siderurgia, material elétrico, autopeças, veículo automotores, pneus, química-petroquímica, farmacêutica, perfumaria, fiação e tecelagem, laticínios, produtos alimentícios, artigos de vestuário, bebidas entre outras (Oliveira, 2003, p. 45-6).

¹²⁴ O Porto de Aratu movimentava cerca de 60% de toda carga marítima do estado da Bahia. Escoa a produção e abastece o Pólo Petroquímico, o Centro Industrial de Aratu e o Complexo Ford (ver: http://www.codeba.com.br/porto_aratu).

¹²⁵ O primeiro pólo petroquímico brasileiro foi instalado no estado de São Paulo, também nos anos 1970, onde já existia desde os anos 50 a Refinaria Presidente Bernardes, no município de Cubatão. Sobre a história da indústria petroquímica na Bahia ver: Andrade, 2000, pp.150-62; Druck, 1999.

¹²⁶ Em 1983, estão instaladas em Salvador e Região Metropolitana 153 das 200 maiores empresas do Brasil (cf. Andrade, 2000, p.139).

produtiva da RMS se diversifica e se torna um importante espaço de concentração/centralização do capital nacional, com a aprovação da burguesia local (Andrade, 2000, pp.139;153). Nos anos 1970 a Bahia “*ampliou significativamente a sua participação nos indicadores nacionais de produção*” (Uderman & Menezes, 1998, p.71). Ainda assim, o estado da Bahia, a despeito de seu projeto próprio de desenvolvimento econômico/industrial, se insere de maneira subordinada no processo de reprodução do capital em escala nacional e internacional:

o fundamental a registrar é que a economia regional, até a década de 1950, mantinha ainda o seu padrão de acumulação baseado no desenvolvimento do capital agro-mercantil; desta forma, a atividade industrial nunca alcançou dinamismo próprio (...)

Para uma compreensão desta realidade [pós 1950], antes de tudo é necessário acentuar o fato de a industrialização na Bahia e na RMS (...) ter a sua dinâmica econômica submetida a determinações de produção e reprodução do capital no quadro das relações inter-regionais lideradas por grupos oligopolistas do capital estatal e privado no Centro-Sul (...)

Neste contexto, as classes dominantes do estado, hegemônicas pela fração da oligarquia, numa conjugação de interesses entre o capital comercial, bancário e agrário, associam-se ao oligopólio do Centro-Sul de forma subordinada – embora ativa e influente – na divisão inter-regional, nacional e internacional do trabalho, para deslanchar a industrialização na região (Andrade, 2000, p.140)

Tal é o conjunto de interesses das classes dominantes baianas (mas também nacional) no processo inicial de industrialização do estado. Quanto à classe trabalhadora assalariada, seu número por essa época cresceu consideravelmente – e o de operário principalmente com a instalação da indústria petroquímica no estado –, muito embora não tanto quanto a população economicamente ativa; com efeito, o que se observará é a formação de um “estoque” de força de trabalho (Andrade, 2000, p.147; Oliveira, 2003, p.57).

Esse quadro industrial pouco se altera no decorrer dos anos 1980¹²⁷. Do ponto de vista estritamente econômico, tomando como base a participação da Bahia no PIB brasileiro, o estado teve um desempenho regular até 1985, ano em que registra uma participação de 5,35%, graças aos investimentos públicos e até mesmo investimentos do capital internacional¹²⁸, o que dá conta do avanço da economia industrial e do recuo da economia agrário-exportadora. Consolida-se a concentração espacial da indústria na RMS (e aqui devemos incluir o

¹²⁷ Vale lembrar que a política industrial brasileira durante toda essa década foi dominada pelo modelo da substituição de importações, muito embora a abertura comercial do país começara a ser preparada desde 1987, ainda no governo Sarney (Bresser-Pereira, 2003, p.273).

¹²⁸ No entanto, o crescimento substantivo do investimento internacional na economia brasileira se dará na década seguinte, principalmente a partir de 1994 (cf. Banco Central *apud* Menezes, 2000, p.35).

município de Feira de Santana e proximidades), em virtude, sobretudo, da infra-estrutura existente e da proximidade às matérias-primas (Menezes, 2000, p.26).

De 1985 em diante o estado da Bahia novamente perde força frente ao crescimento nacional (este também declinante). A crise por que passa a economia brasileira por essa época – dívida externa, descontrole financeiro e inflação –, em parte por seu acesso à “era da globalização”, leva o Estado brasileiro e a iniciativa privada a reduzirem os investimentos. A Bahia sofre as conseqüências econômicas desta crise. Entre 1986 e 1990 a média de crescimento do PIB baiano foi algo em torno de apenas 1,74% – abaixo do crescimento do PIB nacional –, o que levou a uma redução da participação da economia Baiana de 5,35% em 1985 para 4,49% em 1990 (idem, p.39), ainda que a Bahia mantivesse a sexta posição na economia nacional (idem, p.52).

Do ponto de vista social, toda a década de 1980 foi marcada por uma profunda distribuição desigual da renda no estado, por baixos salários, pelo reduzido número de empregos criados, alto desemprego e pelo grande número de ocupações informais, além da pobreza, mais acentuada em determinadas regiões do Estado, a exemplo do semi-árido baiano (Oliveira, 2003, pp.53-6; Andrade, 2000, pp.146-7; 162).

A concentração econômica – em boa medida baseada na indústria de capital intensivo – e o alto grau de exploração da força de trabalho são duas das principais características econômicas no quadro de avanço da industrialização, combinadas com a desigualdade social e a pobreza. Situação esta que o ajuste macroeconômico e o aumento da mobilidade do investimento privado possibilitados pela abertura econômica não conseguirão resolver, como adiante veremos.

Do ponto de vista das relações com o sistema capitalista internacional a década de 1990 para o Brasil caracteriza-se, de um modo geral, pelo mais recente ajuste do país à dinâmica da acumulação capitalista mundial, ou seja, a integração à etapa da mundialização no âmbito da crise estrutural do capital e em consonância com a lógica desta crise do capitalismo avançado, malgrado o caráter até agora subordinado da integração brasileira, com a aceitação dos atuais níveis de transferência de renda ao capital através da dívida pública.¹²⁹

¹²⁹ Uma das maneiras pelas quais as economias centrais do capitalismo avançado mantêm seus elevados padrões sócio-econômicos é a exploração dos países ditos “emergentes”, o que fazem financiando suas ricas economias e empresas com transferências econômicas através da dívida pública dos países do antigo “Terceiro Mundo”. Nisso

De modo geral, os anos 1990 apresentam um novo momento para a economia baiana, possibilitando mudanças na sua estrutura industrial. Também nesse caso as mudanças estão ligadas às alterações estruturais da economia nacional e mundial. No Brasil, a abertura econômica – e, mais tarde, com o Plano Real – levou à novas preocupações com o ambiente macroeconômico do país, ou seja: taxas de juros, ajustes fiscais, controle da inflação e valorização cambial. A abertura está associada também à queda da demanda internacional e a recessão econômica brasileira (Andrade, 2000, p.165; Carneiro & Vieira, 1998, p.18). Nesta década, o neoliberalismo se consolida no país, fazendo com que o interesse da intervenção do Estado na economia se reduza. Estimulam-se as relações dos agentes econômicos de mercado e conseqüentemente a concorrência capitalista. A mobilidade do capital transnacional e mesmo o nacional atinge um novo patamar, isso porque este se encontra mais livre de controles governamentais, mas também mais motivado pelos incentivos fiscais oferecidas pelos estados da Federação.

Com o incremento da mobilização do capital a Bahia se torna um dos estados preferenciais para a atuação deste¹³⁰. Além do forte empenho do governo e da burguesia na “modernização econômica”, os “fatores de atratividade” do estado são fundamentalmente os incentivos fiscais, o baixo custo da força de trabalho e a ausência de tradição sindical – esta mais acentuada fora da RMS – e, no caso das indústrias ligadas aos setores de maior peso na economia baiana – o químico, o petroquímico e o sidero-metalúrgico – à existência de uma infra-estrutura estabelecida e proximidade às matérias-primas básicas. Os três primeiros fatores podem explicar a diversificação da produção de mercadorias na Bahia nos anos 1990 e a desconcentração da atividade produtiva em termos estritamente geográficos, ou seja, a escolha de novas áreas pelas indústrias que se instalam no estado, a despeito da manutenção da concentração dos investimentos em determinadas áreas e localidades.

A concentração/desconcentração da estrutura industrial baiana é uma questão intrincada, e refere-se à perspectivas metodológicas de análise distintas. É correto afirmar a forte atração

se sustenta a lógica da mundialização financeira atual. Evidentemente, o grau de exploração das populações dos países não centrais do capitalismo é variável, o que só pode ser explicado por estudos particulares de cada país.

¹³⁰ Para o ano 2000 a previsão de investimentos segundo a Confederação Nacional da Indústria colocava a Bahia em quarto lugar na atração dos recursos, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas gerais (Uderman & Menezes, 1998, p.80). Anos depois, a tendência se manteve: “*Segundo a Gazeta Mercantil, o Estado, que ocupa o sexto lugar em termos de Produto Interno Bruto, está na quarta posição em valor dos investimentos previstos para o período 1998-2005*” (Menezes, 2000, p.52). Essas previsões, elaboradas a partir dos dados disponíveis referentes às intenções de investimento no estado, muito embora não sejam plenamente confiáveis em meio às incertezas do futuro, demonstram, todavia, a disposição do capital em investir no estado da Bahia.

que a RMS juntamente com a região associada ao município de Feira de Santana (conformando a assim chamada *macro-região Salvador-Feira*) continuam detendo sobre o conjunto dos investimentos no estado. Por outro lado, o mapa regional das atividades industriais se diversificou na última década, inclusive com setores dissociados (relativamente) da “economia de aglomeração” concentradora, por exemplo: o segmento madeireiro/celulose no Sul do Estado, o agroindustrial na região Oeste e, em menor medida, a indústria calçadista (mais adiante falaremos particularmente deste setor)¹³¹. Dessa perspectiva, parece justo falar em *desconcentração apenas relativa*, pois destaca-se o surgimento de atividades industriais em regiões que, anteriormente, não tinham (ou tinham muito pouca) expressão, e não tanto o movimento de *reconcentração dos investimentos*, este derivado do maior coeficiente de valores monetários destinados à macro-região Salvador-Feira.¹³²

Num estudo de 1998, publicado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), são listados nove “segmentos” industriais: alimentos; bebidas e fumo; calçados, têxtil e confecções; complexo madeireiro (e celulose); químico/petroquímico; atividade mineral e beneficiamento (incluindo siderurgia); eletro-eletrônicos; metal-mecânico; e transformação petroquímica. Os “segmentos” se dividem entre doze “regiões” industriais: RMS, Extremo Sul, Paraguaçu, Oeste, Serra Geral, Litoral Norte, Sudoeste, Litoral Sul, Piemonte da Diamantina, Baixo Médio São Francisco, Nordeste e Outras¹³³. Cerca de 60,1% dos investimentos previstos para implantação e ampliação industrial entre 1997 e 2004 se concentram na RMS, enquanto que em “Outras” não há nenhum investimento previsto (Uderman & Menezes, 1998, p.92).

Dois anos mais tarde a mesma Superintendência publica novo estudo modificando parcialmente as denominações regionais (agora denominadas “eixo de desenvolvimento

¹³¹ Das doze indústrias de calçados em funcionamento na Bahia no ano de 2000, seis (portanto, a metade) se encontravam dentro da macro-região Salvador-Feira, enquanto as outras seis fábricas estão espalhadas por sub-regiões distintas (SEPLANTEC, 2000).

¹³² Apesar da manutenção da concentração, uma tendência atravessou toda a década de 1990: a perda relativa da participação da macro-região nos fluxos econômicos no estado da Bahia. De 1990 a 2000 a macro-região registrou uma perda em sua participação de 9,66%, passando de 62,34% para 56,32% (cf. Porto, 2002, p.273). Contudo, essa perda de participação não foi suficiente para deslocar a macro-região e, dentro dela, a RMS, da primeira posição no quadro de investimentos industriais no estado. Sobre o debate, ver publicações oficiais da SEI e SEPLAN: **Série Estudos e Pesquisas**. Salvador, nº 37, abril 1998; **Série Estudos Estratégicos**. Salvador, nº 1, 2000; **Série Estudos e Pesquisas**. Salvador, nº 57, 2002; **Série Políticas Públicas**. Salvador: nº 8, 2005.

¹³³ A denominação “Outras” refere-se as regiões do Recôncavo Sul, Chapada Diamantina e Médio São Francisco (ver Uderman & Menezes, 1998, p.94).

econômico”) e industriais (agora “complexos produtivos”)¹³⁴. São nove eixos: Metropolitano, Extremo Sul, Grande Recôncavo, São Francisco, Planalto, Mata Atlântica, Chapada, Nordeste e Diversos (ainda por definir). Quanto às atividades industriais, agora divididas por “complexos”, registra-se apenas duas alterações: a primeira, a fusão da indústria de alimentos com a de bebidas e fumo, passando a se chamar “complexo agroalimentar”; a segunda, a inclusão da denominação “outros segmentos industriais”¹³⁵. Tomando por base a previsão dos investimentos anunciados para a Bahia no período 2000 e 2003, ainda se confirma a região metropolitana como principal área industrial da Bahia, dado o montante de capital investido: 49,8%¹³⁶. Todavia, este número representa uma mudança em termos de redução da concentração, pois em 1998 previa-se 60,1% de capital investido até 2004, como já foi dito.

Em 2005 a Secretaria do Planejamento da Bahia (SEPLAN) publica um novo estudo, com um balanço da efetivação dos projetos, investimentos e empregos para o período 2000-2003 baseado em um conjunto de projetos previstos para o estado até 1999. (O maior proveito deste estudo se deve ao fato de que ele oferece dados sobre projetos concretizados). Mantêm-se todos os nove complexos produtivos – reafirmando o complexo agroalimentar –, mas altera-se os eixos regionais da indústria baiana definidos pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN), agora denominados: Baixo Médio São Francisco, Centro Leste São Francisco, Chapada Norte, Chapada Sul, Extremo Sul, Grande Recôncavo, Mata Atlântica, Médio São Francisco, Metropolitano, Nordeste, Oeste do São Francisco, Planalto Central e Planalto Sudoeste (Lima & Silva, 2005, p.46). Foram redefinidas novas regiões industriais: Chapada Norte e Chapada Sul (no lugar de simplesmente Chapada), Planalto Central e Planalto Sudoeste (no lugar de Planalto), Oeste do São Francisco, Médio São Francisco, Centro Leste do São Francisco e Baixo Médio São Francisco (no lugar de unicamente São Francisco).

Do total de mais de 10,6 bilhões em investimentos industriais previstos para o período de 2000-2003 foram concretizados 90,6% deste montante, ou seja, 9 bilhões 664 milhões de reais. De outra parte, dos 307 projetos previstos em 1999 para o período 2000-2003 menos da metade se concretizaram, ou seja, 140 projetos. O pior desempenho ficou com o número de

¹³⁴ Ver Uderman, 2000.

¹³⁵ Dentre as atividades industriais incluídas nesta denominação encontra-se: “fogos de artifício, vidros e cristais, colchões, placas para construção civil, pré-moldados de concreto, fraldas e absorvente higiênicos, além de empreendimentos cuja linha de produção dificulta a sua alocação nos demais complexos trabalhados” (Uderman, 2000, p.130).

¹³⁶ Os maiores investimentos se direcionam para o complexo metal-mecânico, basicamente com a implantação da Ford, e para as tradicionais indústrias química e petroquímica.

empregos gerados: apenas 36,3% do total previsto para o período, ou seja, algo em torno de 29 mil empregos (Matos & Aquino, 2005, p.23). Apesar da diferença auferida entre o previsto e o que se concretizou dos projetos industriais, houve efetivação de investimentos e empregos em todos os complexos, bem como em todas as regiões, com exceção do Médio São Francisco. Contudo, os números variam muito de complexo para complexo e de região para região.¹³⁷

Por um lado, a dificuldade constante na determinação das regiões industriais, cuja mudança contínua da nomenclatura é um sinal, dá prova da variada participação do capital no estado da Bahia em termos espaciais. Por outro lado, a definição da atividade industrial basicamente nos mesmos “complexos produtivos” dá conta de uma diversificação mais lenta, muito embora essa diversificação torna-se nítida se tomarmos a variedade de atividades industriais que o estado desenvolveu durante toda a década de 1990 em relação ao passado da produção industrial baiana.¹³⁸

Outra característica dessa diversificação da estrutura produtiva na Bahia é a possibilidade de maior integração entre as atividades industriais, vislumbrada através da articulação de complexos produtivos e a partir da formação de novas cadeias produtivas¹³⁹. Entretanto, como se verá mais adiante, o incremento da integração industrial no estado dependerá do desenvolvimento de uma cadeia produtiva ampla, integrada e estável, condição que ainda está longe de ser atendida na Bahia.

Também é observável o incremento da produção de bens de consumo final. Tendência considerada importante dada a produção baiana se concentrar fortemente na produção de bens intermediários, derivados da indústria petroquímica e química (Uderman, 2000, p.165). Os complexos industriais que mais contribuem para a produção de bens finais são: metal-mecânico, agroalimentar (agroindústria), eletroeletrônico e calçado/têxtil/confecções; todos

¹³⁷ Para uma visualização dos índices concretizados dos projetos, investimentos e empregos por complexo produtivo e por região industrial ver: Lima & Silva, 2005, pp. 30;32;35;38-9; 50; 52;54;56-7.

¹³⁸ São exemplos de novas atividades industriais: o complexo madeireiro e de celulose, a produção de bens finais do setor calçadista, da agroindústria e mesmo do setor têxtil (tradicional na Bahia) e a produção – ainda restrita – de eletro-eletrônicos. Além das atividades, muitas delas inéditas, englobadas na denominação “Outros” como já dissemos, a despeito do seu parco peso no conjunto da riqueza produzida pela indústria instalada no estado da Bahia.

¹³⁹ Existem movimentos concretos na direção de uma maior integração entre as indústrias, sobretudo aquelas cujas atividades podem se complementar e mais ainda quando se trata de produção de bens de consumo final, por exemplo, trocas comerciais envolvendo as indústrias siderúrgica, petroquímica e o complexo metal-mecânico no estado. Outro, a indústria química e a produção de calçados.

com taxas de investimento em bens finais acima de 50%.¹⁴⁰ No âmbito do Estado brasileiro procede-se à redução das alíquotas de importação, aos acordos do Mercosul (Carneiro & Vieira, 1998, p.19) e à criação de programas para a indústria brasileira¹⁴¹. Na Bahia, processa-se o fim da proteção tarifária e da proteção de preços na indústria petroquímica, além da criação de programas particularizados de incentivo à indústria no estado¹⁴². Os primeiros impactos da mundialização do capital na Bahia, assim como no restante do país, advém da abertura econômica seguida das pressões competitivas a que estão submetidas as principais indústrias, conduzindo o estado à aceitação das políticas neoliberais. Evidentemente que este processo não se dá sem conflitos, inclusive entre as frações do capital.

No âmbito da produção, o que se observa é a penetração da atual reestruturação produtiva do capital¹⁴³. É posto em prática o processo geral de demissões massivas, acentua-se o arrocho salarial, promove-se a generalização das terceirizações (atividades complementares e centrais na indústria), a introdução restrita de inovações tecnológicas, a introdução ampla de inovações organizacionais (*just in time*, qualidade total etc), tudo isso visando “modernizar” o Estado e as empresas (Andrade, 2000, pp.164-6; 169). Entretanto, inicialmente apenas as maiores empresas baianas, em sua grande maioria instaladas na RMS e, mais especificamente, ligadas à indústria petroquímica, introduziram tais mudanças em sua estrutura produtiva.¹⁴⁴

¹⁴⁰ Os índices são os seguintes: 84,35% para metal-mecânico, 73,09% para agroalimentar, 63,53% para eletroeletrônico e 59,58% para calçados/têxtil/confecções. Em quinto lugar se encontra a transformação petroquímica, com investimentos de 44,98%. Estes dados fazem parte da previsão de investimentos para 2000-2003. Mas apesar da totalidade dos projetos não ter se concretizado conforme estudo de 2005 (SEI), no tocante a investimentos efetivados os complexos metal-mecânico, calçados/têxtil/confecções e químico/petroquímico concretizaram valores superiores aos previstos, 180,4%, 103,9% e 100,5% respectivamente; o complexo agroalimentar ficou muito próximo do valor previsto, com 98,6%. Além disso, é sensato reconhecer que a previsão de investimentos feita pela indústria para bens de consumo finais aponta na direção do tipo de produto que esta deseja produzir, ainda que a previsão de investimentos não se confirme plenamente, o que pode ser explicado por um conjunto de fatores diversos.

¹⁴¹ Já no ano de 1990, no governo Collor, surge o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e o Programa de Competitividade Industrial (Andrade, 2000, p.163).

¹⁴² Programas como BahiaPlast, Procobre, Agrinvest, PROCOMEX, Crédito Presumido de ICMS, além de incentivos específicos para o desenvolvimento da indústria de informática e para a instalação da Ford (Menezes, 2000, p.48; SEPLAN, 2000, pp.31;36; 114-5).

¹⁴³ O capital – composto da associação de capital estatal, capital privado nacional e capital privado internacional – instalado no Pólo Petroquímico inicia os ajustes produtivos já ao final dos anos 1970, prosseguindo com eles durante os anos 1980. Todavia, não podemos falar, neste momento, de uma reestruturação produtiva com base na microeletrônica e nas novas formas de gestão, mas sim, inequivocamente, de ajustes estruturais capazes de adequar a estrutura produtiva às novas oportunidades econômicas, às crises econômicas e a crise do modelo de industrialização brasileiro ancorado na substituição de importações (ver Andrade, pp.151-5).

¹⁴⁴ No Brasil, a indústria petroquímica foi uma das pioneiras da introdução da reestruturação produtiva: “A demanda por programas de qualidade e produtividade dobrou nos últimos dois anos devido à concorrência dos

A reestruturação produtiva torna-se o modelo a seguido pelas grandes empresas, com vistas à redução dos seus custos, aumento da produtividade¹⁴⁵ e, em menor medida, a busca obstinada por maior envolvimento do trabalhador no processo produtivo (Andrade, 2000, p.172-3). Para tanto estas sentem a necessidade de promoverem uma reestruturação de suas bases produtivas nos moldes da que está em andamento em todos os centros dinâmicos do capitalismo. Também como em outros lugares há reações por parte dos trabalhadores às mudanças, identificadas como desestabilizadoras do mundo do trabalho¹⁴⁶.

Por fim, a penetração da reestruturação produtiva na indústria baiana nos anos 1990, especificamente no Pólo Petroquímico, se caracterizou pela *combinação das técnicas e métodos de produção taylor-fordista com métodos do “toyotismo”* e não pela exclusiva aceitação deste último (Andrade, 2000, pp.219;231;235). A principal contradição desta

produtos estrangeiros. Schettino cita os setores de automóveis, autopeças, petroquímico, têxtil e eletroeletrônico como os que mais investiram neste campo” (Folha de São Paulo, 28/06/93, *apud* Oliveira, 2004, p.101). Dentre todas as mudanças técnico-organizacionais no complexo petroquímico, “*a subcontratação e a variedade de formas de precarização das relações de trabalho, a multifuncionalidade [polivalência], as técnicas e formas organizacionais de gestão são eleitas como a dimensão principal da reestruturação produtiva, do aumento da produtividade, da melhoria da qualidade e da redução de custos”* (Andrade, 2000, p.177).

¹⁴⁵ Quanto à **produtividade**: “*A indústria baiana não ficou de fora desse processo de reestruturação produtiva e de elevação da produtividade (...) Observa-se que a produtividade aumenta em quase todos os gêneros da indústria de transformação, com exceção de Produtos alimentares (...) No triênio 91-93, a produtividade-física da indústria de transformação cresceu 17,7% a.a. (...) No período de recuperação econômica (94-96) a produtividade física cresceu de maneira mais modesta (...) em média 5,7% a.a. (...) No período 92-96, a produtividade física da indústria de transformação e dos seus principais gêneros apresentou resultados satisfatórios com exceção de Produtos Alimentares (...) A produtividade-hora da indústria de transformação e dos principais gêneros seguiu, praticamente, a trajetória da produtividade física, alterando apenas a magnitude do crescimento”* (Carneiro & Vieira, p.41-2). No tocante aos **custos**: “*há muito espaço na Bahia para novas indústrias, tanto as dependentes de recursos naturais quanto as que se sentem fortemente atraídas por diferenciais de salário [entre 1992 e 1996 foram aprovados na Bahia 155 projetos em 22 ramos industriais, com previsão de investimentos totais de R\$ 1.383.705]*” (idem, pp.51;53). Apesar da produtividade e da redução dos custos houve retração do **número de empregos** para o período 1991-6: “*Fica evidente a redução do emprego industrial neste período, sendo que a partir de 1993 a tendência de queda tornou-se mais branda (...) Pelos dados da FIEB, o pessoal ocupado na produção na indústria de transformação cresceu 0,42% em 1994, e caiu em 95 e 96 4,43% e 2,86% respectivamente (...) constata-se que a queda no pessoal empregado total da indústria (PET) é maior do que a queda do pessoal ocupado na produção (POP)”* (idem, p.35); também houve **perdas salariais**: “*No período 90-96, os salários reais do setor industrial não se deterioraram tanto quanto o nível do emprego, embora todas as políticas salariais deste período visassem tanto evitar qualquer ganho real de salários como mesmo manter o atual salário real diante de um processo inflacionário ascendente”* (idem, p.37), assim “*a indústria de transformação e o agregado da indústria apresentaram, para o período 92/96, taxas de crescimento negativas para os salários, de -2,89% e -2,16%, respectivamente”* (idem, p.39). Um outro estudo, que analisa o período 1992-2000, também aponta “*uma redução do pessoal ocupado total na indústria de transformação baiana*”, além do que “*os salários líquidos reais caíram 20% entre 1992 e 2000”* (Fernandes, 2002, p.62).

¹⁴⁶ Desde a greve geral dos trabalhadores químicos e petroquímicos em 1985 a percepção geral dos trabalhadores tem sido cética às inovações, contudo sem que aconteça, até o presente momento, mobilizações mais abrangentes, capazes de afrontar mais radicalmente o novo estado de coisas no interior da fábrica; isso revela, entre outras coisas, a incapacidade do sindicalismo em dar respostas mais convincentes e efetivas ao novo ataque do capital sobre o trabalho.

combinação se expressa na utilização de modernos princípios de produção obnubilados pela manutenção de um modelo de gestão conservadora, caracterizado basicamente “*por esquemas de decisão verticalizados e autoritários*” a despeito “*da redução de níveis hierárquicos*” nas empresas (idem, pp.193;198). Isso nos leva a concluir que não basta reduzir os níveis hierárquicos no interior das fábricas para que desapareça o despotismo do capital sobre o trabalho, assim como não basta o estabelecimento do “trabalho em equipe” para que seja abolida a divisão do trabalho capitalista no âmbito da produção.

Em síntese, a partir dos anos 1990 a produção industrial baiana sofreu alterações e promoveu tendências que levaram, de um modo geral, à diversificação da produção, ao desenvolvimento da produção de bens finais, perspectivas mais favoráveis à promoção da inter-relação entre os setores industriais, a uma desconcentração relativa (espacial) e a absorção do novo complexo de reestruturação produtiva. Mas, nenhuma das tendências acima deve ser superestimada.

No entanto, todos esses novos movimentos da produção baiana dos anos 1990 não levaram à superação dos aspectos mais marcantes da economia baiana, sintetizados por Andrade há alguns anos, a saber:

1. insuficiência do desenvolvimento capitalista (...)
2. elevada e crescente concentração de renda (...) de capital e de propriedade da terra (...) dos setores mais dinâmicos (...)
3. predominância de incentivos especiais para a produção de bens intermediários intensivos em capital, dirigidos em sua maior parte para a exportação, com mínima capacidade de criação de novas atividades econômicas e de emprego na região (Andrade, 2000, p.149)

Nesse ponto faz-se necessário um esclarecimento. O quadro acima, mais explicitamente no seu item 3, toma por referência a indústria petroquímica baiana; portanto, para nossos fins aqui ele precisa ser complementado, e, de alguma maneira, foi o que se tentou fazer com esse esboço sobre a industrialização na Bahia, notadamente nos últimos anos, com algum destaque para atividades fora do eixo metropolitano. Ainda assim, suas afirmações se mantêm muito pertinentes na atualidade: concentração, privilégio de incentivos, geração de empregos em número insatisfatório para as necessidades do estado. Evidentemente, outras

afirmações, tais como o potencial mínimo de criação de outras atividades industriais ou a existência de incentivos especiais para atividades industriais de capital intensivo, estão associadas à indústria petroquímica instalada na RMS, e portanto não podem esclarecer uma série de outros aspectos da indústria baiana mais recente: trabalho intensivo, bens de consumo final ou ainda sobre novas atividades econômicas.

Contudo, se há uma questão que bem pode ser comparada a uma transversal que recobre tanto as atividades tradicionais quanto as mais recentes da industrialização na Bahia – até mesmo quando se promove um deslocamento de olhar da indústria de “capital intensivo” para a de “trabalho intensivo” – esta é o *desemprego*.

Com a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais nos anos 1990 o que se verificou, concretamente, foi o incremento do desemprego industrial: “*O exemplo mais elucidativo desse processo tem como evidência principal a situação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que reduziu quase à metade o seu quadro de empregados entre o fim da década de 1980 e o início dos anos 90*” (idem, p.149). Se por um lado o processo de adequação da estrutura produtiva baiana – entusiasticamente entendida como “modernização econômica” do estado – gerou novos postos de trabalho, por outro lado, a tendência ao desemprego advinda com a reestruturação produtiva não é menos real, tendendo a se aprofundar e atingir inclusive outras indústrias e outros setores da economia¹⁴⁷. Isso por si só lança uma sombra sobre o futuro da estrutura do emprego e sobre a classe operária na Bahia. E, devemos novamente recordar, a Bahia é um estado com um enorme contingente de pessoas na condição de pobreza e gritante desigualdade social.

Uma das premissas do novo complexo de reestruturação produtiva é a defesa do “enxugamento das empresas”, que em outras palavras significa redução da folha de pagamento destas, ou seja, demissões (em alguns casos demissões em massa). Esforços hercúleos são constantemente realizados pelo empresariado e seus técnicos em todos os setores econômicos na direção do *lean production*, dentro da margem de manobra permitida a eles pelas estruturas

¹⁴⁷ Para o período 2000-2003 o estado da Bahia contava com uma previsão de 79.893 empregos a serem gerados pelos 307 projetos assinados como protocolos de intenções até 1999. Destes, apenas 140 projetos se concretizaram (45,6%), gerando apenas 36,3% dos empregos previstos, ou seja, algo em torno de 29.000 empregos. Considerando apenas os 140 projetos concretizados, a geração de empregos ficou bem abaixo do previsto: dos 39.184 empregos previstos foram efetivamente gerados 28.977, ou seja 74% do total. A geração de empregos nos últimos anos ficou muito abaixo do que o governo do estado esperava. Curioso é que esses 140 projetos realizaram, em valores, um montante bem próximo do que havia sido relacionado para os 307 projetos previstos: R\$ 9.664 milhões, o que representa 90,6% do total previsto para o período (SEPLAN, 2005, p.23).

empresariais, que são constantemente seduzidas pelas inovações tecnológicas (desde que se possa arcar com elas).

Agora mesmo (2007) enquanto o estado da Bahia ocupa a sexta posição no *ranking* da riqueza nacional (PIB), Salvador segue sendo a capital com o maior índice de desemprego do Brasil (com uma taxa acima dos 20% da população economicamente ativa) e onde a “economia informal” aparece para uma parcela grande da população como a única oportunidade de sobrevivência material disponível (embora nem sempre se trate de sobrevivência digna). Ademais, o grau de desigualdade entre as regiões do Estado é elevado, situação agravada pelo elevado índice da população ainda residente no campo, comparativamente com o índice nacional (32,95% na Bahia contra 19% no Brasil).¹⁴⁸

Da perspectiva do crescimento econômico tão somente, as coisas não estão muito melhores na Bahia: “*O crescimento acumulado da economia baiana no período 1991/1995 foi de 8,2%*” (Menezes, 2000, p.43), o que dá uma média de 1,64% ao ano – tendo registrado em 1990 uma queda de 0,98% e queda de 1,4% em 1991 (idem, pp.40;44). A partir da segunda metade da década os índices melhoram um pouco: “*entre 1996 e 1999, a Bahia cresceu 12,9%*” (idem, p.47); em 2000 o crescimento ultrapassou um pouco os 2% (Fernandes, 2002, p.58). Em suma, a década de 1990 é de estagnação econômica para o estado da Bahia.

Na totalidade da economia baiana, a indústria “*é a atividade econômica de maior peso na economia do Estado*” (idem, p.54)¹⁴⁹. Ressaltamos ainda a concentração de mais de 50% da riqueza na indústria química/petroquímica ao final dos anos 1990, o que, por consequência, sustentou a concentração dos investimentos e o predomínio da produção de bens intermediários (idem, pp.56;59).

¹⁴⁸ Ver: SEPLAN (2005); Porto (2002). Esforçando-se para camuflar a verdadeira situação da desigualdade e da pobreza na Bahia, estes estudos oficiais, empreendidos por técnicos do Estado – no que contam com o apoio de metodologias estatísticas questionáveis –, não conseguem ocultar as dificuldades do estado na condução desses problemas, colocando todas as esperanças de solução em apelos pouco convincentes, de médio prazo, que se traduzem no que denominam: “ações estratégicas”, “políticas de desenvolvimento” ou “políticas especiais de desenvolvimento”. Sobrepõem um discurso aparentemente social-democrata (“liberalismo-social?”) a uma realidade econômica francamente liberalizada; o resultado só pode ser contraditório (na prática e no discurso). O índice da população rural baiana foi obtido a partir de resultados preliminares do Censo de 2000 (cf. Porto, 2002).

¹⁴⁹ Se somarmos o total da riqueza produzida pela indústria de transformação e pela indústria extrativa mineral chega-se a 26,5% do PIB baiano em 2000. Em segundo e terceiro lugares vêm a administração pública e a construção civil, com 11,7% e 11,1% respectivamente. A agropecuária representa 10,1% e está em quinto lugar, atrás de “aluguel de imóveis e serviços prestados a empresas”. O comércio aparece logo após a agropecuária, com 8,4%. Em seguida aparece a atividade financeira com 5% (SEI/IBGE *apud* Fernandes, 2002, p.55).

Todo o empenho das políticas de atração de investimentos para Bahia – que se mantém ainda hoje – teve e tem que se deparar com essa dura realidade sócio-econômica, a qual se somam as debilidades atuais da economia brasileira e mundial. Uma realidade baiana menos otimista do que os especialistas do governo fazem parecer com seus estudos econômicos, mas que não se atrevem a esconder totalmente¹⁵⁰. O estabelecimento de um “Pólo Calçadista na Bahia” se vale dessa realidade, como veremos a seguir.

3. INDÚSTRIA CALÇADISTA E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL ¹⁵¹

A indústria calçadista mundial não passou incólume pela “nova dinâmica concorrencial” dos anos 1970/80, ou melhor, sofreu os impactos da mundialização do capital. Esta indústria se caracterizou, desde o início, e de maneira geral, pela utilização intensiva de força de trabalho, diversidade de empresas (tanto no tocante ao tamanho quanto aos tipos de produtos), processos de trabalho segmentados, restrita adoção tecnológica, relações de trabalho maleáveis, além de baixos níveis salariais, alta rotatividade de trabalhadores e baixa qualificação da força de trabalho. Ainda que mantendo tais características,

Em um quadro de maior concorrência no mercado internacional, as empresas dos principais países produtores de calçados, visando assegurar condições de competitividade, aceleraram o processo de reestruturação produtiva a partir de meados da década de 1980 (Navarro, 2006, p.18-9)

Desde a década de 1970 “*pode-se observar que os países que possuem um maior custo com mão-de-obra vêm perdendo participação na produção mundial de calçados*” (SEPLANTEC, 2000, p.16). Com efeito, regiões como a Europa Ocidental e a América do

¹⁵⁰ Limitando-se exclusivamente aos aspectos econômicos da reestruturação da estrutura industrial na Bahia lê-se na página 16: “*É notório o empenho recente empreendido pelo Governo do Estado da Bahia no sentido de expandir as oportunidades industriais, promovendo a geração de emprego e renda e a diversificação da malha produtiva baiana*”. Para, ao final do estudo, nas “considerações finais” (página 79), reconhecer que: “*A despeito do esforço governamental para a promoção da densificação da economia baiana, esta ainda apresenta elevado grau de concentração setorial e espacial. Isso demonstra a necessidade de implementação de políticas de desenvolvimento que redirecione os novos investimentos industriais do estado da Bahia, visando tanto a intensificação da diversificação produtiva, quanto a redução das desigualdades regionais*”. (SEPLAN, 2005). Ver também: “*Descaminhos no mercado de trabalho*” (SEI/Série Estudos e Pesquisa. Salvador, nº 66, 2003).

¹⁵¹ Ao nos referirmos à indústria calçadista estamos falando, quase sempre (e mais precisamente) do complexo industrial coureiro-calçadista, que engloba três atividades produtivas correlacionadas: a fabricação do calçado acabado (sapatos, tênis, sandálias etc), a produção de componentes e insumos (solas, saltos, sintéticos, adesivos, fivelas, palmilha, resinas, solventes, tecidos etc) e a produção de artefatos de couro (curtumes).

Norte vêm reduzindo sua participação na produção e distribuição mundial de calçados. Por outro lado, a produção asiática tem avançando fortemente nesse setor, enquanto a América Latina tem se sustentado num equilíbrio precário entre a manutenção de sua posição e uma tendência de declínio relativo¹⁵². Dentre os países ocidentais “avançados” o único a manter uma posição de destaque é a Itália; enquanto a China tem liderado nos últimos tempos o *ranking* da produção e exportação mundial de calçados (idem, p.18).

Diante dessa nova realidade, as fábricas de calçados situadas em países como os EUA, Alemanha, França e a Itália têm procurado, por um lado, redirecionar suas atividades para a produção de mercadorias com maior valor agregado, o que implica em vultosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), *design* e contratação de pessoal qualificado, visando atender a um mercado consumidor restrito e sofisticado (em outras palavras, com maior poder de consumo). Por outro lado, promoveram a subcontratação de determinadas atividades produtivas e de distribuição, e até o deslocamento da produção para outros países. O principal motivo para as deslocalizações mundiais reside na pressão organizada exercida pelos trabalhadores por aumentos salariais. Uma vez mais encontramos a razão imediata da opção dos empresários pela reestruturação produtiva: luta por maiores salários. As vicissitudes da indústria calçadista ilustram bem essa motivação.

No Brasil, a atual reestruturação produtiva na indústria calçadista data do final dos anos 1980, na esteira do fracasso do Plano Cruzado e seus rebatimentos por toda economia nacional. Essa indústria tem sido historicamente muito sensível às mudanças no poder aquisitivo da população (Navarro, 2006, pp.195-200). Os anos seguintes viram ainda a sombra da China eclipsar a estrela da indústria calçadista brasileira – que já começara a se arrastar desde o processo de retirada, pelo governo brasileiro, de parte dos incentivos fiscais e creditícios para a exportação do calçado a partir de 1985 –, tanto no mercado interno quanto no mundial. Entre 1986 e 1996 a pólo calçadista de Franca, um dos mais importantes do país, extinguiu 16,5 mil postos de trabalho, a isso se soma o declínio crescente de suas exportações desde 1994, seguindo de perto a tendência nacional declinante da produção e do nível de emprego desde 1987 (idem, pp.199-200; 208; 213-4).

¹⁵² O Brasil, por exemplo, “*figura como sendo o terceiro maior produtor mundial de calçados e o sétimo maior exportador (1998)*” (SEPLANTEC, 2000, p.18).

Somente a partir da primeira década do século XX é que o governo brasileiro reconheceu o “valor nacional” da produção calçadista, dado seu crescimento e importância econômica (idem, p.58). Desde então o complexo coureiro-calçadista tem incrementado a produção de matérias-primas e a importação de maquinário. Aliado à proteção tarifária e aos incentivos fiscais esse incremento na produção e importação permitiu a expansão do mercado interno. Isso fez com que já a partir dos anos 1940 a produção brasileira de calçados se diversificasse, fazendo despontar duas regiões que, desse período em diante, manteriam a liderança na produção coureiro-calçadista nacional: o Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul e o município de Franca no estado de São Paulo (idem, pp.83-6).

O reforço da industrialização nacional nos anos 1950 e 1960 estimulou a produção industrial de calçados no país, quando mais não fosse pelas facilidades na importação do maquinário e pelo aumento da demanda nacional no segmento de vestuário. É nesta década – mais precisamente em 1964 – que o Brasil começa a exportar seus calçados industrializados (idem, p.146). Entre os fatores que podem explicar a consolidação do calçado brasileiro no mercado internacional na década de 1970 estão as políticas de incentivo do Estado, as melhorias no produto mediante utilização de maquinaria mais moderna e o baixo custo da força de trabalho (idem, p.160).

Daí por diante – décadas de 1970, 80 e 90 – a divisão social do trabalho na indústria calçadista se tornará cada vez mais complexa, assumindo um ritmo cada vez mais veloz, incorporando continuamente mais máquinas e novas etapas de produção (na verdade, mais operações do que propriamente novas etapas)¹⁵³. A estrutura organizacional, hierárquica, das empresas do setor sofrerá alterações, ampliando-se. Tal tendência se manterá até pelo menos os anos 1980, a partir de quando, entrando pelos anos 1990, se dará entre nós o processo de redução relativa das estruturas organizacionais demasiado verticais da indústria brasileira.

Para a indústria calçadista nacional a abertura econômica teve início, efetivamente, com a redução das alíquotas de importação (estabelecida nas *Diretrizes Gerais para Política Industrial e de Comércio Exterior*, do governo Collor), o que, na prática, promoveu uma

¹⁵³ De um modo geral, as etapas centrais para a produção do calçado são: modelagem (ou projeto), pré-fabricação, corte, costura (manual e pespontada), montagem e acabamento final. Em cada etapa são realizadas diversas tarefas ou operações, podendo estas variar de acordo com o tipo de calçado que será produzido e/ou com o tipo de material que será utilizado para sua confecção. Ainda levando em conta essa diferenciação, bem como a particularidade de cada empresa na maneira de organizar sua produção, algumas dessas etapas poderão se fundir entre si, como por exemplo montagem e acabamento.

redução da produção de calçados em relação à década anterior, além do que, fez cair o consumo nacional e as exportações de calçados, notadamente a partir de 1998, levando o Brasil a perder participação no mercado mundial (SEPLANTEC, 2000, p.21-2). A essa abertura se soma o “*término dos efeitos redistributivos do Plano Cruzado*” (idem, p.22). Desde então o setor convive com crises periódicas.¹⁵⁴

Um outro efeito ainda deste período é a diminuição relativa da participação de estados como Rio Grande do Sul e São Paulo na produção e exportação de calçados nacionais, tendência que foi sentida também no mercado interno. Isso é importante pois modifica a tradicional divisão regional da produção calçadista, na medida em que passa a incorporar a região Nordeste enquanto zona de produção calçadista em expansão:

A participação de São Paulo e Rio Grande do Sul nas exportações brasileiras de calçados sintéticos declinou ao longo dos últimos anos (...)

Quanto aos calçados de couro para exportação, embora o Rio Grande do Sul continue com uma participação estável e expressiva ao longo dos últimos anos, a participação de São Paulo vem declinando, ao passo que a do Ceará tem aumentado (...)

Essa reespecialização em direção ao Nordeste também vem sendo verificada em relação à produção nacional, não somente para exportação mas também para o mercado interno. Apesar da precariedade de informações recentes, observa-se que Estados como Ceará e a Bahia vêm aumentando consideravelmente sua produção de calçados e componentes, em virtude de ampliações de unidades produtivas de empresas já instaladas na região Sul-Sudeste (SEPLANTEC, 2000, p.25)

Não se trata propriamente de descentralização produtiva, uma vez que o processo produtivo e decisório da indústria continua fortemente localizado nas fábricas do Sul-Sudeste do país; também não chega a ocorrer uma desconcentração em sentido lato, na medida em que os “novos” espaços produtivos do Nordeste, diferentemente do Sul e Sudeste, ainda não possuem cadeias produtivas adensadas e infra-estrutura plenamente desenvolvida, capazes de atrair as fábricas, fazendo-as fechar suas portas em seus estados de origem¹⁵⁵.

¹⁵⁴ De acordo com informações divulgadas pela imprensa nacional somente entre os anos de 2004-2006 mais de 60 empresas calçadistas fecharam suas portas no Vale do Rio dos Sinos/RS (cf. Jornal Nacional – televisão – , em 31.07.2006).

¹⁵⁵ Na verdade a única grande fábrica que fechou suas portas partindo para produzir exclusivamente em um estado do Nordeste foi a Grendene, que saiu do Rio Grande do Sul – mais precisamente no município gaúcho de Farroupilha, onde foi fundada a 25 de fevereiro de 1971 – e se instalou no município de Sobral, no Ceará. Em 2002 sua produção era de 90 milhões de pares por ano, o que lhe assegurava o primeiro lugar na produção calçadista deste estado (BNDES, 2002, p.70).

O processo de deslocalização na indústria calçadista brasileira, a partir dos anos 1990, pode ser mais bem entendido e explicado como uma *estratégia de re-espacialização (ou re-territorialização) geográfica*, em busca de maiores vantagens concorrenciais comparativas. A deslocalização da indústria calçadista em direção ao Nordeste, por exemplo, se explica pelos atrativos incentivos fiscais oferecidos, redução de impostos, crédito fácil, barato e subsidiado, salários menores pagos aos trabalhadores desta região, ausência de tradição sindical no setor calçadista, aquisição de terrenos a preços muito baixos, enfim, melhores condições para a rentabilidade do capital industrial.

Também a política cambial e de juros desfavorável dos anos 90, juntamente com a forte concorrência internacional, promoveram o desaquecimento das exportações brasileiras – sobretudo para os EUA, principal cliente internacional – e apressou o processo de deslocalização da indústria calçadista (BNDES, 2002, p.65-6). Nesse caso, até mesmo a posição geográfica do Nordeste pode ter contribuído para a estratégia de retomada das exportações para o mercado americano (idem, 65). Todavia, essa motivação geográfica tem importância menor no conjunto dos fatores para a deslocalização, pois se limita às estratégias exportadoras das empresas. Na verdade, as taxas de exportação do calçado de estados como Ceará e Bahia, principais produtores do Nordeste, são bastante baixas.¹⁵⁶

Para a indústria calçadista brasileira a abertura econômica dos anos 1990 tornou prosaicas expressões como competitividade, qualidade, tecnologia e inovações organizacionais (esta, principalmente na gestão). O que se requeria, ao menos no discurso, eram novos métodos e técnicas de organização da produção e do trabalho, não raro baseadas no “toyotismo”, pois este era o modelo a partir do qual se poderia aprender sobre o aumento da produtividade com menos pessoal empregado, a qualidade total, a polivalência, o trabalho em grupo, numa palavra, sobre a “produção enxuta”. Não tardaria até a utilização de novas modalidades de contrato de trabalho, tais como o “temporário” e o “tempo-parcial”, ao lado da já tradicional “terceirização” do setor.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Ao final da década as exportações da indústria calçadista instalada no Ceará não ultrapassava 14% do total da produção, o que representava, para o ano de 2000, 5,2% do valor das exportações nacionais; por essa mesma época as exportações baianas eram inexpressivas para o cenário nacional: 0,3% do valor exportado. Por outro lado, as exportações gaúchas somavam 83,5% do valor total exportado, enquanto São Paulo ficava com 8,7% do total nacional (BNDES, 2002, pp.71; 73-4).

¹⁵⁷ A subcontratação de pequenas e médias empresas, além das de “fundo de quintal”, para realização de etapas da produção do calçado é uma prática antiga da indústria calçadista brasileira. Em Franca as subcontratadas são conhecidas como “bancas” e no Rio Grande do Sul são chamadas de “ateliês”.

Na indústria calçadista brasileira, entretanto, a adoção do “toyotismo” não se dá de forma homogênea e, na maioria das vezes, ocorre de maneira parcial e isolada. O mais comum é a *combinação de processos produtivos novos com os tradicionais*, legados do padrão fordista. Essa mescla pode ser notada em todos os centros da produção industrial de calçados, desde os mais tradicionais como os instalados nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, até nos mais recentes como Ceará e Bahia, na região Nordeste do país.

O estabelecimento e consolidação de um pólo calçadista na Bahia não deve ser tomado como um dado definitivo, ainda que a indústria calçadista esteja se desenvolvendo no estado¹⁵⁸. A atual mobilidade do capital, a existência ou não de vantagens comparativas concorrentes, a insuficiência de uma cadeia produtiva básica e os avanços da luta sindical são fatores de instabilidade relevantes para a permanência da indústria calçadista no estado. Todos estes fatores são possibilidades reais e não devem ser desconsiderados, como os empresários do setor não se cansam de repetir.

Na Bahia, a política de atração de investimentos através dos incentivos fiscais é adotada desde os anos 1950 e por essa época orientou-se para a indústria em geral. Essa política declarada potencializa-se três décadas mais tarde, sofrendo ligeiro declínio no início dos anos 1990 até ser retomada a partir de 1994, na condição de “guerra fiscal”, como se costuma dizer no jargão oficial (SEPLANTEC, 2000, p.28-9).

No tocante a indústria calçadista, um programa estadual de atração de investimentos só começa a tomar forma em 1997¹⁵⁹. Data deste ano os primeiros programas de incentivo financeiro para o setor no estado. Primeiro com o PROCOMEX, que *“para as empresas do setor calçadista, desde que exportadoras, a grande vantagem (...) reside no tratamento*

¹⁵⁸ Desde pelos menos o século XIX há fabricação de calçados na Bahia. Durante a Primeira República (1889-1930) existiam várias fabricas de calçados no estado, a saber: Cia. de Calçados Trocadero, Silva, Irmão & Cia., João Gomes & Silva, Bonelli & Cia., Barletta & Cia. e Sampaio, Irmãos e Cia (Tavares, 2001, p.367). Mas a fabricação de calçados não era uma atividade considerada central para a economia baiana, ao contrário das usinas de açúcar e da indústria têxtil. Era caracterizada pela pequena fábrica. Por essa época o estado da Bahia era muito dependente do capital comercial e da grande propriedade rural, com uma participação de capital industrial extremamente restrita. Ainda assim, a indústria têxtil baiana – tecnicamente rudimentar – era uma das (se não a mais) importantes do país.

¹⁵⁹ Na região Nordeste, os incentivos fiscais e financeiros foram particularmente estimulados a partir da década de 1990, para atender sobretudo aos novos investimentos. Os principais incentivos são: diferimentos de ICMS sobre importação de máquinas e equipamentos e para operações de saída resultantes de importação de matérias-primas e insumos; isenção de Imposto de Renda por vários anos; isenção de impostos municipais por longos prazos; concessão de empréstimo automático, com recursos da União, “a fundo perdido”, para operações de exportação (BNDES, 2002, p.76).

diferenciado, mais especificamente, na concessão de reduções de até 90% na amortização do financiamento” (idem, p.31). Mas também o programa de Crédito Presumido de ICMS; este último direcionado à venda das mercadorias para outros estados da federação. O crédito presumido é um incentivo fiscal:

O crédito presumido de ICMS é uma operação antecedida e casada ao diferimento de lançamento e pagamento do imposto relativo à circulação de mercadorias, serviços de transporte e comunicações. O diferimento corresponde à liberação, por parte do Estado à empresa beneficiada, do pagamento do imposto no momento de aquisição de matérias-primas básicas junto a fornecedores (idem, p.34)

Além dos incentivos financeiros e do crédito presumido de ICMS as empresas calçadistas contam ainda, no estado da Bahia, com incentivos fiscais embutidos na tributação diferenciada para a entrada, no estado, de bens e produtos ligados à produção industrial em geral e calçadista em particular.¹⁶⁰

Tomando por base apenas os incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo estado da Bahia às empresas calçadistas já implantadas, segundo cálculos oficiais, até o ano 2000, o impacto gerado no preço final das mercadorias podia ser avaliado variando entre 10% e 15% (idem, p.35). Esse índice pôde variar, para cima, segundo o volume dos investimentos realizados, desde que este tenha sido considerado alto. Parte substancial dos investimentos foi financiada por instituições financeiras públicas. Benefício que propiciaram a instalação da Azaléia na Bahia, no município de Itapetinga em 1997: *“que se beneficiou de um maior volume de recursos do FUNDESE [Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico], bem como de uma maior taxa correspondente ao diferimento de ICMS”* (idem, p.35). Ainda hoje, a Azaléia Nordeste é a maior indústria calçadista instalada na Bahia.

Além dos incentivos públicos propriamente financeiros e fiscais oferecidos pelo estado da Bahia existem outros, mais variados – cujos recursos provêm do FUNDESE, fundo administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia – tais como: fornecimento de infra-estrutura básica, parceria no treinamento da força de trabalho para a indústria, venda

¹⁶⁰ Dentre estes bens e produtos encontramos: produtos de embalagem e componentes, máquinas e equipamentos; ao que se soma a *“desoneração do pagamento do adicional de ICMS na entrada de matérias-primas procedentes de outros Estados [e o] direito de proceder a transferência de crédito de ICMS (...)”* (SEPLANTEC, 2000, p.34-5).

de terrenos a preços favorecidos, construção de instalações fabris, pavimentação de estradas e acessos, entre outros do gênero (idem, p.36-7; BNDES, 2002, p.76-7).

Não devemos perder de vista também os apoios fiscais e financeiros federais existentes, oferecidos por instituições como a SUDENE (até o momento de sua extinção em maio de 2001) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que incidem sobre o Imposto de Renda devido das empresas (caso da SUDENE) ou sobre recursos para investimentos futuros em atividades produtivas (caso do BNB). As duas instituições supracitadas facultam à indústria calçadista o encaminhamento de projetos para aprovação de propostas de solicitação de benefícios.

Um destaque deve ser dado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Através do Sistema BNDES, “entre janeiro de 1995 e dezembro de 2001, o setor calçadista nordestino obteve R\$ 114,6 milhões, ou seja, aproximadamente 18% do total desembolsado para o setor calçadista brasileiro, sendo que 63% desse total destinaram-se aos estados do Ceará e da Bahia” (BNDES, 2002, p.79). Somente os recursos disponibilizados pelo Sistema BNDES (BNDES e FINAME) para o “Projeto Azaléia Nordeste” (1997) alocou R\$ 29 milhões 525 mil para investimentos, representando 25% do total do projeto inicial (BNDES, 2001, p.4).¹⁶¹

No ano de 2000 contabilizam-se doze importantes fábricas de calçados e componentes instaladas na Bahia¹⁶². Destas, metade está localizada dentro ou nas proximidades da macro-região Salvador-Feira, enquanto a metade restante se espalha por todo o estado, incluindo as três maiores, o que confirma a atual tendência econômica de desconcentração relativa (“desconcentração concentrada”). Sete outras fábricas estavam em processo de implantação¹⁶³ e outras quatorze com protocolo de intenções assinados.¹⁶⁴

Tomando o conjunto da produção da indústria calçadista na Bahia verifica-se que a maior parte da produção é direcionada para o mercado interno nacional, principalmente para as regiões Sul e Sudeste do país (SEPLATEC, 2000, p.51; BNDES, 2002, p.73). Outra

¹⁶¹ Outros 25% foram conseguidos através de financiamentos junto ao FINOR (agência de financiamento da SUDENE para o Nordeste) e fornecedores. Os outros 50% restantes são recursos próprios do Grupo Azaléia (BNDES, 2001, p.4).

¹⁶² São elas: Azaléia, Ramarim, Bibi, Piccadilly, Daiby, Kildare (calçados); Fortik, Sisa, Ingenort, Vinilex, Baplastil e Dubahia (componentes). (SEPLANTEC, 2000, pp.44-9).

¹⁶³ Reichert, Schmidt, Dilly, Dal Ponte, Cambuci, Sadesa e Andreza (SEPLANTEC, 2000, pp.49;52).

¹⁶⁴ Em projeto: Incometal, Cariri, Leve, Irwin, Texas Boot, Trevo, Via Uno, Reifer, Henrich, Maide, Bottero, Paquetá, Kananga e Mirabel (SEPLANTEC, 2000, p.119).

característica é que na Bahia não presenciamos uma especialização da produção, ou seja, uma zona preponderantemente (quando não quase totalmente) produtora de calçados masculinos, femininos ou infantis, de couro ou sintéticos etc (SEPLANTEC, 2000, p.49). Nesse sentido, a produção calçadista baiana é reconhecidamente heterogênea (BNDES, 2002, p.68). É fundamental também ressaltar que, apesar da expansão da indústria calçadista na Bahia, o centro financeiro e comercial dessas empresas mantém-se localizado do Sul e Sudeste do país.

Agora, uma palavra sobre a relação entre incentivos fiscais e a questão da desconcentração geográfica industrial. No caso das indústrias calçadistas implantadas no Nordeste, os incentivos fiscais e financeiros *podem* ser um pouco mais generosos para as empresas que se instalem fora da área metropolitana e seu entorno, nos respectivos estados para onde migraram (BNDES, 2002, p.76; SEPLANTEC, 2000, pp.32;35). Embora os incentivos sirvam de estímulo a mais para diversificação produtiva geográfica, não serão decisivos em absoluto, na medida em que outros fatores contam muito no momento de instalação das unidades produtivas, como por exemplo, existência de boa infra-estrutura, logística comercial (proximidade a determinados mercados e consumidores) e produtiva (posição na cadeia produtiva), qualificação da força de trabalho, índices de sindicalização, entre outros. A importância dos incentivos fiscais e financeiros, e principalmente as formas de diferenciação destes dentro e fora dos estados, para a deslocalização produtiva continua mal estudada, sendo por vezes sobre-valorizada.

Grandes obstáculos existem para a consolidação de um pólo calçadista definitivo na Bahia. Dentre eles verificam-se a baixa capacitação da força de trabalho e iniciativas restritas – via SENAI, SEBRAE e SETRAS – de qualificação de pessoal, além de limites objetivos para aquisição de insumos e equipamentos no interior do estado (estes são adquiridos, em grande medida, do Sul e Sudeste do país, e até do exterior). Essas dificuldades se expressam nas debilidades da cadeia produtiva do calçado existente na Bahia. As principais deficiências podem ser identificadas, por um lado, na ausência, nesta cadeia, de etapas importante do complexo industrial coureiro-calçadista e, por outro lado, na dificuldade de integração do conjunto das atividades necessárias à indústria calçadista como um todo.¹⁶⁵

¹⁶⁵ De acordo com levantamento da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia para um estudo publicado em 2000, e com estudo do BNDES de 2002 sobre a deslocalização de indústrias calçadistas para o Nordeste, constata-se que a *cadeia produtiva da indústria calçadista no estado* possui “baixo adensamento” (ou seja é precária). Comparando-a com um exemplo extraído da Itália, tomado como referência, por ter sido considerado

Até 1999 a situação do “pólo calçadista baiano” era a seguinte: as doze empresas em funcionamento geravam 6.100 empregos diretos (destaque para a Azaléia, que gerou cerca de 3.000), renda gerada anualmente de R\$ 21 milhões 513 mil (a Azaléia foi responsável pela geração de 12% da renda do seu município sede), massa salarial anual paga de R\$ 12 milhões 786 mil (a Azaléia, contribuiu com R\$ 7 milhões e 20 mil do total) e gastos locais na ordem de R\$ 6 milhões 771 mil – novamente destaque para a Azaléia, com um desembolso de R\$ 5 milhões 31 mil deste total (SEPLANTEC, 2000, pp.75-82). O custo governamental total com as empresas foi de R\$ 62 milhões 597 mil; somente com a Azaléia foram desembolsados pelos cofres públicos algo em torno de R\$ 27 milhões 411 mil, ou seja, 43% do total (idem, p.84-5).

Em 2001 o complexo coureiro-calçadista baiano já comportava

63 empresas, das quais 43 correspondem a micro e pequenas de origem local e 20 representam as que foram atraídas para o estado (...) elas respondem por aproximadamente 12 mil empregos diretos, com salário médio estimado de R\$ 180,00 (...) 80% dos empregos são gerados pelas empresas que migraram do Sul e do Sudeste para a Bahia (BNDES, 2002, p.72).

Dentre as vinte fábricas onze são de calçados e nove de componentes (Diversificação Industrial, 2002, p.51). Note-se ainda, conforme dito acima, que a remuneração mensal do operário da indústria calçadista no Nordeste era de 1 salário mínimo¹⁶⁶. No Sul, um operário na mesma função recebe entre 2 e 2,5 salários mínimos mensais em média (BNDES, 2002, p.73), ou seja, mais que o dobro do salário pago aos companheiros “nordestinos”. Ocorre que a força de trabalho utilizada de maneira intensiva (como se costuma dizer entre os economistas) na indústria calçadista é extremamente mal remunerada. Essa realidade salarial se estende inclusive para as regiões Sul e Sudeste, onde os salários também são baixos, mas se degrada sobremaneira na região Nordeste, onde a superexploração do trabalho atinge limites

bastante completo, o quadro baiano é o que se segue: estão completamente ausentes as etapas da produção de máquinas para calçados, couro processado, fôrmas, serviços de criação, equipamentos de curtimentos, máquinas de trabalhar couro, equipamentos de trabalhar plásticos e sistemas CAD para calçados; apesar da presença, no estado, de outras etapas produtivas (ligadas a indústrias aqui existentes) como a de componentes metálicos, componentes têxteis e embalagens, estas não estavam sendo utilizadas, além da sub-utilização de outras atividades também presentes no estado, tais como indústria petroquímica, moda em tecido e qualificação profissional (entidades), o que evidencia a precária integração da cadeia. De outra parte, a cadeia produtiva conta com as seguintes etapas (estas utilizadas): cintos, roupas, bolsas e luvas de couro, equipamentos para montaria, equipamentos esportivos, calçados de material sintético (masculino, feminino e infantil), calçados de couro (masculino, feminino e infantil), calçados esportivos (masculino, feminino e infantil), componentes petroquímicos e curtumes (ver: SEPLANTEC, 2000, p.53; BNDES, 2002, p.69; Bahia Invest, 2003, pp.20-1).

¹⁶⁶ Até o fim do ano de 2001 o salário mínimo nacional era R\$ 180,00.

legais máximos. A pressão da mundialização do capital sobre os países – materializada na reestruturação da produção e do Estado – tem contribuído para tornar ainda mais frágeis os mecanismos internos de defesa salarial, a exemplo das ações governamentais com vistas à desregulamentação do trabalho.

4. A AZALÉIA NA MICRO-REGIÃO DE ITAPETINGA-BA

O município de Itapetinga se situa na região Sudoeste da Bahia, às margens da rodovia Ba-263, esta uma importante rota de acesso ao Sul do estado. Em termos econômicos, de acordo com a classificação geográfica estabelecida pelo estado da Bahia, Itapetinga localiza-se no Eixo Planalto, mais especificamente Planalto Sudoeste. Está a cerca de 100 km de distância das cidades de Itabuna, Ilhéus e Vitória da Conquista, três das quatro maiores cidades do interior do estado, e a 570 km da capital Salvador. A principal atividade econômica do município é a pecuária extensiva, com destaque para o gado de corte e, em menor medida, a produção de leite bovino. De acordo com a previsão do IBGE para 2006 sua população contará com 61.212 habitantes, espalhados por uma extensa área de 1.610 quilômetros quadrados.¹⁶⁷

Durante o apogeu da pecuária na década de 1950, Itapetinga torna-se município (1952)¹⁶⁸. Desde então passa a desenvolver o que à época era tida como sua “vocação econômica”: a criação de gado bovino. Em 1969, cerca de quinze anos após a emancipação política, se instala no município a primeira grande fábrica, a Leite Glória do Nordeste Ltda. Trata-se, na verdade, de uma tentativa pioneira de desenvolvimento da agroindústria na região. Em seguida vieram a Alimentos da Bahia S/A (Alimba) e a Nestlé do Brasil. Desde então se avança no desenvolvimento da infra-estrutura urbana básica em Itapetinga.

Com a expansão da agropecuária na década de 1980, implanta-se no município a primeira escola técnica agropecuária, a Escola Média de Agropecuária. Posteriormente, ainda nos anos 1980, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Itapetinga,

¹⁶⁷ Previsão realizada em 01.07.2006. Página do IBGE na internet: <http://www.ibge.gov.br>.

¹⁶⁸ Todas as informações e dados sobre aspectos da evolução histórica, principalmente econômica, do município de Itapetinga foram extraídos de: Oliveira, Nelma. “‘De capital da pecuária’ ao ‘sonho de pólo calçadista’: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, Ba”. In. **Cadernos PPG-AU**. Ano 1, n  1. Salvador: UDUFBA, 2003. Pp. 115-131. A análise a partir das informações apresentadas   de nossa exclusiva responsabilidade, não cabendo responsabilizar a autora do citado artigo por possíveis interpretações.

irá abrigar a faculdade de Zootecnia. Tudo indicava que o desenvolvimento econômico local seguiria a estrada auspiciosa que leva ao avanço técnico, científico, social e, acreditavam alguns, também político.¹⁶⁹

A euforia – é preciso que se diga, mais das classes dominantes locais do que das classes subalternas – sofre seu primeiro revés com a estagnação econômica e com a crise política local de finais dos anos 1980:

ao final da década de 1980, a cidade chegava aos extremos da crise econômica, atingindo a completa estagnação. Além disso, divergências existentes entre os grupos políticos estabelecidos no poder estadual e municipal conduziram a uma grande ausência de investimentos do governo do Estado (Oliveira, 2003b, p.119).

A promissora união entre desenvolvimento econômico e astúcia política foi abalada em Itapetinga por essa época¹⁷⁰. E aqui tangenciamos um dos grandes problemas da política nacional desde a muito, particularmente entre forças políticas que se sustentam no poder oligárquico: os conflitos intestinais que dilaceram as relações políticas entre as esferas municipal e estadual do Estado.

A palavra de ordem para muitos políticos e “homens de ação” modernizadores, a despeito da supremacia (na prática) do latifúndio pecuarista e seus senhores, passa a ser a constituição do “distrito industrial”. Itapetinga que já abrigara fábricas importantes, como já dissemos, ainda que os efeitos econômicos destas fossem extremamente localizados, parecia possuir uma predisposição natural para a modernização. Tal era o otimismo injustificado da “cultura local”. Nesse sentido, talvez possamos compreender, o que de outra maneira seria incompreensível: o otimismo que surge com os primeiros projetos megalomaniacas, abortados prematuramente – tais como o estabelecimento de uma agroindústria leiteira que dominasse toda a região e fosse capaz de se impor, inclusive, sobre o vizinho e poderoso pólo leiteiro mineiro, ou ainda a formação de uma zona de produção de carne bovina para consumo

¹⁶⁹ O que o discurso ideológico das classes dominantes locais tentava obliterar – inclusive apelando para o desenvolvimento agroindustrial – era o reconhecimento de que a política ancorada na estrutura econômica estabelecida pela elite latifundiária pecuarista caracterizava-se pelo autoritarismo, violência, concentração de riqueza, arcaísmo social e práticas políticas paternalistas.

¹⁷⁰ A estagnação econômica da agropecuária sentida em Itapetinga e região já na segunda metade dos anos 1980 não se encerra com os espasmos de recuperação econômica nacional e estadual, na verdade ela continua a assolar a micro-região até os nossos dias. Segundo levantamento do BNDES houve uma diminuição brutal do rebanho bovino na região entre 1980 e 2000, caindo de 201.515 cabeças de gado em 1980 para 97.239 cabeças em 1996; dois anos mais tarde continuava a diminuir, passando para 91.640 cabeças. Uma redução superior a 55% do rebanho bovino (BNDES, 2001, p.7).

humano administrada por um frigorífico municipal – até os devaneios recentes sobre a formação e consolidação de um “pólo calçadista” na micro-região de Itapetinga?

Para sermos justos devemos dizer que a constituição de um “pólo calçadista” não interessava diretamente aos senhores pecuaristas, a não ser como remédio para reduzir as “desordens” sociais em uma cidade cada vez mais empobrecida. De outra parte, havia o risco de se estabelecer uma nova dinâmica de poder local, talvez mesmo uma concorrência política, envolvendo velhas e novas elites. Da parte dos trabalhadores, com seu realismo característico, a euforia manifestada em 1997 com a chegada da Azaléia à cidade se explica pelo potencial número de postos de trabalho a serem gerados por esta fábrica, numa cidade, de resto, com reduzidíssimas oportunidades de se encontrar emprego.¹⁷¹

Certamente, ninguém sonhou – e continua a sonhar – mais intensamente com o sucesso do “pólo calçadista” do que alguns setores políticos profissionais na região e no estado (além, é claro, dos empresários do ramo calçadista e afins, mas estes substituem com prazer a expressão “pólo calçadista” pela expressão maximização dos lucros), manifestado, entre outras coisas, no *“grande esforço despendido (...) pelo grupo político estabelecido na administração estadual em levar esses empreendimentos para Itapetinga, ao conseguir eleger seu candidato para a administração municipal depois de 14 anos afastado do poder nesta cidade”* (Oliveira, 2003b, p.126).

Caracterizações à parte, tal é o ambiente sócio-econômico que a Calçados Azaléia encontrou quando decidiu se instalar no município de Itapetinga, erguendo aqui sua maior fábrica de produção de calçados: a *Azaléia Nordeste*. A previsão inicial da empresa (para o ano de 2000) era gerar cerca de 4 mil empregos diretos, utilizando 80% da capacidade instalada, ou seja, produzir 40.000 pares de calçado/dia (BNDES, 2001, p.3). Ao final de 2000 essa previsão inicial já havia sido superada. Em janeiro de 2001 a Azaléia Nordeste havia criado mais de 4.670 empregos diretos, divididos entre a matriz de Itapetinga e suas filiais (CESAT, 2001, p.4).¹⁷²

¹⁷¹ Muitas pessoas foram às ruas saudar a chegada da Azaléia à cidade de Itapetinga.

¹⁷² Desse total de empregos criados a matriz de Itapetinga respondia por 3.191, distribuídos entre os seguintes setores: administração (25), corte (277), costura (95), montagem (1.200), pré-fabricado (1.120), pesagem (40), prensagem de sola borracha (64), preparação/prensagem (160), palmilha (210). Enquanto que as 17 filiais juntas empregavam 1.488 funcionários diretos em duas etapas basicamente: corte (293), costura (1.195), além de umas duas dezenas de funcionários administrativos (CESAT, 2001, p.4).

Três anos depois somente a produção de calçados em Itapetinga e região totalizava 50.000 pares/dia, empregando cerca de 5.000 trabalhadores e trabalhadoras, o que corresponde a um terço da produção nacional da empresa à época, que era de aproximadamente 150 mil pares/dia (BNDES, 2001, p.124).

No ano de 1996 o Grupo Azaléia anuncia sua intenção de instalar uma fábrica na Bahia (cf. Diversificação Industrial, 2002, p.50). Até então o Grupo Azaléia, com quase quarenta anos de atividade no segmento de calçado brasileiro, possuía um Complexo Industrial em Parobé/RS (matriz sede), as Fábricas Calçados Azaléia São Sebastião e Azaléia Calçados Conceição, ambas em São Sebastião do Caí/RS, a Fabrica Azaléia Calçados Novo Hamburgo, no município de Novo Hamburgo/RS e a Azcouro Indústria de Couros, em Uruguaiana/RS (BNDES, 2001, p.2). Seus principais produtos são calçados femininos e tênis esportivos. Por essa época contava com 13.809 empregados (idem, p.2).¹⁷³

A Calçados Azaléia S/A tornou-se a maior fabricante de calçados da América Latina e figura entre as maiores empresas do ramo do mundo, com cerca de 25% de sua produção sendo exportada para mais de 80 países atualmente. Atualmente a produção nacional da Azaléia já superou a marca de 160 mil pares/dia¹⁷⁴. Com uma produção superior a 80.000 pares por dia a fábrica da Azaléia Nordeste instalada em Itapetinga e região é hoje a maior produtora de calçados do Grupo Azaléia, em termos quantitativos.

Pressionada pelo acirramento da concorrência internacional, sobretudo vinda da Ásia, pela pressão organizada do movimento sindical dos trabalhadores e pela forte dependência dos custos de trabalho e da taxa de câmbio, a indústria calçadista do Sul do país dá início ao seu processo particular de deslocalização produtiva (Piccinini, 1997; Navarro, 2006). Entre as principais características do setor nomeamos a forte concorrência (interna e externa), predomínio de tecnologia tradicional e emprego intensivo de força de trabalho, aliado aos baixos salários pagos.

Também coopera para a impulsionar o deslocamento de empresas calçadistas do Sul e Sudeste para o Nordeste do país a retração da produção calçadista ocorrida por volta de

¹⁷³ A Azaléia inicia suas atividades no ano de 1958, em Parobé/RS, município distante 80 km da capital Porto Alegre. O município de Parobé localiza-se na região gaúcha conhecida como Vale do Rio dos Sinos, ou simplesmente “Vale dos Sinos”. Esta é uma região tradicionalmente de produção calçadista, onde, na origem, a atividade de produção de sapatos, sandálias, alpercatas e artefatos diversos de couro evoluiu a partir da atividade curtumeira endógena, até se transformar posteriormente na mais importante zona de produção e exportação calçadista do Brasil (ver Piccinini et al., 1997).

¹⁷⁴ Conforme dados divulgados pela própria empresa no site: <http://www.azaleianet.com.br>.

meados da década de 1990, provocada pela perda de poder aquisitivo da população trabalhadora brasileira, fazendo com que os empresários do setor passem a estimular o crescimento do volume de produção do calçado de baixo custo e qualidade inferior, visando os consumidores de menor poder aquisitivo (Navarro, 2006, pp.195-216). Esse fenômeno tanto estimula a criação de um mercado mais especializado e rentável para o calçado mais caro, sobretudo de couro, como também a expansão do mercado para produtos mais baratos e populares, portanto quantitativamente muito mais expressivo.

O deslocamento da produção para a região Nordeste visa em grande medida atender essa demanda da população brasileira por calçados mais baratos. São estabelecidas na região unidades de produção de calçado com menor valor agregado em virtude da redução dos custos aí obtidos, possibilitando a essas indústrias poder concorrer no mercado nacional (e mesmo internacional) em melhores condições. De outra parte, consolidam na região Sul e Sudeste do país os centros de produção para calçados mais sofisticados e caros, basicamente aqueles modelos que recebem mais pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D), além de materiais de melhor qualidade e durabilidade.

Desde o florescimento da participação chinesa no mercado mundial de calçados, fortemente concentrada no segmento de produtos populares, a indústria brasileira tem sido atormentada permanentemente pela instabilidade. Reconhecendo a crise do setor – inclusive com falências de empresas – e atentos para a transferência de unidades produtivas para outros estados brasileiros, e até para fora do país, os sindicatos de trabalhadores calçadistas gaúchos têm procurado nos últimos tempos estreitar suas relações com os poderes públicos locais e com os partidos políticos. Sua tendência nesse momento é de acomodação, situação identificada eufemisticamente a partir de então com a máxima “*modernização das relações entre capital e trabalho*”, sob a premissa da “negociação participativa”, não raro, em substituição às greves. No entanto, nem sempre fora assim.

Com certeza o principal motivo para a transferência ou extensão de empresas do Sul e Sudeste para outras regiões se encontra no campo da luta de classes. Já a partir do início da década de 1980 greves de trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho foram realizadas no setor. Tomando o movimento operário em Franca como exemplo ilustrativo, não poucas conquistas foram alcançadas: a luta em defesa da autonomia sindical e contra a burocratização dos sindicatos, uma greve geral (1983) e uma greve geral dos sapateiros

(1985), a realização do primeiro congresso dos trabalhadores organizados (1984), o estabelecimento de um acordo coletivo para redução da jornada de trabalho (1986), outras greves contra o arrocho salarial (1986, 1993), apoio a formas de organização no local de trabalho (OLT) tais como comissões de fábrica, comissão paritária, além da luta pela criação do contrato coletivo de trabalho (Piccinini, 1987, pp. 217-33).

A partir da década de 1990 as lutas operárias sindicais começam a refluir. Isso se dá no exato momento em que as novas estratégias do capital começam a ser implementadas: demissões em massa, *just in time*, *kanban*, qualidade total, novas tecnologias, grupos de trabalho, incremento das terceirizações (sub-contratando fabriquetas, ateliês no RS ou bancas em SP), gestão participativa etc. Numa conjuntura marcada pela crise estrutural do setor, e pela contra-ofensiva do capital na produção e do Estado na esfera da política, aos poucos o sindicalismo de confronto bate em retirada, e em seu lugar assume a direção do movimento operário o sindicalismo de participação. A recente dinâmica da ação sindical está expressa na nova postura dos sindicalistas do Sul e Sudeste calçadista, que *“não são contra os programas de qualidade e produtividade, o que criticam é a forma como esses programas estão sendo implantados”* (idem, p.206), ou seja, sem que as entidades sindicais, as quais representam, participem plenamente das decisões tomadas pelas empresas no tocante às novas mudanças, tidas como inevitáveis.

Não podemos deixar de reconhecer que essa postura defensiva dos sindicatos é, em parte, tributária do fantasma das demissões que assombra a classe trabalhadora, sobretudo a partir dos anos 1990. Em todo caso, os trabalhadores da região do Vale dos Sinos têm convivido com essa insidiosa realidade.

Mas ainda assim, em um momento em que muitas vezes o combate operário não consegue ir além das pitorescas resistências individuais, afora isso insignificantes, novas possibilidades se abrem. É o caso, por exemplo, no Rio Grande do Sul, da formulação de novas estratégias de resistência a partir da mobilização dos trabalhadores no local de trabalho (novamente com as OLT's), organização nos bairros e em suas residências, da participação ativa em discussões sociais mais amplas e maior preocupação com questões ligadas à transformação da sociedade (idem, p.214). Em Franca, a preocupação com a constituição de OLT's tornou-se central para os trabalhadores calçadistas.

Para a indústria calçadista brasileira o aumento do custo com a força de trabalho, a pressão sindical latente, a situação macroeconômica desfavorável, a concorrência interna e externa e a busca de vantagens comparativas para redução dos custos gerais da produção têm, cada uma a sua maneira, contribuído para o processo de deslocalização produtiva – que atinge certamente todas as indústrias importantes do mundo. No Brasil, os centros de produção coureiro-calçadista – em especial a indústria gaúcha – têm procurado se modernizar; e modernização na era da mundialização do capital significa, em grande medida, deslocalização produtiva.

A vinda da Calçados Azaléia S/A para Itapetinga, não implicou no fechamento de suas unidades em seu estado de origem, mas sim na definição de uma nova estratégia industrial baseada na re-territorialização da produção. Porém determinou o fechamento de uma outra unidade da empresa, sediada no estado da Paraíba. A fábrica de Itapetinga é considerada de grande porte, com potencial de se constituir como uma das mais importantes para a fabricação de calçados do Grupo Azaléia. Segundo o depoimento de um de seus executivos em Itapetinga:

Na época existia uma necessidade de deslocar a produção do RS para o norte do país, em função tanto de sua localização estratégica em relação aos mercados da Europa e EUA, principais mercados exportadores da Azaléia, como em função da necessidade de diversificar a produção para além fronteira do RS, porque o RS era um pólo que já estava demasiadamente saturado, já tinha passado o limite de saturação do RS na produção de sapatos. E o mercado comum do sul, o Mercosul, ele não estava mais absorvendo [a produção] devido a grande quantidade ofertada de calçados pelas indústrias produtoras, tanto no eixo de Franca quanto no eixo de Parobé (...) Daí a busca por outras áreas de instalação para as fábricas da Azaléia. Um outro aspecto que se tornou bastante interessante para a Azaléia foi a condição de competitividade ofertada pelo governo da Bahia, no que diz respeito a atratividade do investimento (Gerência, 2006, p.4)¹⁷⁵.

Além das questões de logística, exportação e concorrência o mesmo executivo aponta para outros fatores de atratividade:

com forte apoio político tanto do estado quanto do município, do estado no que diz respeito a toda a parte fiscal que foi bem negociada, dentro da perspectiva de competitividade de instalação de indústrias. E no município no que diz respeito a condição de infraestrutura do município de Itapetinga que se mostrou incomparavelmente melhor do que os demais municípios circunvizinhos, da região que realmente interessava a Azaléia (...) Primeiro a negociação se deu com o governo do estado (...) quando se definiu que a

¹⁷⁵ Entrevista gravada concedida em março de 2006.

Azaléia seria implantada na Bahia (...) a Azaléia tinha como pretensão um grande investimento, numa grande fábrica produtora de calçados (...) e uma vez que seria a Bahia o destino desse investimento, a decisão por Itapetinga se deu em função das condições que o município se encontrava, já era um município que tinha um índice de saneamento básico extremamente elevado, um município que tinha um índice de educação bastante diferenciado em relação aos municípios do entorno, inclusive se sobressaiu em relação a municípios considerados de maior desenvolvimento, como por exemplo [Vitória da] Conquista, que fica a 100 km daqui (...) ou Itabuna que fica a 140 km (...) já com um parque industrial muito bem desenvolvido. A opção por Itapetinga se deu porque era um município que realmente concentrava condições bastante interessantes para a fábrica (idem, p.5).

Nota-se que o estado da Bahia foi escolhido sobretudo pelas condições oferecidas em termos de incentivos fiscais e financeiros para o investimento, cujo complemento são os aportes municipais. Quanto à opção por Itapetinga, além de sua posição privilegiada, próxima ao porto de Ilhéus, contou ainda aspectos infra-estruturais, como educação e saneamento básico, ainda que exagerada sua importância.

O que o depoimento acima não aborda, pelo menos não diretamente, são dois outros fatores fundamentais para a realização do investimento da Azaléia em Itapetinga: os baixos salários pagos a força de trabalho local e a ausência de tradição sindical no setor (sobre estes fatores falaremos adiante).

Através do “Projeto Azaléia Nordeste” o Grupo Azaléia implanta “*um complexo industrial (matriz) para a fabricação de calçados femininos e esportivos no município de Itapetinga - Bahia e em (sic) galpões industriais (filiais), no próprio município e em município vizinhos, com capacidade instalada para produzir 50.000 pares/dia*” (BNDES, 2001, p.3). Em Itapetinga ficou sediada a matriz, composta de quinze pavilhões. Os galpões foram construídos com recursos do poder público estadual, cabendo a Azaléia a compra e instalação do maquinário.¹⁷⁶

Até o final do ano 2000, segundo a Azaléia, já haviam sido gerados na região, em virtudes de suas operações, 4.412 empregos diretos (idem, p.3). Um ano antes o número de

¹⁷⁶ Até o final do ano 2000 foram instalados, além do complexo matriz e 3 galpões em Itapetinga, 16 galpões em 12 municípios vizinhos, sendo os galpões numerados de 1 a 10 e 17 a 23. Os municípios são os seguintes: Itapetinga, com o complexo de pavilhões industriais e mais três galpões; Itororó, com três galpões; Itambé com dois; um em Potiraguá; um em Itarantim; dois em Macarani; dois em Firmino Alves; um em Maiquinique; um em Ibicuí; um em Iguaí; um em Caatiba; e um em Nova Canaã. Dois destes galpões estavam em fase de construção a época: o do município de Caatiba (nº 24) e o de Nova Canaã (nº 25); atualmente eles se encontram em pleno funcionamento (ver BNDES, 2001, p.4).

Até 2006 algumas mudanças ocorreram na estruturação dos galpões (filiais). A principal delas foi que o município de Itororó passou a abrigar a sub-sede da empresa, passando a contar com dois em vez de três galpões.

trabalhadores diretos era de aproximadamente 3.000 (SEPLANTEC, 2000, p.82). Devido ao perfil dessa indústria de utilização intensiva de força de trabalho, tem havido uma tendência de crescimento da oferta de postos de trabalho. Entre 2002 e 2003 algumas informações dão conta de um aumento de 5.000 para algo em torno de 7.000 o número de empregados na Azaléia de Itapetinga e região (Oliveira, 2003, p.124; Bahia Invest, 2003, p.19). De um outro modo, talvez até mais expressivo, podemos perceber a dimensão da geração de empregos com a chegada da Azaléia para Itapetinga tomando por referência o número de empregos anunciado pela Azaléia em 2001 e os dados populacionais do último censo (2000): em 2001 a Azaléia empregou 9% da população economicamente ativa no município de Itapetinga, ou seja, 3.309 pessoas em idade de trabalhar, fazendo desta a maior empregadora do município (cf. Oliveira, 2003, p.126).¹⁷⁷

Devemos assinalar que não são totalmente confiáveis os números da geração de emprego pela Azaléia na região, encontradas em muitos estudos, inclusive nos aqui reunidos; a essa dificuldade se soma ainda a alta rotatividade do emprego muito comum nessa empresa (segundo depoimento do próprio diretor administrativo da Azaléia e de dirigentes sindicais)¹⁷⁸. Apesar disso, os números apresentados aqui não estão longe da realidade observada no momento em que escrevo. De acordo com o sindicato dos trabalhadores a Azaléia Nordeste emprega, em 2007, entre 8.500 e 9.000 trabalhadores diretos em Itapetinga e região.

Grande beneficiário dessa geração de empregos o comércio se expandiu em Itapetinga. Entretanto, mais do que um processo de permanente crescimento o que se percebe hoje em dia, depois de estabilizado o projeto Azaléia Nordeste, é menos a expansão e mais a manutenção dos negócios comerciais na cidade. Não devemos esquecer que os salários pagos a esmagadora maioria dos trabalhadores da Azaléia giram em torno de um salário mínimo por mês. Com uma renda dessa o consumo das massas fica limitado, basicamente, às despesas com moradia, alimentação e vestuário, se tanto. Um exemplo prosaico pode ilustrar essa realidade: em conversa com um bancário de Itapetinga, ele nos informou que com a chegada

¹⁷⁷ Até o ano de 1996, ou seja, antes da chegada da Azaléia, o setor que mais empregava em Itapetinga era o comércio/serviços, totalizando 1.288 de pessoas ocupadas. Em segundo lugar vinha a administração pública, com 831 funcionários. A indústria de transformação vinha logo em seguida, empregando 573 trabalhadores diretos. É sintomático perceber que o setor empresarial agropecuário, a saber, agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, empregava apenas 140 trabalhadores, ficando em sexto lugar na lista, isso demonstra a baixa absorção de trabalhadores pelo latifúndio pecuarista (cf. BNDES, 2001, p.15).

¹⁷⁸ As principais causas para a elevada rotatividade do emprego na Azaléia Nordeste são, segundo os operários, os baixos salários pagos e a extenuante jornada de trabalho na fábrica.

da Azaléia à cidade o número de visitas de “carros fortes” trazendo dinheiro para abastecer os bancos aumentou, isso significa evidentemente mais dinheiro em movimentação; mas esse mesmo bancário dá conta de que, apesar da abertura de duas novas agências, uma dentro da fábrica da Azaléia e outra no centro da cidade, os bancos com sede na cidade continuam os mesmos, o que indica que a massa salarial despejada em Itapetinga depois da Azaléia não tem estimulado os bancos e os empresários locais a promoverem novos, diversificados e grandes empreendimentos, sabedores que são dos limites dessa massa de salários.¹⁷⁹

Além do investimento total para implantação da Azaléia de que já falamos, há também os investimentos “de apoio”. A Azaléia conseguiu do estado da Bahia a disponibilização de infra-estrutura básica (energia elétrica, gás natural, telefone, água e esgoto), pavimentação de estradas de acesso, terrenos a preços subsidiados e a reforma do aeroporto de Itapetinga “*para receber jatinhos e aviões de médio porte*” (BNDES, 2001, p.5); além disso, estabeleceu uma “parceria” com o governo estadual e SENAI para treinamento da força de trabalho (idem, p.3).

Em incentivos fiscais a Azaléia obteve do governo estadual o crédito presumido de ICMS por um período de quinze anos, e diferimento de ICMS, em condição privilegiada em relação às outras indústrias calçadistas instaladas no estado (BNDES, 2001, p.5; SEPLANTEC, 2000, p.84).

Nenhuma análise dos impactos regionais causados pela chegada da Azaléia à micro-região de Itapetinga, ou se quisermos, ao Eixo Planalto de desenvolvimento econômico (embora neste caso seja evidentemente menores), pode deixar de considerar aspectos tidos como positivos, tais como a geração de empregos e a inversão total de capital na região. Mas, para o bem da verdade, se a isso nos limitarmos, mais contribuiríamos para estabelecer a confusão do que o esclarecimento. Não resta dúvidas que a economia da região encontrava-se em declínio. A vinda da Azaléia, ao menos, possibilitou a permanência de pessoas que já estavam decididas a sair da cidade, em busca de emprego e renda dignos. A Azaléia não regenerou a combalida economia da região, mas deu-lhe um paliativo (limitado, como hoje sabemos).

¹⁷⁹ Por outro lado, o aparecimento, com conseqüente expansão, de empresas de crédito (associadas a bancos) dispostas a emprestar dinheiro, cobrando juros, a servidores públicos, aposentados e trabalhadores com carteira assinada tornou-se, por demais, notório; todavia, esta não é uma particularidade de Itapetinga, sendo antes observada em praticamente todas as cidades do país nos últimos anos.

Uma virtual substituição da elite oligárquica ancorada no latifúndio, por uma outra, mais moderna, corporificada na burguesia industrial, também não se configura um alento muito confortador, por dois motivos: primeiro, tal burguesia ainda não vicejou em Itapetinga, o que denuncia o caráter, até agora, isolado do empreendimento; segundo, porque a burguesia do calçado não trata muito melhor os trabalhadores, embora os empreguem numa quantidade até então desconhecida na região. Podemos acrescentar ainda o fato de que atualmente a indústria moderna como um todo, e a calçadista em particular, prima pela intensificação do trabalho e pela precarização das condições do emprego.

Pairam dúvidas se a transferências de renda pública do Estado burguês ao capital industrial são compensadas a contento através do retorno que prometem tais empresas às sociedades diretamente interessadas, ou ainda, se não poderiam tais rendas ser mais bem investidas em outras atividades, mais adequadas à “vocação local” (aqui se impõe a questão mal resolvida dos incentivos fiscais e financeiros). Por vezes tais argumentos são utilizados pelos críticos da “guerra fiscal”, não raro ecoando as gritas de estados industrializados como São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo. Segundo técnicos contratados pelo Estado da Bahia o investimento público na indústria calçadista “*será ‘redirecionado’ à sociedade em cerca de três anos*” (SEPLANTEC, 2000, p.86). Seja qual for o grau de verdade embutido em tal afirmação, talvez o fator mais crítico da presença da Azaléia na região não seja o cálculo do custo-benefício sócio-econômico.

Vislumbrar Itapetinga, muito em breve, como uma cidade ocupada por uma legião de homens e mulheres mutilados e estropiados não é de todo uma visão irrealista. Como veremos mais adiante o número de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais na localidade é qualquer coisa menos desprezível. Os custos humanos desse fenômeno na indústria ainda não foram contabilizados, e certamente muito ainda está por vir. Se a isso acrescentarmos as queixas de operários e operárias sobre o tratamento desrespeitoso que sofrem no local de trabalho (que também será tratado no próximo capítulo), teremos um testemunho pungente de insatisfação social ainda mais relevante e vívido.

Não podemos deixar de reafirmar nesse momento o dado fundamental que explica a mobilidade do capital industrial: o processo de valorização/acumulação de capital. A Calçados Azaléia não veio à Itapetinga para empregar homens e mulheres que, de outro modo, não teriam emprego, ou mesmo para pura e simplesmente dinamizar a economia local; mas sim

porque sua presença aqui significa, ao fim e ao cabo, mais-valia, lucro e conseqüentemente mais capital sob sua posse e controle. Isso torna inteligível digamos, supor possíveis mudanças de planos, como por exemplo, o completo fechamento da unidade industrial da micro-região de Itapetinga e a abertura de novas unidades em outros países¹⁸⁰. Portanto, não é com base na humanização das relações sociais que age o capital, mas na produção e reprodução desumana de si mesmo. Devemos ter isso claro quando pensarmos no porque da presença da Azaléia em Itapetinga e região.

Portanto, torna-se central considerar a partir de agora a organização do processo de trabalho na fábrica da Azaléia em Itapetinga, a fim de perceber os rebatimentos dessa organização sobre a materialidade e a subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras da região. Para essa direção nos voltamos agora.

¹⁸⁰ A China aparece como um dos países preferidos pelo Grupo Azaléia para operações de produção e distribuição de calçados. Segundo informações da jornalista Raquel Landim (Jornal Valor Econômico) transcritas em um artigo do também jornalista Clóvis Rossi: *"Em dezembro, o primeiro lote de 60 mil pares de calçados com design e etiqueta da Azaléia saíram da China diretamente para os EUA. A empresa recorreu a esse esquema depois que suas exportações caíram 26% em 2005."*, e adiante Rossi transcreve o depoimento dado pelo gerente de marketing da Azaléia, o sr. Paulo Santana: *"Esses sapatos deveriam ser feitos no Brasil. Ampliar os negócios no exterior é maravilhoso. O problema é transferir produção por incapacidade de fabricar no país"* (Folha de S. Paulo, 25.02.2006).

CAPÍTULO IV

A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO NA AZALÉIA NORDESTE

Desde que se tornou prática comum a utilização de tecnologias industriais na produção calçadista essa atividade sofreu sucessivos processos de divisão (e mesmo subdivisão) do seu processo de trabalho. Esse fenômeno acentuou-se sobremaneira com o domínio do padrão taylor-fordista na produção calçadista¹⁸¹. O desenvolvimento da divisão social capitalista do trabalho tornou-se parte integrante do cotidiano da produção em todas as atividades produtivas de nossas sociedades. Sob o capitalismo a organização da produção recorrentemente sofre modificações em sua estrutura, sem alterar a subordinação do trabalho ao capital. Não foi diferente com as mudanças despertadas com a transnacionalização do capital, pelo avanço da mundialização da economia ou pelo “*redesenho da divisão internacional do trabalho*” (Antunes, 2006, p.16), sobretudo a partir dos anos 1980.

No entanto, o modo como as mudanças e suas conseqüências são sentidas não é o mesmo de sempre. No tocante a produção industrial, à época da mundialização, o fato novo se refere ao embotamento do processo incessante de divisão e subdivisão do processo de trabalho em processos específicos e num sem número de operações, em nome de estratégias mais “flexíveis” de acumulação e valorização do capital. Do ponto de vista do trabalho a tendência sentida é a de precarização.

Contudo, a tendência ao estancamento e mesmo redução da fragmentação do processo de trabalho fabril não deve nem pode ocultar seu caráter não homogêneo, que muitas vezes convive com novas necessidades de divisão do processo de trabalho. Além disso, sendo uma tendência, tal processo não implica em não poder ser revertido. Em todo caso, empresas compreendidas como “mais modernas” têm procurado reduzir suas estruturas administrativas hierárquicas e adotar métodos e técnicas diferenciados. Na indústria calçadista, em particular,

¹⁸¹ Na indústria calçadista brasileira a reorganização da divisão trabalho na fábrica vinculada ao taylor-fordismo – com o incremento do uso de máquinas e a criação de novas seções – desenvolveu-se na segunda metade do século XX, principalmente na década de 1960. Este é o caso, por exemplo, da produção de calçados no município de Franca-SP, ainda hoje um dos mais importantes pólos de produção calçadista do país.

tem havido esta preocupação por parte dos empresários, ainda que, na prática, o discurso empresarial esbarre em condições objetivas menos otimistas.

A análise que se segue toma a experiência de organização da produção e do trabalho na fábrica de calçados da Azaléia instalada na micro-região de Itapetinga/Ba desde 1997. Esse estudo de caso, como todos os do gênero, possui particularidades não extensíveis a outras experiências, dado suas próprias singularidades históricas, sociais e culturais. Por outro lado, em se tratando de fenômeno social modelado pelo capitalismo, muitos dos aspectos extraídos neste estudo poderão ser encontrados em outras realidades fabris, basicamente por dois motivos: I) por se tratar de produção social em bases capitalistas, portanto universalmente adotada, seu potencial de generalização já está demonstrado; II) como consequência disso, grande parte do que objetivamente é (ou potencialmente pode ser) utilizado como tecnologia na organização da produção da Azaléia em Itapetinga é fruto da interação com outras indústrias, do mesmo ramo ou não.

1. O PROCESSO DE TRABALHO NA AZALÉIA

Como já foi dito no capítulo anterior, a implantação de uma unidade produtiva da Azaléia na micro-região de Itapetinga é tributária do processo recente de deslocamento das indústrias. Além disso, é fundamental compreender nesse caso que a nova dinâmica da produção industrial de calçados na região não é parte de um processo de acumulação endógeno, mas exógeno. Isso tem importância na medida em que permitirá diferenciar e compreender certas peculiaridades da organização da produção e do trabalho em Itapetinga, como por exemplo, a ausência de uma tradição de sindicalismo industrial para os trabalhadores do setor, com todas as consequências decorrentes desta ausência, e condições ainda mais brutais de exploração da força de trabalho.

A chegada da Calçados Azaléia S/A à Bahia, precisamente à micro-região de Itapetinga, se materializou com a implantação da unidade fabril denominada Azaléia Nordeste. A Azaléia Nordeste trouxe consigo, simultaneamente, novos processos e técnicas de produção derivados do padrão flexível – em alguma medida inspirados no toyotismo –, que esta empresa já desenvolvia em seu estado de origem, o Rio Grande do Sul. Assim, dado que até a chegada desta empresa não havia na região produção calçadista genuinamente industrial, portanto era

desconhecida a existência de qualquer padrão produtivo. A organização do processo de trabalho dessa indústria na micro-região de Itapetinga se estrutura portanto sob a vigência do padrão produtivo flexível. Desde o início a Azaléia procura instalar em Itapetinga uma moderna unidade de produção de calçados, o que requereu necessariamente se valer de métodos e técnicas recentes de organização e gestão industrial, ou seja, adotar técnicas da reestruturação produtiva atual.

Entretanto, isso não significa a inexistência de outros elementos produtivos convivendo com as inovações oriundas da reestruturação produtiva – determinada pelos imperativos da flexibilização –, sobretudo devido às particularidades da indústria calçadista. A indústria calçadista permanece ainda bastante dependente do trabalho manual, ou melhor, da destreza manual de seus operários. Não foram abolidos, muito pelo contrário, práticas fordistas de organização do processo de trabalho no interior da Azaléia Nordeste. Essa realidade tem limitado a introdução de máquinas e equipamentos com potencial de alterar drasticamente a organização da produção e a divisão do processo de trabalho na fábrica. Verifica-se uma combinação (ou mesclagem) de técnicas de produção (Antunes, 2002, p.53). A seguir, veremos o caso da Azaléia em Itapetinga.

Atualmente a Azaléia emprega entre 8.500 e 9.000 pessoas em Itapetinga e região circunvizinha, divididos em três turnos de trabalho na matriz (manhã, tarde e noite) e dois turnos nas filiais (manhã e tarde). Cada turno de trabalho tem jornada de 7 horas e 33 minutos. O número de empregados diretos altera-se constantemente de acordo com as variações do mercado e a rotatividade (alta) da força de trabalho. A maioria esmagadora destes empregos – acima de 80% – são ocupados por operários e operárias que recebem por volta de um salário mínimo por mês.¹⁸²

¹⁸² Na Azaléia há dois regimes de pagamento para os trabalhadores: o trabalho pago por hora (são os horistas) e o pago por mês (os mensalistas). Os trabalhadores horistas são os contratados para exercerem atividade diretamente na produção, enquanto que os mensalistas são aqueles contratados para as atividades de apoio, tais como administração, recursos humanos, planejamento, treinamento e manutenção.

A *jornada de trabalho* de 44 horas semanais e o *piso salarial* da categoria foram definidos pela primeira Convenção Coletiva de Trabalho, assinada em 25 de maio de 2005. O piso salarial foi convencionado para uma jornada de 220 horas mensais (incluindo descanso semanal). Convencionou-se também que a *data base* para negociação coletiva seria o dia primeiro de janeiro de cada ano. Na oportunidade o valor da hora trabalhada correspondia a R\$ 1,45 ou o mesmo que R\$ 320,00 por mês (o salário mínimo em 2005 era R\$ 300,00). Todos os descontos na folha de pagamento, tanto dos mensalistas quanto dos horistas, são igualmente deduzidos segundo o tempo não trabalhado e com base no valor estipulado para a hora (e minutos!) trabalhada. A Azaléia está autorizada a adotar o “Regime Especial de Compensação de Horas de Trabalho”, nos termos do art. 59 da CLT, pelo qual “o acréscimo de horas trabalhadas em um ou mais dias seja compensado com a correspondente

Talvez seja possível fixar uma média relativamente segura de 8 / 8,5 mil empregos atualmente criados pela Azaléia na região, a despeito das alterações para cima ou para baixo. Estes empregados estão divididos entre a produção, os escritórios, a administração central (matriz) e os serviços gerais.

A Azaléia possui edificações industriais – entre matriz e filiais ou galpões – em doze municípios e quatro distritos¹⁸³. O município mais populoso é Itapetinga, local escolhido para sediar o complexo industrial da matriz, sendo também a cidade preferida pelos executivos da empresa como local de moradia. Também no município de Itapetinga reside a maioria dos trabalhadores da Azaléia.

Até a construção dos primeiros galpões era em Itapetinga que se realizavam todos os processos de fabricação e montagem do calçado. Com a construção dos galpões as etapas específicas do corte (não totalmente), da costura e sobretudo da montagem final (montagem e acabamento) dos calçados foram sendo gradualmente transferidas para as filiais instaladas em municípios e distritos vizinhos. Os galpões inicialmente comportavam apenas as etapas de corte e costura, mais tarde passaram a abrigar também a montagem e acabamento dos calçados.

Em linhas gerais, atualmente no município de Itapetinga a atividade industrial primordial é a produção de componentes, enquanto a montagem dos calçados é realizada nos galpões¹⁸⁴. Entretanto, a matriz de Itapetinga ainda conserva um pavilhão exclusivo para a fabricação de sandálias, envolvendo corte, costura e montagem (pavilhão nº 1). Este pavilhão tornou-se uma espécie de seção de demonstração, onde importantes etapas da produção,

redução em outro(s) dia(s) ou vice versa”. A Convenção Coletiva foi firmada pelo *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Calçados do Município de Itapetinga* (“*Sindicato de Verdade*” ou SV), pelo *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Calçados em Geral dos Municípios de Jequié, Amargosa, Ipiuí, Amélia Rodrigues, Alagoinhas, Camaçari, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Itaberaba, Rui Barbosa, Santo Antonio de Jesus, Salvador, Serrinha, Simões Filho, Santo Estêvão, Terra Nova, Valente e Vitória da Conquista (SINTRACAL)*, pelo *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Beneficiamento de Couro, de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Calçados em Geral do Município de Juazeiro-Ba (SINTICCAL)* e pelo *Sindicato da Indústria de Calçados, seus Componentes e Artefatos no Estado da Bahia* (Convenção Coletiva de Trabalho / Acordos Coletivos de Trabalho, 2005. Ver cláusulas 2ª, 3ª, 4ª, 11ª e 13ª da Convenção Coletiva; e cláusulas 3ª e 4ª do Acordo Coletivo).

Em 2006 o valor da hora trabalhada foi fixado em R\$ 1,63; atualmente (2007) a hora trabalhada paga é de R\$ 1,67 (cf. Sindicato de Verdade).

¹⁸³ São municípios: Itapetinga, Itororó, Itambé, Potiraguá, Itarantim, Macarani, Maiquinique, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Caatiba e Nova Canaã; os distritos: Bandeira (distrito de Itapetinga), Rio do Meio (distrito de Itororó), Itati (distrito de Itororó) e Itaiá (distrito de Firmino Alves).

¹⁸⁴ Os galpões recebem da matriz em Itapetinga o solado e a palmilha manufaturados e lá realizam a junção destes componentes com o cabedal (parte superior do calçado), e assim dão forma ao calçado.

exceto a modelagem e a pré-fabricação, estão reunidas num mesmo espaço produtivo. A matriz também mantém um pavilhão específico para a etapa do corte (pavilhão nº 4).¹⁸⁵

As *etapas* principais da produção do calçado na Azaléia na micro-região de Itapetinga são: modelagem (gráfica), pré-fabricação, corte, costura (manual e pespontada), montagem (montagem e acabamento).¹⁸⁶

A produção da Azaléia na região é bastante diversificada, englobando o processamento industrial de materiais diversos, tais como couro, sintéticos, camurça, plástico, borracha, lona, tecido, resinas, fibras, metais dentre outros (SEPLANTEC, 2001, pp.16; 117-8), além de substâncias químicas diversas: ácidos graxos, óxido de zinco, antioxidantes, dietilenoglicol, óleo naftalênico, resina A80, MEG 4000, MB103, sintecron, fungicida, peróxido orgânico, alquilaminas (desengraxante), policloropene, dentre outras (CESAT, 2000, pp.17;20;21).

Embora a Azaléia priorize a produção de calçados femininos, sobretudo, às sandálias, a empresa produz também tênis, sapatos e sandálias masculinas, sendo detentora de seis marcas registradas, além de estar autorizada a produzir e distribuir uma marca estrangeira (japonesa).

Além das etapas centrais, na Azaléia são distinguidas outras, derivadas da sub-divisão destas, e que aqui denominamos *seções*. Na verdade, a divisão do processo de trabalho na indústria calçadista em grandes etapas se apresenta mais como uma referência geral, isso porque a segmentação destas etapas em seções transformou-se na imagem imediatamente reconhecível, pela qual se percebe a divisão e organização do trabalho nas fábricas.

¹⁸⁵ É difícil definir com exatidão o lugar específico das etapas de *corte e costura* no processo de produção do calçado, isso porque, em muitas situações, corte e costura assumem a condição de operações e não de uma etapa específica. Na etapa de montagem, por exemplo, são necessárias operações de costura para realizar a junção do solado com a palmilha e com o cabedal e assim poder dar forma ao sapato tradicional. Nesse caso, não se trata do estabelecimento de uma etapa separada para a costura, onde tradicionalmente todas os componentes necessários à fabricação de inúmeros tipos de calçados seriam cortados e posteriormente distribuídos, segundo o tipo e os materiais, pelas demais etapas específicas da produção. Essa segmentação do processo de trabalho é fruto de sucessivas divisões deste em processos de trabalho específicos, da criação de novas etapas e operações e da sub-divisão destas, que atingiu a indústria calçadista quando esta foi incorporando variados métodos e técnicas de produção, além é claro da maquinaria, à medida que se adaptava às novas tendências da produção industrial.

¹⁸⁶ A etapa da *modelagem* na Calçados Azaléia S/A tem duas fases basicamente: a criação ou modelagem criativa, e a gráfica ou modelagem de projeto. Na modelagem criativa trabalham o *design* de moda e todos aqueles profissionais envolvidos com as tendências de mercado. A função desse setor é desenvolver modelos. A modelagem de projeto torna realizável o que a equipe da modelagem criativa imaginou. Ainda hoje a modelagem criativa está concentrada na unidade central do RS, de onde os projetos partem para serem executados nas demais unidades fabris. A modelagem de projeto, diferentemente, já é desenvolvida dentro das diversas unidades industriais espalhadas pelo país. Na *pré-fabricação* ocorre a transformação dos insumos e matérias-primas em componentes. Quanto à *montagem*, que no caso da Azaléia inclui as operações de *acabamento*, esta é a última etapa da produção do calçado, sendo o setor que mais emprega trabalhadores.

Do ponto de vista do capital, essas seções podem ser entendidas como novas etapas necessárias à produção dividida em processos de trabalho específicos¹⁸⁷. No caso da Azaléia, podemos relacionar a segmentação da etapa do corte em: corte, chanfração, bordado, prensa e pequenas costuras. Além dessas sub-divisões, tem-se ainda a modelagem com recursos computadorizados¹⁸⁸, os processos de radiação ultravioleta (UV), produção de palmilhas, borrachas, etileno vinil acetato (EVA), EVA injetado, poliuretano (PU), pintura e processo químico, ou ainda, a distribuição de mercadorias, almoxarifado, expedição, manutenção de equipamentos e Planejamento e Controle de Produção (PCP).¹⁸⁹

Cada uma destas seções está instalada num pavilhão próprio da matriz, a exceção do PCP, do laboratório de modelagem e da manutenção de equipamentos que dividem o mesmo pavilhão, do mesmo modo ocorre com o transporte via centro de distribuição de mercadorias (CDM) e o treinamento de pessoal. Nas filiais encontram-se as etapas específicas de corte, costura e montagem, todas reunidas num galpão, além das atividades administrativas. Em nenhuma das filiais estão presentes etapas de pré-fabricação de componentes e a modelagem, sendo estas, até agora, exclusivas da matriz em Itapetinga.

Atualmente a configuração espaço-regional produtiva da Azaléia é a seguinte: o complexo matriz composto de quinze pavilhões, quatro micro-pavilhões, todos situados no município sede de Itapetinga, além de três galpões nos distritos da sede; uma sub-sede no município de Itororó, além de um galpão em um distrito deste município; e 14 filiais (galpões) distribuídos por municípios e distritos vizinhos. Em suma, até o final de 2006, eram dezenove galpões distribuídos por doze cidades e quatro distritos, além do complexo matriz situado em Itapetinga.

¹⁸⁷ No Brasil, desde pelo menos os anos 1960, a divisão do processo de trabalho em processos específicos torna-se uma expressão comum da indústria calçadista. Nos anos 1990, longe de ser abolida esta estrutura produtiva especializada, ela sofre novas determinações.

¹⁸⁸ O laboratório de projetos, ou modelagem, é o núcleo de criação de novos produtos e linhas de produtos da empresa. Está presente tanto na unidade central da matriz em Parobé/RS, quanto nos demais complexos industriais, inclusive no de Itapetinga. Neste departamento trabalham engenheiros, desenhistas, projetistas, testadores de materiais e auxiliares. Embora esteja ativada a sala de projetos em Itapetinga, a totalidade dos técnicos altamente qualificados desse setor é composta de funcionários oriundos do Sul do país.

¹⁸⁹ PCP é o setor responsável pela chegada das informações à produção: o que produzir, a quantidade, como e quando. Seu funcionamento se dá por um sistema informatizado. O objetivo é aprimorar a ligação entre a demanda, a concepção da produção determinada pela gerência – em grande parte essas determinações são encaminhadas pelo centro decisório do Grupo Azaléia, em Parobé/RS – e a execução da produção realizada no chão da fábrica pelos operários. Uma de suas funções mais importantes é estabelecer uma estreita relação entre produção e consumo, incrementando a produtividade, mantendo a produção sob controle da gerência.

No complexo matriz de Itapetinga, além evidentemente dos operários, cada pavilhão conta ainda com um gerente de unidade e coordenadores, cada um assumindo tarefas distintas¹⁹⁰. Os quinze pavilhões do complexo da matriz de Itapetinga, segundo sua atividade produtiva, estão assim divididos e agrupados:

- pavilhão 1: Montagem (sandálias);
- pavilhões 2 e 3: Processo Oxidativo Avançado com utilização de *radiação ultravioleta* para degradação de poluentes químicos (Processos UV);
- pavilhão 4: Corte;
- pavilhão 5: Produção de palmilhas;
- pavilhão 6: Centro de Distribuição de Mercadorias (CDM); Treinamento;
- pavilhão 7: Almoxarifado e Expedição;
- pavilhão 17: Manutenção de Equipamentos; Planejamento e Controle de Produção (PCP); Laboratório de Projetos (Modelagem)
- pavilhão 18: Produção de borrachas;
- pavilhão 19: Produção da resina termoplástica *etileno vinil acetato* (EVA)
- pavilhão 20 e 21: EVA injetado;
- pavilhão 24: Produção do polímero termoestável *poliuretano* (PU);
- pavilhão 25: Química;
- pavilhão 26: Pintura.

A divisão da totalidade do processo de trabalho em etapas e seções tem correspondido à divisão da planta industrial entre matriz e filiais, pavilhões e galpões. Inicialmente a Azaléia adotava em Itapetinga a esteira mecânica na produção¹⁹¹, sobretudo na etapa do corte, estando,

¹⁹⁰ O gerente de unidade é conhecido também como “gerente de pavilhão”; este responde pela elaboração dos planos táticos de produção para as seções. Os coordenadores são requeridos em função da divisão da atividade nos pavilhões entre os grupos de trabalho e por função específica que executam, portanto podem ser coordenadores de qualidade, supervisores de grupo, etc, e respondem pela supervisão da execução dos planos táticos e das metas produtivas dos grupos de trabalho. Acima do gerente de unidade está o gerente de divisão.

¹⁹¹ A esteira é uma transportadora mecânica de componentes, peças, mercadorias etc, cuja função principal é ligar as diversas etapas da produção de modo a otimizar a integração da planta produtiva (de forma seqüencial) nos moldes requeridos pelo desenho organizacional de tipo fordista, tendo por objetivo o estabelecimento de uma linha de montagem na produção. Na Azaléia de Itapetinga cada linha de montagem correspondia a um modelo específico de calçado e se dividia em duas células interdependentes: a célula de peças pré-fabricadas e a célula de

para isso, reunidas na unidade fabril do município as etapas de pré-fabricação, corte, costura e montagem, de onde a fabricação dos calçados se processava a partir dos componentes previamente fabricados. Depois dos primeiros anos de funcionamento e com a implantação dos galpões nas cidades e distritos vizinhos o sistema de esteira mecânica foi abolido, passando a haver com o passar do tempo a separação das seções de produção de componentes (matriz) das etapas do corte, costura e montagem (basicamente nos galpões).

Com a re-organização – inclusive geográfica – da planta industrial da Azaléia na micro-região de Itapetinga se tornou inviável a manutenção da esteira mecânica. Nos últimos anos, cada vez mais os pavilhões que agrupam as seções ligadas às etapas centrais da produção estão sendo divididos internamente segundo o modelo das “*células de produção*”, com base nos grupos de trabalho (*team work*). Porém a adoção das células ainda não se generalizou pelo processo produtivo calçadista de Itapetinga, sendo mais utilizada na etapa da montagem dos calçados.

Quanto aos micro-pavilhões, estes estão localizados nos fundos da planta industrial do município de Itapetinga. Neles são executadas as atividades de caldeira, moagem, matrizaria (criação e adaptação de equipamentos) e reciclagem de resíduos. O espaço predial destinado à reciclagem, embora pertencente à Azaléia, é cedido a uma empresa terceirizada que transforma em matéria-prima os resíduos de produção não aproveitáveis. A Azaléia vende esses resíduos para uma empresa de reciclagem terceirizada que, depois de transformados em matérias-primas, estas são revendidas para a própria Azaléia. Depois de processados os resíduos são transformados em pequenos flocos plásticos, estes serão utilizados na fabricação dos componentes necessários à produção de calçados populares da Azaléia.

Não são todas as indústrias calçadistas que possuem, no seu interior, a etapa de fabricação de componentes, conhecida como “pré-fabricados”. Algumas indústrias preferem adquirir todos os insumos e componentes de que necessitam de outras empresas, também estas do complexo coureiro-calçadista: as indústrias de produção de insumos e componentes. Diferentemente, a Azaléia em Itapetinga produz grande parte dos componentes e insumos de que necessita. Palmilhas, borrachas, resinas termoplásticas EVA, poliuretano (PU) e a cola são

montagem. De acordo com Vera Navarro: “*Em 1965, a Calçados Samello S.A.[em Franca/SP] introduziu a primeira transportadora mecânica – a esteira – na produção calçadista brasileira*” (Navarro, 2006, p.119).

exemplos de matérias-primas produzidas pela própria Azaléia na região¹⁹². Outros insumos são adquiridos pela Azaléia através da negociação com outras empresas, todas instaladas no estado do Rio Grande do Sul; outros insumos são importados de outros países.¹⁹³

A quase totalidade dos operários da Azaléia, embora divididos num sem número de ocupações distribuídas pelas várias etapas da produção, é contratada na condição de “operador” e “multi-operador”, sendo registrado em suas carteiras de trabalho tal ocupação. Nos últimos anos tem sido crescente o número de operários registrados como “multi-operadores” (cf. Sindicato de Verdade). Uma outra parte dos trabalhadores, em número bem menor, é registrada como “auxiliares”. A crescente redução do registro em carteira para o cargo de auxiliar é outra tendência em expansão na Azaléia em Itapetinga, interrompendo a expansão deste tipo de ocupação historicamente verificada na indústria calçadista desde pelo menos os anos 1960 (Navarro, 2006, pp.121-9).

Apesar da distinção feita pela empresa, os trabalhadores “auxiliares” se consideram fazendo parte da produção, conforme constatado em entrevista com o pessoal do almoxarifado/expedição. Entre os operadores, multi-operadores e auxiliares encontramos cortadores, bordadores, chanfradores, abastecedores, costuradores, montadores, auxiliares de costura, estroberos, centradores, apontadores, talonadores, riscadores, passadores de adesivos, passadores de cola, lixadores, extraidores, seladores, revisores, ensacadores, coletores, expedidores, armazenadores, recebedores, pintores, auxiliares de todo tipo, dentre outras ocupações.

O *staff* administrativo é formado pelos cargos da alta gerência, cujo posto mais alto na hierarquia gerencial é ocupado pelo gerente administrativo. Além do gerente administrativo, existem outras gerências ou chefias como a gerência de divisão e a gerência de unidade. A estrutura administrativa da Calçados Azaléia é composta ainda de uma diretoria e um conselho deliberativo; no entanto essas duas instâncias principais de decisão não possuem assento em Itapetinga e estão instaladas unicamente na unidade fabril do Rio Grande Sul. Portanto, a hierarquia administrativa está estruturada da seguinte maneira:

¹⁹² A unidade da Azaléia instalada em Itapetinga tornou-se a maior produtora de componentes da Calçados Azaléia, com uma produção superior a da unidade de Parobé/RS. Por exemplo, é a Azaléia na Bahia que abastece a unidade da empresa no estado de Sergipe, dado que a Espana Calçados, como é denominada a fábrica da Azaléia em Sergipe, não produz componentes (Entrevista gerência, 2006, p.14).

¹⁹³ Insumos adquiridos no Rio Grande do Sul: couro natural, solventes, etiquetas, adesivos, cadarços, embalagens, colas, metais, enfeites e tecidos de poliéster. Do exterior são adquiridos: couro sintético, solados de borracha e forro sintético (SEPLANTEC, 2001, p.118).

Um Conselho, a ele está ligado a presidência, a esta presidência uma diretoria, a esta diretoria nós temos a gerências de divisão, a estas gerências de divisão nós temos a gerências de unidade, as gerências de unidades os coordenadores e aos coordenadores os operadores. Existe uma única seção que são alguns gerentes de unidade que são ligados a diretores (Gerente).¹⁹⁴

Cada segmento administrativo possui atribuições próprias e, juntos, permitem a integração necessária à tomada de decisões estratégicas pela empresa, segundo suas diretrizes:

[A função do] Conselho é deliberar junto com a Presidência os planos estratégicos da companhia; as Gerências de Divisão elas têm como missão, em conjunto com as Gerências de Unidade, elaborar os planos táticos; e os coordenadores e operadores têm como missão a execução destes planos (Gerente).¹⁹⁵

Em todas as unidades da Azaléia o setor de escritórios está dividido basicamente em atividades ligadas à produção (PCP), Recursos Humanos (RH), Departamento de Pessoal (DP), Contabilidade e Segurança e Medicina do Trabalho. Ligados ao PCP estão o engenheiro de produção, os gerentes de pavilhão, os coordenadores de qualidade, os coordenadores gerais e os supervisores. No RH e no DP trabalham o gerente de RH, o coordenador de DP, auxiliares administrativos, auxiliar de recrutamento e seleção, assistentes sociais e o analista de desenvolvimento de pessoas. Na Contabilidade, o contador, o coordenador de contabilidade e os auxiliares de contabilidade. Na Segurança e Medicina do Trabalho atuam o engenheiro de segurança, os “bombeiros”¹⁹⁶, o técnico de segurança, enfermeiras, técnicos em enfermagem e médicos do trabalho.

Há também o setor de Conservação e Patrimônio onde são empregados jardineiros, zeladores, auxiliares de portaria etc. Há ainda os serviços terceirizados (em alguns casos intermitentes) de alimentação, transporte, instalações elétricas e marcenaria, manutenção, confecção de uniformes e outros. Dentre estes a alimentação é setor que mais emprega pessoal, através da subcontratação, pela Azaléia, de uma empresa especializada no

¹⁹⁴ Entrevista concedida ao autor em março de 2006.

¹⁹⁵ Entrevista concedida ao autor em março de 2006.

¹⁹⁶ Os empregados cuja responsabilidade é prestar os primeiros socorros aos operários que sofrem algum tipo de acidente ou algum tipo de atordoamento no local de trabalho, tendo para isto recebido treinamento especial oferecido pela empresa, são chamados de “bombeiros”.

fornecimento de refeições coletiva diárias. No total a empresa terceirizada de alimentos emprega em média 155 trabalhadores diretos no interior da Azaléia Nordeste.¹⁹⁷

A estrutura gerencial da Azaléia tornou-se relativamente simples, refletindo as mudanças ocorridas nos últimos anos com a reestruturação da produção, apontando para uma tendência de menor dependência ao modelo vertical rígido, ou ainda de incremento da horizontalização do modo de organizar a gestão do processo produtivo¹⁹⁸. Em certo sentido, representa uma resposta às pressões da competição para se desenvolver estruturas empresariais mais ágeis, capazes de atender mais rapidamente as “necessidades do mercado” e elevar o ritmo de inovação dos produtos (Harvey, 1992, p.148). Implica também num controle menos linear do capital sobre os trabalhadores na produção, porém não significa ausência de controle (cf. Antunes, 2000, p.206).

O incremento da horizontalização na indústria calçadista – assim como para outras indústrias – dependente da utilização de novas tecnologias, atende ao

grande desafio que as indústrias tiveram que enfrentar e, em boa medida, continuam enfrentando (...) [trata-se da] redução do ciclo de produção, ou seja, a diminuição do tempo percorrido desde a entrega da “ficha” – a ordem de serviço –, até o calçado ser colocado na caixa, embalado e estar pronto para ser faturado (Navarro, 2006, pp.221-2).

Assim, tornou-se imprescindível para a indústria calçadista recorrer a uma “atualização” da organização do processo de produção, sendo portanto necessário promover modificações em sua estrutura gerencial, através de processos de “re-engenharia”, eliminação de chefias, enxugamento de hierarquias etc.

Outro típico exemplo da horizontalização é a “empresa-rede”. Esse modelo de firma se baseia na descentralização e na externalização das operações produtivas. A racionalização envolve aspectos inter e intra-empresariais, de que fazem parte a empresa central, as empresas sub-contratadas e as empresas fornecedoras (Alves, 2000, pp.57-8). Adotado de modo restrito

¹⁹⁷ A empresa terceirizada contratada para cuidar da alimentação da Azaléia chama-se Puras do Brasil. No interior dos restaurantes da Azaléia trabalham: auxiliares de serviços gerais, copeiros, auxiliares de cozinha, cozinheiros e instrutores de cozinha. A Puras emprega também pessoas no setor de estoque e no departamento administrativo, necessários ao funcionamento dos restaurantes.

¹⁹⁸ Desde os anos 1960 até a década de 1980 o processo produtivo da indústria calçadista promoveu o inchando a estrutura administrativa, tendo como conseqüência o reforço da hierarquia na fábrica: inúmeros cargos de chefia, gerência, supervisão e auxiliares foram criados; isso ocorreu conjuntamente com a intensa penetração de maquinário mecânico no chão de fábrica. Com a passagem dos anos 1980 para os 90 ocorreu a eliminação de muitas funções auxiliares e a adoção das células de produção e da polivalência nas fábricas, alterando crescentemente seus processos de produção (Navarro, 2006, pp.161; 227; 238-9).

na Calçados Azaléia S/A, esse modelo, tomando em particular o caso da Azaléia Nordeste em Itapetinga, não obteve acolhida, dada ausência, nesta fábrica, da estratégia de sub-contratação de empresas para as atividades de produção. Além do que, o modelo de horizontalização preferido pela corporação Calçados Azaléia S/A foi o deslocamento geográfico de suas unidades produtivas, que aqui denominamos *deslocalização produtiva*.¹⁹⁹

De acordo com o modelo gerencial adotado pela Azaléia Nordeste, a organização industrial articula três níveis: a gestão, responsável pelos processos de decisão e gestão, envolvendo diretores, gerentes e coordenadores; a área técnica que, através de especialistas qualificados, se ocupa da produção do “conhecimento diferenciado”; e a área operacional, diretamente ocupada com a feitura das mercadorias de acordo com o plano estratégico definido pela empresa, onde as atividades são exercidas por operadores, multi-operadores e auxiliares (Azaléia, s/d. Informativo).

Tomando somente o chão da fábrica, o esquema hierárquico adotado é fundamentalmente o seguinte: as determinações da administração chegam à produção através das gerências de divisão e de unidade, estas elaboram os planos de produção que serão diretamente monitorados pelo gerente de unidade, em seguida os coordenadores ou supervisores de grupo informam aos operários as metas de produção do pavilhão, além de lhes supervisionarem toda a execução do trabalho. Os trabalhadores produzem orientados segundo metas pré-estabelecidas pela direção, portanto não é deixada aos operários a tomada de decisões.

A informatização articula e direciona o processo de integração fabril pensado na administração. Com o PCP o trânsito de informações se processa através de meio eletrônico: ao chegar um pedido do cliente na empresa este é imediatamente retirado do computador pelos operadores. As seções que se encarregarão de executar as etapas e operações requeridas para a concretização do pedido são imediatamente acionadas, tudo de acordo com as especificações contidas nos próprios pedidos. O sistema permite que uma solicitação para produção de determinada mercadoria seja

direcionada a uma determinada unidade de montagem, porque nossas linhas são especializadas; como a variedade de produtos é muito grande, então cada unidade de montagem já tem sua linha de tênis e sandálias (...) de forma que quando o

¹⁹⁹ Ver capítulo 2 desta dissertação, págs. 16-20.

pedido cai no sistema já é preparado o talão desse pedido e já é produzido o componente e direcionado para uma determinada unidade, e direcionado para uma determinada emissão de nota fiscal para entrega.²⁰⁰

Esse esquema hierárquico na produção – administração/gerências/coordenadores/operários – pode se alterar naqueles casos em que aparece a figura do “líder” (ou “multi”) no interior do grupo de trabalhadores²⁰¹. Nesse caso um operário, ao assumir a condição de líder do grupo, recebe instruções do coordenador e as repassa aos seus pares, ficando também responsável pela boa execução e desempenho do trabalho junto a sua equipe.

A *organização do trabalho na Azaléia* pode ser descrita, de um modo geral, como o processo que, a partir da fabricação e recebimento dos componentes encaminhados para o setor de estoque, compreende desde o recebimento de materiais pelo *auxiliar de recebimento* (“recebedor”), até a saída final das mercadorias para a venda, atividade executada pelo *auxiliar de expedição* do setor de expedição.

Da produção e retirada de componentes e peças no estoque até a circulação das mercadorias o processo produtivo e de trabalho na Azaléia põe em andamento as principais etapas de fabricação do calçado: corte, costura, montagem/acabamento. A modelagem é efetivamente acionada toda vez que novos produtos são criados e aprovados para produção e comercialização. As operações necessárias ao processo de trabalho são classificadas pela Azaléia em quatro grupos de qualificação, numerados do 1 ao 4, cuja ordem numérica crescente é também a ordem crescente de qualificação da força de trabalho (Azaléia. *Processo de produção calçados*, s/d. Informativo).

Após o recebimento dos materiais, outros *auxiliares* se encarregam de conferir os mesmos e encaminha-los para a armazenagem, onde são preparados, e em seguida levados, pelos *abastecedores*, até as linhas de produção. Depois de cumprido este processo é feito o controle dos estoques: balanço dos itens retirados, controle contábil e por fim a atualização do inventário. A seqüência de operações que vai do recebimento de materiais até o abastecimento da produção, passando pela conferência, armazenagem, preparação e controle de estoque são

²⁰⁰ Entrevista concedida ao autor em março de 2006.

²⁰¹ Para se tornar “líder” de grupo, o trabalhador quase sempre precisa já estar trabalhando há algum tempo na empresa, aparentando aos seus superiores alguns pré-requisitos considerados básicos: habilidade no desempenho de suas tarefas, atenção aos princípios de qualidade, liderança e, sobretudo, confiabilidade.

operações da seção de *estoque* da empresa, operações estas que, juntamente com as tarefas da seção de *expedição*, não são identificadas pela Azaléia em termos de grupo de qualificação.

O passo seguinte é o *corte*. Nessa etapa a primeira tarefa é o carimbo das peças vindas do estoque. Em seguida as peças são divididas para se dar início propriamente ao corte do material. São utilizadas no processo máquinas conhecidas como balancins, onde as peças são cortadas com o auxílio de moldes vazados e equipamentos de corte como o “facão”. Separadamente, são cortados as peças de couro e os aviamentos. Os *auxiliares de corte* se ocupam de classificar os materiais já cortados. Enquanto isso os *abastecedores de corte* se encarregam de permanentemente abastecer todo o setor com matéria-prima. Para esta etapa a Azaléia define variadas qualificações de acordo com a atividade: carimbadores e auxiliares de divisão (grupo 1), cortadores (grupo 2) e abastecedores (grupo 4).

Dando continuidade ao processo passa-se a *pré-costura*. Aqui são realizados os serviços manuais básicos de costura. Nessa etapa acontece a junção do solado ao cabedal (parte superior do calçado). É feita a pintura a frio. Depois de pintado, o *aplicador de adesivo* aplica o *transfer* e encaminha o produto para a máquina de prensar. Terminada a prensagem, o passo seguinte é regular as máquinas de bordar e de costurar enfeites (tais máquinas não são utilizadas na fabricação de todos os modelos de calçados da Azaléia, mas apenas em alguns deles). Depois de costuradas e bordadas, as peças recebem os ajustes finais da pré-costura. Estes são realizados pelos *chanfradores* cuja função é reduzir a espessura das bordas das peças segundo o padrão pré-determinado para cada modelo, utilizando para tanto a máquina de chanfrar.

Terminado o processo de pré-costura, dá-se início a *costura mecânica*. Os *costuradores* executam sua atividade com máquinas dotadas com 1 ou 2 agulhas. Atualmente, com a adoção da polivalência do trabalho, as operações antes separadas de chanfrar e costura mecânica, estão agora sendo todas realizadas por um mesmo operário(a). Assim, após chanfradas e costuradas as peças recebem os últimos serviços manuais de costura, são revisadas e é feita a perfuração dos orifícios que receberão o cadarço (ou, como este é conhecido na empresa: “atacador”).

O funcionamento permanente do setor de costura é garantido pela ação dos *abastecedores* de materiais junto à pré-costura e à costura. Nesta etapa o cabedal recebe todas

as costuras necessárias para seguir, pronto, para a etapa seguinte: a montagem²⁰². Na etapa da costura os trabalhos manuais são classificados no grupo 1 de qualificação, as atividades mecânicas simples no grupo 2, as operações mecânicas polivalentes no grupo 3 e o abastecimento de materiais no grupo 4.

A produção do calçado estará finalizada na montagem que, no caso da Azaléia Nordeste, compreende também o acabamento: a *montagem/acabamento*. O processo se dá mais ou menos assim: ao entrar no setor as solas, palmilhas e cabedais são revisados e anotados num talão de controle (“talonagem”). A partir de então os *centradores* fazem a junção do cabedal a palmilha; os *montadores* montam e alinham o bico, a lateral e a traseira do tênis, processo conhecido como “pré-conformação”. A partir desse ponto inicia-se o processo de acabamento: os *lixadores* lixam a traseira (base) do calçado; são feitas as colagens, as costuras internas (“blaqueação”) e externas (“ponteação”) que permitirão a união da sola ao cabedal costurado e palmilhado; o *apontador* pressiona e prensa a sola à base do calçado; outros operários aplicam adesivo às solas; o calçado é desenformado e o *fresador*, com a utilização da máquina fresadeira, lixa as bordas do solado. (Em alguns casos, risca-se com um objeto pontiagudo, de acordo o modelo, o contorno nos calçados, sendo submetidos posteriormente aos processos de colagem, blaqueamento, ponteação e fresagem).²⁰³

Com a montagem/acabamento, as três partes básicas que compõem o calçado tradicional (solado, palmilha e cabedal) estão unidas. Daí em diante, passa-se às operações de acabamento final do calçado já montado, também conhecida como “plancheamento”: aplicar creme, escovar, fazer bucha para os orifícios, limpar o solado e o cabedal, corrigir defeitos e imperfeições, colocar o cadarço e as calcanheiras, ensacar e encaixotar. Mas antes do ensacamento e encaixotamento os calçados passam ainda por uma revisão final, de acordo com os parâmetros de qualidade da empresa.

Também a montagem/acabamento conta com *abastecedores* que fazem a distribuição dos materiais pelas células de produção. E tal qual nas outras etapas, na

²⁰² A preparação do cabedal implica nos seguintes itens costurados: liqueta, biqueira, lateral, traseira, ilhós. A parte superior do tênis (o cabedal) estará pronta quando a biqueira, a lateral e a traseira forem costuradas entre si, processo preparatório para a montagem (CESAT, 2001, pp.6-7).

²⁰³ A ordem das operações aqui descritas não é passível de execução linear, ou seja, uma sendo realizada após a outra; isso porque a divisão das operações em células autônomas faz com que as operações sejam realizadas simultaneamente. Além disso o incremento da polivalência do trabalhador reuniu tarefas que anteriormente eram perfeitamente separadas em setores específicos, mas que a partir de então estão sendo realizadas em novos espaços, algumas vezes de difícil identificação com as divisões estabelecidas nos antigos setores.

montagem/acabamento os abastecedores compõem o grupo 4 da qualificação, junto com os revisores; ademais, os apontadores estão no grupo 3; no grupo 2 se encontram os montadores, lixadores, ensacadores, centradores, aplicadores de adesivo em sola; e no grupo 1, dos menos qualificado de acordo com a empresa, encontramos os pregadores, riscadores, blaqueadores, ponteadores, limpadores, fresadores, asperadores, escovadores, encaixotadores e auxiliares.

A próxima etapa é a *expedição*. Recolhe-se as caixas no setor de montagem. Estas são lacradas com fitas e em seguida recebem uma identificação em código de barras. Identificadas, as caixas dão entrada no estoque. Cumprido esse procedimento de registro as caixas são separadas no estoque por linha, lote e pedido. Monitorados por um sistema informatizado, os *auxiliares de expedição* são informados sobre o que será expedido através de pequenos computadores de mão (*palm-tops*), conectados ao sistema de informação da empresa, que transmite, por meio eletrônico, informações determinadas pela gerência de vendas.

Saindo da expedição as mercadorias são carregadas em caminhões, de onde seguirão até o comprador que se encarregará de distribuir as mercadorias pelos circuitos do consumo. A Azaléia não se incumbe do controle sobre o processo de circulação das mercadorias produzidas no interior de suas fábricas. Seu vínculo a partir desse ponto se limita ao zelo no transporte das mercadorias até o destino e às operações de troca de produtos avariados ou em não conformidade com as informações contidas nos pedidos e notas fiscais de venda.

Como já foi sugerido, definir a organização do trabalho na Azaléia através de operações que se sucedem de modo linear por entre etapas que, por sua vez, também se sucedem, torna-se inadequado para explicar todos os tipos de fabricação de mercadorias no interior da Azaléia Nordeste. Esse procedimento analítico serve antes para nos possibilitar uma visão geral da divisão do trabalho no interior na fábrica, tomando por base as etapas centrais da produção do calçado. Em muitos sentidos a descrição acima corresponde bem à fabricação de um determinado calçado. Porém – e sendo muitos os modelos de calçados produzidos pela Azaléia – outros exemplo de fabricação podem não se encaixar adequadamente na descrição feita, ou pelo menos não na ordem aqui apresentada.

Tabela 1 – Nível de qualificação no processo de produção do calçado (Azaléia)

Grupos de Qualificação	Função ou atividade
Grupo 1	<ul style="list-style-type: none"> - Carimbar e dividir peças; - Serviços manuais; - Pintura a frio; - Operação e regulagem da máquina de alta frequência (pré-costura); - Bordador(a); - Costurador(a) de enfeites; - Perfuração, preparação de bucha e colocação de cadarço; - Revisor(a) de costura; - Pregador(a) de palmilha; - Aplicador(a) de adesivo, de creme; - Escovação; - Desenformar; - Limpeza; - Asperação; - Fresador(a); - Riscador(a); - Estrobero; - Blanqueador.
Grupo 2	<ul style="list-style-type: none"> - Cortador(a) de peças de couro e aviamentos; - Classificação de materiais; - Chanfrador(a); - Virar; - Costurador(a); - Montador(a); - Lixador(a); - Ensacador(a); - Aplicador(a) de adesivo (sola); - Centrador(a).
Grupo 3	<ul style="list-style-type: none"> - Chanfrar-virar-costurar; - Chanfrar-virar-costurar-apontar.
Grupo 4	<ul style="list-style-type: none"> - Abastecedor(a); - Revisor(a) (montagem); - Talonar.

Fonte: Processo Produção Calçados da Azaléia (circulação interna). Elaboração própria.

Nota: A classificação ascendente da qualificação da força de trabalho em grupos numerados de 1 a 4 foi elaborada pela própria Calçados Azaléia S/A.

Com o intuito de minorar essa limitação procede-se agora a descrição do processo de fabricação numa linha de produção específica, a de tênis, tida como das mais complexas da Azaléia. No entanto, é preciso dizer que também para a produção de tênis não existe um processo universal, válido para todos os modelos produzidos pela Azaléia. Contudo, permitenos chegar a uma aproximação apropriada da organização da produção e da divisão das tarefas no interior da fábrica da Azaléia Nordeste, possibilitando-nos uma reflexão sobre o nível de segmentação e a introdução de inovações no processo de trabalho.

A produção de tênis perpassa diversas etapas e implica numa grande quantidade de operações. Há uma diversidade de modelos. Dependendo do modelo e dos materiais utilizados na fabricação dos produtos observa-se algumas variações (CESAT, 2001, pp.13-5).

A produção de tênis inicialmente obedecia à lógica da linha de montagem, com sua seqüência linear. Nos últimos anos as operações executadas a partir das células de produção vêm se intensificando, sobretudo na montagem.

As peças e componentes provêm das seções de pré-fabricação e do corte, sendo repassadas aos operários da costura e montagem/acabamento. Costura-se a sola ao cabedal para, em seguida, ser colocada a palmilha (esta pode ser colocada ainda ao final do processo, durante a revisão) . Monta-se mecanicamente a traseira do tênis e manualmente a parte frontal deste. A peça então recebe uma aplicação de vapor d'água com amaciante para se conseguir o amolecimento do material. Risca-se a ponta do tênis. Aplica-se cola na base do solado e do cabedal. Coladas, as peças vão para a “torre de secagem” onde o solvente presente na cola é evaporado, e em seguida vão para a máquina de reativação da cola, que permitirá a colagem adequada do solado à base do calçado. Para assegurar a junção do solado ao cabedal o tênis é colocado numa máquina de prensar, depois vai para um forno. Ao sair do forno procede-se a limpeza dos detritos (como o uso da substância toluol). Coloca-se o cadarço. As peças são revisadas visualmente e por fim empacotadas, primeiro em caixas individuais, depois estas são colocadas numa caixa maior, de onde seguem para a expedição.

A fabricação de alguns tênis (ou sapatos), como os de couro, implica em mais etapas de preparação, tais como por exemplo: novos pontos de colagem, esticamento do couro e prensagens específicas (por exemplo, do bico).²⁰⁴

²⁰⁴ CESAT, 2001, pp.14-5.

Outras etapas da produção calçadista, como por exemplo a pré-fabricação, possuem encadeamento de operações e funções naturalmente distintas das até aqui apresentadas. A pré-fabricação detém-se na produção dos componentes requeridos para a fabricação do calçado acabado. Os processos de trabalhos desta etapa são marcados pela segmentação.

Na pré-fabricação temos, por exemplo, a confecção do solado de borracha ou de EVA. A primeira atividade dos operários é a pesagem e preparação da borracha. Retiradas e transportadas do galpão de armazenamento, as matérias-primas, juntamente com diversas substâncias químicas, são simultaneamente processadas num misturador (conhecido como “*Bambury*”) até a formação da borracha. A massa de borracha é descarregada em um moinho para assumir a forma de placa ou lâmina. As placas de borracha são posteriormente levadas para outros moinhos, onde são remodeladas, atingindo espessuras mais delgadas e variadas. Utilizando-se balancins os operários cortam as placas, dando forma aos solados. Ao passar pelas prensas os solados são modelados de acordo com os tipos de solado específicos. As peças são finalmente refiladas, limpas e revisadas. No caso específico da fabricação de solados de EVA o processo de trabalho conta ainda, além da fabricação do solado básico, com a confecção de entressolas e com operações de conserto e acabamento, somente para aqueles solados não aprovados na revisão.

Durante o processo de fabricação dos solados de borracha e EVA os trabalhadores são expostos ao contato com substâncias químicas, vapores e a altas temperaturas. Além disso executam movimentos repetitivos que exigem, para algumas operações, a aplicação de pressão nas mãos e nos dedos (CESAT, 2001, p.19).

Na etapa da pré-fabricação o recurso a polivalência é menos difundido, porém já se faz presente: “*segundo informação obtida, um trabalhador é responsável pela operação de três ou mais matrizes de prensagem*” (idem, p.19).

Como se verá a seguir, a polivalência na Azaléia está associada às estratégias de intensificação dos ritmos do trabalho na fábrica e ao aumento da produtividade, corroborando assim as análises críticas da atual reestruturação produtiva²⁰⁵. Por seu lado, a *segmentação do processo de trabalho* – embora enfraquecida com a lenta redução das operações auxiliares e convivendo com algumas tímidas inovações na organização do trabalho – aponta para a não

²⁰⁵ Ver por exemplo: Harvey (1992); Antunes (2002); Alves (2000); Andrade (2000); Bihl (1998); Bernardo (2000); Gounet (1999); Navarro (2006); Oliveira (2004). A questão do trabalho polivalente ou multifuncional foi tratada especificamente no capítulo 2 dessa dissertação.

superação, ou apenas superação em parte, do modelo fordista. Portanto, no caso da Azaléia Nordeste, o que se observa é a já referida combinação de métodos e técnicas típicas do fordistas (por exemplo a forte segmentação presente na produção) com outras técnicas do padrão de produção flexível, ainda numa etapa embrionária (como exemplo o trabalho polivalente). Vejamos outros exemplos.

Quanto às inovações técnico-organizacionais e institucionais próprias da reestruturação produtiva atual – com a preponderância do modelo japonês ou toyotismo –, estas estão presentes na unidade fabril da Azaléia Nordeste, porém de modo particular. Isso porque, como já sugerido, as singularidades da reestruturação produtiva na indústria calçadista da região se devem a fatores tanto de ordem estrutural quanto de ordem local.

Nominalmente a Azaléia não adota os sistemas *just in time*, *kanban* e, a rigor, a Qualidade Total, no seu universo de produção – possivelmente seus administradores e engenheiros de produção saibam muito pouco sobre tais sistemas. Mas essa ausência em si mesma pode ser enganosa, na medida em que podemos observar, de diversas formas, a presença dos princípios que governam esses sistemas na maneira como se vêm gerindo o processo de produção e de trabalho nesta empresa, especificamente: o melhor aproveitamento possível do tempo de trabalho, a elevação da produtividade, a administração dos estoques e a qualidade dos produtos e processos.

A preocupação com a articulação entre o que se vai produzir e as exigências do consumo – fator fundamental no sistema *just in time* – permeia a mentalidade da empresa e, nesse sentido, influencia sua gestão: “*Quem define toda a produção dentro da estrutura Azaléia em última instância é nosso cliente (...) nós temos um setor chamado PCP e é ele que é responsável por capturar todo o pedido feito pelo cliente em nosso sistema e já determinar todo o plano de produção (Gerente)*”²⁰⁶. Ademais, a estrutura gerencial adotada colabora com a simplificação do processo que vai da tomada de decisão pela direção da empresa até a sua operacionalização no chão da fábrica:

Temos um ganho significativo na agilidade de nosso processo, porque temos uma estrutura que julgamos ser bem enxuta. Entre o Conselho Deliberativo e a operação de nossa empresa são poucas as camadas que fazem o *link* entre estratégia e operação, e isso nos tem concedido uma agilidade significativa ao longo do tempo.

²⁰⁶ Entrevista concedida ao autor em março de 2006.

Nós temos uma relação entre estrutura administrativa e estrutura de indústria bem íntima, porque nós temos dentro das estruturas de indústria representantes em todas as filiais que se encarregam de não só aplicar todas as definições táticas da administração na execução da atividade industrial (...) como também de averiguar se as determinações e a normatização com o próprio plano tático administrativo da companhia estão sendo seguidas e respeitadas (Gerente).²⁰⁷

No entanto, nem a informatização da comunicação junto ao processo de produção, nem as tentativas de aproximação entre administração e produção, chegaram próximo de eliminar o controle dos processos produtivos pelo capital, como reconhece o administrador:

Existe um plano de produção – e essa é uma das características da Azaléia. Ela tem um planejamento e um controle de sua produção muito marcantes (...) em função de um PCP que determina previamente o que, como, quanto e onde deve ser feito. Essa sincronia, se tem um lado positivo, que é nos dar agilidade, uma flexibilidade muito grande (...) por outro lado, ela nos tira a liberdade dos trabalhadores da operação de poderem decidir o que fazer (...) Na verdade ele [o operador] tem a atribuição de produzir um sapato determinado, no tempo determinado, na quantidade determinada. Esse é um aspecto característico da indústria calçadista, e que a Azaléia é uma referência (Gerente).²⁰⁸

A atenção especial com o circuito produção-consumo levou o capital a focalizar o problema da formação de estoques ociosos na indústria (cf. Harvey, 1992). No atual estágio da acumulação do capital o estabelecimento de uma base técnico-organizacional na produção via sistemas como *just in time* e *kanban* é o resultado de uma época em que o capital social total se depara com uma crise estrutural, que abala sua reprodução ampliada (cf. Antunes, 2002). Nesse sentido, questões como a capacidade de absorção da produção pelos consumidores e, conseqüentemente, o planejamento dos estoques, ocupam as mentes dos gestores da Azaléia, ainda que eles não adotem nominalmente tais sistemas:

duas variáveis que influenciam neste momento e estão bastante oscilantes: uma é o mercado, que em função de situações como o dólar, China, contrabando e custo Brasil e algumas outras situações laterais que se somam a essas centrais terminam por fazer com que a estratégia de produção tenha sido um tanto quanto contida, em função da crise do setor calçadista brasileiro; e de outro lado, nós temos um mercado interno que vem reagindo e até, de uma certa maneira, compensando as limitações do setor calçadista brasileiro no que diz respeito a exportação (...) *Basicamente nós trabalhamos em cima da produção determinada por nossos clientes, nós trabalhamos muito voltados para a encomenda* (Gerente). (Grifo meu).²⁰⁹

²⁰⁷ Entrevista concedida ao autor em março de 2006.

²⁰⁸ Entrevista concedida ao autor em março de 2006.

²⁰⁹ Entrevista concedida ao autor em março de 2006.

Na Azaléia as informações sobre a quantidade do que se deve produzir a cada dia chegam ao chão da fábrica através do PCP. Ao assumirem seus postos de trabalho na produção os operários se deparam com *placas*, onde constam informações sobre o que produzir e a quantidade que cada equipe deverá ao final do turno de trabalho diário concretizar. Trata-se das metas diárias de produção por equipe e por pavilhão²¹⁰. Portanto, não há propriamente *kanban* ou o sistema de luzes – sistemas estes cujo objetivo implica na participação mais direta dos operários no controle dos estoques, ainda que de modo subalterno (Gounet, 1999). A presença de placas informativas na Azaléia, embora signifique a busca de sintonia entre a produção e a circulação, um pouco diferentemente do que ocorre com o *kanban* e o sistema de luzes, deixa a responsabilidade do controle da produção e do estoque inteiramente sob a supervisão da gerência.

Portanto a ausência nominal dos sistemas *just in time*, *kanban* e do sistema de luzes não pode ser tomada como um fato irrelevante ao analisarmos a estrutura de produção e o processo de trabalho na Azaléia. Certamente essa não-presença permite esclarecer mais as diferenças entre as técnicas e métodos específicos de produção da indústria calçadista moderna em relação às indústrias que adotam mais explicitamente os métodos inspirados no toyotismo, do que a falta de compromisso da Azaléia com o novo complexo de reestruturação produtiva. Contudo, no que se refere à indústria calçadista em geral, e a Azaléia em particular, como vimos, algo está mais do que evidente: a estrutura produtiva e de organização do processo de trabalho, a despeito de incorporar elementos do padrão flexível de produção, continua ainda bastante marcada pelo padrão taylor-fordista.

Na indústria calçadista a impossibilidade da introdução da mecanização em praticamente todas as operações – embora desde os anos 1960 todas as principais etapas da produção do calçado absorveram a maquinaria – limita a adoção de inovações técnicas (Navarro, 2006, pp.126-7). Na mesma direção, o caráter manual da produção dificulta a formulação de novos desenhos organizacionais fortemente baseados na aceitação de tecnologia moderna, sobretudo de base micro-eletrônica. Além disso, os baixíssimos salários

²¹⁰ As placas com as informações diárias da produção, escritas manualmente, estão colocadas à vista para cada equipe de trabalho. Nelas estão contidas as cotas de produção de cada equipe. Além dessas placas, existem ainda placas com a produção para o pavilhão, estas estão localizadas “na mesa redonda, ou seja, na mesa em que o gerente fica” (Operária da Azaléia). Fora da produção propriamente dita, por exemplo no setor de expedição, os trabalhadores recebem suas cotas de produção diretamente das mãos dos supervisores ou líderes de equipe ou através de aparelhos eletrônicos denominados “coletores” (*palm-tops*).

pagos aos trabalhadores (principalmente aos operários de Itapetinga e região) desestimulam as inovações técnico-organizacionais, cujos custos em investimento para implantação são, não raro, altíssimos. Não é de se estranhar, portanto, a manutenção de um alto grau de segmentação do processo de trabalho na indústria calçadista, bem como o parco investimento em tecnologia avançada (idem, pp.221; 229-31).

Portanto, se por um lado o avanço da mecanização do interior da produção de calçados levou à reorganização da divisão do trabalho nesta indústria, subdividindo etapas e mesmo operações, por outro esbarrou na natureza do processo de trabalho da indústria calçadista, qual seja, não permitir a total mecanização das operações de produção. Essa limitação, no passado, criou impedimentos à organização do processo de trabalho sob bases taylor-fordistas, uma vez que este padrão requer ampliar o trabalho morto em detrimento do trabalho manual (idem, p.134). Agora, novamente, sua natureza produtiva impõe limites, desta vez à acumulação flexível, tanto para a adoção de novas tecnologias, quanto para a superação da fragmentação do processo de trabalho. A saída encontrada pela Azaléia tem sido uma particular mesclagem de padrões produtivos: o “velho” convivendo com o “novo” num local em que o trabalho manual do operário ainda prepondera.

Embora a Azaléia em Itapetinga possua programas de controle de qualidade e equipes preparadas para garantirem o “padrão de qualidade Azaléia”, a empresa não adota o sistema de Círculos de Controle de Qualidade (CCQ’s). Também neste caso notamos a ausência do modelo técnico (os CCQ’s) convivendo com a presença intelectual do princípio da qualidade total, ou pelo menos de alguns dos seus aspectos, dispersos aqui e ali no processo produtivo. Em todo caso, novamente busca-se a aproximação da produção de mercadorias às contingências do consumo.²¹¹

²¹¹ Aqui se faz necessário um esclarecimento. Não está claro até que ponto vai a autonomia do consumidor diante da produção de bens e serviços no capitalismo tardio. É difícil fixar a fronteira entre as autênticas aspirações dos indivíduos e a criação artificial do desejo de consumir; tanto é assim que as grandes empresas procuram prover condições para o diálogo entre seus departamentos de criação e as pesquisas de opinião do consumidor, que culminam com penetrantes campanhas de *marketing*. Entre os objetivos a serem alcançados pela empresa moderna está o estímulo ao desejo de consumir. Cada novo “lançamento” é acompanhado de campanhas publicitárias muito caras. A Azaléia, por exemplo, se vale de publicações em revistas, *outdoors*, participação em feiras do setor, patrocínios, anúncios em televisão, doações para projetos de assistência social e material de divulgação próprio. Em todo caso, um sóbrio entendimento teórico desta problemática precisa acolher o seguinte postulado, a partir de onde se pode desenvolver outros entendimentos: o desejo de consumir não “habita” o indivíduo, assim como os consumidores não são meros joguetes de estratégias bem urdidas de publicidade; mas antes, que a *existência do bem material* (ou imaterial, no caso dos serviços) provoca o desejo pelo consumo, ainda que mediado por diversos fatores. É possível sim falar numa “produção da subjetividade” de acordo com as

A ausência dos CCQ's na Azaléia em Itapetinga evidencia a limitação da integração dos programas de qualidade da empresa com a busca do envolvimento operário. Na Azaléia os programas de qualidade não contam com a intervenção direta dos operários, assim não há possibilidade destes discutirem diretamente, por meio dos círculos, aspectos relevantes da qualidade dos bens que produzem. No lugar de reuniões freqüentes de operários durante a jornada de trabalho, com espaço inclusive para sugestões do que e como produzir, o controle de qualidade na Azaléia Nordeste adota o modelo tradicional, ou seja, um departamento próprio na estrutura administrativa, administrado por gerentes e coordenadores de controle de qualidade com suas respectivas equipes. A ação permanente e a mobilidade desse departamento na produção são asseguradas pela presença física, no chão da fábrica, das operárias revisoras. Estas fazem parte das equipes de controle de qualidade, cuja função é revisar as mercadorias produzidas, sob a supervisão dos coordenadores de qualidade e de produção. Há tanto revisoras setoriais, que trabalham apenas numa equipe, quanto revisoras gerais, que se movimentam entre as células de produção, não tendo postos absolutamente fixos.

Apesar disso, reconhecendo a necessidade de comprometer os operários com os programas de qualidade da empresa – o que por si mesmo já denota certa sintonia com aspectos mais “modernos” dos programas de qualidade –, a direção da Azaléia, talvez visando atenuar as fragilidades do seu sistema, adotou a “caixa de sugestões”²¹². Através de caixas instaladas por toda a fábrica, os trabalhadores podem fornecer idéias sobre melhorias nas condições de trabalho e da produção, preenchendo para tanto um formulário padrão, que especifica, inclusive, um campo para a anotação do seu nome. As sugestões são lidas por funcionários da gerência que podem aprova-las ou rejeita-las. Caso aconteça de alguma sugestão ser aceita pela gerência, ela é posta em prática e o operário que a formulou recebe

estratégias de consumo do capitalismo tardio como bem escreve E. Mance (<http://www.milenio.com.br/mance/subjetividade.htm>). Mas o fetiche da mercadoria (ainda que reforçado pelo moderno *marketing*) não reifica o mundo a ponto de transformar todos os seres humanos em meros “aceitadores de novidades”. O assédio do consumo não está imune às contradições e vicissitudes do modo de produção capitalista (ver Marx, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1983; “Introdução [à crítica da economia política]. In. _____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo. Nova Cultural, 1999. Pp.25-48).

²¹² Na verdade, a adoção, pela Azaléia, de uma caixa de sugestões espalhada pelos pavilhões da empresa foi incitada pelos desdobramentos da greve de trabalhadores ocorrida em 2004. Durante a greve foi intensa a pressão de operárias e operários para que se acabasse com o forte assédio moral dos supervisores sobre os trabalhadores, sobretudo com as operárias. Dessa exigência dos trabalhadores por maior respeito no local de trabalho deriva a “caixa de sugestões”, que funciona também como uma espécie de “caixa de mensagens”, sobretudo contra abusos cometidos por superiores no chão da fábrica.

uma espécie de recompensa (em dinheiro ou premiações) como estímulo pela idéia. Todavia, esse sistema não configura participação autônoma dos trabalhadores, dado que não há garantias de aceitação de nenhuma das sugestões, ainda que possam ser imprescindíveis, além do que, a decisão da implantação não depende deles, ficando à mercê dos interesses do capital.

Até o momento, a preocupação da direção da Azaléia com o envolvimento dos trabalhadores na lógica produtiva tem se limitado ao discurso:

a Calçados Azaléia incentiva a participação ativa dos colaboradores no seu próprio desenvolvimento e proporciona as condições necessárias para tanto. Envolvimento, participação, e dedicação total são fortes características no ambiente de trabalho. O relacionamento com os colaboradores é marcado pelo entendimento, confiança e comprometimento mútuos (Azaléia. Código de Ética, s/d).²¹³

Na prática – pelo menos na micro-região de Itapetinga – faltam medidas concretas nesse sentido, dentre elas, talvez a mais importante, a implantação dos CCQ's. Contudo, o desenvolvimento das células de produção pode significar maiores esforços práticos sintonizados com o envolvimento operário, como pretende o texto acima. A transferência de responsabilidade aos operários na supervisão do trabalho, a partir da escolha de um líder de grupo escolhido entre os membros da equipe de trabalho, pode também, com o passar do tempo, aproximar alguns operários das metas da equipe; mas os resultados até agora apontam mais na diminuição do comando dos supervisores em prol dos líderes de grupo (ou “multi”), do que em maior envolvimento do conjunto dos trabalhadores com a empresa.²¹⁴

Por ora, o pouco que se avançou foi antes conseqüência das denúncias feitas pelos próprios trabalhadores. As relações humanas na produção são atravessadas pelo rigor disciplinar e pelo desrespeito: *“Ela [a Azaléia] precisa ter mais respeito com o funcionário e mudar o jeito das pessoas [gerentes e coordenadores] tratarem os outros [operários] lá*

²¹³ O código de Ética da Azaléia está publicado no *site* da empresa na internet: www.azaleianet.com.br.

²¹⁴ Também Andrade identificou, em seu estudo sobre as relações de trabalho no Pólo Petroquímico de Camaçari a partir da década de 1990, o incremento do envolvimento operário através da estratégia do capital em transferir responsabilidades aos trabalhadores, no tocante a supervisão sobre o seu próprio trabalho, sem que isso implique, em absoluto, em autêntico controle operário sobre o que, como, quando e quanto produzir; processos esses que permanecem sobre rigoroso domínio do capital e suas personificações (Andrade, 2000). A diferença fundamental, nesse caso, é que para muitas empresas do Pólo Petroquímico os CCQ's já são realidades concretas, enquanto que na Azaléia Nordeste o trabalho em equipe não se articulou, até o momento, com formas de participação operária mais flexíveis, com destaque para aquelas que priorizam os processos de qualidade total (os CCQ's), conforme preconizado pelo modelo japonês.

*dentro (Operária)”*²¹⁵; *“na prática tem gente ali que é muito humilhada (Operária)”*²¹⁶; *“as pessoas que saíram [foram demitidas] agora por não ter feito hora extra, o sindicato teve de defender e colocar lá dentro de novo (Operária)”*²¹⁷; ou de forma ainda mais franca: *“um feriado mesmo, se não for você ganha suspensão, uma advertência de 2 dias; na segunda advertência [demissão por] justa causa (Operário)”*.²¹⁸

Logo se vê que a insatisfação dos operários no ambiente de trabalho não corresponde, mais uma vez, às intenções publicadas nos documentos da Azaléia. Em seu Código de Ética lê-se: *“As relações no ambiente de trabalho devem pautar-se pela cortesia e respeito. A empresa colabora para que predomine a espírito de equipe, a lealdade, a confiança, a conduta compatível com valores e a busca por resultados”* (Azaléia. Código de Ética, s/d); ou ainda, numa perspectiva que aborda os ideais humanistas: *“Para a Calçados Azaléia, o ser humano, em sua integralidade, é um valor que está acima dos demais objetivos e prioridades da empresa”* (idem, s/d). Mas quando perguntados, os operários não confirmaram essa prioridade dado ao ser humano na Azaléia, ao contrário: *“Porque você só tem valor quando o lucro está alto. Se você não der o lucro você está fora. Não procuram saber qual motivo que você tem, o porque, se está acontecendo alguma coisa com os familiares, em casa, fora [do] trabalho, [com a] saúde (Operária)”*.²¹⁹

Na Azaléia Nordeste, entre a satisfação das necessidades operárias e os lucros, os trabalhadores não vacilam em reconhecer a verdadeira prioridade perseguida pela direção da empresa: *“Com o lucro, com certeza (Operário)”*²²⁰; *“Com lucros”* (Operário)²²¹; *“Com os lucros. Tudo lá, tudo, tudo enfim, é baseado no lucro da empresa e nunca em benefício ao funcionário (Operário)”*²²². Não é necessário dizer mais nada a esse respeito.

Em suma, o tratamento dispensado aos operários(as) no interior da Azaléia Nordeste está muito distante do arquétipo humanizador idealizado pela acumulação flexível e pelo Código de Ética da empresa, mas, por outro lado, perfeitamente coerente com o despotismo historicamente observado na produção industrial capitalista desde a fase da acumulação

²¹⁵ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²¹⁶ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²¹⁷ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²¹⁸ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²¹⁹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²²⁰ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²²¹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²²² Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

primitiva de capital²²³. Um bom exemplo disso foi observado nas respostas dadas a uma pergunta, em entrevista feita com operários e operárias da Azaléia. A pergunta era a seguinte: “Que opinião você tem da Azaléia como patrão?”. Nenhuma das respostas ressaltou pontos positivos, ao contrário, avaliaram a empresa com expressões que variaram do “muito ruim” ao “péssimo”.²²⁴

De acordo com seu material de divulgação, “*a Calçados Azaléia vem implantando com sucesso um modelo próprio de fabricação, baseado em qualidade e produtividade*” (Azaléia Brasil, s/d). Mas os processos de qualidade do calçado produzido ainda seguem os padrões clássicos: “*um moderno laboratório segue rígidos padrões internacionais em teste e esforço, resistência e durabilidade, avaliando desde os materiais utilizados na fabricação, até o produto final*” (idem). A atenção dada à qualidade dos produtos pautada em critérios de “esforço, resistência e durabilidade” dos produtos não configura nenhuma novidade, ainda que a tecnologia empregada para esse fim o seja. Todavia, aspectos importantes da reestruturação produtiva se fizeram notar, especialmente aqueles que buscam uma maior integração entre produtividade, qualidade e trabalho polivalente ou multifuncional.

Conforme a própria Azaléia (e isso é válido para todas as suas unidades fabris):

A área de produção da Calçados Azaléia é formada por grupos de trabalho, onde cada operador está capacitado a realizar todas as etapas básicas da fabricação de um calçado. Os pedidos chegam às fábricas e são retirados diretos do computador pelo próprio operador. A informação on-line se espalha instantaneamente por dentro da empresa, com a velocidade necessário para atender as mais de 30.000 lojas que vendem as marcas da Calçados Azaléia no Brasil e no mundo (Informativo Azaléia Brasil, s/d).

Conforme exposto, é exercido o trabalho polivalente na Azaléia. No caso de Itapetinga o trabalho polivalente é muito comum. Inicialmente os trabalhadores são capacitados a operar pelo menos duas máquinas diferentes, aprendendo com o passar do tempo, e à medida que

²²³ Nem mesmo durante o avanço da democracia política nas “décadas de ouro” do capitalismo – mais em algumas países do que em outros –, no auge da influência do padrão fordista no mundo, o espaço da fábrica deixou-se envolver pela atmosfera tolerante e aprazível da ambientação democrática. Ao contrário, manteve o despotismo e sufocou a democratização, mesmo esta apoiada em princípios essencialmente liberais. No Brasil, o despotismo na fábrica teve suas particularidades, que o acentuou sobremaneira, tributário que foi de uma sociedade atravessada por uma cultura política profundamente autoritária, herança de uma história política recheada de ditaduras civis e militares.

²²⁴ Está disseminada entre os trabalhadores da Azaléia de Itapetinga e região, inclusive no seu cotidiano, uma visão bastante negativa da empresa, no que diz respeito às relações de trabalho. Tanto isso é verdade que é comum entre as pessoas se referirem a Azaléia com a expressão “Senzaléia”; um trocadilho irônico que associa a Azaléia a uma senzala de escravos.

trocam de função, a manusear outras máquinas (cf. Sindicato de Verdade). O operário polivalente da Azaléia está habilitado a exercer várias tarefas dentro do mesmo grupo, mas não necessariamente operar todas as máquinas de sua seção. À medida que o operário vai revezando de equipe e até de seções e etapas, mais tarefas ele vai poder dominar e mais máquinas vai poder operar. Contudo, nenhum dos operários que foram entrevistados disse poder realizar a totalidade do processo de trabalho, segundo o modelo de divisão do processo de trabalho adotado pela Azaléia. Nesse caso, sem dúvida alguma, o que se tem é a manutenção do poder de decisão nas mãos da direção da empresa, condição comum a todo o meio industrial em nossa época (Andrade, 2000, pp.214-7).

Portanto é preciso esclarecer a citação acima, pois ela contém algumas imprecisões, por exemplo: quando diz que “*cada operador está capacitado a realizar todas as etapas básicas da fabricação de um calçado*”, na verdade não esclarece o fato de que realizar todas as etapas básicas no interior de um grupo de trabalho não corresponde à capacidade de realização de todas as operações requeridas para a consecução da totalidade do processo de trabalho na indústria calçadista. Além disso, ao afirmar que os pedidos quando chegam às fábricas são retirados diretamente do computador pelos operários (“operadores”) não esclarece, entretanto, o fato dos operadores que retiram os pedidos não serem os mesmos que produzem diretamente as mercadorias, ou seja, há os trabalhadores que, qualificados com conhecimentos em informática, se encarregam de retirar os pedidos e aqueles que, sem tal conhecimento, apenas executam o que consta dos pedidos (pelo menos essa é a realidade, ainda, na unidade de Itapetinga).

O recurso a polivalência do trabalhador na Azaléia implica inclusive em dificuldades na determinação rigorosa das funções descritas na carteira profissional. A esse respeito, cada vez mais trabalhadores são contratados como “multi-operadores”, não sendo especificado, em termos de cargo ou função, nada mais além desta atribuição genérica. Esse procedimento dá conta da importância crescente para o capital da expansão do trabalho polivalente nas unidades produtivas.²²⁵

²²⁵ Sobre essa tendência ao incremento do trabalho polivalente ou multifuncional ver bibliografia citada no segundo capítulo dessa dissertação, sobretudo: Antunes (2002); Andrade (2000); Alves (2000). É importante destacar que estes autores entendem, no que concordamos, que o estímulo à polivalência no trabalho atende a necessidades produtivas atuais do capital e suas estratégias de dominação de classe, como o aumento da produtividade e o aprofundamento da subordinação dos interesses dos trabalhadores às estratégias do capital. Não simboliza a abertura do capital à uma nova realidade – mais democrática e criativa, embora não isenta de crises –,

O trabalho polivalente na Azaléia tem por base os grupos de trabalho. Os grupos de trabalho são equipes formadas por diversos operários (operadores, multi-operadores), podendo um deles assumir a condição de líder, coordenados por um supervisor de grupo (não raro proveniente do chão da fábrica). Várias equipes reunidas formam uma célula de produção. A reunião das células de produção forma o pavilhão ou seção. Basicamente, esse é o modelo de organização técnica do processo de trabalho presente, onde é possível, em cada pavilhão, tanto na matriz quanto nos galpões.

Tendo por princípio a flexibilização, o trabalho polivalente possibilita ao operário – além do manuseio de mais de uma máquina ou equipamento – não se restringir às operações executadas por sua equipe, impelindo-o a se movimentar, com relativa liberdade, entre as equipes do setor, como um realizador de trabalho multifuncional. Essa movimentação tem por objetivo agilizar a realização da produção, fazendo com que o trabalhador, ao terminar uma tarefa, já esteja imediatamente pronto para outras, não ficando ocioso um instante sequer; ao terminar uma tarefa ele já estará a postos para auxiliar outros companheiros na preparação e finalização de novas operações, processo que é acompanhado de perto pelos olhos vigilantes do supervisor, que por sua vez é cobrado pelo gerente de pavilhão de acordo com as metas de produção estabelecidas pela gerência e inscritas nas placas informativas. A tendência atual no interior da Azaléia na micro-região de Itapetinga é de expansão do trabalho polivalente.

O depoimento de uma funcionária do setor de Recursos Humanos (RH) é bastante esclarecedor sobre a natureza do trabalho polivalente da Azaléia na microrregião de Itapetinga:

na Azaléia ninguém faz o sapato sozinho, então cada grupo faz uma parte do sapato. Se eu vou costurar um sapato, eu coloco uma etiqueta, eu coloco um traseiro. Então (...) se é costura tem várias operações na costura, então é polivalente. *A Azaléia quer que cada operador saiba fazer todo aquele processo de costura, não o sapato inteiro.* Mas a costura exige vários processos. *Se a pessoa é costureira ela tem que fazer todos os processos de costura. Antigamente não era assim, só que hoje a empresa está querendo pessoas polivalentes.* Então se é costura [o operador] sabe todos os processos de costura; se for corte – por exemplo nas filiais é corte, costura e montagem – então a pessoa pode aprender todas as operações: cortar, costurar e montar. *Mas na matriz, se a pessoa não sabe fazer a*

onde este reconhece finalmente o direito à autonomia dos trabalhadores no interior (ou mesmo fora) das fábricas. Tampouco é a expressão prática de um avanço da consciência de classe operária contra os interesses de uma burguesia atemorizada, ou pelo menos confrontada, no âmbito da produção e na sociedade. Para uma defesa desta última perspectiva ver: Lazzarato & Negri, 2001. Sobre a segunda perspectiva, com variantes, na esteira da “escola da especialização flexível”, ver: FÓRUM NACIONAL, 1997; Pochmann, 2004a.

palmilha do sapato e não sabe fazer o solado, então ela não tem condição de ficar polivalente nesse sentido, mas no seu pavilhão ela consegue ser polivalente em todos os setores. (Recursos Humanos). (Grifos meus).²²⁶

Fica claro então que, mesmo para o trabalhador polivalente da Azaléia, não é possível dominar a totalidade do processo de trabalho na fabricação de calçados, mas com árduos e dedicados anos de trabalho ele pode realizar um conjunto de importantes etapas da produção. Está claro também a crescente importância atribuída pela administração ao trabalho polivalente na Azaléia.

O trabalho polivalente na Azaléia é encarado de diferentes maneiras. Para o capital a simples confirmação da disseminação do trabalho polivalente permite verificar sua adequação ao projeto e planos da empresa, sumariados nas “palavras de ordem”: *qualidade, produtividade, disciplina e organização*. Para o sindicato dos trabalhadores (denominado “Sindicato de Verdade” – SV), a polivalência não é apenas importante, mas foi exigida sua adoção, na forma do “rodízio de trabalhadores” no uso das máquinas no interior das equipes de trabalho. O argumento do SV, compreensível, era que o “rodízio” reduziria as lesões de trabalho por esforço repetitivo (LER/DORT), contra a incidência acentuada dessas lesões sobre os trabalhadores no dia-a-dia da fábrica.

No entanto, essa defesa do SV, não apenas da polivalência do trabalhador como também do controle de qualidade, não reconhece os aspectos mais nocivos destas práticas sobre o trabalho. Segundo um dos diretores do SV tanto o controle de qualidade, quanto o trabalho polivalente e os grupos de trabalho não ampliam a carga horária de trabalho dos operários. De fato não a aumenta em termos da média de horas acrescidas. Mas há uma dimensão talvez menos evidente e que às vezes passa despercebida pela observação dos sindicalistas, tão ocupados que estão com temas tradicionais da luta sindical, como remuneração e jornada de trabalho (número de horas). Trata-se da intensificação dos ritmos de trabalho durante o cumprimento da jornada de trabalho, portanto da intensificação da exploração (Antunes, 2002, pp.52-6). Isso é tanto mais preocupante quanto mais se torna um fator recorrente associado a precarização do trabalho nas últimas décadas.

Do ponto de vista dos trabalhadores nota-se uma ambivalência no discurso, que ora destaca os elementos positivos ora os negativos da polivalência²²⁷. Os aspectos positivos

²²⁶ Entrevista concedida ao autor em dezembro de 2006.

podem ser: maior integração na execução do trabalho, compartilhamento das responsabilidades e das ações, a oportunidade de promover mais diálogos entre os membros da equipe ou a possibilidade de obter novos conhecimentos. São apontados como pontos negativos: o aumento do trabalho e a não ampliação dos salários.

A intensificação dos ritmos de trabalho torna-se o corolário da polivalência. De acordo com uma revisora do pavilhão de pintura “*O grupo cansa, até chegar a mim, cansa e como (Operária)*”²²⁸. A pressão por produção é mantida: “*lá tem um quadro, então quando você tira vermelho (...) e o outro grupo está fazendo o mesmo trabalho que você e tira azul, aí eles [gerentes] querem saber porque você tirou vermelho, sendo que você está trabalhando com a mesma sola, do mesmo jeito (Operária)*”²²⁹. Só que agora a responsabilidade da queda na produção recai sobre toda a equipe, e esta é impelida a corrigir os erros e aumentar a produção; no limite, é estimulada a competição entre as equipes para saber quem produz mais.

Quanto à terceirização da força de trabalho sua aplicação se dá de modo restrito na Azaléia Nordeste, envolvendo apenas aqueles setores ligados ao que convencionalmente se denomina “atividades meio”, ou seja, atividades não realizadas na produção, tais como alimentação, viagens e transporte de funcionários. Em outras regiões, por exemplo em Franca-SP, a prática da terceirização é bastante difundida e apenas foi intensificada a partir de 1990 (cf. Navarro, 2006, p.219). Na Azaléia Nordeste a terceirização não é adotada na produção, sendo portanto todos os operários contratados a partir de contrato de trabalho regido pela CLT. Este também é o caso dos trabalhadores do escritório.

Diferentemente de outras indústrias da vanguarda da reestruturação produtiva, como a metal-mecânica, na Azaléia Nordeste o trabalhador terceirizado ainda é uma minoria:

Aqui em Itapetinga por exemplo nós temos 214 funcionários da Puras [empresa terceirizada para fornecimento de refeições na Azaléia], que são responsáveis pela alimentação nos 17 restaurantes que nós temos nas unidades aqui de Itapetinga. A mesma Puras fornece alimentação no Rio Grande do Sul e em Sergipe nas nossas unidades. Temos uma outra empresa terceirizada que é responsável pela parte de viagens, e uma outra empresa terceirizada que é responsável pela parte de transportes. Em Itapetinga a própria empresa de transportes urbanos é que faz o transporte de nossos funcionários (Gerente).²³⁰

²²⁷ Também no caso da penetração da reestruturação das indústrias químicas e petroquímicas do estado da Bahia também foi constatada a ambivalência discursiva no seio dos trabalhadores (Andrade, 2000, p.188-9).

²²⁸ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²²⁹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²³⁰ Entrevista concedida ao autor em março de 2006 .

É prática usual da Azaléia no Rio Grande do Sul sub-contratar fabriquetas, denominadas “ateliês”, para realizar parte de sua produção de calçados, sobretudo a produção de componentes e do cabedal²³¹. Esse é o exemplo mais conhecido de terceirização na Calçados Azaléia, porém não se deve a recente onda de terceirizações, sendo antes uma prática tradicional no Sul (e também no Sudeste) do país.

Essa prática tem encontrado oposição por parte dos sindicatos dos trabalhadores. Em Itapetinga fez-se uma tentativa de transplantar o modelo de terceirização sulista. Com efeito, houve resistência operária:

A terceirização é um problema para o trabalhador. Inclusive em Itapetinga eles tentaram fazer isso, terceirizar a mão-de-obra. Eles tentaram colocar a matriz aqui em Itapetinga e nessa região eles queriam terceirizar a mão-de-obra, ou seja pegar o material e deixar na casa dos trabalhadores, igual eles fazem no Rio Grande do Sul (...) o sindicato atuou em cima, procurou a Delegacia do Trabalho. A Delegacia do Trabalho participou e conseguimos que não fizessem isso (Dirigente sindical).²³²

As maiores críticas do sindicato dos trabalhadores do calçado em Itapetinga quanto a sub-contratação na forma de ateliês diz respeito: a ausência de vínculos do trabalhador com a fábrica (e conseqüentemente com o sindicato da categoria); a falta de proteção do trabalhador; a prática comum do trabalho infantil, dado que a atividade laboral é realizada em casa, por toda a família, sendo de difícil e limitado acesso à fiscalização pelos poderes públicos.

Não foram, até o momento, implantados ateliês na micro-região de Itapetinga; e, quando a Azaléia tentou implantá-los houve resistência, fato que obrigou a empresa a abandonar o projeto.

Porém, o empenho do sindicato em combater a terceirização não faz jus a sua postura de oposição quando o trabalho em questão está fora do chão da fábrica:

O sindicato sempre vê a atividade fim, se for ligada a atividade fim da empresa Azaléia a gente luta para que não exista terceirização. Nas atividades meio até que a gente vê como admissível, mas a atividade fim da empresa de jeito nenhum, a produção de jeito nenhum (Dirigente sindical).²³³

²³¹ Não raro esses ateliês são constituídos por ex-trabalhadores(as) da Azaléia. Nesses espaços, muitas vezes improvisados, trabalham com sua família e/ou funcionários contratados. É comum nesses casos donos de ateliês adquirirem máquinas e equipamentos necessários ao trabalho produtivo da própria Azaléia, através do recebimento desse maquinário em lugar de indenizações por tempo de serviço (Piccinini, 1997).

²³² Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

²³³ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

Ainda que limitada ao trabalho propriamente produtivo, a resistência sindical em Itapetinga não tem permitido a expansão da terceirização na Azaléia Nordeste. Entretanto, a despeito dessa resistência, talvez haja um outro motivo para a não insistência da Azaléia em adotar indiscriminadamente a terceirização da força de trabalho. Trata-se dos baixíssimos salários pagos aos trabalhadores na região, que desestimula (ou pelo menos não estimula o suficiente) o empresariado a partir para a ação, de maneira um tanto mais intransigente. Todavia, o custo da força de trabalho não deve ser tomado como imprescindível para a adoção da terceirização, isso porque a implantação de ateliês (ou algo do gênero) já se faz presente em lugares onde a remuneração operária beira o salário mínimo. Aqui mesmo na Bahia,

em Jequié [município do sudoeste baiano] tem terceirização. Estive lá [em Jequié], inclusive passei em frente a algumas casas e vi algumas famílias de lá que trabalham com calçados terceirizados (...)

Em Jequié tem a terceirização, eles pagam e deixam ali 500 pares de calçados para uma família. A família costura ali os 500 pares de calçados. Quando é à tarde vem um rapaz para pegar. Anota num caderninho. Não tem envolvimento nenhum com a empresa. Uma pessoa lá, um terceiro, pega aquele calçado, barganha em cima daquela família (Dirigente sindical).²³⁴

Além da terceirização de funcionários permanentes – sob a forma do “contrato de trabalho por tempo indeterminado”, de responsabilidade da empresa terceirizada –, por exemplo nos refeitórios, a Azaléia adota ainda a terceirização na forma de trabalho intermitente. Essa modalidade de terceirização envolve pequenos reparos e montagens, instalações elétricas, marcenaria e outras, cuja duração do contrato varia de acordo com o tipo de tarefa a ser executada para a empresa, mas que, desde o início, sabe-se terá duração breve, podendo ser razoavelmente determinável. Em linguagem atualizada, refere-se ao que tem se chamado “contrato de prestação de serviço”.

Como já foi dito, as intenções da direção da Azaléia em Itapetinga e região ainda estão bastante distantes dos ideais de *envolvimento do trabalhador* com a lógica sócio-econômica, e até mesmo cultural, própria da hegemonia que brota da produção em tempos de reestruturação produtiva e da atual divisão internacional do trabalho²³⁵. A preferência por um tipo de direção

²³⁴ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

²³⁵ Em conversa com um antigo diretor administrativo em Itapetinga, posteriormente demitido da Azaléia por causa de sua alta remuneração – e, segundo alguns, por estabelecer uma relação demasiado “dura” com a representação sindical local –, este ao ser perguntado por mim sobre o que uma empresa como a Azaléia pode trazer de novidade para uma cidade como Itapetinga, disse sem rodeios alguma coisa do tipo: “certamente traz

moral e intelectual sobre os trabalhadores, onde o controle não possa ser identificado, sendo, portanto, necessário substituir os velhos e brutais métodos de coerção por estímulos e promessas de irmanação da empresa com os trabalhadores, não é clarividente na Azaléia. Apesar disso, alguns esforços na direção do estabelecimento uma melhor convivência da empresa com os trabalhadores podem ser observados.

Embora já tenhamos mencionado a ausência dos CCQ's como estratégia para envolver os operários, a Azaléia, de outra parte, adota o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados da empresa. A participação nos lucros visa estimular os trabalhadores, ou melhor, fazer com que o operário se sinta alguém que contribui e continuará a contribuir para o sucesso (ou o fracasso) da empresa. Assim, parte do seu rendimento – por sinal, muito pequena – está ligada aos avanços obtidos pela empresa na sua luta pela sobrevivência no mercado competitivo e desigual. Geralmente as somas obtidas por essa participação são pagas a cada trabalhador no primeiro trimestre de cada ano, de acordo com o seu particular desempenho no ano anterior.²³⁶

Desde a assinatura do primeiro Acordo Coletivo, em 25 de maio de 2005, ficou acordado entre a Azaléia Nordeste e o sindicato dos trabalhadores o pagamento de um “auxílio educação” para todos os operários que percebessem salário inferior à R\$ 2,80 a hora (valor para 2005), que estivessem devidamente “*matriculados e com frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) em curso regular de ensino reconhecido pelo MEC*” (Acordo Coletivo, 2005, p.25). O valor a ser pago como auxílio educação correspondia, à época, a R\$ 61,00, pago em duas parcelas fixas de R\$ 30,50, uma no mês de junho e a outra no mês de agosto. Para ter direito ao benefício o trabalhador ou trabalhadora deveria manifestar seu desejo através de um “*prévio e expresse requerimento (...) acompanhado de comprovante de matrícula e atestado de frequência*” (idem, p.25).

uma ‘cultura de fábrica’, onde as pessoas aprenderão a respeitar horários, disciplina e regras”. Essa “cultura de fábrica”, evidentemente não se restringe aos acontecimentos ocorridos intra-portões fabris, mas pode ser sim transmitida pelos canais, muito variados, da cultura, muito embora, nos dias atuais, os “laços de fábrica” sejam muito menos firme do que em outras épocas. É o que se percebe no depoimento do gerente que ocupou o lugar do anterior que, como dissemos foi demitido: “*A própria conversão de uma cultura nitidamente voltada para o setor primário, não tem, historicamente, o mesmo benefício para o cidadão do que uma cultura industrial, como um exemplo, no que diz respeito à escolaridade. A Azaléia, na medida em que, pela própria natureza de sua atividade, exige um nível de formação educacional maior, o que incentiva a própria população demandar os meios públicos de educação que numa cultura do setor primário não é tão exigido, portanto não gera demanda*” (Entrevista concedida ao autor em março de 2006).

²³⁶ São descontados do cálculo desta “participação” os dias não trabalhados por motivo de falta não justificadas ao trabalho.

Além disso, outros pequenos (e temporários) auxílios foram acordados entre o sindicato dos trabalhadores calçadistas e a Azaléia em 2005. O primeiro deles refere-se ao transporte coletivo. Ainda que a Azaléia tenha se comprometido a fornecer aos empregados o transporte até a fábrica, por lei (Lei 7.418/85) está facultado a ela descontar dos empregados que utilizam o transporte até 6% sobre a folha de pagamento. Todavia, o acordo estabelecido entre a direção da Azaléia e o Sindicato de Verdade propõe diferentemente:

a empresa descontará mensalmente dos salários dos empregado que optarem pela utilização do transporte e que recebem salário até R\$ 800,00 (oitocentos reais) por mês, os seguintes percentuais: 1,5% (um vírgula cinco por cento) do salário a partir de 01 de janeiro de 2005; b) 2,5% (...) do salário a partir de 01.01.2006; c) 3,5% (...) a partir de 01.01.2007; d) 4,5% (...) a partir de 01.01.2008 e 6,0 (seis por cento) a partir de 01.01.2009. Para os trabalhadores que recebem acima de R\$ 800,00 e os admitidos a partir de abril de 2005 será descontado na forma da lei (idem, p.22-3).

Há ainda uma “ajuda alimentação”. Devido à participação da Azaléia no Programa de Alimentação ao Trabalhador, de acordo com a Lei 6.321/76, oferecendo a partir de suas dependências alimentação aos seus trabalhadores, ela poderá descontar até 20% sobre a folha de pagamento mensal destes na forma de “custo de alimentação”. Porém, também aqui o desconto se processará de modo gradual:

Para os trabalhadores que recebem salário até R\$ 800,00 (oitocentos reais) será realizado da seguinte forma: a) 05% do custo da alimentação, a partir de 01.01.2005; b) 08% (...) do custo da alimentação, a partir de 01.01.2006; c) 12% (...) do custo alimentação, a partir de 01.01.2007; d) 16% (...) do custo da alimentação, a partir de 01.01.2008; e) 20% (...) do custo da alimentação, a partir de 01.01.2009. Para os trabalhadores que percebem acima de R\$ 800,00 e para os admitidos a partir de abril de 2005 será descontado na forma da lei (idem, p.23).

Nos termos atuais os auxílios transporte e alimentação têm data preestabelecida para se encerrarem. Com efeito, o sindicato dos trabalhadores já se prepara para re-negociar a manutenção desses auxílios, buscando novas vantagens para o trabalho. Em todo caso, não devemos deixar de fazer algumas elucubrações, sobretudo no tocante aos transportes. O serviço de transporte oferecido aos trabalhadores pela Azaléia é assegurado graças a locação, pela Azaléia Nordeste, de parte da frota de uma empresa privada de transporte coletivo do município de Itapetinga, perante a qual a Azaléia negocia os pagamentos. Certamente há vantagens na sub-contratação dos ônibus coletivos, do contrário seria preferível adotar o

modelo legal de compra de vales-transportes e posterior distribuição e desconto em folha pela empresa.²³⁷

Quanto à alimentação fornecida, sabe-se que todo pessoal contratado para o refeitório, bem como os alimentos, os utensílios e as técnicas adotadas são de responsabilidade de uma empresa terceirizada pela Azaléia para esse fim. A terceirização desse setor na Azaléia em Itapetinga possibilita vislumbrar vantagens para a contratante, em especial incidindo sobre custos e encargos sociais. Se melhorias foram obtidas pelos trabalhadores através desses auxílios temporários, por outro lado, estratégias de sub-locação e terceirização não são menos favoráveis a Azaléia, fazendo com que ela se torne até mesmo uma empresa mais generosa.

O oferecimento de transporte e alimentação constitui formas de salários indiretos, transubstanciados em “humanismo” da empresa. Nesse sentido, os “auxílios oferecidos” aos operários revelam assim seu caráter ideológico.

Afora esses “auxílios”, de resto mais vinculados com estratégias já conhecidas do que com propriamente inovações, e o auxílio médico oferecido²³⁸, nada mais há que possa comprometer a Azaléia na micro-região de Itapetinga com uma atenção especial para com seus empregados, nem mesmo sequer a distribuição da tradicional cesta de Natal ao final do ano, como tristemente reconhecem os trabalhadores. E o que dizer então do compromisso da Azaléia com estratégias ousadas de captura da subjetividade operária através do envolvimento (em verdade uma nova sujeição) deste na produção? Até agora não se verificam esforços nesse sentido, diferentemente do que vem ocorrendo no Brasil em outras indústrias, como por exemplo as do setor automotivo, onde a busca pelo “envolvimento manipulado” (Antunes, 2002, p.52) dos trabalhadores faz parte do conjunto de estratégias centrais da administração empresarial em direção da reestruturação produtiva (Gounet, 1999; Alves, 2000, Oliveira, 2004).

O uso da tecnologia no interior da Azaléia Nordeste é outra questão que requer atenção. Devido à natureza da indústria calçadista já assinalada aqui, ou seja, da utilização de

²³⁷ Tais vantagens podem ser de natureza financeira (redução de custos) ou logística (redução de tempo etc), ou ambas.

²³⁸ A Azaléia tem instalado em seu interior um ambulatório com médicos e enfermeiras, especializados em medicina do trabalho, além do setor de Segurança no Trabalho, com engenheiro e técnicos. A empresa costuma firmar convênios com médicos da localidade, creches, além da promoção de programas para recuperação de pessoas viciadas em drogas. Com exceção do ambulatório e da Segurança do trabalho, tudo o mais depende da “saúde financeira” da empresa para poderem operar. É o caso, por exemplo, do programa de saúde da mulher trabalhadora, que disponibilizava gratuitamente exames ginecológicos, pré-natal e informações sobre saúde da mulher, porém desativado em 2006 por alegada dificuldade financeira.

força de trabalho intensiva, não são muitas as brechas para a plena adoção de tecnologia moderna, sobretudo a micro-tecnologia e a telemática. Um bom exemplo é o fato da Azaléia não adotar na sua unidade da Bahia programas de computador capazes de elaborar projeto e/ou executar-los na manufatura, embora estes *softwares* já estejam à disposição, no mercado, para a indústria calçadista (Navarro, 2006, p.229-30). São programas informatizados conhecidos como CAD (para projeto) e CAM (execução dos projetos).

Basicamente, a maquinaria adotada na Azaléia em Itapetinga e região é convencional: máquinas de costura, de refilar (aparar ou cortar rebarbas das peças), de corte (os “balancins”), de chanfrar (reduzir espessura das bordas), de bordar, de prensar, de montar traseiras, de lixar bordas, de lixar bico, de reativar colas, de modelar solados, entre outras. Utiliza-se sistema mecânico com acionamento manual através de botões e pedais; algumas são movidas por motores elétricos e outras são providas de sistemas pneumáticos. Além das máquinas há outros equipamentos e ferramentas, como misturadores, torres de secagem, cilindros, fornos, fôrmas, marteletes hidráulicos, furadeiras etc (CESAT, 2001). A grande novidade na Azaléia Nordeste fica por conta da moderna máquina injetora de solados, programável automaticamente.

Na Azaléia Nordeste os setores foram interligados pela informática, materializada no trânsito das informações do PCP à produção (organizado por um programa de computador), nos terminais (PC’s) de emissão dos pedidos instalados na produção, nos coletores (*palm-tops*) que organizam a separação dos itens constantes dos pedidos e nos convencionais computadores pessoais dos escritórios e laboratórios (PC’s). Afora isso, nada mais há de informatização relevante na Azaléia Nordeste. Não há na empresa, por exemplo, nenhuma máquina com controle computadorizado programável, a exceção da máquina injetora de solados de Etileno Vinil Acetato (EVA), adquirida nos últimos anos.

Isso não significa, por outro lado, ausência de tecnologia. Tanto é assim que o conhecimento sobre tecnologia é tratado como segredo industrial, não sendo seus detalhes revelados pelo gerente administrativo durante a entrevista. Apesar de não estar autorizado a falar sobre detalhes ele nos informou por exemplo:

O EVA, explicando de maneira mais objetiva para o leigo, é aquele sapato bem levinho, aquele solado que quase não tem peso; é uma tecnologia extremamente avançada, com custo realmente reduzido (...) a tecnologia do EVA é internacionalizada, porém a tecnologia de produção do EVA em máquinas injetadas giratórias é exclusiva da Azaléia no planeta. Inclusive nossas máquinas têm projetos guardados como segredos industriais, o

fabricante de nossas máquinas é um fabricante italiano e tem contrato de sigilo de produção (Gerente).²³⁹

Na indústria, desde pelo menos a Revolução Industrial do final do século XVIII, a adoção de processos automatizados é recorrente. Sua escalada mais recente se apóia nos meios micro-eletrônicos, informacionais e na robótica informatizada. Crê-se que uma das saídas para a crise do capital estaria no desenvolvimento tecnológico acelerado. Talvez também seja esse o desejo da Azaléia, muito embora considerando-se sua realidade como grande empregadora de homens e mulheres que recebem reduzidos salários, empreendendo atividade industrial ainda bastante manual.

Da parte dos trabalhadores da Azaléia Nordeste, estes ainda não parecem se perturbar com o desemprego potencial provocado pelo uso das máquinas, até serem lembrados da máquina injetora giratória do pavilhão 21, quando, por um minuto, se lembram que antigamente onde havia dezenas de trabalhadores executando suas atividades, atualmente existem apenas três ou quatro operários no setor. Vale assinalar que a Calçados Azaléia conta, em seu interior, com uma “*divisão voltada para a criação e adaptação de máquinas*” (Azaléia. Informativo, s/d).

De acordo com o princípio flexibilizador da auto-ativação o operário é tido como aquele capaz de operar máquinas, controlar a qualidade das mercadorias saídas destas, além de fiscalizar o funcionamento “autônomo” dos autômatos, dando-lhes quando necessário, ele próprio, manutenção. Eis o homem produtivo integral do capital! Entretanto, na Azaléia, o princípio da auto-ativação permanece embotado pelo precário controle do trabalhador sobre a qualidade das mercadorias produzidas, pelo menos até agora. Na Azaléia, esse novo *homo faber* pós-moderno ainda não se tornou mais do que uma miragem, mas o avanço do trabalho polivalente que esta indústria tem estimulado nos últimos tempos faz crê que, ao menos, já se busca sair do deserto.

Apesar das evidentes limitações, as pressões pela flexibilização no interior da indústria calçadista são claras, não menos porque tais pressões não decorrem apenas dos particularismos de certas indústrias ou das singularidades dos seus modos de produzir, mas porque são requeridas pelo processo geral de acumulação, numa fase de acirrada competição mundial,

²³⁹ Entrevista concedida ao autor em março de 2006.

ancorada na crise estrutural do capital. Em síntese, o padrão de acumulação flexível penetra na produção por entre as brechas oferecidas por padrões adotados outrora e já obsoletos.

2. O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO CALÇADO EM ITAPETINGA

O sindicato que atualmente representa os trabalhadores do calçado da micro-região de Itapetinga é o *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Calçados*, conhecido pelo nome fantasia de *Sindicato de Verdade* (SV). Como a própria denominação revela trata-se de um sindicato por ramo de atividade (ou ofício) e não de sindicato por empresa; portanto, é um erro reportar-se ao SV como o sindicato dos trabalhadores da Azaléia tão somente, dado que representa todos os trabalhadores do calçado na região. O SV foi fundado em 1999 e limita-se a representar os trabalhadores regidos pela CLT.

A história de criação do SV diz um pouco sobre seu perfil. O SV não foi o primeiro sindicato a representar os trabalhadores do calçado em Itapetinga. Inicialmente essa representação cabia ao Sindtêxtil. Entretanto, houve insatisfação operária com a maneira do Sindtêxtil conduzir as negociações sindicais. Alguns trabalhadores, assessorados por sindicalistas de Salvador, decidiram criar um novo sindicato, forçando assim a uma dualidade de poderes. Os dois sindicatos iniciaram uma disputa na porta da fábrica que só se resolveu mais tarde, na justiça, quando o SV ganhou legalmente o direito de representar os trabalhadores calçadistas do município de Itapetinga.²⁴⁰

Desde então o SV tem procurado ampliar o número de trabalhadores filiados, que até agosto de 2006 não ultrapassava 30% da categoria²⁴¹. Uma conquista importante foi alcançada em 26 de janeiro de 2006, com a extensão de base. Desde esta data o SV passou a representar todos os trabalhadores do calçado da micro-região de Itapetinga, e não apenas os do município de Itapetinga, como originalmente. Com efeito, “o sindicato (...) hoje atua na região, nas

²⁴⁰ A provocativa denominação “Sindicato de Verdade” foi adotada pela nova direção sindical dos trabalhadores calçadistas para simbolizar a sua disposição em se ligar às bases operárias, dado que o motivo de maior descontentamento, e sobre o qual pesava boa parte das críticas mais contumazes contra a direção do Sindtêxtil, era que esta entidade sindical não agia em conformidade com as bases operárias quando da tomada de decisões importantes para a categoria, inclusive sobre acordos salariais.

²⁴¹ Dado fornecido pelo Sindicato operário, em entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

*idades circunvizinhas. Ele hoje tem uma atuação em 16 cidades da região, além de Itapetinga (Dirigente sindical)”.*²⁴²

Segundo os dirigentes do SV a importância da organização sindical está principalmente na realidade do trabalho na região:

o trabalhador (...) necessita realmente de um sindicato para está atuando. Um trabalhador que tem uma certa dificuldade de receber o sindicato, falta uma cultura sindical (...) Nós fizemos quatro seminários em Itapetinga, para convocar o trabalhador, para está passando [informações] sobre direitos e deveres do trabalhador. Já fizemos várias cartilhas. Já entregamos panfletos. Então ele é um pouco assim, sem nenhuma experiência com relação ao sindicato. (...) Ele deve se filiar ao sindicato (...) ele deve estar sempre ouvindo o sindicato (Dirigente sindical).²⁴³

Nota-se uma preocupação com a organização dos trabalhadores na defesa dos seus interesses, bem como com o estímulo à presença mais forte dos trabalhadores na luta, pois o distanciamento da representação sindical junto a sua base foi o alvo principal da crítica do SV ao Sindtêxtil. Mais adiante, quanto falarmos das opiniões dos trabalhadores poderemos confirmar adequadamente se esse intento do SV tem correspondido, na prática, a uma maior aproximação dos trabalhadores junto à organização sindical. Por hora, não temos razões substantivas para desautorizar a franqueza das intenções do SV, expressão mesma do seu surgimento em 1999 como sindicato combativo.

No âmbito estadual o SV está filiado a Central Única dos Trabalhadores (CUT estadual), e no âmbito nacional está filiada a Confederação Nacional dos Têxteis e Vestuários (CNTV) e a CUT nacional. Em termos mundiais o SV não está associado a nenhuma organização. As principais reivindicações do SV são: *“redução da carga horária, melhores condições de salário e melhores condições de trabalho para o funcionário das empresas de calçados (Dirigente sindical)”.*²⁴⁴

Mas logo descobrimos que existem outras questões igualmente importantes para a luta sindical na região:

Há um grande número de acidentes na empresa e o SV vem fazendo sua parte; só que é complicado demais (...) porque as reivindicações do sindicato não são encaminhadas, não têm um certo êxito, não são alcançadas. A gente presta queixa para a Delegacia [do

²⁴² Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

²⁴³ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

²⁴⁴ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

Trabalho] e orienta as pessoas a prestarem queixa para a delegacia e até mesmo para a polícia, para interditar máquinas, e nós não conseguimos. O grande conflito é em cima de acidentes de trabalho (Dirigente sindical).²⁴⁵

Os constantes acidentes no local de trabalho, bem como o descaso da empresa e dos órgãos públicos no tratamento da questão, levou o SV a organizar uma campanha para alertar os trabalhadores dos seus direitos. A campanha denominada “*Pelo direito ao Trabalho com Saúde e Segurança*” buscou informar o(a) trabalhador(a) dos procedimentos a serem cumpridos quando da ocorrência de um acidente durante o exercício de sua função ou no trajeto que o(a) leva da casa para o trabalho e do trabalho para a casa. O principal alerta diz respeito ao preenchimento, pela empresa, do Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT). Este documento, preenchido pela empresa, garantirá ao trabalhador acidentado uma apropriada avaliação junto ao INSS. Além disso, em caso de afastamento das atividades da empresa por mais de 15 dias, o que implica no recebimento de benefício previdenciário (auxílio acidente), está assegurada a permanência do posto de trabalho quando do seu retorno.

A campanha visa informar os trabalhadores dos procedimentos que devem ser cumpridos e sobre os seus direitos em caso de acidente de trabalho. Mas conforme o material didático distribuído “*a questão mais importante, sem dúvida, é conseguirmos que as condições de trabalho sejam modificadas para que novos acidentes de trabalho não ocorram*”. Essa preocupação tem uma motivação concreta: a sub-notificação dos acidentes de trabalho pela Azaléia. Segundo denúncia do SV a empresa vem empregando a prática de dissuadir o trabalhador de exigir o registro do CAT, alegando que muitas ocorrências não configuram acidente de trabalho e sim lesões simples; ou ainda, a empresa se recusa a emitir o documento, descaracterizando os acidentes de trabalho e classificando-os arbitrariamente como “ato inseguro praticado pelo trabalhador”.

Os acidentes de trabalho – alguns extremamente graves, como amputações de membros – têm tirado o sossego dos sindicalistas e a saúde dos trabalhadores atingidos. Segundo inspeção feita em janeiro de 2001, a pedido do Ministério Público, a questão dos acidentes de trabalho na Azaléia Nordeste envolve “certa gravidade”, o que levou os inspetores a divulgar a seguinte conclusão preliminar: “*se está diante de um quadro preocupante*” (CESAT, 2000, p.2). As queixas feitas pelos trabalhadores são freqüentes, principalmente com relação a

²⁴⁵ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

doenças músculo-esqueléticas, com destaque para as lesões e doenças por esforço repetitivo (LER/DORT).

Segundo um estudo mais detalhado, publicado logo em seguida, em janeiro de 2001 – e depois desta data não houve outro –, os acidentes na Azaléia podem ser classificados basicamente como “lesões corto-contusão” (CESAT, 2001). Os trabalhadores estão expostos a acidentes que podem levar a “*lesões por corte, perfurações e/ou mutilações*” (CESAT, 2001, p.34). Além dos acidentes, os trabalhadores estão expostos ainda a outros fatores de risco: I) físicos: ruído excessivo proveniente de elevados níveis de pressão sonora, e altas temperaturas derivadas da emissão de calor na fábrica; II) químicos: exposição a produtos químicos de “*toxicidade elevada*” como vapores exaladas de colas e solventes; III) ergonômicos: posturas estáticas e inadequadas que levam ao desenvolvimento, manutenção e avanço de doenças musculoesqueléticas, freqüentemente de LER/DORT, que atingem principalmente a região cervical e os membros superiores dos trabalhadores; IV) psicossociais: desgaste emocional profundo provocado pelo excesso de trabalho, intensificação dos ritmos do trabalho e pela fragmentação das atividades (idem, pp.25-35).

Contusões variadas, cortes e até amputação de partes ou de membros inteiros do corpo já foram e continuam a ser registrados na Azaléia. Os trabalhadores estão obrigados a manterem-se por muito tempo de pé, numa postura estática, realizando movimentos constantes e repetitivos. Estão sujeitos à exposição imprudente de produtos químicos, óleos minerais e partículas de poeira. Estão expostos a odores exalados de hidrocarbonetos (colas) e a ruídos excessivos provocados pelos equipamentos. São inúmeros os equipamentos que estimulam a pressão inadequada nos dedos e nas mãos dos operários. Em suma, estão expostos imprudentemente a riscos de acidentes e de aquisição de doenças, bem como a condições de trabalho consideradas, sob muitos aspectos, insalubres. Vejamos a conclusão da inspeção no tocante aos casos de LER na Azaléia:

Importante ressaltar que alguns chamados fatores administrativos têm sido identificados como elementos que interagem com os demais fatores referidos (...) Dentre estes fatores [do agravamento e/ou manutenção dos quadros de LER] estão o baixo nível de atenção dispensada pela direção da empresa em verificar e eliminar riscos potenciais, resistência manifestada diante das queixas dos trabalhadores, estrutura inadequada dos serviços de saúde, falta de implementação de projetos de ergonomia, seja de correção ou de concepção pelo setor de engenharia, baixa integração entre direção, setores de saúde e segurança (CESAT, 2001, p.32).

Além dos acidentes de trabalho, a causa dos mais recorrentes atritos entre o SV e a Azaléia na região, verifica-se ainda o conflito do sindicato com entidades públicas instaladas na localidade. O SV alega não obter o que consideram a devida atenção e respeito desses órgãos. São exemplos: a Delegacia do Trabalho e o INSS, além da Câmara de Vereadores do município.

Com a Delegacia do Trabalho a querela se refere basicamente a acidentes de trabalho: *“O sindicato presta queixa, vai lá procura a Delegacia do Trabalho, elabora um documento fazendo uma denúncia. A Delegacia do Trabalho não vai dar assistência, não procura saber o porque, o que houve com essa máquina. A Delegacia do Trabalho não vai (Dirigente sindical)”*²⁴⁶. No que concerne ao INSS o problema também está associado aos acidentes de trabalho:

Ele [o INSS] está mudando as doenças ocupacionais para doenças comuns. A empresa às vezes chega até a mandar um documento – porque empresa nenhuma quer assumir que ela tem doença ocupacional. Ela manda um documento como doença comum. A pessoa vai lá no INSS e prova que é doença ocupacional, o perito do INSS aprova que é doença comum (...). Às vezes a pessoa procura médico fora de Itapetinga, recebe o laudo, o sindicato preenche tudo, e quando chega lá (...) o INSS diz: “é doença comum”. Então esse é o grande problema com o INSS (Dirigente sindical).²⁴⁷

Com relação a Câmara de Vereadores a oposição ao sindicato se manifesta na proporção que a atuação deste se radicaliza, como por exemplo durante uma greve. Em 2004 os trabalhadores da Azaléia entraram em greve. Em represália a Câmara de Dirigentes Logistas de Itapetinga (CDL) decidiu pelo fechamento do comércio local, entendendo sua atitude como um protesto à greve dos operários da Azaléia. A Câmara de Vereadores – juntamente com a prefeitura e parte da imprensa de rádio local – não tergiversou e de imediato apoiou o protesto puxado pela CDL. Os trabalhadores, não compreendendo durante a crise a aliança entre a indústria e o comércio, apontaram para uma aparente contradição na motivação dos comerciantes em protesto, e questionam ainda hoje: *“não entendemos a lógica do comércio, porque se a gente conseguir aumentar o salário do trabalhador vai ser melhor para o comércio (Dirigente sindical)”*²⁴⁸.

Condições de trabalho satisfatórias, melhores salários, redução da jornada e do ritmo de trabalho, garantia de saúde, mais respeito aos trabalhadores e suas organizações, todas estas

²⁴⁶ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

²⁴⁷ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

²⁴⁸ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

são reivindicações centrais para o SV. Mas há uma outra conquista que o SV entende como fundamental para a organização sindical no estado, e sem a qual todas as reivindicações descritas acima terão menos condições de serem alcançadas de modo satisfatório. Trata-se do estabelecimento de uma Federação Estadual dos Trabalhadores Calçadistas:

São Paulo tem federação, Rio Grande do Sul tem federação, Minas não tem porque são empresas clandestinas, e nós estamos vendo se fundamos essa federação, no máximo, até fevereiro [2007]. No máximo até fevereiro podemos estar com essa federação fundada, para a gente poder discutir um salário melhor para o trabalhador (Dirigente sindical).²⁴⁹

A organização operária na forma de uma federação estadual que concentre todas os sindicatos dos trabalhadores do calçado no estado da Bahia é entendida como vital para o avanço das conquistas trabalhistas para o setor, sobretudo a possibilidade de se estabelecer um piso salarial estadual para a categoria (e posteriormente, através de discussões com outras federações, um piso nacional):

Seria um marco na Bahia, seria um grande avanço. Uma, o trabalhador iria passar a discutir não só salário estadual ele ia passar a discutir o salário nacional com a Federação (...) Sabemos hoje que as empresas de calçados vieram para a Bahia por causa dos baixos salários, salários que elas pagam a menor do que no Rio Grande do Sul. Mas teria estudos, o pessoal do DIEESE iria estudar para saber qual a possibilidade de estar discutindo um salário melhor para o trabalhador. Essa é a grande vantagem da Federação (Dirigente sindical).²⁵⁰

A despeito do otimismo professado pelos dirigentes do SV, a criação de uma federação para os sapateiros ainda não se realizou na Bahia, todavia esforços continuam sendo feitos nessa direção, e os trabalhadores calçadistas na Bahia contam com experiências exitosas de criação de outras federações como a gaúcha e a paulista. A constituição da federação representaria um avanço na direção da centralização da organização sindical e suas lutas no estado, com potencial para tratar das questões nacionais pertinentes à categoria.

Ademais, a total oposição à terceirização do trabalho operário e à sub-contratação de ateliês, bem como a atenção dada à qualificação da força de trabalho²⁵¹, são também

²⁴⁹ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

²⁵⁰ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

²⁵¹ O SV tem demonstrado alguma preocupação com a qualificação, para além da fábrica, dos trabalhadores: “Nós temos aí 20 computadores que nós recebemos da Petrobrás; pedimos a Petrobrás e ela nos doou. Estamos dando um curso de inclusão digital para o trabalhador em Itapetinga. O trabalhador que for filiado ao sindicato

preocupações do SV. Portanto, tais questões também têm feito parte do conjunto de temas com os quais o sindicato tem orientado sua atuação. Outros possíveis instrumentos de apoio à luta dos trabalhadores, tais como a comissão de fábrica e mesmo a CIPA, têm sido completamente ineficazes no auxílio aos trabalhadores, em parte pela ação da empresa que controla as eleições para essas organizações e pela oposição que a Azaléia manifesta à presença sindical nestas, sobretudo junto à comissão e, em parte, pelo pouco crédito atribuído pelo SV, enquanto prática sindical efetiva, às formas de organização no local de trabalho (OLT's), como por exemplo as conhecidas comissões de fábrica.

Além da pauta de reivindicações, o SV oferece a seus filiados alguns serviços, como por exemplo: assessoria jurídica, convênios, cursos de inclusão digital, além de informações procedimentais de praxe. Ademais, avançaram do Acordo Coletivo para uma Convenção Coletiva a partir de 2005, ampliando as negociações para mais de vinte municípios baianos. Tem defendido o fim da contribuição sindical obrigatória e reconhece a necessidade de uma reforma sindical, muito embora seus dirigentes reconheçam também terem estudado pouco a matéria. Defende a aproximação dos sindicatos com partidos políticos que consideram “de esquerda”, sendo citado o PT, e a aproximação com movimentos sociais autônomos a exemplo do MST, também citado nominalmente:

Todos os movimentos de esquerda na verdade têm ligação direta com o sindicato, porque a maioria desses movimentos de esquerda surgiram através da luta sindical (...) A gente sempre apóia o MST, e o MST também sempre apóia nossas reivindicações, mesmo que não estejam ligadas diretamente as reivindicações de um e outro, mas estamos apoiando a outra classe (Dirigente sindical).²⁵²

Embora apóie a reforma da legislação do trabalho, o SV entende que a flexibilização dos direitos trabalhistas trará mudanças que não irão beneficiar os trabalhadores; diferentemente, com relação a

ele não paga nada e quem não for filiado ao sindicato dá uma contribuição para o rapaz que dá o curso de R\$ 10,00. É um curso reconhecido pelo MEC, um curso que recebe diploma. Está aí funcionando” (SV, fita 2, p.3). Mas esta é uma prática ainda pouco estimulada na região: “tenho aquela impressão que tudo que é de graça o trabalhador não aceita, porque você colocar um curso desse, de graça, com 20 computadores e não conseguir formar, durante seis meses – com a expectativa de formar 300 pessoas ou 250 pessoas – 60 pessoas. É muito pouco” (Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006). Entretanto, certamente não é a gratuidade dos cursos que afasta o(a) trabalhador(a), mas provavelmente a baixa exigência desses conhecimentos aliada a grande oferta de emprego menos qualificado na região, sendo a própria Azaléia Nordeste o exemplo mais imediatamente reconhecido.

²⁵² Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

flexibilização das normas trabalhistas nós a vemos com alguma ressalva, porque embora ela possa ser tida como fator gerador de emprego, mas ela também pode ser vista por uma outra ótica: aniquilar direitos já adquiridos (...) Eles estão sempre procurando essa flexibilização, por exemplo as empresas elas questionam sempre a questão do 13º salário, a multa do FGTS, então tudo isso eles vem sempre buscando questionar (Dirigente sindical).²⁵³

O SV parece não avaliar a reforma trabalhista como uma ação do Estado na direção da flexibilização (e precarização) do trabalho. Ao que tudo indica a compreensão do SV sobre a necessidade de uma reforma trabalhista se escuda numa vaga idéia de modernização das relações trabalhistas, que garantiria os direitos conquistados e avançaria na direção de novos direitos e garantias. Na verdade, como reconheceram os diretores sindicais entrevistados, as informações que têm a respeito das discussões políticas sobre as reformas trabalhista e sindical são limitadas, o que pode explicar sua visão ingênua, principalmente sobre a reforma trabalhista.

Quanto às greves operárias o SV teve a oportunidade de participar de duas, uma em 2000 e outra em 2004 (aliás as únicas greves dos trabalhadores da Azaléia até o momento). A motivação primordial para a greve de 2000 foi a insatisfação dos trabalhadores com o salário que recebiam; por essa época percebiam um salário mínimo apenas. Essa foi a conjuntura em que surgiu o SV, em oposição ao Sindtêxtil, nesse período ainda o sindicato oficial dos sapateiros.

A prática sindical usual era assinar o acordo firmado sem a observância da disposição dos trabalhadores. Foi então que o SV, ainda não reconhecido pelo Ministério do Trabalho, promoveu uma mobilização que culminou na opção dos trabalhadores pela greve. A fábrica parou por cinco dias seguidos. Foram obtidos êxitos como a redução do valor da alimentação e do transporte, o que incidiu diretamente na renda dos trabalhadores.

Com o retorno dos trabalhadores da greve o SV já havia obtido legitimidade suficiente entre os próprios trabalhadores, e o passo seguinte foi o registro legal do sindicato junto ao Ministério do Trabalho.

Em 2004 o estopim da greve foi a assinatura de um acordo de salários “às escondidas”, como se costuma dizer no meio operário, por um dirigente sindical, porém desta vez ligado ao SV. Mais uma vez os trabalhadores não ficaram sabendo do teor do acordo até a sua

²⁵³ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

divulgação oficial, já devidamente assinado pela empresa e pelo representante sindical. Ao se tornar público o acordo o dirigente sindical caiu e o SV para não perder sua legitimidade frente os trabalhadores optou por decretar a greve, no que se seguiu a paralisação dos trabalhadores por doze dias. Segundo um dos dirigentes do SV a época:

Nós fizemos a mobilização, mas acima de tudo fizemos uma discussão muito grande com o trabalhador e não deixamos transparecer que foi só por isso que o sindicato estava fazendo aquela mobilização, mas sim o assédio moral, que lá dentro é muito grande (a senhora ia ao banheiro e o supervisor ia atrás, batia na porta e chamava para sair porque tinha demorado bastante); o desrespeito com o trabalhador, o operador, ao levar uma discussão de trabalho no setor. E isso aí levou a greve (Dirigente sindical).²⁵⁴

A estratégia do SV foi associar à insatisfação com os baixos salários uma outra insatisfação, também considerada degradante, o assédio moral no local de trabalho, e assim se redimir do deslize cometido anteriormente (o tipo de erro que já havia proporcionado o desprezo dos trabalhadores da Azaléia pelo Sindtêxtil). O assédio moral é encarado pelos trabalhadores basicamente como o desrespeito à dignidade da pessoa que trabalha, sobretudo o tratamento grosseiro e autoritário, sustentado pelo abuso do poder.

O acordo celebrado pelo dirigente oportunista²⁵⁵ não foi revogado, mas, ao que parece, as queixas relativas ao assédio moral dentro da empresa diminuíram desde então. Foram adotadas caixas de sugestões e a administração da Azaléia passou a levar a sério denúncias contra supervisores que abusassem da autoridade conferida a eles pela empresa.

Depois de doze dias a greve terminou. Deixando atrás de si um saldo não muito animador para os trabalhadores que, logo reconheceram não obtiveram a vitória que desejavam, afinal de contas a questão salarial continuava tremendamente mal resolvida. O sindicato foi multado em 5 milhões e 600 mil de reais pela Delegacia Regional em Salvador, que entendeu a greve como ilegal. O SV recorreu e o processo tramita na Justiça da capital ainda hoje. O SV reconhece que os êxitos foram poucos, mas entende que houve uma “*vitória política* (Dirigente sindical)” no que se refere ao assédio moral.²⁵⁶

²⁵⁴ Entrevista concedida ao autor em outubro de 2006.

²⁵⁵ Esse dirigente sindical foi hostilizado pelos grevistas. Expulso da porta da fábrica, seu carro foi quase destruído e chegou até a sofrer ameaças de morte, o que o fez se afastar da cidade.

²⁵⁶ Entrevista concedida ao autor em outubro de 2006.

Os governos estadual e municipal²⁵⁷ se posicionaram contra a greve na Azaléia e a Polícia Militar por sua vez foi acionada e agrediu os trabalhadores na porta da fábrica. A imprensa local buscou se omitir: “*convidamos as rádios e tudo, as emissoras de tv, e ninguém quis participar, porque não queriam mostrar a realidade* (Dirigente sindical)”²⁵⁸. A verdade é que houve pouca cobertura da imprensa sobre a greve em todo o estado da Bahia, como qualquer baiano mais ou menos informado pode confirmar. Além disso, o acontecimento evidenciou a posição contrária dos dirigentes públicos frente a greve dos trabalhadores e um desgaste do SV, o que se refletiu num relativo aumento da descrença dos trabalhadores com a luta sindical, conforme verificado em alguns dos depoimentos recolhidos durante as entrevistas.

Em todo caso, para uma cidade com total ausência de mobilização operária nos moldes da indústria moderna, as greves de 2000 e 2004 são reveladoras dos conflitos que envolvem o capital e o trabalho. Já pensando em evitar os transtornos que uma possível nova greve pode trazer, os administradores da Azaléia organizaram um cadastro com mais de mil nomes de pessoas, passíveis de treinamento relâmpago, para assumirem as funções da força de trabalho que presumivelmente cruzará os braços por ocasião de outra greve. Com essa força de trabalho reserva a postos, aliada ao estoque de mercadorias que a empresa preparou especialmente para situações de greve operária, a Azaléia terá uma relativa condição de normalidade, mesmo durante as paradas, o que tornaria as greves tradicionais praticamente estéreis²⁵⁹. Por seu lado, o sindicato já começa a pensar em modelos de greve onde os trabalhadores estariam mobilizados no interior da empresa e não mais na porta, o que poderia impedir a execução do trabalho fosse qual fosse a força de trabalho disponível.

Ainda que possamos ponderar com pertinência sobre o potencial de êxito, total ou parcial, dessas estratégias, tanto as adotadas pelo capital quanto pelo trabalho, o que se pode afirmar com certeza é a existência de interesses de classe em conflito, cuja solução até aqui ninguém obteve, ou sabe como obter.

²⁵⁷ O governador do estado por essa época era o sr. Paulo Ganem Souto, do Partido da Frente Liberal (PFL). O prefeito do município de Itapetinga no mesmo período era o sr. Miguel Hage, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

²⁵⁸ Entrevista concedida ao autor em outubro de 2006.

²⁵⁹ O SV supõe que a Azaléia Nordeste possui um estoque que, sozinho, seria capaz de garantir o fornecimento de mercadorias da empresa para o mercado por pelo menos trinta dias.

A Azaléia faz questão de anunciar sua posição favorável ao direito de representação sindical dos trabalhadores, com o que busca afirmar sua concordância com o princípio democrático e com o Estado de Direito:

A Calçados Azaléia reconhece o direito de representação de seus colaboradores conferido aos respectivos sindicatos. Mais do que isso: para a empresa, a relação com os sindicatos e com os líderes, democrática e legitimamente constituídos, é mais que um reconhecimento legal. É uma atitude de respeito à democracia e ao pluralismo de opiniões e de interesses. A Calçados Azaléia, portanto, pretende sempre pautar sua atitude pelo diálogo, pela tolerância e pela busca de caminhos comuns que permitam, como em toda a sua história, o atendimento dos interesses de todos e o crescimento da empresa e de seus colaboradores, de acordo com as possibilidades e nos limites previstos pela legislação nacional (Azaléia. Código de Ética, s/d).²⁶⁰

Por seu lado, o SV confirma que a convivência com a Azaléia Nordeste está pautada no reconhecimento mútuo, mas com interesses diferentes: “*É uma relação normal, de empresa e sindicato mesmo. Eles fazem o trabalho deles e nós fazemos o nosso, lutando pelos benefícios que [cada um] enxergar* (Dirigente sindical)”²⁶¹. Assim como a Azaléia também o SV busca amparo na legislação existente, mas este último confere à ação política um papel de maior destaque na conquista de novos direitos, legalmente constituídos. Em virtude da assimetria de poder, o sindicato dos trabalhadores torna-se mais dependente de estruturar suas reivindicações em torno da luta política do que a Azaléia, e por isso tem necessidade de deixar claro isso, sobretudo na defesa que faz da reforma sindical. Isso não significa que os executivos da Azaléia não estejam interessados em resultados políticos, mas apenas demonstra sua disposição, menos acentuada, em admitir esse compromisso em público.

Mas o que se pode afirmar sobre a perspectiva política do SV? Com segurança pode-se dizer que não se trata de um sindicato mobilizado para mudanças revolucionárias, pelo menos não no sentido que os marxistas dão a expressão. Senão vejamos a resposta dada em entrevista a seguinte pergunta: “O SV considera em seus documentos a necessidade de superar o capitalismo?”. Resposta: “*Adequar o capitalismo. Não diria superar, a gente acha o termo mais sensato adequar o capitalismo. Adequar o capitalismo ao bem-estar, ao bem comum* (Dirigente sindical)”²⁶². Ou seja, não se trata, pelo menos até agora, de superar (ou pensar sobre) as condições que possibilitam a exploração dos trabalhadores e a produção e

²⁶⁰ O Código de Ética pode ser encontrado no *site* da Azaléia: www.azaleianet.com.br.

²⁶¹ Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

²⁶² Entrevista concedida ao autor em setembro de 2006.

reprodução do capital, mas sim de promover uma melhor repartição da riqueza produzida pelos trabalhadores. Não é difícil perceber a influência do pensamento social-democrata nessa formulação, com seus ideais de justiça social.

Os dirigentes do SV nem mesmo se colocam o problema da possibilidade/capacidade dos sindicatos de serem “*capazes de romper com a enorme barreira social que separa os trabalhadores ‘estáveis’ daqueles trabalhadores em tempo parcial, precarizados, ‘terceirizados’, subempregados (...) de organizar os desorganizados*” (Antunes, 2005, p.83). Pelo menos não seriamente.

O próprio código de ética da Azaléia, conforme transcrição acima, já permite identificar alguns princípios-base para o estabelecimento de um convívio que priorize o envolvimento sindical: busca de “caminhos comuns” pela empresa e seus empregados (ou, como denomina a Azaléia, os “colaboradores”); o desenvolvimento da empresa implica na promoção de todos, o reconhecimento do “outro”; a afirmação do consenso democrático, além é claro – embora isso não seja dito textualmente – da aceitação das regras do mercado.

Evidente também é a falta de vínculos do SV com qualquer organização internacional de trabalhadores, com o que não está sozinho no Brasil. O SV não considera as formas de atuação sindical que sejam capazes de superar os limites da fronteira nacional, e nesse sentido rende-se aos limites do movimento sindicalista brasileiro tradicional (cf. Bernardo, 2000, p.56).

Se por um lado não podemos definir o SV como revolucionário, por outro lado, este sindicato não deve ser identificado, até o momento, com as tendências recentes do sindicalismo de participação ou de resultados (“neocorporativista”) – a propósito já abordado em capítulo anterior. Pelo que foi exposto até aqui, seria mais adequado vê-lo como um sindicato combativo, que compreende a Azaléia como “patrão” e não como parceira, que optou, até o presente, por buscar elevar a conscientização político-sindical do proletariado:

Olha só, hoje (...) nós trabalhamos muito a consciência, a filiação tem que ser política. Dizemos ao trabalhador: “você vem porque a empresa funciona assim, a empresa pode aprontar com você no futuro e se você não tiver um sindicato ao teu lado pode ter problema”. Então nós estamos conseguindo filiar hoje muita gente. Estamos hoje desenvolvendo um trabalho muito grande na região, muito bom mesmo, que, eu acredito, se continuar, no final de ano vamos fazer uma campanha salarial (...) da pesada mesmo. Eu

acredito que a gente está alcançando 4.500 trabalhadores filiados em 2006. Então é uma bandeira que colocamos, para alcançar isso aí (Dirigente sindical).²⁶³

Para tanto o SV busca aproximar-se de sua base operária e assim obter o legítimo reconhecimento como representante da classe. Combatendo o “peleguismo”, numa região fortemente marcada pelo patriarcalismo e pela violência típicas das regiões dominadas pelo latifúndio pecuarista, onde a tradição de organização do trabalho é tributária de formas pré-capitalistas, como as encontradas entre os antigos sindicatos de artesãos, pedreiros e outros; onde o sindicalismo operário fabril apenas começou a se estruturar, a despeito da Azaléia não ter sido a primeira indústria da região e particularmente de Itapetinga. Tal é o desafio da organização sindical na micro-região de Itapetinga.²⁶⁴

Os limites de uma organização assim compreendida permanecem sendo os de cariz corporativo, que o sindicalismo contemporâneo preserva independentemente do seu caráter combativo ou de participação, e as condições concretas observadas, com destaque para a efetiva ausência de organização operária no local de trabalho e de controle dos trabalhadores sobre a organização do processo de trabalho (esse último limite não se restringe à micro-região de Itapetinga, mas é antes a situação de toda indústria que se organize sobre bases capitalistas).

O SV tem se deparado com as mudanças requeridas pela adoção da reestruturação produtiva na Azaléia. São mudanças graduais, ainda lentas, mas que já começam a fazer parte do dia-a-dia da produção e cujas conseqüências vão se cristalizando aos poucos: trabalho polivalente e em equipe, estrutura mais horizontalizada, informatização de determinados setores, gestão de estoques, intensificação dos ritmos de trabalho terceirização etc. E novas mudanças certamente virão.

A permanência da Azaléia na região, tudo indica, apressará o processo de captura da subjetividade operária, fato que já pode ser observado, bastando para tanto uma leitura do seu Código de Ética. As inovações são parte das recentes exigências de participação em um novo padrão de produção; e nos últimos anos a Azaléia Nordeste tem se mostrado aberta à “flexibilização”, a despeito dos limites estruturais já apontados. Com efeito,

²⁶³ Entrevista concedida ao autor em outubro de 2006.

²⁶⁴ É importante notar que há distinções entre as condições de trabalho no município de Itapetinga e nos demais municípios e distritos da região. O próprio SV reconhece que as condições de trabalho são melhores em Itapetinga, onde a presença sindical é mais sentida.

O novo complexo de reestruturação produtiva possui um componente político-ideológico que tende a ser desconsiderado pela sociologia do trabalho (e pela engenharia de produção). Ou seja, tende a desprezar a sua função histórica de constituir uma nova hegemonia do capital na produção, articulando, para isso coerção capitalista e consentimento operário (Alves, 2000, pp.303-4).

Portanto, o novo complexo de reestruturação produtiva, com seu “*caráter dissolvente da perspectiva classista (...) constitui um campo ideológico propício para a manipulação da subjetividade operária*” (idem, p.304). Essa correta caracterização da reestruturação produtiva atual – a julgar pela análise da penetração da reestruturação produtiva em outras indústrias – permite-nos apontar possíveis dois desdobramentos colocadas para a luta sindical daqui para frente na micro-região de Itapetinga. O primeiro, as disputas de classe envolvendo, de um lado, as estratégias do capital na busca pelo envolvimento dos operários e, de outro lado, a construção de uma consciência operária de classe, autônoma em relação ao capital, para a qual contribui os esforços da ação sindical de qualquer entidade que queira se mostrar combativa. O segundo, como será (e se será) travada a luta sindical contra a tendência atual de reforço do corporativismo, estimulado pelo capital com a flexibilização da produção, ou seja, o neocorporativismo.

Segundo Antunes, desde os anos 1990, os desafios para o sindicalismo mundial e brasileiro são inúmeros. Entre os desafios colocados para os sindicatos pode-se perguntar:

Reverterão a tendência, desenvolvida especialmente a partir do toyotismo e hoje se expandindo em escala global, que consiste em reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril, micro, ao *sindicalismo de empresa*, ao *sindicalismo de envolvimento*, mais próximo do controle e do domínio patronal, em que a *individualização* das relações entre capital e trabalho são crescentemente implementadas pelo capital? (Antunes, 2005, p.83).

Assim como o local de trabalho, também o ambiente sindical está sendo sacudido pelo avanço da acumulação flexível e das políticas de desregulamentação do trabalho. O sindicalismo brasileiro vivencia uma crise:

Existe uma crise do sindicalismo no Brasil, principalmente a partir do governo Collor, cujo principal sintoma é a crise das estratégias políticas do “novo sindicalismo”, expressa, por um lado, no desenvolvimento de práticas sindicais neocorporativas de cariz “propositivo”, e, por outro, nas debilidades estratégicas de cariz “obreirista” das práticas sindicais de contestação à lógica do capital na produção (Alves, 2000, p.10).

O SV participa do processo de crise sindical na medida em que, fundamentalmente, suas estratégias não contestam a lógica imposta pelo capital que preside a produção, e também por desenvolver práticas propositivas, ou seja, colaboracionistas de classe. Para o capital – personificado na burguesia – a acumulação flexível precisa envolver tanto os operários quanto suas organizações sindicais, para assim re-organizar a produção outra vez sob sua hegemonia.

De acordo com as determinações da acumulação flexível (“toyotismo”), flexibilizar implica em capturar a subjetividade (política e individual) do trabalho, tanto junto aos trabalhadores no chão da fábrica quanto no sindicato. A luta sindical dos calçadistas da micro-região de Itapetinga por enquanto não desceu ao nível do sindicalismo de envolvimento ou do “sindicato de empresa”. Mas se conseguirá resistir às pressões nesse sentido é uma questão que se coloca. E a ação que o SV empreender – independente da opção pelo sindicalismo classista ou pelo sindicalismo de participação – estará inscrita na tendência, esta sim global, de combate ou resignação ao sindicalismo de envolvimento, ou até mesmo no combate à lógica do capital na produção. O devir histórico trará respostas para essa questão. Contudo, devemos atentar fundamentalmente para o que fazem, pensam e sentem os trabalhadores e as trabalhadoras.

3. OS TRABALHADORES

Os trabalhadores conhecem suficientemente bem a sua atividade para poder dizer algo a respeito. É verdade que a alienação do trabalho gestada pela organização e estruturação da sociedade em bases capitalistas cria uma série de distorções e deformações, mais ou menos sutis, que turvam o entendimento da condição de trabalhador e da natureza do trabalho sob este sistema econômico. Não são desprezíveis os aspectos ideológicos, constantemente resignificados e inventados, que visam impedir (ou pelo menos dificultar) aos trabalhadores a percepção das determinações a que estão submetidos, principalmente a natureza da exploração sofrida. Produzida na fábrica e penetrando nas relações sociais a mercadoria desperta um fetiche poderoso. Ainda assim, e diante de toda sorte de estranhamentos, o proletariado tem consciência de sua condição de explorado. Em certas circunstâncias compreendem bem os mecanismos da exploração de classe, em outras menos. O proletariado, através do seu movimento organizado, toma contato – de modo diferente a depender do lugar e da época –

com as categorias teóricas extraídas da sua experiência histórica de classe, permitindo que sua ação, base objetiva da própria reflexão, seja afetada pela elaboração teórica (temos assim a *práxis*).

Conhecimento rico e variado há bastante sobre a história da luta da classe trabalhadora; conhecimento que, inclusive, identifica caminhos para a superação da exploração de classe. Todavia, há muita fragmentação e divisões internas na classe operária. Ademais, atualmente o mundo do trabalho vem se tornando mais heterogêneo e portanto mais complexo. Mas a classe trabalhadora continua a existir e se organizar (assim como também a burguesia).

No interior da Azaléia Nordeste os conflitos entre os trabalhadores e a direção, supervisão e coordenação da empresa são permanentes. Da parte dos trabalhadores e do sindicato existem muitas maneiras de lidar com eles, por exemplo, o trabalho em equipe. Adotado para se permitir a polivalência do trabalho e a flexibilização da produção é percebido de modo distinto pelos trabalhadores. Segundo a opinião uma revisora do pavilhão 26: “*Para mim é bom. Na minha equipe todo mundo é unido. Aí não tem aquela rivalidade (Operária)*”²⁶⁵. Ou ainda: “*É bom. Porque a nossa equipe lá, pelo menos no (...) turno que nós trabalhamos, é uma equipe participativa, é um grupo (Operário)*”²⁶⁶. Já para um multi-operador da expedição: “*É bom e ruim ao mesmo tempo. O bom porque estamos ali com várias pessoas, tem o conhecimento (...) É ruim porque às vezes tem companheiros que querem subir nas nossas custas e quando faz alguma coisa de errado sempre entrega uns aos outros (Operário)*”²⁶⁷. Para uma passadora de adesivo da pré-fabricação ou para um centrador do setor de montagem trabalhar em equipe não agrada porque significa ter que dar conta de “*muita produção (Operário)*”²⁶⁸.

As opiniões variam entre a solidariedade e a rivalidade, aliás, duas dimensões presentes, de alguma maneira, na lógica do trabalho em equipe: solidariedade, pois ao serem colocados lado a lado os trabalhadores interagem entre si, estimulando a cooperação; rivalidade, uma vez que o cumprimento de metas e as disputas pessoais são estimuladas no interior da equipe. Nesse caso, além da formação de equipes, trata-se também da polivalência, sendo que estes operários entrevistados são capazes de executar outras funções além da sua

²⁶⁵ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁶⁶ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁶⁷ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁶⁸ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

própria. Em alguns situações essa multi-funcionalidade está sub-utilizada, vez que o(a) trabalhador(a), mesmo dominando várias tarefas, continua muito limitado a uma única atividade.

Se por um lado é inegável que o novo complexo de reestruturação produtiva busca, como já foi dito, “*constituir uma nova hegemonia do capital na produção*” (Alves, 2000, pp.303-4), empenhando-se como nunca na conquista do consentimento operário, por outro, ele tem se mostrado incapaz de eliminar a solidariedade de classe que nasce do contato dos trabalhadores na produção, ainda que se adote o trabalho polivalente, como é caso, por exemplo, na Azaléia Nordeste. Com efeito, a resistência operária não poderá ser plenamente subsumida pela acumulação flexível do capital, assim como não foi, no passado, pelo fordismo. As contradições auto-evidentes do capitalismo não permitem que a subjetividade operária seja completamente subordinada à lógica do capital (idem, p.351).

Em entrevista, o diretor administrativo do SV disse que a polivalência, a divisão e a organização da estrutura produtiva em células e equipes de trabalho é benéfica para o trabalhador, pois reduzem a frequência de movimentos repetitivos, o que contribuiria para redução dos casos de doença ocupacional, ocorridas geralmente em função da repetição incessante de um mesmo movimento durante a execução de uma mesma operação no trabalho. Por essa visão, estaria em jogo a questão do desgaste do trabalhador durante a realização da sua atividade. Assim, a polivalência seria positiva para o trabalhador.

No entanto, não é com essa intenção que a polivalência e as equipes de trabalho são adotadas nas indústrias de todos os ramos, senão como estratégia que visa, por um lado, incrementar a produtividade das empresas através da flexibilização e, por outro lado, comprometer mais e mais o trabalhador com as metas e interesses da empresa. Claro que nem sempre essas técnicas são adotadas de maneira convincente e nem sempre seus resultados são considerados satisfatórios. Isso ocorre por causa da resistência interposta pelos próprios operários à implantação dessas técnicas.

As resistências operárias podem variar da oposição explícita à introdução da polivalência e das equipes de trabalho, até a apropriação destas experiências pelos trabalhadores, com intuito de aliviar sua extenuante carga de trabalho. Esta última tornou-se o modelo de resistência seguido pelos trabalhadores na Azaléia em Itapetinga e região, como

comprovam os depoimentos dos trabalhadores aqui apresentados, juntamente com a posição do dirigente sindical sobre o trabalho polivalente.

Se a opinião dos operários sobre o trabalho em equipe pode divergir, pelo menos eles concordam com uma coisa: permanecem mal pagos, agora ainda mais, pois exercem várias funções e recebem salário correspondente a uma única. Outro ponto de unanimidade entre os entrevistados: a organização do trabalho em equipes torna-se boa para a empresa: “*É bom. Porque permite substituição: o dia que um não vier [coloca-se outro]. Acho que para ele tem mais vantagem do que para a gente (Operária)*”²⁶⁹; “*Para o patrão é bom, porque você trabalha num setor, por exemplo (...) nós trabalhamos no 7, e podemos ir para o 6 (Operária).*”²⁷⁰; “*Para o patrão é sempre bom, porque nesse caso ele coloca um funcionário que é capaz de realizar três, quatro, cinco funções, sendo que ele só paga como se fosse uma função (Operário)*”²⁷¹.

Os trabalhadores já perceberam que a implantação das equipes de trabalho e a contratação de multi-operadores beneficiam basicamente o capital. Sabem também que essas novas estratégias implicam em contradições para o empresariado. Assim o trabalho em equipe “*enquanto estiver (...) servindo para eles [a empresa] está ótimo (Operária)*”²⁷². Quando deixar de ser um “bom negócio” pode ser perfeitamente substituído, sem se importar com a opinião dos trabalhadores.

A adoção de novas tecnologias por parte da Azaléia tem, até o momento, preocupado pouco os operários: “*ela usa mais a mão-de-obra (Operária)*”²⁷³. Outra operária – que sempre trabalhou num pavilhão onde máquinas modernas nunca foram instaladas – observa não ter percebido diferença “*até agora (Operária)*”, mas admite, por outro lado, que a tecnologia pode gerar desemprego.²⁷⁴

A presença da Azaléia na região tornou-se sinônimo de empregos, ainda que de baixa qualidade e remuneração. Os trabalhadores da Azaléia estão por toda parte; praticamente não há família em Itapetinga que não possua um membro seu trabalhando lá. A Azaléia Nordeste (bem como toda a indústria calçadista) emprega força de trabalho intensiva,

²⁶⁹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁷⁰ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁷¹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁷² Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁷³ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁷⁴ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

predominantemente manual. Mas em alguns setores já se pode verificar redução de empregos. A máquina injetora, por exemplo, executa o trabalho que dezenas de operários anteriormente faziam na preparação de solados. Novos processos organizacionais permitem que um trabalhador faça o trabalho de vários outros sem prejuízo da produtividade. Porém, é razoável compreender que o avanço técnico-organizacional na indústria calçadista – mesmo nas fábricas mais modernas – encontra limites objetivos: preponderância do trabalho manual, segmentação intrínseca e baixo investimento em P&D e tecnologia microeletrônica.

Sobre os programas de qualidade da Azaléia a posição dos trabalhadores é mais ou menos a mesma em relação ao trabalho em equipe. Reconhecem a importância que a qualidade dos produtos têm para a empresa, para a lucratividade empresarial, enquanto que, para os trabalhadores significam, diferentemente, apenas mais uma etapa de produção do calçado a ser cumprida. De acordo com um operário: *“Para a Azaléia é ótimo (...) Agora para funcionário eu não vejo vantagem nenhuma (Operário)”*²⁷⁵, no que ratifica outro operário: *“O programa de qualidade da Azaléia para ela é sempre bom, porque os programas de qualidade da Azaléia são todos puxados para o lucro dela e não em benefício do funcionário (Operário)”*²⁷⁶.

Durante a observância do programa de qualidade por parte da direção da Azaléia Nordeste, os trabalhadores confirmam o controle sobre seu trabalho: *“o tempo todo, [eles] vêm e olham o que você está fazendo, depois vem o gerente olha, vem o supervisor olha (Operária)”*²⁷⁷. O caso dos coletores munidos de *palm-tops* é emblemático do controle sobre o trabalhador:

Os coordenadores e o gerente eles ficam o tempo todo rodando o pavilhão todinho. Você trabalhando com o coletor você é monitorado. Eles sabem onde você está. Se você estiver na rua 1, por exemplo, eles sabem pelo coletor, porque você está em PIC. Eles sabem se você está em PIC ou não. PIC é coleta de caixas [monitorada por sistema informatizado] (Operário).²⁷⁸

Os trabalhadores buscam de variadas formas reduzir o controle sobre o seu tempo de trabalho: procuram não trabalhar mais do que o limite que consideram aceitável para o seu

²⁷⁵ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁷⁶ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁷⁷ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁷⁸ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

corpo e mente; diminuir, por alguns instantes, o ritmo de sua produção; ou, como no caso dos coletores, ficando parados por algum tempo nos corredores afastados dos locais de carregamento, ou ainda evitando aglomerações que chamem a atenção de supervisores e coordenadores.

Na Azaléia “*tem tempo para tudo (Operária)*”²⁷⁹ e todas as equipes precisam cumprir metas de produção. O tempo é controlado de maneira rigorosa pela direção da empresa. O local de trabalho é constantemente vistoriado. Ainda assim existem problemas: “*a exigência dela [a Azaléia] é, por exemplo, querer [cumprir] o padrão: que você esteja com luva, com máscara. Só que ela não dá condições para isso (Operária)*”²⁸⁰. O rigor na exigência do cumprimento do horário de entrada na empresa implica em aumento da duração da jornada de trabalho: “*Desde a entrada a empresa puxa para o lado dela e na saída não, porque na entrada a gente tem a obrigação de entrar 5 minutos antes [sem contar o tempo de espera na fila na porta da empresa], agora, para sair tem que ser no horário exato (Operário)*”²⁸¹

Mas, dentre todas as cobranças feitas pela direção da Azaléia aos trabalhadores, nenhuma é tão recorrente quanto a produtividade: “*a produção é o negócio dela (Operária)*”²⁸². Tempo e produção, este é o par dos sonhos da Azaléia para o local de trabalho. Com ironia diz um trabalhador: “*Produção, tem que ter a produção, cumprir o horário, atestado é um crime (Operário)*”²⁸³. A meta é a primeira coisa que chega aos trabalhadores quando iniciam suas atividades diárias: “*quando se chega no local de trabalho ele [o líder] já traz a meta de trabalho do dia: ‘tem que fazer isso (Operário)’*”²⁸⁴. A decisão da produção cabe inteiramente à direção da Azaléia, “*tudo já vem decidido. Lá eles mandam e a gente tem que fazer. Se a gente tentar argumentar não tem jeito (Operário)*”²⁸⁵. Definida pelo setor de Planejamento e Controle de Produção da Azaléia (PCP), a meta de produção pode ser alterada, desde que para cima, mas nunca para baixo (mas se a redução das metas diárias for inevitável a coordenação convoca uma reunião para esclarecer os motivos para o não cumprimento da meta anteriormente estabelecida).

²⁷⁹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁸⁰ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁸¹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁸² Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁸³ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁸⁴ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁸⁵ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

Um dos assuntos que mais irritam os operários é a jornada de trabalho. Não tanto pela duração, mas antes pela intensidade. De acordo com uma operária

Quem trabalha pela parte da manhã trabalha 7 horas, quem trabalha na parte da tarde acho também que chega a ser 7, quem trabalha na parte da noite não é 7 horas, e todos tem o mesmo quadro de produção. Então a noite mesmo você não é tão cobrado, [nem] à tarde, só pela parte da manhã (Operária).²⁸⁶

Nesse caso, a reclamação alia tanto uma crítica à duração do trabalho quanto à cobrança pelas sete ou mais horas de trabalho. Num outro depoimento a operária entende não ser injusta a jornada de trabalho no Brasil para alguns casos, porém quando se trata de falar sobre o seu próprio emprego ela revela: “*você não faz só um trabalho, você faz vários trabalhos em um só. No meu caso, eu reviso, talono e encaixo. Então você não faz só um trabalho, porque na fábrica você não faz só um trabalho, na Azaléia você não faz (Operária)*”.²⁸⁷

A insatisfação com a jornada de trabalho é geral, não se limita à idade ou sexo. Veja o que diz um jovem operário: “*a pessoa trabalha das 7:38 as 15:58 horas (...) tem 15 minutos de descanso, só 15 minutos! E é o dia todo, sem parar; e você não pode sentar de jeito nenhum. No banheiro você tem que ir rápido. E trabalha aos sábados também (Operário)*”²⁸⁸. A intensidade é de tal ordem que alguns chegam a comparar desfavoravelmente o trabalho na fábrica com o trabalho no comércio, mesmo tendo o trabalhador do comércio que cumprir igual jornada de trabalho em relação à indústria, ou seja, oito horas diárias: “*no caso o comércio eles [os comerciários] têm a carga horária de 8 horas, porém tem 2 horas [para o] almoço (Operário)*”.²⁸⁹

Pôde-se observar, com relação à jornada de trabalho, que para os operários as atividades industriais da Azaléia são excessivamente cansativas e desgastantes, havendo inclusive pouco tempo para a pausa entre o tempo de refeição e o retorno ao trabalho após esta, o que é motivo de muitas críticas por parte dos trabalhadores.

Como já referido anteriormente, outro tema “explosivo” da relação entre capital e trabalho no interior da Azaléia Nordeste diz respeito aos acidentes de trabalho. Aqui

²⁸⁶ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁸⁷ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁸⁸ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁸⁹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

precisamos retomar esta questão. Os operários sentem insegurança, muito visível nos depoimentos, quanto ao tratamento da questão pela empresa, tanto no que se refere à prevenção, quanto aos cuidados depois de ocorrido um acidente. A Azaléia tem sido acusada de negligência e até de produzir inverdades sobre o assunto, como manipular e omitir informações sobre ocorrências dessa natureza, abandonando, conseqüentemente, o trabalhador acidentado à própria sorte. A empresa se defende, através de seu departamento médico interno, argumentando sobre as dificuldades de diagnosticar e prover o tratamento dos trabalhadores.

A intervenção da Comissão Interna para Acidentes de Trabalho (CIPA) tem se mostrado, no mínimo, tímida, haja visto os trabalhadores – nem o seu sindicato – não relatarem experiência onde esta entidade tenha tido alguma participação decisiva no combate aos acidentes de trabalho ou no encaminhamento dos casos ocorridos. O fato é que continuam existindo acidentes de trabalho e acometimento por doenças ocupacionais. Diante dessa situação são muitas as reclamações.

É comum observar, entre os trabalhadores, descrença quando se difundem informações que buscam associar a culpa pelo acidente durante o trabalho à negligência do trabalhador(a) no uso dos equipamentos, a despeito de terem sido capacitados previamente para o uso destes. Há casos em que a empresa recolhe depoimentos de trabalhadores acusando outros trabalhadores de que o acidente sofrido pelos últimos fora proposital.

Certo é que não é bom para a imagem de nenhuma empresa considerada moderna estar associada a fatores de risco à saúde dos seus funcionários no local de trabalho – tão comum nas fábricas durante o início da industrialização nos séculos XVIII e XIX. Na atualidade, o problema de muitas empresas é que não obtendo sucesso na prevenção dos acidentes e das doenças, elas passem a utilizar-se de recursos deploráveis de ocultamento da verdade sobre os acidentes de trabalho, tudo para não terem seus lucros diminuídos. Não se quer aqui afirmar que seja o caso da Azaléia Nordeste, mas as incessantes queixas dos empregados desta empresa não devem ser desconsideradas e merecem mais atenção, inclusive dos poderes públicos, a começar pelo INSS e a Delegacia do trabalho .

E sobre as remunerações pagas pela execução do trabalho na Azaléia o que pensam os trabalhadores? Sob o capitalismo nenhum valor de remuneração na forma de salário apaga a exploração, cuja geração da mais-valia é a expressão. Remunerar com salário o trabalhador é apenas a face mais visível da exploração – mas que o capital quer simultaneamente ocultar

com tal mecanismo – que nasce na produção das mercadorias através a geração da mais-valia, para que em seguida esta mais-valia, contida nas mercadorias, se realize no momento da circulação. A realização do valor criado na produção – a sua transformação em dinheiro – depende da circulação das mercadorias no mercado. A verdade é que a natureza da exploração capitalista não reside no salário pago a menor e sim no tempo de trabalho que não retorna para o trabalhador (individual e coletivo) porque é apropriado pelo capitalista.

Seria impossível esperar encontrar em qualquer relação de trabalho praticada pela indústria regida pelo capitalismo a eliminação desse tipo de exploração. O capital nasce da exploração do trabalho, sem essa exploração não há mais-valia, sem mais-valia não há capital, sem capital não existe lucro. Nenhum empresário capitalista constitui uma empresa privada com algum tipo de capital sem a finalidade de obter lucro; portanto só é possível “fazer negócio” para obter lucro escorando-se na exploração do trabalho. Não seria diferente com a Azaléia, seja em suas unidades no Sul do país, seja em unidades do Nordeste.

Mas há empresas que remuneram melhor do que outras seus empregados. Pelo que paga na forma de salário aos seus operários, dificilmente a Azaléia poderá ser superada em menor remuneração por outra grande indústria que atue legalmente no Brasil²⁹⁰. Depois de nove anos de atuação em Itapetinga e região o salário pago aos trabalhadores da produção situa-se muito próximo de um salário mínimo. Com os descontos todos nem isto. Não admira ser esta a fonte de maior insatisfação entre os operários da Azaléia (maioria esmagadora dos assalariados da empresa).

Um consolo possível poderia ser obtido na participação dos lucros oferecida pela empresa anualmente a seus funcionários. Todavia, esse complemento salarial não ameniza a insatisfação geral. Todos concordam que *“a Azaléia desconta muita coisa; paga mal*

²⁹⁰ Essa situação tende a se agravar. O governo brasileiro aprovou em 2007 uma regra que regula a contratação de prestadores de serviço em situações em que estávamos acostumados a ver trabalhadores com carteira assinada exercendo atividades. Talvez em breve as fábricas apresentem à sociedade “batalhões” não mais de trabalhadores, mas de “prestadores de serviço”, ou seja, trabalhadores precarizados e mutilados em seus direitos trabalhistas, a começar pela perda do direito ao seguro-desemprego. E, sendo assim, para fins práticos, adiantará pouco se a questão dos abusos será decidida por fiscais ou juízes do trabalho. Um outro exemplo nessa direção é dado pela disposição do presidente Lula de enviar para o Congresso Nacional um projeto de lei que regulamente o direito de greve do funcionalismo público.

Verdadeiramente, importa discutir se os trabalhadores devem aceitar ou não a legalização da precarização do trabalho, tal como quer o Estado brasileiro.

(Operária)”²⁹¹. Alguns, sem acreditar, chegam a desconfiar da quantia registrada no contracheque:

Com tanto desconto que tem eu particularmente acho uma injustiça, porque quando você vai receber seu salário mesmo nunca pega R\$ 350,00, que é o salário mínimo obrigatório. E quando tem descontos e você vai no RH para perguntar o que é, muitas vezes nem sabem explicar o que é, nem agente também, então fica por isso mesmo (Operário).²⁹²

Ao baixo salário recebido se somam queixas de excesso de trabalho, sem a correspondente remuneração: “*nós realizamos mais de uma função e ganhamos como se fosse uma; e esse ganho não é o suficiente; no caso, é salário-hora, mas essa hora é sempre abaixo do salário mínimo* (Operário)”²⁹³. Observa-se a intensificação do trabalho de que trata a sociologia marxista atual²⁹⁴. O trabalho polivalente na Azaléia Nordeste, por exemplo, não vem acompanhada de melhores salários para os operários; e a melhoria da qualidade dos produtos não alterou a remuneração do trabalho executado na produção: “*a qualidade que sai dali depende da gente, de todas as revisoras, e a gente ganha como outro qualquer* (Operária)”²⁹⁵.

Os trabalhadores têm reclamado muito e denunciado o modo como são tratados por seus superiores no interior da fábrica. Certamente não podemos generalizar, associando a comportamentos autoritários e arrogantes (quando não lascivos) todos os coordenadores, superiores e gerentes. Alguns trabalhadores chegam a listar o desrespeito que sofrem na fábrica entre os fatores de maior insatisfação com o trabalho na Azaléia. O tema chegou a entrar na pauta da greve realizada em 2004. Desde então os maus tratos diminuíram, mas não foram completamente abolidos.

De tudo que foi dito até agora, a conclusão a que se pode chegar sobre as condições de trabalho na Azaléia a partir do depoimento dos próprios trabalhadores não é difícil de extrair (e menos ainda de entender). Senão vejamos. Todas as respostas, a exceção de uma, dadas pelos trabalhadores para a questão “você está satisfeito(a) com as condições de trabalho na Azaléia?”, continham um seco “não”, seguidas ou não de justificativa. A exceção foi uma

²⁹¹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁹² Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁹³ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁹⁴ Sobre o tema ver, entre outros: Harvey (1992); Gounet (1999); Alves (2000); Antunes (2002).

²⁹⁵ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

resposta titubeante dada por uma revisora que, embora receba por volta de um salário mínimo por mês, não considera seu trabalho muito cansativo. Sua resposta: “*Mais ou menos, não vou dizer nem que sim nem que não (Operária)*”²⁹⁶. Porém não foi difícil verificar para que lado pende os sentimentos desta trabalhadora no tocante ao seu emprego. Ao responder uma outra pergunta sobre satisfação com o trabalho, desta vez sua resposta foi: “*para mim lá [a Azaléia] é falta de opção. Se eu achasse outra oportunidade fora eu já tinha saído (Operária)*”.²⁹⁷

A insatisfação operária com as condições de trabalho na Azaléia é grande, e vimos alguns dos fatores que explicam esse sentimento. Em nenhum momento essa insatisfação foi associada com algo que se pudesse denominar como vergonha pelo trabalho exercido, mas pelo contrário, todos expressam um auto-respeito muito grande pela atividade que desempenham na indústria. Não se trata de afirmar aqui a fórmula batida da ética do trabalho, que prega o lema: “o trabalho dignifica o homem”. As críticas feitas pelos trabalhadores entrevistados nessa pesquisa dão razões suficientes para demonstrar que a realidade do trabalho é bem mais complexa do que faz crer a ideologia do agradecimento do trabalhador pelo emprego ofertado pelo patrão, trabalho realizado em grande parte, costuma-se dizer, para benefício do progresso da sociedade.

Os trabalhadores da Azaléia Nordeste analisam seu ofício com olhos críticos, sem ilusões. Sabe, melhor do que ninguém, que precisa sobreviver e depende de sua força de trabalho para tanto.

Em Itapetinga, até o momento, não são as idéias socialistas que orientam a classe operária – e como já vimos nem o sindicato –, fato expresso de maneira clara no desconhecimento, por parte de todos os entrevistados, da própria palavra “socialismo”. Não depositam esperanças em partidos políticos, diferentemente do SV; ao contrário tendem a vê-los como interessados exclusivamente em seus próprios assuntos, identificados com corrupção e mesquinhas. Pouco ou nada sabem sobre as reformas trabalhista e sindical em discussão atualmente no país. Não se sentem organizados no interior da fábrica, e temem represálias. Tendem a avaliar o recurso à greve com base no conteúdo embutido nela e não como um fim em si mesma, e, só depois professam sua simpatia ou não para com esse instrumento histórico da luta dos trabalhadores, sobretudo dos operários fabris.

²⁹⁶ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁹⁷ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

Vêm com alguma desconfiança o próprio sindicato da categoria. É comum o ceticismo: “[o sindicato] se você precisar ele te ajuda. Só que não vejo ele ajudando ninguém. Ele vai lá, conversa, fala, mas não resolve nada (Operária)”²⁹⁸. Julgam-no pelas conquistas obtidas ou não, de modo pragmático: “a gente teve uma experiência na Azaléia com o sindicato que não foi muito boa não, porque eles estavam lutando para a gente não trabalhar ao sábado, e aí o sindicato foi o primeiro a aceitar a gente trabalhar [aos sábados] (Operária)”²⁹⁹. Outros reconhecem os esforços empreendidos pelo sindicato: “funciona bem. Quando a gente tem algum problema com a empresa, procuramos o sindicato e nós somos bem atendidos aqui pela equipe do sindicato (Operário)”³⁰⁰; outro, mais entusiasticamente, salienta: “trabalha muito. O salário mesmo, o sindicato tem buscado muitos recursos em Salvador. Vamos ter um aumento agora, abaixo de Deus o sindicato (Operário)”³⁰¹.

O baixo índice de sindicalização na região (maior ainda fora do município de Itapetinga) apresenta-se para o SV como um desafio a ser superado. Esforços estão sendo tentados e em 2007 a questão foi especialmente discutida. Contudo, mudanças substantivas ainda não ocorreram nesse campo. O distanciamento da maior parte dos trabalhadores junto ao sindicato da categoria é uma realidade que perdura. O SV reconhece a situação e alega ser um sindicato jovem. Acredita que a sindicalização da maioria dos trabalhadores é questão de tempo, desde que sejam realizadas ações nessa direção. E a melhor maneira de ganhar a confiança dos trabalhadores da Azaléia Nordeste, de acordo com a atual direção do SV, é defender seus interesses com transparência.

Há de se considerar o curto tempo de vida do SV e as dificuldades inerentes à organização sindical numa região com pouca ou nenhuma tradição de sindicalismo operário, como fatores inicialmente inibidores da organização eficiente do proletariado. Não deve ser desprezada também a conjuntura de refluxo das lutas sindicais combativas no país, fruto do mais recente ataque ao trabalho empreendido pelo capital, tendo à frente a reestruturação e suas técnicas, cujos desdobramentos ideológicos são poderosos.

O caráter recente da organização pode, por outro lado, se enriquecer com as práticas já estruturadas pelo país afora, fazendo avançar a luta sindical em Itapetinga e região, evitando

²⁹⁸ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

²⁹⁹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

³⁰⁰ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

³⁰¹ Entrevista concedida ao autor em janeiro de 2007.

repetir erros cometidos no passado. Já é sabido que a reestruturação produtiva não elimina os antagonismos entre as classes, no máximo cria novas condições para a luta entre elas, embora, é preciso que se diga, nem sempre mais favoráveis aos trabalhadores do que no passado. Em suma, um leque de possibilidades está aberto, possibilitando a cada classe promover seus interesses: à nova burguesia local, enquanto estiver em Itapetinga, caberá manter o controle rigoroso sobre o trabalho, perpetuar a exploração, promovendo índices satisfatórios de produtividade, enquanto conquista amplos mercados no Brasil e no mundo; à classe trabalhadora, caberá fortalecer sua organização para que possa lutar em prol dos direitos conquistados e avançar em direção a outros, elevando sua consciência de classe numa busca crescente por autonomia, liberdade e igualdade.

Em algum momento esses interesses de classe, fundamentalmente antagônicos, entrarão em rota de colisão, e o resultado daí decorrente é imprevisível. Um exemplo: a Azaléia não descarta a possibilidade de instalar uma unidade de produção de calçados na China, onde os custos de produção são baixos e a boa vontade do governo chinês é grande. A questão é saber se a unidade da Calçados Azaléia em Itapetinga continuará em operação ou se, por ventura, fechará suas portas caso a empresa promova o deslocamento de sua fábrica para a China. Esse exemplo virtual é emblemático do caráter internacionalizado da luta de classes. Portanto, se é correto que não podemos entender plenamente a vinda da Calçados Azaléia S/A à micro-região de Itapetinga sem compreendermos antes as novas determinações da divisão internacional do trabalho com a mundialização do capital, não é menos correto avaliar os conflitos de classe regionais como estando articulados, de alguma maneira, à luta de classe em nível internacional.

Os avanços na direção da implementação da mais recente reestruturação produtiva – mais adiantada em determinados segmentos industriais do que em outros – são a materialização da nova ofensiva do capital sobre o trabalho em nível mundial, que atinge atualmente, de uma maneira ou de outra, todas os espaços da produção capitalista. Por outro lado, a resistência operária a essa ofensiva apenas começa a se estruturar, não estando claras ainda as novas estratégias de luta contra a precarização do trabalho. Mas este é um tema para outro estudo.

CONCLUSÃO

A construção e posterior funcionamento de uma unidade produtiva da Calçados Azaléia S/A, a *Azaléia Nordeste*, na micro-região de Itapetinga, é parte do movimento de deslocalização produtiva promovido pelo Grupo Azaléia nos anos 1990. A região escolhida para a instalação de suas primeiras fábricas fora do estado do Rio Grande do Sul foi o Nordeste brasileiro e, neste caso em particular, o estado da Bahia. A sede da Azaléia Nordeste se localiza no município de Itapetinga, na região Sudoeste do estado, distante 570 quilômetros da capital Salvador e cerca de 100 quilômetros de um importante porto de escoamento de produção do estado, o porto de Ilhéus.

Os recentes movimentos de deslocalização produtiva do Grupo Azaléia não podem ser plenamente compreendidos sem que se analise o movimento mais amplo da *crise estrutural do capital* – portanto do capitalismo – a partir dos anos 1970 e os seus desdobramentos posteriores com a mundialização do capital da década 1980 e o incremento acentuado da financeirização da economia mundial desde então. Nesse sentido, a presença da Azaléia Nordeste ao estado da Bahia, se insere no contexto mais amplo da crise e mundialização do capital e suas tentativas de re-organização societal, ancoradas na atual reestruturação produtiva e em políticas e ideologia de cariz liberal. Isso não implica na ausência de particularidades quanto a presença desta empresa na região, mas sim que precisa-se levar em conta a dimensão da totalidade social, em particular os movimentos da valorização/acumulação de capital em nível mundial.

A crise mundial do capitalismo criou as condições da nova ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho, impelindo a precarização do trabalho em todo o mundo, desastrosas para a classe trabalhadora, tanto material quanto subjetivamente. Essa ofensiva patrocina o desemprego estrutural, fomenta a fragmentação da classe trabalhadora e promove a crescente integração dos sindicatos operários à lógica do capital. Ademais, a recomposição do capital implica em terríveis níveis de destruição ambiental, de desequilíbrio ecológico, ainda não plenamente conhecidos.

No Brasil, mudanças objetivas na organização do processo de trabalho nas indústrias são um fenômeno dos anos 1990, com o desenvolvimento intensivo da reestruturação

produtiva e o avanço do neoliberalismo*. Porém, a mudança não se dá de forma homogênea e linear, nem muito menos apaga antigas tradições nacionais.

A reestruturação produtiva nas indústrias brasileiras, em geral, é marcada pela *combinação de processos produtivos*: permanências do modelo taylor-fordista mescladas com elementos do padrão flexível, estes, em boa medida, tributários da experiência japonesa, ou *toyotismo*.

No estado da Bahia, o cenário industrial também sofre modificações em razão dos processos de reestruturação produtiva e da reforma do Estado brasileiro. Particularmente, a indústria baiana vem se diversificando, avançando tendencialmente em direção da desconcentração relativa (mais geográfica do que de investimentos) e sofrendo as vicissitudes da penetração da reestruturação produtiva, inicialmente do setor industrial mais dinâmico do estado, a indústria química e petroquímica. Além disso, a Bahia recebeu e recebe fluxo de capitais produtivos em consequência do processo do deslocamento de unidades produtivas de outros estados. Entre essas a Calçados Azaléia.

Entre os fatores que contribuíram para o deslocamento de indústrias calçadista do Sul e Sudeste para o Nordeste brasileiro, e conseqüentemente para a Bahia, estão: a ausência de uma forte tradição sindical do setor nos estados do Nordeste; os baixos salários pagos nesta região; os atrativos incentivos fiscais e financeiros; a pressão competitiva do setor; a formação de novas demandas; e até mesmo a localização geográfica.

A indústria calçadista nacional é fortemente dependente dos custos de produção e da política cambial. Não é à toa que a indústria calçadista brasileira vem atravessando uma fase de declínio da sua produção no mercado internacional, fruto da acirrada concorrência – sobretudo das indústrias chinesas – e da valorização cambial do Real frente o dólar.

A produção calçadista da Azaléia Nordeste vale-se da reestruturação da produção, ainda que restringida em alguns aspectos, devido a sua condição de empresa intensiva em força de trabalho e não tanto em capital. Algumas inovações têm penetrado na Azaléia

* O primeiro governo neoliberal no Brasil foi o do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992). Com o *impeachment* de Collor, assumiu a presidência Itamar Franco (1992-1994). Em essência, o governo Itamar – aliás vice-presidente de Collor – deu continuidade ao projeto neoliberal do governo anterior. Com a eleição e posterior reeleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) o neoliberalismo se consolidou no país. A execução da agenda neoliberal continuou no primeiro mandato, e mantém-se firme no segundo, do presidente Luis Inácio Lula da Silva, cabendo a este, ultimamente, fazer ajustes e calibrações, ideologicamente associados ao que alguns analistas julgam se chamar “social-liberalismo”. No Brasil, apesar do continuísmo, nada nos permite concluir, objetivamente, que o neoliberalismo seja inevitável.

Nordeste, por exemplo: diminuição de hierarquias, incremento do trabalho polivalente, estabelecimento de células de produção e do trabalho em equipe, gerenciamento de estoques e uma maior articulação entre produção e consumo. Ademais, a direção da empresa começa a se abrir para outras mudanças, como a busca pelo envolvimento operário e pelas alternativas tecnológicas.

Na Azaléia Nordeste também se verifica a anteriormente referida combinação de processos produtivos taylor-fordistas e “toyotistas”. Porém aqui as premissas do fordista continuam flagrantemente vivas, a exemplo do despótico controle disciplinar e da permanência do elevado grau de especialização da produção em etapas, seções e operações determinadas. Porém, esse quadro começa a se alterar com a introdução das células de produção e do trabalho polivalente. A penetração dos elementos do padrão de acumulação flexível na Azaléia vai se dando pelas brechas deixadas pelo fordismo. Encontra limites estruturais, tais como a permanência do trabalho vivo (manual) em setores centrais da produção do calçado, e, conseqüentemente, pela impossibilidade de mecanização total da produção. Além de, por enquanto, valer-se de baixa absorção de tecnologia microeletrônica (informática, robótica) e reduzido investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Em suma, na Azaléia Nordeste, a adoção da reestruturação produtiva, ou seja, dos processos produtivos que desembocam na acumulação flexível do capital, embora lenta, vem sendo crescentemente estimulada. Trata-se de uma *reestruturação lenta e gradual*.

Na Azaléia Nordeste as inovações técnico-organizacionais obtidas com a adoção da reestruturação produtiva visa à intensificação dos ritmos de trabalho, com a finalidade de promover aumentos de produtividade e a melhoria da qualidade dos seus produtos. Ainda que limitados e precários os primeiros esforços da administração da Azaléia em direção da captura da subjetividade operária cumprem essa função; nesse sentido, encontra-se em estágio mais avançado a utilização do trabalho polivalente, enquanto a terceirização restringe-se às atividades não produtivas da empresa. Até o momento, a Azaléia Nordeste não incorporou trabalhadores terceirizados ao setor de produção e nem adotou a sub-contratação de outras empresas que tenham por finalidade repassar a “terceiros” parte de seus processos produtivos. Por outro lado, a terceirização já ocorre em outros setores, como alimentação, transporte e alguns serviços gerais (limpeza, manutenção etc).

Da parte do sindicato dos trabalhadores calçadistas em Itapetinga e região (denominado “Sindicato de Verdade”) as queixas são inúmeras, com destaque para dois problemas: o centralismo e autoritarismo da empresa no tocante aos eventos ocorridos intramuros da empresa e a negligência desta no trato das questões que envolvem a saúde dos trabalhadores, ou seja, o problema dos acidentes de trabalho. O sindicato também tem tido atritos com órgãos oficiais de governo instalados no município de Itapetinga, como a Delegacia do Trabalho e o INSS. Além desses, o Sindicato de Verdade entende não ser bem visto pela Câmara de Dirigentes Lojistas local (CDL), e alega já ter sofrido oposição da Câmara de Vereadores de Itapetinga e do governo do estado.

Menos preocupados com a penetração das inovações técnico-organizacionais – talvez porque estas não tenham sido aceleradas – do que com a política de salários da empresa, o sindicato dos trabalhadores apóia a polivalência do trabalho, pois entende que esta reduz os riscos de lesões por esforço repetitivo na execução do trabalho; não associam a intensificação da jornada de trabalho com a reestruturação da produção. Suas grandes bandeiras são: aumento salarial, redução da jornada de trabalho e de sua intensidade, combate ao assédio moral na fábrica, prevenção de acidentes de trabalho e a organização de um sindicato abrangente na região e de um organismo sindical abrangente no estado com a constituição, no futuro, de uma Federação dos trabalhadores calçadistas.

O “Sindicato de Verdade” teve a oportunidade de organizar as duas greves de trabalhadores calçadistas ocorridas na região, uma em 2000 e outra em 2004. Essas mobilizações operárias, apoiadas pelo sindicato, revelam que a conflituosidade entre capital e trabalho é presente na região; além do que, a disposição do sindicato – ainda hoje mantida – de defender os interesses dos trabalhadores não nos autoriza a considera-lo comprometido com as estratégias colaboracionistas dos sindicatos de participação, ou neocorporativistas, tão comum na era da acumulação flexível. Contudo, o “Sindicato de Verdade” não questiona a lógica do capital na produção, adotando o discurso da justiça social e do respeito aos direitos conquistados, bem ao gosto da social-democracia. Assim, ao contrário do que afirmam algumas correntes da sociologia do trabalho, o padrão de acumulação flexível não recria os conflitos de classe a partir de um novo patamar, mais favorável à classe operária. O que se observa é a diminuição da autonomia operária e o reforço, muitas vezes velado, do controle capitalista no chão da fábrica.

Da parte dos operários a insatisfação é muito grande. Os trabalhadores vêem o interior da Azaléia Nordeste como o local onde o despotismo grassa quase livremente. Quase, porque desde a greve de 2004 as coisas mudaram um pouco no que se refere ao assédio moral. A direção da empresa se diz empenhada em melhorar as condições de trabalho, contudo, operários e operárias continuam desconfiados.

As maiores insatisfações operárias são, sem dúvida, os baixos salários, a intensidade (e, em alguns casos, o excessivo esforço físico) do ritmo de trabalho e o modo como são tratados pelas chefias. Eles têm consciência que as medidas colocadas em andamento pela direção da Azaléia, ainda que uma ou outra possa potencialmente minorar as duras condições de trabalho, representam os interesses do capital na busca do aumento da produtividade, ou seja, de maiores lucros. Tal como o capital reconhece seus interesses, os operários sabem quais não são os seus. A grande maioria não esconde o desejo de um dia poder sair da Azaléia e exercer uma atividade profissional noutro lugar, em outra empresa, ou então “trabalhar para si mesmo” e “não ter patrão”. Isso é sintomático.

Em suma, podemos afirmar que na Azaléia Nordeste a reestruturação produtiva se desenvolve a partir de uma combinação de processos produtivos, onde a moderna precarização do trabalho já se apresenta através da intensificação dos ritmos de trabalho.

A tendência mundial de *desestruturação do mundo do trabalho* continua avançando e suas principais características são: rebaixamento salarial^{**}; precarização do trabalho; e desemprego estrutural. No tocante a precarização do trabalho, que aqui nos interessa muito, observa-se: arrocho salarial, prolongamento da jornada de trabalho; intensificação dos ritmos de trabalho; e a intensificação do controle sobre o trabalho; tudo isso desenbocando, na verdade, na *superexploração da força de trabalho*. A essa superexploração no local de trabalho se somam ainda: a desregulamentação dos direitos sociais trabalhistas legalmente instituídos (e com muita luta dos trabalhadores) e o aumento do tempo de trabalho durante o período de vida dos trabalhadores.

Por fim, nunca é demais lembrar que o processo global de desestruturação do mundo do trabalho em curso está ligado à acumulação flexível, em particular a “flexibilização” do

^{**} A tendência mundial de rebaixamento salarial liga-se atualmente à “*equalização descendente da taxa de exploração diferencial*” (Mészáros, 2006, p.36). Isso significa que o capital se vale das diferentes taxas de exploração do trabalho, encontradas tanto no interior de um mesmo país, quanto em relação a países distintos do sistema internacional, sendo, portanto, uma “*tendência global*” (idem, p.37).

trabalho. Mas isso não significa que o processo de precarização não possa ser interrompido. A classe operária continua e continuará a ter um papel central na luta contra a precarização do trabalho e em outras que virão.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. **Afinidades seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. Balanço do neoliberalismo. In. SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Eliziário. **Nova ofensiva do capital sobre o trabalho**. Salvador: UCSAL, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- _____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In. _____ (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Adeus ao trabalho**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, Ricardo et al. (Orgs.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AZALÉIA. **Código de Ética**. Disponível em: www.azaleianet.com.br.
- _____. **Informativo** (circulação interna).
- _____. **Informativo Calçados Azaléia S.A.** s/d.
- _____. **Processo de produção do calçado** (circulação interna).
- BANCO MUNDIAL. **Globalização, crescimento e pobreza**. São Paulo: Futura, 2003.
- BARROS, José Roberto & GOLDENSTEIN, Lídia. Reestruturação industrial: três anos de debate. In. FORUM NACIONAL. **Brasil: desafios de um país em transformação**. José Olympio, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **O que é globalização: equívocos do globalismo, respostas à globalização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BENSAID, Daniel. Trabalhar para a incerteza. In. BENSAID, Daniel & LOWY, Michael. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000a.

_____. Uma nova época histórica. In. BENSAID, Daniel e LOWY, Michael. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000b.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** São Paulo: Boitempo, 2000.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BNDES. **Deslocamento de empresas para os estados do Ceará e da Bahia: o caso da indústria calçadista**. Rio de Janeiro, nº 15, 2002. Pp.63-85.

_____. **O caso da Azaléia Nordeste: uma experiência de benefícios sociais gerados em projetos privados**. Maio/2001.

BOITO-JR., Armando. “A hegemonia neoliberal no governo Lula”. In. **Crítica Marxista**. nº 17, 2003.

BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio liberal. In. SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CAIADO, Aurílio. Políticas neoliberais e reestruturação produtiva. In. POCHMANN, Marcio (Org.). **Reestruturação produtiva**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CANCLINI, Nestor. **A globalização imaginada**. Iluminuras, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do século XXI. In. REIS-FILHO et al. (Orgs.). **O século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. Vol.2.

CARNEIRO, Roberto; VIEIRA, Luiz. Reestruturação, produtividade e impactos da abertura comercial. In. SEI. **A indústria baiana nos anos 90**. Salvador, nº 37, 1998.

CASTRO, Antonio. O Plano Real e o reposicionamento das empresas. In. FÓRUM NACIONAL. **Brasil: desafios de um país em transformação**. José Olympio, 1997.

CORRENTE COMUNISTA INTERNACIONAL (CCI). **Teses de 4 de abril**. Disponível em: <<http://www.internacionalism.org>>

CESAT (Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador). **Inspeção no serviço de medicina do trabalho da empresa Calçados Azaléia S/A (documento técnico nº 043/2000)**. Salvador, dezembro de 2000.

_____. **Mapeamento preliminar de riscos da empresa Calçados Azaléia Nordeste S/A (documento técnico nº 32/2000)**. Salvador, janeiro de 2001.

CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Org.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. “A mundialização do capital e a acumulação financeira neoliberal: elementos de ruptura”. In. REVISTA OLHO DA HISTÓRIA. Salvador, nº 5, vol.1, setembro de 1998.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995

COGGIOLA, Osvaldo. **Governo Lula: da esperança à realidade**. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. Informática, automação, capitalismo e socialismo. In. COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995a.

_____. Ondas Longas e crises econômicas. In. COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995b.

COUTINHO, André. **Gestão de estratégia: experiências e lições de empresas**. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

COUTINHO, Luciano. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilizado. In. FÓRUM NACIONAL. **Brasil: desafios de um país em transformação**. José Olympio, 1997.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci**. São Paulo: Xamã, 2005.

DIAS, Edmundo. “Gramsci e a política”. Maceió: s/d, mimeo, p.2.

DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL (Revista). “25 anos de evolução econômica na Bahia: pólo calçadista”. Salvador, 2002.

DOUBOR, Ladislau (Org.). *Desafios da globalização*. Vozes, 2003.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FARNETTI, Richard. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In. CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1999.

FERNANDES, Cláudia. Complexo coureiro-calçadista: uma indústria promissora. In. SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **Dez anos de economia baiana**. Salvador, nº 57, 2002.

FERNANDES, Cláudia. Visão geral da indústria nos anos 90. In. SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **Dez anos de economia baiana**. Salvador, nº 57, 2002.

FOLHA DE S. PAULO, de 25.02.2006

FONTES, José Raimundo. “Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista (1888-1930)”. Salvador: UFBA, 1982 (Dissertação de Mestrado).

GERMINAL. **Jornal da Oposição Operária**. Salvador, ano IV, nº 14, março-abril/2003. Pp.5-10.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Editorial Presença, 2000.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o estado e a política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. Vol.3.

_____. **Cadernos do cárcere. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999. Vol.1.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. **O novo século**. São Paulo: Cia. da Letras, 2000.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Civilização Brasileira, 1996.

_____. **A sociedade global**. Civilização Brasileira, 1997.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997

KATZ, Cláudio. Evolução e revolução na tecnologia. In. COGGIOLA, O.; KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995a.

_____. O debate sobre as ondas longas. In. COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995b.

_____. O enfoque marxista da mudança tecnológica. In. COGGIOLA, O. & KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995c.

_____. Tecnologia e capitalismo na década de 90. In. COGGIOLA, O. e KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995d.

LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção da subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da Nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LEVY, Dominique & DUMÉNIL, Gerard. O neoliberalismo sob a hegemonia americana. In. CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LIMA, Adelaide; SILVA, Marcos. “Efetivação dos investimentos previstos para o período 2000-2003: análise por complexo produtivo”. In. **Investimentos industriais na Bahia**. Salvador, nº 8, 2005.

LOUREIRO, Maria Isabel & MUSSE, Ricardo (Orgs.). **Capítulos do marxismo ocidental**. São Paulo: Unesp, 1998.

LÖWY, Michael. & BENSaid, Daniel. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 1999;

_____. O manifesto comunista. In. REIS-FILHO, Daniel Aarão (org.). **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 3 vols.

MATOS, Lílian; AQUINO, Mirtes. “Variáveis que influenciaram as decisões de investimentos industriais na Bahia”. In. **Investimentos industriais na Bahia**. Salvador, nº 8, 2005.

MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. In. **Tendências da economia baiana**. Salvador, nº 1, 2000.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In. ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

NAVARRO, Vera L. **Trabalho e trabalhadores do calçado**. Expressão Popular, 2006.

NETO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In. SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

O ESTADO DE S. PAULO, de 30 de nov. 2004;

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Tendencias mundiales del empleo**. 2004.

OLIVEIRA, Eurenice. **Toyotismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003

OLIVEIRA, Nelma. “‘De capital da pecuária’ ao ‘sonho de pólo calçadista’: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, Ba”. In. **Cadernos PPG-AU**. Ano 1, nº 1. Salvador: UDUFBA, 2003b.

PADRÓS, Enrique. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In. REIS-FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O século XX, o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PETRAS, James. As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina. In. **Lutas Sociais**. São Paulo, nº 2, 1997.

_____. América Latina: a esquerda, passado e futuro. In. _____. **Armadilha neoliberal e alternativa para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Para compreender a política revolucionária atual. In. _____. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2002.

PICCININI, V.; ANTUNES, E.; FARIA, M. Estratégia sindical dos trabalhadores do setor calçadista. In. LEITE, Márcia (Org.). **O trabalho em movimento**. Papirus, 1997.

POCHMANN, Marcio. “Desenvolvimento capitalista e divisão do trabalho”. In. _____. (Org.). **Reestruturação produtiva**. Petrópolis. Vozes, 2004a.

POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004b.

PORTO, Edgar. Descentralização espacial e concentração econômica na Bahia. In. SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **Dez anos de economia baiana**. Salvador, nº 57, 2002.

_____. Desenvolvimento regional na Bahia. In. AVENA, Armando. **Bahia século XXI**. Salvador: SEPLANTEC, 2002b.

PROENÇA, Adriano & CAULLIRAUX, Heitor. Estratégia de produção na indústria brasileira: evolução recente. In. _____ (Org.). **Fórum nacional – Brasil: desafios de um país em transformação**. José Olympio, 1997.

REVISTA BAHIA INVEST. “Pólo calcadista: crescimento a passos largos”. Salvador, 2003.

_____. “Uma indústria que caminha a passos largos”. Salvador, nº 5, vol.3, setembro de 2005.

SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social In. SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In. CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **A indústria baiana nos anos 90**. Salvador, nº 73, abril de 1998.

SEPLAN (Secretaria do Planejamento Estratégico da Bahia). **Investimentos industriais na Bahia**. Salvador, nº 8, 2005.

SEPLANTEC (Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia). **Indústria calcadista na Bahia**. Salvador, nº 2, 2000.

_____. **Tendências da economia baiana**. Salvador, nº 1, 2000b.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

SINDICATO DE VERDADE / SINTRACALL. **Convenção coletiva de trabalho**. Salvador, maio de 2005.

SINDICATO DE VERDADE (Sindicato dos trabalhadores do calçado do município de Itapetinga). **Acordo coletivo de trabalho**. Itapetinga-Ba, maio de 2005.

TAVARES, Luis Henrique. **História da Bahia**. Salvador: Edufba, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luis (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

UDERMAN, Simone. Perspectivas industriais. In. SEPLANTEC. **Tendências da economia baiana**. Salvador, nº 1, 2000.

UDERMAN, Simone & MENEZES, Vladson. O novo ciclo de industrialização na Bahia. In. SEI. **A indústria baiana nos anos 90**. Salvador, nº 37, 1998.

VELOSO, Raul. Um país em transformação: criando uma economia internacionalmente competitiva. In. FÓRUM NACIONAL. **Brasil: desafios de um país em transformação**. José Olympio, 1997.

VESAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In. ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SITES

www.folha.uol.com.br, de 02.09.2007

www.codeba.com.br/porto_aratu

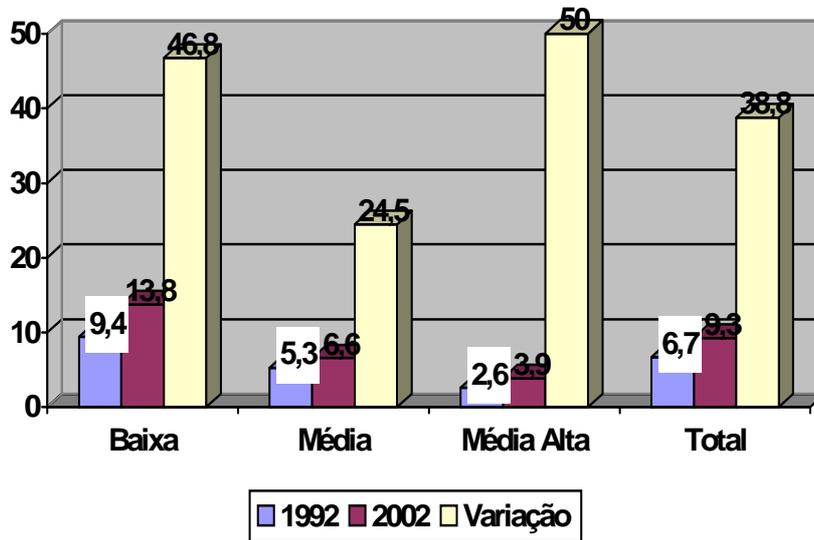
www.portalexame.abril.uol.com.br, de 02.09.2007

www.milênio.com.br

ANEXOS

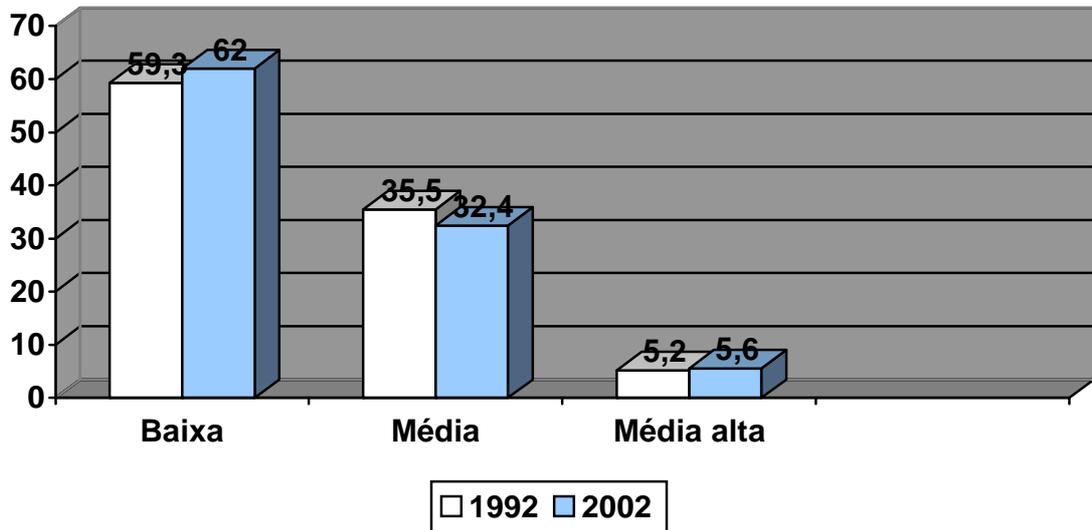
ANEXO 1 *

BRASIL: TAXA DE DESEMPREGO POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA E VARIAÇÕES



Fonte: Pochmann, 2006, p.62.

BRASIL: COMPOSIÇÃO DO DESEMPREGO POR CLASSE DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA, 1992/2002 (em %)



Fonte: Pochmann, 2006, p.63.

* Refere-se aos capítulos II e III..

ANEXO 2 *

BAHIA: INVESTIMENTO EM SETORES SELECIONADOS (2000-2003)

SETOR	VALOR (R\$)
Infra-Estrutura	2.178.862.137
Indústria	10.661.434.000
Agropecuária	560.650.000
Irrigação	315.900.000
Turismo	2.322.977.998
Total	16.039.824.135

Fonte: SEPLATEC, 2000b, p.221.

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 3 *

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CALÇADOS – 1991/2000 (em %)

Países	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
EUA	69,9	71,9	74,0	70,8	67,4	73,4	69,0	68,8	68,6	69,7
Reino Unido	7,0	7,3	5,3	6,3	6,6	6,5	8,2	7,8	8,3	6,5
Argentina	0,2	0,8	0,5	1,0	1,3	2,2	3,7	5,6	6,9	8,0
Canadá	4,1	3,3	2,8	2,5	2,4	2,3	3,1	2,2	2,0	2,2
Alemanha	5,1	3,9	3,6	4,7	3,7	2,8	2,5	0,9	1,3	0,8
Bolívia	0,8	0,6	0,7	0,9	1,5	1,7	2,1	2,3	1,5	1,1
Paraguai	1,0	0,8	1,6	1,6	1,8	1,6	1,7	1,7	1,4	1,4
Países Baixos	2,4	1,9	2,1	1,5	1,3	1,2	1,1	0,7	0,7	0,6
França	3,7	2,4	1,9	1,2	1,3	0,8	0,8	0,6	0,8	0,5
Chile	0,1	0,3	0,7	1,0	1,3	1,4	1,4	1,3	1,2	1,3
Subtotal	94,4	93,3	93,2	91,5	88,6	93,7	93,5	91,8	92,7	92,1
Outros	5,6	6,7	6,8	8,5	11,4	6,3	6,5	8,2	7,3	7,9
Total	100,0									

Fonte: BNDES, 2002, p.66.

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 4 *

DESTINO DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS DE ESTADO DA BAHIA

EMPRESA	PRODUÇÃO (mil unidades)	MERCADO INTERNO (%)			EXPORTAÇÃO
		Sul/Sudeste	Nordeste	Bahia	
Azaléia	8.500	50,0	35,0	10,0	5,0
Ramarim	1.995	85,0		15,0	
Bibi	904	90,0			10,0
Piccadilly	823	75,5		4,5	20,0
Daiby	532				100,0
Itabuna	300	100,0			
Outros	6.945	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Total	20.000	--	--	--	--

Fonte: BNDES, 2002, p.74.

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 5 *

PRINCIPAIS PRODUTORES DE CALÇADOS (1997-1999)

País	1997		1998		1999	
	x 1000 pares	%	x 1000 pares	%	x 1000 pares	%
China	5.252,0	49,7	5.520,0	50,3	5.930,0	51,9
Índia	680,0	6,2	685,0	6,2	700,0	6,1
Indonésia	527,2	4,8	316,3	2,9	507,7	4,4
Brasil	520,0	4,7	516,0	4,7	499,0	4,4
Itália	460,0	4,2	424,9	3,9	380,9	3,3
México	260,0	2,4	270,0	2,4	275,0	2,4
Tailândia	276,0	2,5	260,0	2,4	257,7	2,3
Vietnam	206,0	1,9	212,7	1,9	240,8	2,1
Paquistão	205,0	1,9	226,8	2,1	240,4	2,1
Turquia	270,0	2,5	276,7	2,5	227,0	2,0
Espanha	207,5	1,9	220,8	2,0	212,9	1,9
Outros	2.091,0	19,1	2.049,4	18,7	1.954,5	17,1
Total	10.954,7	100,0	10.978,6	100,0	11.425,2	100,0

Fonte: Navarro, 2006, p.390.

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 6 *

OS VINTE MAIORES EMPREGADORES MUNDIAIS DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS (1998)

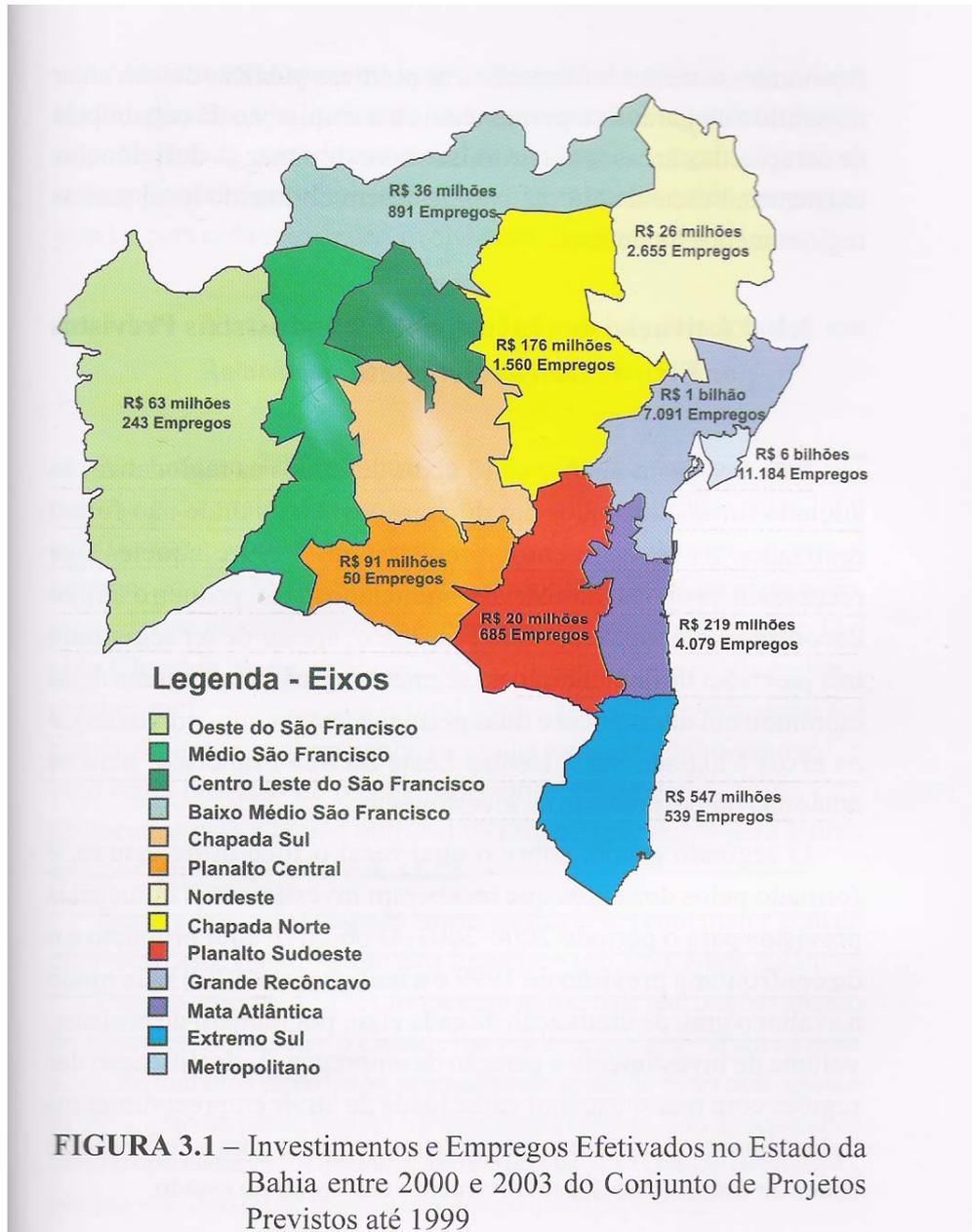
Classificação	País	Nº de trabalhadores x 1000	Porcentagem
1	China	923,0	40,2
2	Indonésia	273,1	11,9
3	Brasil	147,5	6,4
4	Índia	134,7	5,9
5	Romênia	86,3	3,8
6	Itália	79,0	3,4
7	Polônia	72,6	3,2
8	Tailândia	58,2	2,5
9	Fed. Russa	57,5	2,5
10	Portugal	54,9	2,4
11	Japão	51,2	2,2
12	Ucrânia	50,8	2,2
13	França	50,2	2,2
14	Espanha	47,6	2,1
15	EUA	42,7	1,9
16	Marrocos	40,7	1,8
17	Reino Unido	39,5	1,7
18	Coréia do Sul	33,2	1,4
19	África do Sul	29,2	1,3
20	Hungria	26,7	1,2
Total		2.298,6	100,0

Fonte: Navarro, 2006, p.391-2.

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 7 *

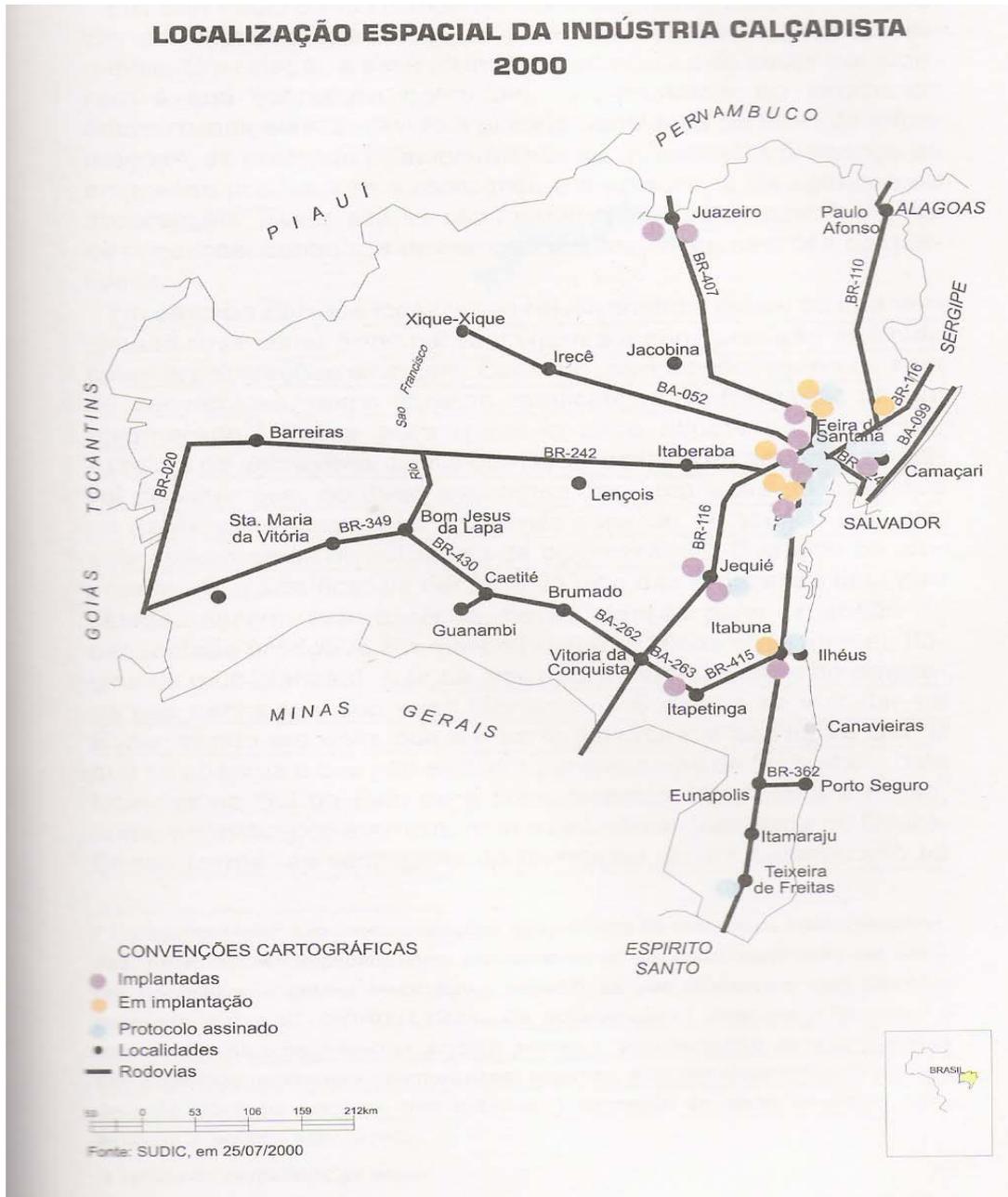
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA



Fonte: SEPLAN, 2005, p.47

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 8 *

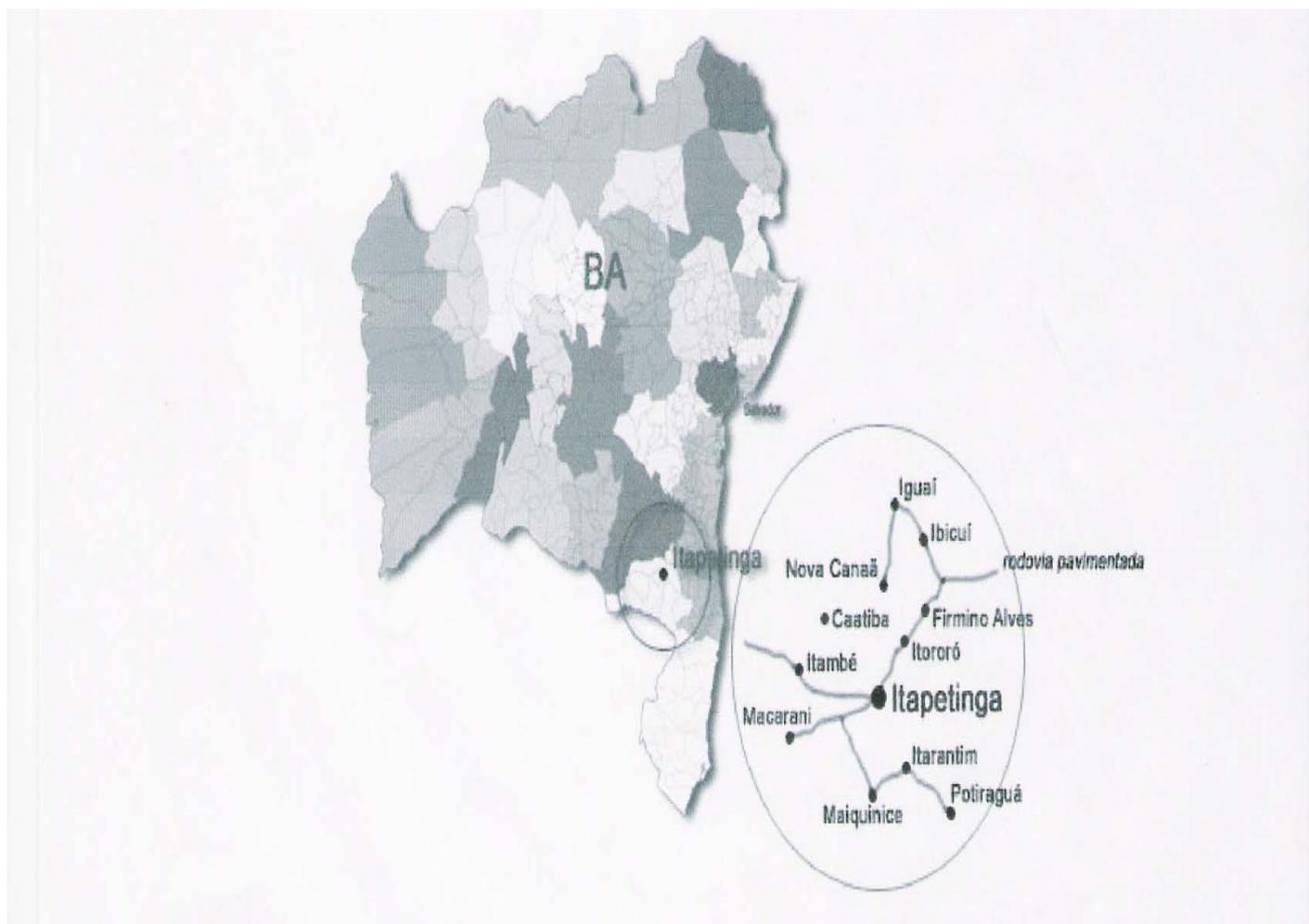


Fonte: SEPLANTEC, 2000, p.45.

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 9 *

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA – BA



Fonte: BNDES, 2001, p.6.

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 10 *

ESTRUTURA DO PESSOAL OCUPADO NO MUNICÍPIO DE ITAPETINGA (1996)

Classificação da atividade empregadora	Número de pessoas ocupadas
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	140
Indústrias extrativas	45
Indústria de transformação	573
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	108
Construção	29
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	1.288
Alojamento e alimentação	86
Transporte, armazenamento e comunicação	109
Intermediação financeira	112
Imobiliária, aluguéis e serviços prestados às empresas	141
Administração pública, defesa e seguridade social	831
Educação	89
Saúde e serviços sociais	210
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	130
Total	3.891

Fonte: BNDES, 2001, p.15.

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 11 *

VISTA AÉREA DA AZALÉIA NORDESTE (ITAPETINGA-BA)



Complexo Calçados Azaléia
Itapetinga na Bahia

* Refere-se ao capítulo III.

ANEXO 12 *

INVESTIMENTOS E FONTE DE RECURSOS DA AZALÉIA NORDESTE

Fontes	R\$ mil	%
Investimento Total	117.253	100
1. Recursos próprios	58.320	50
2. Sistema BNDES	29.525	25
BNDES	17.102	15
FINAME	12.423	10
3. Outros financiamentos	29.408	25
FINOR	15.137	13
Financiamento de fornecedores	14.271	12

Fonte: BNDES, 2001, p.4.

* Refere-se ao capítulo III.